

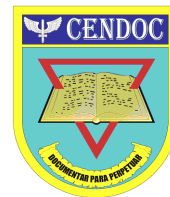
COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 15 de junho de 2023.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 108



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO (Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO (Sem alteração)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO (Sem alteração)

SEGUNDA PARTE

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

MINISTÉRIO DA DEFESA

1 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA SG-MD Nº 3.197, DE 12 DE JUNHO DE 2023

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art 1º da Portaria SG-MD nº 5.571, de 9 de novembro de 2022, considerando o disposto no Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, e na Portaria Normativa nº 98/GM-MD, de 20 de dezembro de 2018, e o que consta do Processo Administrativo nº 60400.000148/2023-68, resolve:

DESIGNAR, o SO BMA (FAB) FERNANDO CESAR BATISTA DOS SANTOS para a função de Supervisor, código Nível V, do Departamento do Programa Calha Norte, da Secretaria-Geral, deste Ministério.

JOÃO ALBERTO NUNES DE PAULA
(DOU Nº 111, Seção 2, 14 de junho de 2023)

2 - DISPENSA

PORTARIA EMCFA-MD Nº 3.198, DE 12 DE JUNHO DE 2023

O CHEFE DO GABINETE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso da competência subdelegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria EMCFA-MD nº 4.283, de 10 de agosto de 2022, considerando a Portaria Normativa nº 98/GM-MD, de 20 de dezembro de 2018, o Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, e o Processo Administrativo nº 60080.000349/2023-25, resolve:

DISPENSAR, o Suboficial (FAB) FERNANDO CESAR BATISTA DOS SANTOS da função de Supervisor, código Nível V, da Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA Vice-Almirante
(DOU Nº 111, Seção 2, 14 de junho de 2023)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER

SEÇÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SEÇÃO II - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO III – SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E PROMOÇÕES

1 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 8/SRAG/1938, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67013.000521/2023-93 - Ref Requerimento s/nº, de 11 maio 2023, do SERIPA I, e outros)

DEFERIDO, por ter obtido parecer favorável da Subcomissão de Recursos da Comissão de Promoções de Graduados.

NR ORDEM	OM	PROCESSO
3128156	SERIPA I	67013.000521/2023-93
3033872	GLOG-SC	67269.005261/2023-41
3375714	GOP-AN	67281.005737/2023-85

DESPACHO DECISÓRIO Nº 9/SRAG/1939, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67710.003759/2023-11 - Ref Requerimento s/nº, de 16 maio 2023, do CLA, e outros)

INDEFERIDO, por ter obtido parecer desfavorável da Subcomissão de Recursos da Comissão de Promoções de Graduados.

NR ORDEM	OM	PROCESSO
3325857	CLA	67710.003759/2023-11
3165035	GSAU-CT	67613.026743/2023-77
1686186	GAP-RF	67230.002958/2023-05
2554682	GLOG-SC	67269.005348/2023-18
2632390	BASV	67224.002636/2023-37
3336646	PAMB RJ	67116.002123/2023-53

Brig Ar MARCELO BATISTA
Secretário de Avaliação e Promoções

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SEÇÃO IV - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

**SEÇÃO VII – ASSESSORIA PARLAMENTAR E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO
COMANDO DA AERONÁUTICA**
(Sem alteração)

**SEÇÃO VIII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS**
(Sem alteração)

**SEÇÃO IX - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO
ESPAÇO AÉREO**
(Sem alteração)

QUARTA PARTE

**ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-
GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE
ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA**

SEÇÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

1 - GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - PAGAMENTO -AUTORIZAÇÃO

PORTARIA EMAER Nº 61/2GAB1, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento da Gratificação de Representação.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso II do art. 20 do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria GABAER nº 38/GC3, de 5 de fevereiro de 2021, e art. 8º a Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, e no inciso II, art. 4º, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022, e o que consta do Processo nº 67050.007976/2023-93, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado de cada militar abaixo relacionado, partícipes Coordenação de visita às instalações no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), na cidade de Alcântara - MA:

Posto/Grad/Esp	Nome	Período		Nº de dias	OM	Nr. Ord./SARAM
		Início	Término			
Cel Av	MARCELO DA SILVA RIBEIRO	18/05/2023 - 09h 00min	18/05/2023 - 19h 00min	01	EMAER	247810-2
Cel Av	PAULO ROBERTO CURSINO DOS SANTOS	18/05/2023 - 09h 00min	18/05/2023 - 19h 00min	01	EMAER	291517-0

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tenente-Brigadeiro do Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO

1 – PORTARIA – REVOGA

PORTARIA COMGAP Nº 890/ADCO, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMGAP, no uso das atribuições que lhe conferem: o §2º do Art 6º e o Art 5º, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022; o §2º do Art 2º da Portaria GABAER nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022; o Art 1º da Portaria COMGAP nº 60/SSRH de 12 de agosto de 2022, resolve:

Revogar a Portaria nº 678/ADCO, de 24 de maio de 2023, que autorizou o pagamento para os militares da DIRMAB e PAMA-SP a participarem do recebimento definitivo da aeronave Gripen, matrícula FAB 4101, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº100, de 01 de junho de 2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar RODRIGO FERNANDES SANTOS
Chefe do Estado-Maior do COMGAP

SEÇÃO III – COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS **(Sem alteração)**

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SEÇÃO IV – COMANDO DE PREPARO

1 - ICA 37-832 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA COMPREP Nº 2.243/SPOG-50, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a reedição da ICA 37-832 Currículo Mínimo do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS).

O COMANDANTE DE PREPARO, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso I, Artigo 13, do ROCA 20-13 “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria nº 492/GC3, de 21 de abril de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-832 "Currículo Mínimo do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS)", que com esta baixa.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 126/COMPREP, de 14 de julho de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 130, de 24 de julho de 2020.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, devido à necessidade operacional, conforme o Art. 4º, Parágrafo Único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Ten Brig Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA
Comandante de Preparo

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será disponibilizada no SISLAER.

2 – GRATIFICAÇÃO – AUTORIZA O PAGAMENTO

PORTARIA COMPREP Nº 2.256/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de gratificação de representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º do Art. 6º da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022; no art. 4º, inciso II, do Decreto nº 11.002 de 17 de março de 2022; e o que consta do Processo nº 67281.005961/2023-77, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado de cada militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo da BAAN, participe da Reunião da Aviação de Caça 2023, realizada na cidade de Rio de Janeiro/RJ.

§ 1º Ao TEN CEL AV THIAGO FERREIRA DE SOUZA, SARAM 332399-4, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (17/04/2023), término (21/04/2023).

§ 2º Ao SO BMA AIDAN MEDEIROS DE LIMA, SARAM 363833-2, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (17/04/2023), término (21/04/2023).

§ 3º Ao 2S BMA MARCELO PAULO, SARAM 435888-0, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (17/04/2023), término (21/04/2023).

§ 4º Ao 2S BMA DANILO HENRIQUE RIBEIRO DIVINO, SARAM 600793-7, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (17/04/2023), término (21/04/2023).

§ 5º Ao 3S BEV EMIREU MARTINS BITENCOURT, SARAM 611017-7, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (17/04/2023), término (21/04/2023).

§ 6º Ao 3S BMA JONATHAN LUIZ FERNANDES, SARAM 613898-5, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (17/04/2023), término (21/04/2023).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA COMPREP Nº 2.258/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º, do Art. 6º, da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, letra “d” do Inciso II do Art. 4º e letra “a” do Inciso III do Art. 5º do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022 e o que consta do Processo nº 67200.005099/2023-55, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado do militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo do COMPREP, participe da realização do Curso de Administração de Pessoal da Aeronáutica para Oficiais no CIAAR, realizado na cidade de Lagoa Santa/MG.

§ 1º Ao CAP AV PEDRO HENRIQUE BORGES VIEIRA ROSA, SARAM 439178-0, total de 12 dias, referentes ao período:

I – Início (08/05/2023), término (19/05/2023).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

PORTARIA COMPREP Nº 2.259/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º, do Art. 6º, da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, letra “d” do Inciso II do Art. 4º e letra “a” do Inciso III do Art. 5º do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022 e o que consta do Processo nº 67200.005097/2023-66, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado do militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo do COMPREP, participe da LAAD, realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

§ 1º Ao BRIG INF ALEXANDRE OKADA, SARAM 248823-0, total de 04 dias, referentes ao período:

I – Início (11/04/2023), término (14/04/2023).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA COMPREP Nº 2.260/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º, do Art. 6º, da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, letra “d” do Inciso II do Art. 4º e letra “a” do Inciso III do Art. 5º do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022 e o que consta do Processo nº 67200.005098/2023-19, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado de cada militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo do COMPREP, partícipe do Simpósio das Aviações realizado na AFA, na cidade de Pirassununga/SP.

§ 1º Ao BRIG AR ALESSANDRO CRAMER, SARAM 248839-6, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 2º Ao BRIG INF ALEXANDRE OKADA, SARAM 248823-0, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 3º Ao CEL AV DANIEL FERREIRA MANSO, SARAM 304847-0, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 4º Ao CEL INF ANDERSON DE OLIVEIRA SCHIAVO, SARAM 364906-7, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 5º Ao MAJ AV FELIPE LUIS DE OLIVEIRA, SARAM 348955-8, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 6º Ao MAJ AV RODRIGO DE OLIVEIRA PERDONÁ, SARAM 349027-0, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 7º Ao MAJ AV MARCELLO SARDINHA DOS SANTOS, SARAM 401614-3, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 8º Ao MAJ AV DANIEL ELIAS SOUZA, SARAM 401658-0, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

§ 9º Ao CAP AV RAPHAEL SILVA NUNES DE PAULA, SARAM 423854-0, total de 01 dia, referente ao período:

I – Início (24/05/2023), término (25/05/2023).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA COMPREP Nº 2.261/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º, do Art. 6º, da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, letra “d” do Inciso II do Art. 4º e letra “a” do Inciso III do Art. 5º do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022 e o que consta do Processo nº 67200.005094/2023-22, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado do militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo do COMPREP, partícipe do 16º Contingente da Operação Acolhida, realizada na cidade de Boa Vista/RR.

§ 1º Ao 1º TEN GDS MARCOS GARCIA SOARES, SARAM 240887-2, total de 37 dias, referentes ao período:

I – Início (12/04/2023), término (18/05/2023).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA COMPREP Nº 2.262/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º, do Art. 6º, da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, letra “d” do Inciso II do Art. 4º e letra “a” do Inciso III do Art. 5º do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022 e o que consta do Processo nº 67200.005058/2023-69, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado do militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo do COMPREP, partícipe do 16º Contingente da Operação Acolhida, realizado na cidade de Boa Vista/RR.

§ 1º Ao MAJ AV HUGO FLORENTINO MAIA, SARAM 430260-5, total de 39 dias, referentes ao período:

I – Início (12/04/2023), término (20/05/2023).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA COMPREP Nº 2.257/SPOG-20, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE DE PREPARO, de conformidade com o previsto no § 1º do Art. 6º da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, no Art. 4º, o inciso II, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022, e o que consta do Processo nº 67215.008325/2022-18, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarados ao lado da militar abaixo relacionada, pertencente ao efetivo do I COMAR, partícipe da Operação da Garantia de Votação e Apuração (GVA), realizada em Belém/PA.

§ 1º À 2º TEN ADM MICHELE ANDREA PUCCI, SARAM 743310-7, total de 23 dias, referentes aos períodos:

- I – Início (21/09/2022), término (23/09/2022);
- II – Início (26/09/2022), término (05/10/2022);
- III – Início (24/10/2022), término (29/10/2022);
- IV – Início (31/10/2022), término (01/11/2022); e
- V – Início (03/11/2022), término (04/11/2022).

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA
Comandante de Preparo

3 - MCA 37-266 – APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA COMPREP Nº 2.263/SPOG-50, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a edição do MCA 37-266 “Plano de Unidades Didáticas do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS)”.

O COMANDANTE DE PREPARO, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso I, Artigo 13, do ROCA 20-13 “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria nº 492/GC3, de 21 de abril de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do MCA 37-266 “Plano de Unidades Didáticas do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS)”, que com esta baixa.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, devido à necessidade operacional, conforme o Art. 4º, Parágrafo Único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Ten Brig Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA
Comandante de Preparo

Obs.: O Manual de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no SISLAER.

SEÇÃO V – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 - CURSO DE POLICIA JUDICIARIA MILITAR (CPJM) - ORDEM DE MATRÍCULA – TORNA SEM EFEITO

Em atendimento ao processo nº 67400.002879/2023-97, tornar sem efeito a Ordem de Matrícula da militar abaixo relacionada, publicada no BCA Nº 082, de 08 MAIO 2023 no CURSO DE POLICIA JUDICIARIA MILITAR (CPJM) a ser realizado no formato presencial no UNIFA, no período de 19/ a 30/06/2023, sob responsabilidade do COMGEP e da DIRENS.

PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1T	SJU	MARCIA BARBOSA BASTOS	623.817-3	SECPROM

(Item 056/2023/COMGEP)

2 - CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES DE DOCTRINA E INSTRUÇÃO MILITAR (CPIDIM) - ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula, aos militares abaixo relacionados, no CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES DE DOCTRINA E INSTRUÇÃO MILITAR (CPIDIM - EXTRA), a ser realizado no formato SEMIPRESENCIAL, sendo a 1ª fase à distância (EAD) no período de 26 a 30/06/2023, sendo a 2ª fase PRESENCIAL, a ser realizado no CIAAR, no período de 03 a 14/07/2023, sob responsabilidade do COMGEP e da DIRENS.

ALUNOS

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	2T	SED	MATHEUS RIBEIRO ATHAYDE	743.622-0	CIAAR
2	2T	EFI	NATÁLIA CRISTINE DE CARVALHO	743.608-4	CIAAR
3	2T	PED	MONISE ANTUNES DOS SANTOS BARBOSA BASTOS	742.945-2	DIRAP
4	2T	ARM	ADILSON DIAS DA PAZ JUNIOR	337.455-6	CIAAR
5	2T	GDS	ALEXSANDRO ANDRADE BARROS	287.641-8	CIAAR
6	2T	MDR	FILipe BACH RODRIGUES	753.363-2	CIAAR
7	AP	NTE	JONATAS SAMIR MORAES GUIMARÃES	680.413-6	CIAAR
8	AP	NTE	IAGO LOPES DE BARCELLOS	708.843-4	CIAAR
9	AP	NTE	YURI RODRIGUES BARBOSA DA COSTA	666.067-3	CIAAR

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

10	AP	NTE	PEDRO DE MENEZES ESTEVES	708.957-0	CIAAR
11	AP	NTE	PATRICK RUAN ROCHA JARDIM	709.708-5	CIAAR
12	AP	NTE	LUCAS DAMASCENO DE OLIVEIRA	708.959-7	CIAAR
13	AP	NTE	JOHN WELINGTON DA SILVA MAGALHÃES	709.528-7	CIAAR
14	AP	NTE	ROBSON LOPES JUNIOR	710.408-1	CIAAR
15	AP	NTE	MAURICIO OLIVEIRA MELO	709.323-3	CIAAR
16	AP	NTE	LUCAS PEDROSA DO NASCIMENTO	626.112-4	CIAAR
17	AP	NTE	PEDRO LUÍS DE ALMEIDA MELO	710.472-3	CIAAR
18	AP	NTE	URIEL SANTOS LEMOS REIS	708.684-9	CIAAR
19	AP	NTE	MARCOS FERRAZ RIBEIRO JUNIOR	709.639-9	CIAAR
20	AP	NTE	BRENDON URBANO EMILIO	705.274-0	CIAAR
21	AP	NTE	LUCAS BIVAR RIGO	700.239-4	CIAAR
22	2S	SGS	DANILLO DE CASTRO OLIVEIRA	407.774-1	CIAAR
23	3S	SGS	LUCAS LIMA PEREIRA	666.768-6	CIAAR
24	3S	SGS	GIOVANI MARTINS DE JESUS	696.405-2	CIAAR
25	3S	SGS	LUIZ PHELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA	696.380-3	CIAAR

(Item 057/COMGEP/2023)

3 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 480/3SC2/6264, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67435.026408/2020-24 - Ref Req. s/nº, de 28 jul. 2020, do 1º Ten QOCon Dent LUIS FERNANDO NAPOLI DELLA BIANCA, Nr Ord 6833020, do GSAU-CT)

DEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação referente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em "Ortodontia", a contar de 28 JUL 2020, data do requerimento, por atender o que preconizava o art. 1º, inciso III, alínea "d", da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, vigente à época do pleito, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 477/3SC2/6259, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67298.004504/2020-33 - Ref Req. s/nº, de 16 jul. 2020, do 1º Ten Int HARLEY DAVIDSON DE AZEVEDO RODRIGUES, Nr Ord 6749682, do GAP MN)

INDEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação, pois o curso apresentado não atende à classificação acadêmica preconizada pela alínea "d", inciso III, art. 1º da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 481/3SC2/6267, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67289.005005/2020-72 - Ref Req. s/nº, de 09 jul. 2020, do 2S QTA TAR MÁRCIO MOUZINHO SILVEIRA, Nr Ord 6152333, do GAP DF)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

INDEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação, pois o curso apresentado não atende à classificação acadêmica preconizada pela alínea "d", inciso III, art. 1º da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 479/3SC2/6263, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67132.004656/2020-29 - Ref Req. s/nº, de 14 jul. 2020, da Cap Eng CMP ISABELLE CECÍLIA DE ANDRADE, Nr Ord 6536212, do CCA-BR)

DEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação referente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em "Gerenciamento de Projetos - TI", a contar de 14 JUL 2020, data do requerimento, por atender o que preconizava o art. 1º, inciso III, alínea "d", da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, vigente à época do pleito, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 478/3SC2/6262, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67005.002442/2020-73 - Ref Req. s/nº, de 16 jul. 2020, do 1º Ten QOCon ANS FERNANDO ATHAIDE NOBREGA FILHO, Nr Ord 7273142, da SECPRM)

DEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação referente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em "Perícia Digital", a contar de 16 JUL 2020, data do requerimento, por atender o que preconizava o art. 1º, inciso III, alínea "d", da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, vigente à época do pleito, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 482/3SC2/6270, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67133.001608/2020-79 - Ref Req. s/nº, de 22 jul. 2020, do 1º Ten QOCon ANS PAULO CESAR LISBÔA BITENCOURT, Nr Ord 6810330, do CCA-RJ)

DEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação referente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em "BIG DATA (Ciências de Dados)", a contar de 22 JUL 2020, data do requerimento, por atender o que preconizava o art. 1º, inciso III, alínea "d", da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, vigente à época do pleito, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 476/3SC2/6258, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67267.006927/2020-55 - Ref Req. s/nº, de 24 jul. 2020, do 2S SAD MARCOS DE LIMA ESPINOSA, Nr Ord 4292081, do IV COMAR)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DEFERIDO, o requerimento de alteração do Adicional de Habilitação referente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em "Contabilidade Pública e Auditoria", a contar de 24 JUL 2020, data do requerimento, por atender o que preconizava o art. 1º, inciso III, alínea "d", da Portaria nº 1.274/GC4, de 26 JUL 2019, vigente à época do pleito, com amparo pela previsão atual do art. 11 da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 22 SET 2020, do Ministério da Defesa.

Maj Brig Ar FERNANDO CÉSAR DA COSTA E SILVA BRAGA
Chefe do EMGEP

4 – TAREFA POR TEMPO CERTO

PORTARIA COMGEP Nº 1.166/ISC2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 727/GC3, de 2 de julho de 2020, e considerando o que consta no Processo nº 67720.004927/2023-69, resolve:

Prorrogar a designação do Cap Esp Aer MET R/1 TARCÍSIO NUNES DA FONSECA (Nr Ord 2224925) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, como Chefe da Seção de Capacitação e Treinamento, no período de 16 de junho de 2023 a 15 de junho de 2025.

Ten Brig Ar RICARDO REIS TAVARES
Comandante-Geral do Pessoal

SEÇÃO VI – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

1 - ESTAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE TRÁFEGO AÉREO (EPTA) – AUTORIZA ATIVAÇÃO

PORTARIA DECEA Nº 966/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso "III", alínea "g", da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 15;
- 2 – LOCALIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR/ Aeroporto Internacional Afonso Pena - SBCT;
- 3 – ENDEREÇO: Av. Rocha Pombo, S/N, Águas Belas, São José dos Pinhais-PR; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Concessionária do Bloco Sul S.A (CCR).

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 967/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação
Prestadora de Serviços de Telecomunicações e
de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 33;
- 2 – LOCALIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR/ Aeroporto Internacional Afonso Pena - SBCT;
- 3 – ENDEREÇO: Av. Rocha Pombo, S/N, Águas Belas, São José dos Pinhais-PR; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Concessionária do Bloco Sul S.A (CCR).

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 968/DCCO2, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação
Prestadora de Serviços de Telecomunicações e
de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 12;
- 2 – LOCALIDADE: ARACAJU/ Aeroporto Santa Maria, SE - SBAR;
- 3 – ENDEREÇO: Avenida Senador Júlio César Leite, s/nº, Santa Teresa, Aracaju-SE; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 969/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 18;
- 2 – LOCALIDADE: RECIFE/ Aeroporto Gilberto Freire, PE - SBRF;
- 3 – ENDEREÇO: Avenida Praça Ministro Salga Filho, s/nº, Imbiribeira, Recife-PE; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 970/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 03;
- 2 – LOCALIDADE: RIO VERDE/ Aeroporto General Leite de Castro, GO - SWLC;
- 3 – ENDEREÇO: Rua do Ipê, s/nº, Jardim Floresta, Rio Verde-GO; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Prefeitura Municipal de Rio Verde-GO.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 971/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 06;
- 2 – LOCALIDADE: MACAÉ/ Aeroporto de Macaé Joaquim de Azevedo Mancebo, SBME;
- 3 – ENDEREÇO: Estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/nº, Parque Aeroporto, Macaé-RJ; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Aeroportos do Sudeste do Brasil (ASeB).

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 972/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "C".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “C” PAPI RWY 24;
- 2 – LOCALIDADE: MACAÉ/ Aeroporto de Macaé Joaquim de Azevedo Mancebo, SBME;
- 3 – ENDEREÇO: Estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/nº, Parque Aeroporto, Macaé-RJ; e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: Aeroportos do Sudeste do Brasil (ASeB).

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 973/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "M".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

- 1 – CATEGORIA: “M”;
- 2 – LOCALIDADE: Embarcação KING MAKER;
- 3 – ENDEREÇO: Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB); e
- 4 – ENTIDADE AUTORIZADA: PETRO RIO O&G Produção e Exploração de Petróleo Ltda.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 974/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autorização para ativação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) Categoria "B".

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 10.5.4.3 da ICA 63-10 (Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA), resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 1º - Conceder autorização para ativação da EPTA a seguir identificada, conforme a publicação constante do Boletim Interno do GAP-RJ nº 93, de 24 de maio de 2023:

- 1 - CATEGORIA: “B”;
- 2 - LOCALIDADE: Sinop-MT / SBSI;
- 3 - ENDEREÇO: Avenida Municipal Presidente João Batista de Figueiredo – Rodovia dos Pioneiros, S/N, Zona Rural de Sinop-MT, CEP: 78556-190; e
- 4 - ENTIDADE AUTORIZADA: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Brig Ar ANDRÉ GUSTAVO FERNANDES PEÇANHA
Chefe do SDOP

2 - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA – AUTORIZA ATIVAÇÃO

PORTARIA DECEA Nº 956/DCCO2, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação
Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 64, de 11 de abril de 2023:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Controle de Aproximação (APP);
2. Localidade: MANAUS/ Aeroporto Eduardo Gomes, AM - SBEG;
3. Endereço: Avenida Santos Dumont, nº 1350, Tarumã, Manaus-AM; e
4. Operador ANS: DTCEA-EG.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA DECEA Nº 957/DCCO2, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 64, de 11 de abril de 2023:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Controle de Aproximação (APP);
2. Localidade: BOA VISTA/ Atlas Brasil Catanhede, RR - SBBV;
3. Endereço: Praça Santos Dumont, nº 100, Aeroporto, Boa Vista-RR; e
4. Operador ANS: DTCEA-BV.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 958/DCCO2, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 64, de 11 de abril de 2023:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Controle de Aproximação (APP);
2. Localidade: BELÉM/ Aeroporto Val de Cans, PA - SBBE;
3. Endereço: Avenida Júlio César, s/nº, Val-de-Cans, Belém-PA; e
4. Operador ANS: DTCEA-BE.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA DECEA Nº 959/DCCO2, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 71, de 20 de abril de 2023:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Controle de Aproximação (APP);
2. Localidade: CAMPO GRANDE/ Aeroporto Internacional de Campo Grande - SBCG;
3. Endereço: Avenida João Paes de Barros, s/nº, Serradinho, Campo Grande-MS; e
4. Operador ANS: DTCEA-CG;

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 960/DCCO2, DE 1º DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 71, de 20 de abril de 2023:

:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Controle de Aproximação (APP);
2. Localidade: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/ Aeroporto Afonso Pena – SBCT;
3. Endereço: Avenida Rocha Pombo, s/nº, Águas Belas, São José dos Pinhais-PR; e
4. Operador ANS: DTCEA-CT;

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA DECEA Nº 963/DCCO2, DE 2 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 62, de 5 de abril de 2023:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR);
2. Localidade: MANAUS/ Ponta Pelada, AM, SBMN;
3. Endereço: Avenida Rodrigo Otávio, nº 35, Crespo, Manaus-AM; e
4. Operador ANS: DNB SBMN;

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA DECEA Nº 964/DCCO2, DE 5 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza a ativação de Serviços de Navegação Aérea.

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (SDOP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso “III”, alínea “g”, da Portaria nº 619/DGCEA_SEC, de 20 de dezembro de 2022, e o que preceitua o item 1.5.4 da ICA 63-46 (Órgãos Prestadores de Serviço de Navegação Aérea), resolve:

Art 1º - Conceder autorização para ativação, a título precário, do Serviço de Navegação Aérea a seguir identificado, com as especificações constantes do respectivo ato de homologação publicado no Boletim Interno do GAP-RJ nº 98, de 31 de maio de 2023:

1. ANS: Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Controle de Aproximação (APP);
 2. Localidade: PORTO VELHO/ Aeroporto Governador Jorge Teixeira de Oliveira-RO, SBPV;
 3. Endereço: Avenida Lauro Sodré, s/nº, Aeroporto, Porto Velho-RO; e
 4. Operador ANS: DTCEA-PV.
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Brig Ar ANDRÉ GUSTAVO FERNANDES PEÇANHA
Chefe do SDOP

SECÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

1 - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE OPERACIONAL (CEAO) - ATIVAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 157/DCE, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

Ativa o Curso de Especialização em Análise Operacional (CEAO), fixa o número de vagas e estabelece o calendário de eventos para o ano de 2024.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria DCTA nº 514/DDO, de 20 de dezembro de 2022; conforme o item 1.3.3 e 2.2 da ICA 37-769 “Normas Reguladoras do Curso de Especialização em Análise Operacional (CEAO)”, aprovada pela Portaria DCTA nº 16/DCA, de 23 de dezembro de 2019; e, considerando o que consta do Processo nº 67750.002443/2023-28, resolve:

Art. 1º Ativar o Curso de Especialização em Análise Operacional (CEAO), no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), para o ano de 2024.

Art. 2º Fixar em 15 (quinze) o número de vagas para matrícula no Curso de Especialização em Análise Operacional (CEAO).

Art. 3º O CEAO somente será acionado se atingir o número mínimo de 5 (cinco) participantes.

Art. 4º Estabelecer, em caráter excepcional, o seguinte calendário de eventos para o ano letivo de 2024:

EVENTOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Requerimento ao Comandante/Diretor do ODS, solicitando indicação para o CEAO.	Candidatos pertencentes ao COMAER	Até 07 AGO 2023
Remessa ao DCTA da documentação dos candidatos selecionados.	COMPREP	Até 01 SET 2023
Remessa da documentação dos candidatos ao ITA para avaliação acadêmica.	DCTA	Até 15 SET 2023

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Retorno da documentação ao DCTA com o resultado da avaliação acadêmica.	ITA	Até 29 SET 2023
Expedição de Portaria de Designação dos candidatos pertencentes ao COMAER selecionados para a matrícula no CEAO, com publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.	DCTA	Até 13 OUT 2023
Expedição de Ordem de Matrícula no CEAO dos candidatos habilitados não pertencentes ao COMAER e informação ao EMAER.	DCTA	Até 17 NOV 2023
Expedição de Portaria de Matrícula no CEAO.	ITA	Até 10 FEV 2024
Apresentação ao ITA.	ALUNOS	19 FEV 2024
Início das aulas do CEAO.	ITA	19 FEV 2024
Término do curso, incluindo a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e formatura.	ITA	16 AGO 2024

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

2 - GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - PAGAMENTO - AUTORIZAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 439/SAD, DE 6 DE JUNHO DE 2023.

O VICE-DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROSPACIAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida pela Portaria DCTA nº 508/DDO, de 20 de dezembro de 2022; em conformidade com o previsto no § 1º do art. 6º da Portaria GABAER nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022; no art. 4º, inciso II, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022; e, considerando o que consta do Processo nº 67700.002266/2023-75, resolve:

Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado do militar relacionado a seguir, por participar da Reunião Ordinária do Comitê de Governança Digital, de Segurança da Informação e de Proteção de Dados (CGDSIPD), realizada na cidade de Brasília - DF, por meio da OS 158/DCTA/2023:

Posto/Esp	Nome	Período		Nº de dias	OM	Nr Ord
		Início	Término			
Brig Eng	LUCIANO VALENTIM RECHIUTI	10/05/2023 07 h	11/05/2023 20 h	2	DCTA	2164230

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA DCTA Nº 444/SCCO, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

O VICE-DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida pela Portaria DCTA nº 508/DDO, de 20 de dezembro de 2022; em conformidade com o previsto no § 1º do art. 6º da Portaria GABAER nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022; no art. 4º, inciso II, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022; e, considerando o que consta do Processo nº 67420.006678/2023-21, resolve:

Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado do militar relacionado a seguir, por participar da atualização e especificações técnicas DTS, no Rio de Janeiro - RJ, por meio da OS 79/DIRAD/2023:

Posto/ Esp	Nome	Período		Nº de dias	OM	Nr Ord
		Início	Término			
1º Ten QOCon Mec	TIAGO ALEGRETTI ZUCARELLI	24/04/23 08h	28/04/23 17h	5	IAE	6945112

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DCTA Nº 445/SCCO, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

O VICE-DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida pela Portaria DCTA nº 508/DDO, de 20 de dezembro de 2022; em conformidade com o previsto no § 1º do art. 6º da Portaria GABAER nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022; no art. 4º, inciso II, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022; e, considerando o que consta do Processo nº 67790.001061/2023-19, resolve:

Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado do militar abaixo relacionado, por participar da atividade da fase de Avaliação de Cabine do CEV-AF, na Unidade da Embraer, em Gavião Peixoto - SP, por meio da OS 94/IPEV/2023:

Posto/Esp	Nome	Período		Nº de dias	OM	Nr Ord
		Início	Término			
Cap Av	YURI SOARES PALOTA	19/04/23 10h	19/04/23 20h	1	IPEV	6085113

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MAURO BELLINTANI
Vice-Diretor do DCTA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

3 - RICA 21-240 - REVOGAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 156/DDO, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

Revoga o Regimento Interno da Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do art. 10 do ROCA 20-4 "Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial", aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022; considerando a Portaria GABAER nº 447/GC3, de 12 de janeiro de 2023, e a Portaria GABAER nº 517/GC3, de 2 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria DCTA nº 81/DDO, de 6 de abril de 2022, publicada no BCA nº 068, de 11 de abril de 2022, que aprovou a reedição do RICA 21-240 "Regimento Interno da Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2023.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

4 - RICA 21-80 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 158/DDO, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

Aprova o Regimento Interno do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições previstas no inciso IV do art. 10 do ROCA 20-4 "Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial", aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022; de acordo com o item 4.2.3 da ICA 19-1 "Regulamentação das Organizações", aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005; e considerando o que consta do Processo nº 67770.000073/2023-56, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 21-80 "Regimento Interno do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial", que com esta baixa.

Art. 2º A entrada em vigor do presente ato, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 3º Revoga-se a Portaria DCTA nº 111/DDO, de 13 de julho de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 142, de 1º de agosto de 2022.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

Obs.: O Regimento de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no SISLAER.

5 - RICA 21-91 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA DO DCTA Nº 159/DDO, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

Aprova o Regimento Interno do Centro de Lançamento de Alcântara.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no art. 10 do ROCA 20-4 “Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”, aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022, de acordo com o item 4.3 da ICA 19-1 “Regulamentação das Organizações”, aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005, e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67710.008582/2022-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 21-91 “Regimento Interno do Centro de Lançamento de Alcântara”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2023.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DCTA nº 10/DNO, de 12 de janeiro de 2017, publicada no BCA nº 17, de 31 de janeiro de 2017.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

Obs.: O Regimento de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no SISLAER.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

6 - PROMOÇÃO/PROGRESSÃO FUNCIONAL - CONCESSÃO - ANULAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 448/DRH, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do art. 10 do ROCA 20-4 "Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial", aprovado pela Portaria DCTA nº 514/DDO, de 20 de dezembro de 2022; conforme o disposto no art. 19 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; no art. 4º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 11.094, de 13 de janeiro de 2005; de acordo com as disposições constantes da Resolução nº 3, de 20 de dezembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, publicada no D.O.U. nº 241, de 21 de dezembro de 1994, Seção 1, Folha 20041; e, considerando o que consta do Processo nº 67700.015749/2022-59, resolve:

Anular a concessão de Promoção/Progressão Funcional da servidora CLAUDIA OLIVEROS (DCTA/SIAPE 2115895), ocupante do cargo de Analista em C&T, pertencente ao Quadro de Pessoal do Grupo de Saúde de São José dos Campos (GSAU-SJ) e lotada no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), concedida por meio do item nº 29 do Anexo à Portaria DCTA nº 160/SDPC, de 17 de maio de 2022.

Conceder Promoção/Progressão Funcional à servidora acima mencionada, para as seguintes classes e padrões, nas respectivas vigências:

I - Classe Pleno 2, Padrão I, a contar de 30 de abril de 2020;

II - Classe Pleno 2, Padrão II, a contar de 30 de abril de 2021;

III - Classe Pleno 2, Padrão III, a contar de 30 de abril de 2022.

Os efeitos financeiros da referida concessão têm vigência a contar das respectivas datas mencionadas no parágrafo anterior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

1 – GRATIFICAÇÃO – AUTORIZA O PAGAMENTO

PORTARIA SEFA Nº 424/CRH, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Autoriza o pagamento da Gratificação de Representação.

O VICE-SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no § 2º do Art. 6º da Portaria nº 348/GC4, de 10 de agosto de 2022, na alínea "c", inciso II, Art. 4º, do Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022, e o que consta do processo nº 67267.004459/2023-27, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado da militar abaixo relacionada, partícipe do ISeminário de Infraestrutura da Aeronáutica da Região do IVCOMAR, ocorrido em São José dos Campos - SP:

Posto Grad/Esp	Nome completo	Período		Nr de Dias	OM	SARAM
		Início	Término			
2º Ten QO Con CIV	FLÁVIA RAYANNA NUNES ALVES	06:00h - 15/05/2023	13:00h - 18/05/2023	3	GAP- SP	7466994

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar SERGIO BARROS DE OLIVEIRA
Vice-Secretário da SEFA

2 – LICENCIAMENTO E EXCLUSÃO DO SERVIÇO ATIVO

PORTARIA DIREF Nº 16/SGOrg, DE 30 DE MAIO DE 2023.

O DIRETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, do Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 199, de 19 de outubro de 2022; o art 4º e o art.9º, todos do Regulamento da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (ROCA 21-100), aprovado pela Portaria nº 153/GC3, de 23 de setembro de 2021; o art. 1º, art. 26 e o art. 77, todos do Regimento Interno da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (RICA 21-274), aprovado pela Portaria DIREF nº 7/AJUR, de 17 de janeiro de 2022; combinados com a Portaria COMGEP nº 1.948/DLE, de 17 de agosto de 2017, publicada no BCA nº 149, de 29 de agosto de 2017, resolve:

Licenciar e excluir do serviço ativo da Aeronáutica, "*ex-offício*", por conclusão de tempo de serviço, o 3S QSCON RODRIGO IZIDIO DE SOUSA (Nr. Ord. 6967795), do

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

efetivada Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF), a contar de 20 de maio de 2023, conforme estabelecido no inciso V, do Art. 94, no inciso II, e na alínea "a", do § 3º, ambos do Art. 121, todos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; no § 3º do Art. 27, da Lei nº 4.375, de 17 de Agosto de 1964, com as alterações da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, combinados a alínea "c", do inciso II, do Art. 37, do Decreto nº 10.986, de 08 de março de 2022.

Esta Portaria entra em vigor a contar de 20 de maio de 2023.

MajBrig Ar EDSON FERNANDO DA COSTA GUIMARÃES
Diretor de Economia e Finanças da Aeronáutica

3 – PORTARIA - REVOGA

PORTARIA SEFA Nº 410/AJUR, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Revoga de Portarias.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem: o art. 22 do Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 199, de 19 de outubro de 2022; o Regulamento da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (ROCA 20-8), aprovado pela Portaria nº 241/GC3, de 9 de fevereiro de 2022; o Regimento Interno da SEFA (RICA 20-2); aprovado pela Portaria SEFA nº 366/AJUR, de 14 de abril de 2023, e tendo em vista a transferência de subordinação das Bases Aéreas ao Comando de Preparo (COMPREP), de acordo com a DCA 19-8/2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SEFA nº 11/AJUR, de 15 de janeiro de 2021, publicada no BCA nº 13, de 20 de janeiro de 2021, que aprovou o RICA 21-82, Regimento Interno da Base Aérea do Galeão (BAGL).

Art. 2º Revogar a Portaria SEFA nº 12/AJUR, de 15 de janeiro de 2021, publicada no BCA nº 13, de 20 de janeiro de 2021, que aprovou o RICA 21-37, Regimento Interno da Base Aérea de Brasília (BABR).

Art. 3º Revogar a Portaria SEFA nº 24/AJUR, de 26 de janeiro de 2021, publicada no BCA nº 19, de 28 de janeiro de 2021, que aprovou o RICA 21-78, Regimento Interno da Base Aérea de Anápolis (BAAN).

Art. 4º Revogar a Portaria SEFA nº 30/AJUR, de 12 de fevereiro de 2021, publicada no BCA nº 32, de 18 de fevereiro de 2021, que aprovou o RICA 21-335, Regimento Interno da Base Aérea de Porto Velho (BAPV).

Art. 5º Revogar a Portaria SEFA nº 31/AJUR, de 12 de fevereiro de 2021, publicada no BCA nº 32, de 18 de fevereiro de 2021, que aprovou o RICA 21-333, Regimento Interno da Base Aérea de Manaus (BAMN).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 6º Revogar a Portaria SEFA nº 40/AJUR, de 22 de fevereiro de 2021, publicada no BCA nº 39, de 1º de março de 2021, que aprovou o RICA 21-48, Regimento Interno da Base Aérea de Boa Vista (BABV).

Art. 7º Revogar a Portaria SEFA nº 46/AJUR, de 6 de abril de 2021, publicada no BCA nº 66, de 12 de abril de 2021, que aprovou o RICA 21-336, Regimento Interno da Base Aérea de Canoas (BACO).

Art. 8º Revogar a Portaria SEFA nº 47/AJUR, de 6 de abril de 2021, publicada no BCA nº 66, de 12 de abril de 2021, que aprovou o RICA 21-33, Regimento Interno da Base Aérea de Santa Maria (BASM).

Art. 9º Revogar a Portaria SEFA nº 49/AJUR, de 19 de abril de 2021, publicada no BCA nº 76, de 27 de abril de 2021, que aprovou o RICA 21-337, Regimento Interno da Base Aérea de Florianópolis (BAFL).

Art. 10. Revogar a Portaria SEFA nº 63/AJUR, de 31 de maio de 2021, publicada no BCA nº 102, de 2 de junho de 2021, que aprovou o RICA 21-26, Regimento Interno da Base Aérea de Santos (BAST).

Art. 11. A entrada em vigor do presente ato, justificada em função da urgência, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RICARDO AUGUSTO FONSECA NEUBERT
Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

1 – ADIÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 3.140/2SM, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 02 MAIO 2022; e em conformidade com o art. 238, inciso VII, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 266/ALE, de 24 OUT 2022, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Adir, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, às Organizações Militares abaixo discriminadas, de acordo com o item 3.1.1, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 6.187/2SM1, de 05 DEZ 2017, os seguintes militares recém transferidos para a reserva remunerada:.

SEREP-RF
SO BCT R/1 CRISTIANO COELHO DOS REIS (Nr Ord 2601320)
SEREP-RJ
SO SML R/1 JOSIMAR ABREU DE RESENDE (Nr Ord 2958368)
SEREP-CO
Cel Eng R/1 LUCIANO PENIDO MAIA (Nr Ord 3166902)
SO SAD R/1 ALEX MAASS (Nr Ord 2951649)
SEREP-BR
Cel Esp Fot R/1 MARCO AURÉLIO MOREIRA FERREIRA (Nr Ord 2480948)
1º Ten Esp Aer R/1 RENATO PEDERSOLI (Nr Ord 2603861)
2S QESA BCO R/1 JEFFERSON ARAUJO SOARES (Nr Ord 3624048)
SEREP-MN
SO BMA R/1 ANDERSON SANTANA DA SILVA (Nr Ord 2600153)
SO BCO R/1 VANILSON COSTA VILARDE (Nr Ord 2888483)
SO BCO R/1 ANDERSON GRACIANO DA SILVA (Nr Ord 2600110)

PAULO CESAR MILARE Cel Inf
Subdiretor Interino da SDSM

2 - ADIÇÃO – TRANSFERÊNCIA

PORTARIA DIRAP Nº 3.143/2SM, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "b" da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 02 MAIO 2022, em conformidade com o art. 238, inciso VII, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 266/ALE, de 24 OUT 2022, resolve:

Transferir a adição do SO BMA R/1 CLÁUDIO VIZO FERNANDEZ (Nr Ord 2021773), com finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do SEREP-CO para o SEREP-RJ, de acordo com os itens 3.2.1 e 3.2.3 da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 6.187/2SM1, de 05 DEZ 2017.

PAULO CESAR MILARE Cel Inf
Subdiretor Interino da SDSM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

3 – AGREGAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 3.137/2CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 8º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, resolve:

Agregar ao seu quadro o S1 SAD THIAGO RODRIGUES ALVES MONTEIRO (Nr Ord 7254601), de acordo com o art. 81, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido colocado, por necessidade do serviço, *ex officio*, à disposição do Ministério da Defesa, a fim de prestar serviço no Hospital das Forças Armadas, considerando a Portaria GABAER nº 904/GC1, de 6 de junho de 2023.

PORTARIA DIRAP Nº 3.144/2CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 8º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, resolve:

Agregar ao seu quadro o 2S SIN ROGERIO CAMPOS SILVA (Nr Ord 4442504), de acordo com o art. 81, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido colocado, *ex officio*, por necessidade do serviço, à disposição do Comando do Exército, a fim de prestar serviço no Comando de Defesa Cibernética, na cidade de Brasília-DF, considerando a Portaria COMGEP nº 905/GC1, de 6 de junho de 2023.

PORTARIA DIRAP Nº 3.145/2CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 8º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, resolve:

Agregar ao seu quadro o 1º Ten QOCon MMS THIAGO LINHARES BRANT REIS (Nr Ord 7266987), de acordo com o art. 81, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido colocado, *ex officio*, por necessidade do serviço, à disposição do Comando do Exército, a fim de prestar serviço no Colégio Militar de Belo Horizonte, considerando a Portaria COMGEP nº 907/GC1, de 6 de junho de 2023.

LUIZ ROBERTO PARENTE DE MEDEIROS Cel Av R/1
Ch Int da DCM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

4 - APOSTILA

APOSTILA

A Portaria SEREP-RJ nº 198/SESC, de 29 MAIO 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 100, de 01 JUN 2023, que dispõe sobre a Equipe de Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (EA TACF) para os componentes do Estágio de Adaptação para Praças (EAP 1.2023), sofreu substituição de membros da EA TACF e passou a vigorar com a seguinte redação:

"(...) Substituídos:

1º Ten QOEA GDS WENDELL DE SOUZA SAMPAIO (Nr Ord 2684144) - OM: SEREP-RJ;

2º Ten QOCon RUBENS JORGE DE SOUSA JUNIOR (Nr Ord 7384793) - OM: SEREP-RJ;

SO QSS SGS WANDERSON BARBOSA SANTOS (Nr Ord 3236854) - OM: SEREP-RJ; e

3S QSCon JÉSSICA DA SILVA CLEMENTINO (Nr Ord 7493770) - OM: SEREP-RJ.

Substitutos:

1T QOCon MDS DÉBORA LEONEL PELUSO (Nr Ord 6937780) - OM: CDA;
AP QOCon EFI JOÃO PAULO BRUM RODRIGUES (Nr Ord 7559151) - OM: CDA;

3S QSCon TEE LEONARDO SIMÃO DO NASCIMENTO (Nr Ord 7421877) - OM: CDA; e

3S QSCon TAD ALINE CRISTINA DA SILVA MINEIRO (Nr Ord 7422067) - OM: CDA."

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2023.

MARCIO SIMIÃO DE SOUZA Cel Inf
Chefe do SEREP-RJ

5 – CLASSIFICAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 3.158/1CM1, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência estabelecida no art. 222, inciso III, do RISAER, e considerando o Processo nº 67000.004990/2023-21, resolve:

Classificar, *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.3 da ICA 30-4, de 27 DEZ 2022, a 1º Ten QOCon ANS ESTER DOS SANTOS BORGES (Nr Ord 6897410), no EMAER (Brasília - DF), por ter sido dispensada de ficar à disposição do Comando do

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Exército e de prestar serviço no Comando de Defesa Cibernética, na cidade de Brasília - DF, conforme a Portaria GABAER nº 753/GC1, de 16 MAIO 2023, publicada no BCA nº 091, de 19 MAIO 2023.

PORTARIA DIRAP Nº 3.154/1CM1, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência estabelecida no art. 222, inciso III, do RISAER, e considerando o Processo nº 67200.005033/2023-65, resolve:

Classificar, *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.4 da ICA 30-4, de 27 DEZ 2022, o Maj Av RODOLFO SANTOS MOURA (Nr Ord 4016076), no COMPREP (Brasília - DF), ao término de sua missão no exterior.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

6 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 6/SRH/1763, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67221.004550/2023-79 - Ref ao Requerimento em que o militar Nr Ord 7330111, do efetivo da BAFZ, solicita reconsideração do ato que indeferiu o pedido de prorrogação de tempo de serviço)

INDEFERIDO, por não haver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 33, da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), com as alterações da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, considerando que o militar não satisfaz as condições estabelecidas no Art. 25, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (RCPGAER), aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000.

EVANDRO SILVA DE OLIVEIRA Cel Inf
Chefe do SEREP-RF

DESPACHO DECISÓRIO Nº 846/1HM1/18541, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67617.010958/2023-36 - Ref Requerimento nº , de 23 mai. 2023, do CRCEA-SE)

INDEFERIDO, por não possuir o tempo mínimo de Anos de Serviço e de Atividade de Natureza Militar, previstos no caput e no inciso I do art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, alterado pelo art. 2º e com regras de transição estabelecidas pelas alíneas “a” e “b”, inciso II, art. 22, ambos da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; além do disposto no § 1º, do art.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

137, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980 (Estatuto dos Militares), item 13.7.9, da ICA 35-1/2017, atentando ao art. 1º da Portaria Normativa nº 3.270/MD, de 18 DEZ 2014, que reclassifica a cidade de Manaus/AM como Localidade ou Guarnição Especial Categoria A, a contar de 01 JAN 2015.

Brig Ar JORGE MAURICIO MOTTA
Subdiretor de Pessoal Militar

DESPACHO DECISÓRIO Nº 210/CALESP/18218, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67422.001885/2023-79 - Ref Requerimento do SO R/1 MARCELO RODRIGUES DE VASCONCELOS, Nr Ord 248126-0, de 31 JAN 2023, da BREVET)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4331, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV; e

3) A BREVET, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 07/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 211/CALESP/18233, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67248.000765/2023-12 - Ref Requerimento do Cap R/1 VENILDO FERREIRA DE OLIVEIRA, Nr Ord 079937-8, de 04 MAIO 2023, da PAGL)

INDEFERIDO, tendo em vista ocorrência de prescrição quinquenal, nos termos do art 1º, do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, conforme previsão contida no item 4.1, da ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 220/CALESP/18408, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67605.002438/2023-99 - Ref Requerimento SO R/1 DELSON CHRISPIM LOPES, Nr Ord 128949-7, de 23 MAIO 2023, do CGNA)

INDEFERIDO, tendo em vista ocorrência de prescrição quinquenal, nos termos do art 1º, do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, conforme previsão contida no item 4.1, da ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 221/CALESP/18417, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67289.003514/2023-11 - Ref Requerimento do SO R/1 ALEXANDRE CORREA BEZERRA, Nr Ord 364891-5, de 27 ABR 2023, do GAP-DF)

INDEFERIDO, tendo em vista que o período de férias solicitado não está devidamente registrado no Relatório de Cômputo de Tempo de Serviço (RCTS), conforme previsão na alínea “a” do subitem 2.2.1 da ICA 35-15/2022, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 222/CALESP/18420, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67289.003347/2023-09 - Ref Requerimento do Cel R/1 FABIO EDUARDO MADIOLI, Nr Ord 183981-0, de 24 ABR 2023, do GAP-DF)

INDEFERIDO, tendo em vista ocorrência de prescrição quinquenal, nos termos do art 1º, do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, conforme previsão contida no item 4.1, da ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 223/CALESP/18421, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67422.006055/2023-38 - Ref Requerimento do Cel R/1 MAURO HENRIQUE MONSANTO DA FONSECA E SOUZA, Nr Ord 185801-7, de 03 ABR 2023, da BREVET)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4344, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV; e

3) A BREVET, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 12/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 225/CALESP/18424, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67410.006184/2023-65 - Ref Requerimento do SO R/1 MARCELO COSTA DA SILVA, Nr Ord 222026-1, de 17 MAR 2023, da BREVET)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4333, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV ; e

3) A BREVET, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 12/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 227/CALESP/18455, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67289.002769/2023-59 - Ref Requerimento do SO R/1 FRANCISCO JEAM CARLOS, Nr Ord 263754-5, de 04 ABR 2023, do GAP-DF)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4312, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV; e

3) O GAP-DF, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 07/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

No Imp Brig Int MARCELO TENÓRIO DE CARVALHO
Subdiretor de Veteranos e Pensionistas

RONEY TAVARES Cel Int R/1

DESPACHO DECISÓRIO Nº 212/CALESP/18275, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67720.002159/2023-17 - Ref Requerimento do Cel R/1 SAINT CLAIR LIMA DA SILVA, Nr Ord 248939-2 de 10 MAR 2023, do GAP-SJ)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4329, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV; e

3) O GAP-SJ, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 10/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 213/CALESP/18281, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67230.001786/2023-44 - Ref Requerimento do 1S R/1 MAURINALDO PEREIRA DA SILVA FILHO, Nr Ord 197951-5, de 03 ABR 2023, do GAP-RF)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4335, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV; e

3) O GAP-RF, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 07/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 215/CALESP/18329, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67215.003722/2023-76 - Ref Requerimento do SO R/1 CLAUDIO PEREIRA GONZALEZ, Nr Ord 177033-0, de 02 MAIO 2023, do GAP-BE)

INDEFERIDO, tendo em vista ocorrência de prescrição quinquenal, nos termos do art 1º, do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, conforme previsão contida no item 4.1, da ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 216/CALESP/18332, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67441.004933/2023-52 - Ref Requerimento SO R/1 MARCELO SILVA DE SOUZA, Nr Ord 306154-0 de 27 ABR 2023, do HFAG)

INDEFERIDO, tendo em vista que o requerimento alude a indenização de período de férias adquirido durante serviço obrigatório cumprido nas fileiras do Exército Brasileiro. Portanto, com base no art. 3º, caput, da Portaria nº 28/GM-MD, de 3 de maio de 2019, o interessado deverá apresentar o seu requerimento junto ao órgão designado pela respectiva Força.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 224/CALESP/18423, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67222.002512/2023-71 - Ref Requerimento do Cel R/1 ENIO MACEDO DO NASCIMENTO, Nr Ord 259613-0, de 23 FEV 2023, da BANT)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4337, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV reduzindo o total do ATS de 11% para 10% do soldo; e

3) A BANT, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 12/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 226/CALESP/18447, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67289.002251/2023-15 - Ref Requerimento Cel R/1 MARCO ANTONIO FAZIO, Nr Ord 156291-6, de 21 MAR 2023, do GAP-DF)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DEFERIDO, de acordo com a ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 DEZ 2022, no valor contido na Planilha de Cálculo nº 4292A, aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP).

Em consequência:

1) A Divisão de Histórico de Inatividade (DHI), da SDPM/DIRAP, elabore novo RCTS, retirando os períodos de LESP e/ou FÉRIAS transformados em pecúnia;

2) A Divisão de Proventos, da SDVP/DIRAP, emita novo TPV reduzindo o total do ATS de 18% para 17% do soldo; e

3) O GAP-DF, sob coordenação e controle da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), implemente o saque, conforme planilha de cálculos aprovada pela Divisão de Indenização de LESP e FÉRIAS não usufruídos (3VP), devendo providenciar a correção monetária do valor bruto da indenização e das eventuais compensações de valores já percebidos, a contar da data do recebimento do Termo de Concordância pela Administração, 06/06/2023, até o lançamento em Folha de Pagamento, para militares e seus sucessores, ou o pagamento em conta-corrente indicado pelo requerente, para ex-militares ou seus sucessores, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro que vier a substituí-lo até a implementação do pagamento.

Brig Int MARCELO TENÓRIO DE CARVALHO
Subdiretor de Veteranos e Pensionistas

DESPACHO DECISÓRIO Nº 217/CALESP/18369, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67267.004371/2023-13 - Ref Requerimento, em grau de recurso, do Cel R/1 HAMILTON BUENO DE OLIVEIRA, Nr Ord 045197-5, de 19 MAIO 2023, do GAP-SP)

INDEFERIDO, ratificando-se a decisão proferida em primeira instância pelo GAP-SP nos autos do Processo nº 67267.002996/2023-32. Tendo em vista que, conforme disposto no Parecer nº 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, aprovado pelo Despacho Decisório nº 2/GM-MD, de 12 de abril de 2018; no Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018; e no item 4.1, da ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022", a contagem do prazo prescricional terá por termo inicial a transferência do militar para a reserva remunerada, concretizada mediante o seu desligamento do serviço ativo da Aeronáutica, e que o Recurso Administrativo apresentado pelo interessado não contempla elementos capazes de afastar a incidência da prescrição quinquenal, conforme as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, do Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018 e nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.13, da ICA 35-15/2022. Desta feita, conforme previsão contida subitem 5.2.2, da ICA 35-15/2022, considere-se encerrado o processo em tela no âmbito administrativo.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 218/CALESP/18370, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67267.004028/2023-61 - Ref Requerimento, em grau de recurso, do Cel R/1 GILMAR JOSÉ DO NASCIMENTO, Nr Ord 104775-2 de 11 MAIO 2023, do GAP-SP)

INDEFERIDO, ratificando-se a decisão proferida em primeira instância pelo GAP-SP nos autos do Processo nº 67267.002292/2023-60. Tendo em vista que, conforme disposto no Parecer nº 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, aprovado pelo Despacho Decisório nº 2/GM-MD, de 12 de abril de 2018; no Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018; e no item 4.1, da ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022", a contagem do prazo prescricional terá por termo inicial a transferência do militar para a reserva remunerada, concretizada mediante o seu desligamento do serviço ativo da Aeronáutica, e que o Recurso Administrativo apresentado pelo interessado não contempla elementos capazes de afastar a incidência da prescrição quinquenal, conforme as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, do Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018 e nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.13, da ICA 35-15/2022. Desta feita, conforme previsão contida subitem 5.2.2, da ICA 35-15/2022, considere-se encerrado o processo em tela no âmbito administrativo.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 219/CALESP/18371, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67267.004041/2023-10 - Ref Requerimento, em grau de recurso, do Cel R/1 FRANCISCO JOSÉ PENTEADO DE ANDRADE FREITAS, Nr Ord 226373-4, de 11 MAIO 2023, do GAP-SP)

INDEFERIDO, ratificando-se a decisão proferida em primeira instância pelo GAP-SP nos autos do Processo nº 67267.002814/2023-23. Tendo em vista que, conforme disposto no Parecer nº 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, aprovado pelo Despacho Decisório nº 2/GM-MD, de 12 de abril de 2018; no Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018; e no item 4.1, da ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022", a contagem do prazo prescricional terá por termo inicial a transferência do militar para a reserva remunerada, concretizada mediante o seu desligamento do serviço ativo da Aeronáutica, e que o Recurso Administrativo apresentado pelo interessado não contempla elementos capazes de afastar a incidência da prescrição quinquenal, conforme as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, do Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018 e nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.13, da ICA 35-15/2022. Desta feita, conforme previsão contida subitem 5.2.2, da ICA 35-15/2022, considere-se encerrado o processo em tela no âmbito administrativo.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 809/ICM1/17930, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67223.001729/2023-54 - Ref Req de movimentação por interesse próprio do 1º Ten Esp Aer SVM ADIERSON EUGENIO SANTOS, Nr Ord 2664607, do efetivo da BARF, datado de 03 ABR 2023)

INDEFERIDO, por não ser do interesse da Administração, conforme os itens 2.1.4 e 2.3.6.12 da ICA 30-4, de 27 DEZ 2022.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 841/SDVP/18373, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67267.003959/2023-41 - Ref Requerimento, em grau de recurso, do Cel R/1 ALOYSIO COSTA DE ANDRADE, Nr Ord 064522-2, de 09 MAIO 2023, do GAP-SP)

INDEFERIDO, ratificando-se a decisão proferida em primeira instância pelo GAP-SP nos autos do Processo nº 67267.003339/2023-11. Tendo em vista que, conforme disposto no Parecer nº 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, aprovado pelo Despacho Decisório nº 2/GM-MD, de 12 de abril de 2018; no Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018; e no item 4.1, da ICA 35-15 - "Conversão em pecúnia de períodos não usufruídos de Licenças Especiais e de Férias", ICA 35-15, aprovada pela Portaria COMGEP nº 284/ALE, de 27 de dezembro de 2022", a contagem do prazo prescricional terá por termo inicial a transferência do militar para a reserva remunerada, concretizada mediante o seu desligamento do serviço ativo da Aeronáutica, e que o Recurso Administrativo apresentado pelo interessado não contempla elementos capazes de afastar a incidência da prescrição quinquenal, conforme as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, do Art. 14, da Portaria Normativa nº 31/GMMD, de 24 de maio de 2018 e nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, da ICA 35-15/2022. Desta feita, conforme previsão contida subitem 5.2.2, da ICA 35-15/2022, considere-se encerrado o processo em tela no âmbito administrativo.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

DESPACHO DECISÓRIO Nº 844/2CM1/18437, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67410.014613/2023-78 - Ref Req em que o militar Nr Ord 6926363, da BAPV, solicita prorrogação de tempo de serviço)

INDEFERIDO, por não haver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 33, da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), com as alterações da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, considerando que o militar não satisfaz a condição estabelecida no item 2.11.4, letra "b", da ICA 39-23, aprovada pela Portaria nº 1.591/GC3, de 25 de setembro de 2014, modificada pela Portaria nº 286/GC3, de 22 de março de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 845/2CM1/18473, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67410.014636/2023-82 - Ref Req em que a militar Nr Ord 7311559, do efetivo do HABE, solicita prorrogação de tempo de serviço)

INDEFERIDO, por não haver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 33, da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), com as alterações da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, considerando que a militar não satisfaz as condições estabelecidas no item 2.11.4, letras "c" e "e", da ICA 39-23, aprovada pela Portaria nº 1.591/GC3, de 25 de setembro de 2014, modificada pela Portaria nº 286/GC3, de 22 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO PARENTE DE MEDEIROS Cel Av R/1
Ch Int da DCM

7 - EAGTS 2023

PORTARIA SEREP-RJ Nº 224/CEF, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

I - MATRICULADOS

O CHEFE DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 do ROCA 21-103/2017, a alínea "b", do item 1.3.6, e o item 3.3.1, da ICA 37-576/2019, resolve:

Matricular os militares abaixo relacionados nos Estágios de Adaptação à Graduação de Terceiro-Sargento e de Adaptação à Graduação de Sargento de Taifa (EAGTS.EAGST 2023), a ser realizado no período de 29 MAIO a 30 JUN 2023, em conformidade ao disposto na Ordem de Matrícula, emitida pela Diretoria de Ensino (DIRENS), publicada no BCA nº 087, de 15 MAIO 2023:

LOCALIDADE: RIO DE JANEIRO				
Nº ORD	GRAD	ESP	NOME	OM
4084586	CB	SAD	ADRIANO DA SILVA RAMOS	GAP-GL
4084713	CB	BMB	ALAN DE CARVALHO MENEZES	PAMB-RJ
4077830	CB	SEM	ALCIMAR LEPAUS	DTCEA-STA
4326571	CB	STO	ANDERSON FORESTER	HAAF
4218523	CB	SAD	ANDERSON LUIS MATOS RODRIGUES	GAPGL
4262352	CB	SAD	AUREO DE OLIVEIRA SOUZA JÚNIOR	IPA
4085655	CB	SAD	BRUNO SANTANA DE ARAUJO	PAGL
4021177	CB	BMB	CAIO CESAR SILVA DE OLIVEIRA	BAAF
4317777	CB	BSP	CAIO DOS SANTOS DE ANDRADE	CTLA
4180429	CB	SEM	CARLOS AUGUSTO MELQUISEDEC DE AZEVEDO ALENCAR	GAP-AF
4303970	CB	STO	EMANUEL JOSÉ RABELO	HAAF
4125568	CB	SAD	FABRICIO MARTINS FARIA DOS SANTOS	BASC

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

4078985	CB	BMB	FREDERICO GAMA SENA	BAGL
4169328	CB	SEM	HEIDER DA SILVA MARQUES	HCA
4084373	CB	SAD	ITALO DE CARVALHO LISBOA	GAP-GL
4129725	CB	SEM	JAMERSON DE AZEVEDO BAETA	UNIFA
4021940	CB	SEM	JOSÉ MACHADO NETO	GAP-AF
4088530	CB	SEM	JOSIAS ALVES DE SOUZA	COPE-S
4179323	CB	SEF	LANDERSON LUIZ COSTA	PJM-RJ
4346718	CB	SEM	LEANDRO RIBAS NEVES	GAP-RJ
4083342	CB	BMB	LEONARDO CAETANO PACHECO	3/8 GAV
4329031	CB	SEM	LUCIANO GUILHERME FURTADO COSTA DIAS	DECEA
4079264	CB	SAD	MARCOS AURÉLIO PEREIRA RAMOS	GAP-AF
4022815	CB	SEM	NICHOLAS VILLELA	GAP-RJ
4125975	CB	SAD	RENATO LIMA DE CARVALHO	GAP-GL
4075552	CB	STO	RODRIGO DOS SANTOS CLAUDIO	GSAU-SC
4075650	CB	SEF	RODRIGO LASNIER VALLE DA SILVA	HFAG
4089111	CB	SEM	THIAGO ALBERNAZ DOS SANTOS	DIRAD
4023811	CB	SEM	THIAGO BAIÃO CANTARELI	PAMB-RJ
4089901	CB	SAD	THIAGO COUTO DOS SANTOS	GAP-GL
4287878	CB	BMA	THIAGO FERNANDES	GAP-AF
4023480	CB	STO	THIAGO MOREIRA SILVA VIANNA	HCA
4076478	CB	SEM	THIAGO VICINI DOS SANTOS	DECEA
4022491	CB	SEM	VINICIUS BARROSO HANS	CTLA
4076044	CB	SAD	VINICIUS DOS SANTOS COSTA	DIRAD
3979768	TM	TAR	VITOR CORRÊA DE SÁ COELHO	GAP-GL
4228057	CB	SEM	WENDEL DE ANDRADE PIREDA	COPE-S

II- NÃO MATRICULADOS

Em consonância com o previsto na letra "f", do item 2.8.1, da ICA 39-21/2022, e em virtude do publicado no Boletim de Informações Pessoais do GAP-GL nº 32, de 25 ABR 2023, não foi matriculado no Estágio de Adaptação à Graduação de Terceiro Sargento (EAGTS 2023), a ser realizado no período de 29 MAIO a 30 JUN 2023, no Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica do Rio de Janeiro, o Cabo abaixo relacionado:

LOCALIDADE: RIO DE JANEIRO				
Nº ORD	GRAD	ESP	NOME	OM
4174445	CB	SAD	ELTON DA SILVA GONÇALVES	DIRAP

MARCIO SIMIÃO DE SOUZA Cel Inf
Chefe do SEREP-RJ

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

8 - MOVIMENTAÇÃO

PORTARIA SEREP-RF Nº 108/SRH, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DE RECIFE, por delegação de competência do Senhor Diretor de Administração do Pessoal, estabelecida no inciso III do Art. 2º da PORTARIA DIRAP nº 138/SPOG4, de 18 de maio de 2022, e considerando o Processo nº 67223.002911/2023-22, resolve:

Art. 1º Transferir, por necessidade do serviço, de acordo com o Art. 222, inciso III, do RCA 34-1/2020 (RISAER), os militares a seguir relacionados, todos do efetivo do GSD-RF, para as OM listadas com suas respectivas localidades:

TERCEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (Recife-PE):

S2 QSD NE DEYVISON FELLIPE DO AMARAL (Nr Ord 7478160);
S2 QSD NE EVERTON ALVES OLIVEIRA DA SILVA (Nr Ord 7479743);
S2 QSD NE BRUNO DE ALCÂNTARA MENDES (Nr Ord 7479522);
S2 QSD NE RIQUELME SAMUEL BARBOZA SILVA (Nr Ord 7478178);
S2 QSD NE ADRIANO AUGUSTO DA SILVA (Nr Ord 7478054);
S2 QSD NE PEDRO HENRIQUE MONTEIRO DO NASCIMENTO (Nr Ord 7478410);
S2 QSD NE MATEUS EMANUEL MELO BRITO (Nr Ord 7478500);
S2 QSD NE LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS CAVALCANTE (Nr Ord 7478127);
S2 QSD NE JOÃO MARCOS BARBOSA DA SILVA (Nr Ord 7478852);
S2 QSD NE MATEUS GABRIEL PEREIRA DA SILVA (Nr Ord 7479514);
S2 QSD NE EMANUEL FRANCISCO DOS SANTOS (Nr Ord 7526083);
S2 QSD NE SILAS LUCENA RODRIGUES DE MELO (Nr Ord 7526369);
S2 QSD NE JOÃO PEDRO SILVA BOMFIM (Nr Ord 7526580);
S2 QSD NE DAVI FRANCISCO DOS SANTOS (Nr Ord 7526520);
S2 QSD NE SAMUEL HENRIQUE GOIS (Nr Ord 7526857);
S2 QSD NE PEDRO LUCAS DE BARROS SOUZA (Nr Ord 7526687);
S2 QSD NE JOSÉ MATHEUS BRITO DA SILVA (Nr Ord 7526423);
S2 QSD NE CLAUDIO FELLYPE DA SILVA PEDROSA (Nr Ord 7526660);
S2 QSD NE JONATHA MATHEUS SILVA RAMOS (Nr Ord 7526016);
S2 QSD NE ANDRÉ LUIZ ALVES JÚNIOR (Nr Ord 7526695);
S2 QSD NE ELIFAZ VALENTIM DA SILVA (Nr Ord 7526431);
S2 QSD NE JACKSON VINÍCIUS DA SILVA SANT'ANA (Nr Ord 7526253);
S2 QSD NE JÚLIO CÉZAR DA SILVA SOARES (Nr Ord 7526210);
S2 QSD NE JEFFERSON THIAGO MARTINS DA COSTA (Nr Ord 7526385);
S2 QSD NE GABRIEL ANTUNES ALVES DE MOURA (Nr Ord 7526113);
S2 QSD NE JOSÉ EDUARDO FERREIRA CORDEIRO (Nr Ord 7479255);
S2 QSD NE DAYVSON RICARDO DE FRANÇA CARVALHO (Nr Ord 7479883);
S2 QSD NE ANDERSON LEONARDO OLIVEIRA DA SILVA (Nr Ord 7479280);
S2 QSD NE GABRIEL BARBOSA NOGUEIRA (Nr Ord 7479409);
S2 QSD NE JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS NETO (Nr Ord 7478712); e
S2 QSD NE JULIO CESAR GUEDES DE LIMA FILHO (Nr Ord 7478453).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

BASE AÉREA DE RECIFE (Recife-PE):

S2 QSD NE VINICIUS JOSÉ DA COSTA GUEDES (Nr Ord 7301901);
S2 QSD NE ASAFE HEANDEL JACIEL SILVA (Nr Ord 7478542);
S2 QSD NE DANIEL OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR (Nr Ord 7478135);
S2 QSD NE OTÁVIO LUIZ SILVA FALCÃO (Nr Ord 7526504);
S2 QSD NE JOÃO VICTOR LIMA DA SILVA (Nr Ord 7526830);
S2 QSD NE VINÍCIOS FERREIRA GOMES (Nr Ord 7526652);
S2 QSD NE JOÃO VICTOR DA SILVA RODRIGUES (Nr Ord 7525931);
S2 QSD NE THIAGO WILLANS GOMES DA SILVA (Nr Ord 7525982);
S2 QSD NE ABNER VICTOR GONZAGA DA SILVA (Nr Ord 7526482); e
S2 QSD NE ALEX YURI GONÇALVES DO NASCIMENTO (Nr Ord 7526610).

PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE (Recife-PE):

S2 QSD NE EDMILSON MARTINS DA SILVA JÚNIOR (Nr Ord 7301529);
S2 QSD NE ITHALO BERNARDO RAMOS DA SILVA (Nr Ord 7301812); e
S2 QSD NE DANIEL DA ROCHA CERQUEIRA (Nr Ord 7325835).

SEGUNDO SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS (Recife-PE):

S2 QSD NE CHRISTIAN DANIEL DO NASCIMENTO (Nr Ord 7478615); e
S2 QSD NE JOSÉ EZEQUIEL CABRAL ZEFERINO DA SILVA (Nr Ord 7479891).

GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE (Recife-PE):

S2 QSD NE DAVI ANDREY MENDONÇA DOS SANTOS (Nr Ord 7301642);
S2 QSD NE JOÃO PAULO SOARES DA SILVA FILHO (Nr Ord 7301804);
S2 QSD NE LUAN MENEZES DOS SANTOS (Nr Ord 7301871);
S2 QSD NE KEVEN OLIVER BÜERHOF DOS SANTOS (Nr Ord 7478569);
S2 QSD NE JAIME JOÃO DA SILVA NETO (Nr Ord 7478763);
S2 QSD NE GABRIEL FERNANDO MOURA DA SILVA (Nr Ord 7479662);
S2 QSD NE LUCIO FILIPE ALBUQUERQUE DO ESPIRITO SANTO (Nr Ord 7526601);
S2 QSD NE MATHEUS LOURENÇO DA SILVA (Nr Ord 7526750);
S2 QSD NE PEDRO LUCAS RODRIGUES DA SILVA (Nr Ord 7526636);
S2 QSD NE KELTON CLÉCIO XAVIER DA SILVA (Nr Ord 7526075);
S2 QSD NE JOÃO PEDRO ARANTES FERREIRA (Nr Ord 7525885);
S2 QSD NE THAYLISSON DA SILVA LIMA (Nr Ord 7526466);
S2 QSD NE FLÁVIO GABRIEL DE BARROS CUNHA (Nr Ord 7526040);
S2 QSD NE JEISON CÉSAR CÂNDIDO DA SILVA (Nr Ord 7525907);
S2 QSD NE GABRIEL VICTOR LAUREANO DE LIMA (Nr Ord 7526725);
S2 QSD NE EMANOEL JOSÉ CLEMENTE DA SILVA (Nr Ord 7526784);
S2 QSD NE ANDERSON RAFAEL RIBEIRO FREITAS (Nr Ord 7526164);
S2 QSD NE ALMIR SAMUEL GADELHA COSTA GOUVEIA (Nr Ord 7526350);
S2 QSD NE MARCOS VINÍCIUS MONTEIRO DA SILVA (Nr Ord 7525923);
S2 QSD NE JOSUÉ MONTEIRO DE ALMEIDA (Nr Ord 7526644);

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

S2 QSD NE OLUAP LAZARO DA SILVA (Nr Ord 7526130);
S2 QSD NE OTAVIO AUGUSTO VIANA CORDEIRO (Nr Ord 7526512);
S2 QSD NE ADEILDO GOMES MUNIZ NETO (Nr Ord 7526474);
S2 QSD NE PAULO RICARDO MENEZES ALVES (Nr Ord 7526776); e
S2 QSD NE RYCKELME BATISTA OLIVEIRA DA SILVA (Nr Ord 7526571).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO SILVA DE OLIVEIRA Cel Inf
Chefe do SEREP-RF

PORTARIA SEREP-RJ Nº 225/SSMV, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso I do Art. 10 do ROCA 21-103/2017, o Inciso III do Art. 222 do RCA 34-1/2020 e o Inciso III do Art. 2º da Portaria DIRAP nº 138/SPOG4, de 18 MAIO 2022, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, de acordo com o disposto no Inciso III do Art. 221 do RCA 34-1/2020 (RISAER), o militar listado a seguir, do efetivo de sua OM ao lado declarada, para a Organização Militar de destino, conforme indicado:

GRUPO OPERACIONAL DO GALEÃO (Rio de Janeiro-RJ):
S1 SAD GABRIEL NEVES DE ANDRADE (Nr Ord 8007322), do GSD-GL.

MARCIO SIMIÃO DE SOUZA Cel Inf
Chefe do SEREP-RJ

PORTARIA SEREP-MN Nº 84/SRH, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DE MANAUS, em conformidade com o previsto no art. 4º, inciso I, do ROCA 21-103/2017 (Regulamento do SEREP), aprovado pela Portaria GABAER nº 1.099/GC3, de 26 JUL 2017, bem como no uso da delegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso III, da Portaria DIRAP nº 138/SPOG4, de 18 MAIO 2022, e observado o Processo nº 67292.005515/2023-33, resolve:

Transferir por necessidade do serviço os militares abaixo relacionados, de acordo com o art. 221, inciso I, do RCA 34-1/2020 (RISAER), a contar de 29 MAIO 2023, para as seguintes **OM DE DESTINO**, discriminadas ao lado da OM de ORIGEM, situadas na mesma localidade e inseridas na área geográfica de atuação do SEREP-MN:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Nº	GRAD/ESP	SARAM	NOME COMPLETO	OM DE ORIGEM	OM DE DESTINO
1	S1 SGS	7232942	ÂNGELO GABRIEL RAMOS NASCIMENTO	GSD-MN	GOP-MN
2	S2 SNE	7375344	MATHEUS HENRIQUE CAVALCANTE DE SOUZA	GSD-MN	BAMN
3	S2 SNE	7416920	RYAN KEVEN MORAES DE SOUZA	GSD-MN	GAP-MN
4	S2 SNE	7417110	BERNARDO OLIVEIRA NOGUEIRA	GSD-MN	BAMN
5	S2 SNE	7416997	RAFAEL DO NASCIMENTO DANTAS	GSD-MN	BAMN
6	S2 SNE	7416415	FELIPE SAMUEL RODRIGUES COSTA	GSD-MN	BAMN
7	S2 SNE	7416504	GUILHERME BRAYON SILVA SANTOS	GSD-MN	BAMN
8	S2 SNE	7416598	WELLINGTON ESTEVAM DE SOUZA	GSD-MN	7º/8º GAV

Em consequência, as OM envolvidas tomem conhecimento e adotem as providências necessárias à regularização da situação dos militares movimentados.

MICHEL LIMA MARQUES Cel Inf
Chefe do SEREP-MN

PORTARIA DIRAP Nº 3.141/1CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 02 MAIO 2022, em conformidade com o art. 222, inciso III, do RISAER, e considerando o Processo nº 67273.000517/2023-64, resolve:

Conceder transferência, por necessidade do serviço (motivo de saúde), ao 3S SBO WILLIAM NUNES DIAZ COSTA WALTER (Nr Ord 6440363), do efetivo do BASM - GOP-SM (Santa Maria-RS) para o DTCEA-UG (Uruguaiana-RS), de acordo com o art. 221, inciso VII, do RISAER e o item 2.3.4 da ICA 30-4, de 27 DEZ 2022.

PORTARIA DIRAP Nº 3.142/1CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 02 MAIO 2022, em conformidade com o art. 222, inciso III, do RISAER, e considerando o Processo nº 67100.003558/2023-94, resolve:

Transferir, *ex officio*, por necessidade do serviço, os militares listados a seguir, do efetivo de suas OM ao lado declaradas, para as seguintes OM, de acordo com o item 2.3.12 da ICA 30-4, de 27 DEZ 2022:

CENTRO DE CATALOGAÇÃO DA AERONÁUTICA (São Paulo-SP):
1S BSP RONAN WANDERSON DE SOUZA (Nr Ord 3213897), do ILA (Guarulhos-SP); e
INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA (Guarulhos-SP):
2S BEI EDILAINE CRISTINA SIQUEIRA SANTOS (Nr Ord 6034063), do CECAT (São Paulo-SP).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA DIRAP Nº 3.147/1CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 02 MAIO 2022, em conformidade com o art. 222, inciso III, do RISAER, e considerando o Processo nº 67282.004109/2023-72, resolve:

Transferir, *ex officio*, por necessidade do serviço, o 2S BMA FELIPE DOS SANTOS TORRES (Nr Ord 6447708), do efetivo da BABR (Brasília-DF), para o 6 ETA (Brasília-DF), de acordo com o item 2.3.12 da ICA 30-4, de 27 DEZ 2022.

PORTARIA DIRAP Nº 3.148/1CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e”, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 02 MAIO 2022, em conformidade com o art. 222, inciso III, do RISAER, e considerando o Processo nº 67613.009228/2023-22, resolve:

Retificar a transferência da 2S SAI DIULIA SAMANTA MACHADO ALMEIDA (Nr Ord 6446108), do efetivo do DTCEA-FI, constante da Portaria DIRAP nº 695/1CM2, de 02 FEV 2023, publicada no BCA nº 025, de 06 FEV 2023, de DTCEA-SM (Santa Maria-RS) para CGNA (Rio de Janeiro-RJ).

Brig Ar JORGE MAURICIO MOTTA
Subdiretor de Pessoal Militar

9 – NOTA – ANULA

PORTARIA SEREP-RJ Nº 226/CEF, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe conferem o inciso I, do art. 10, do ROCA 21-103/2017 e a Portaria DIRAP nº 138/SPOG4, de 18 MAIO 2022, resolve:

1. Anular, em razão da decisão judicial proferida pelo Juízo da 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais, nos autos do Processo nº 1022396-34.2020.4.01.3800, os atos administrativos relativos ao Curso de Especialização de Soldados do 1º semestre de 2020 (CESD 2020/1) e ao Curso de Formação de Cabos do 1º semestre de 2022 (CFC 2022/1), atinentes ao CB

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SAD GUILHERME DE OLIVEIRA PEREIRA (Nr Ord 6796494), do PAMA-LS, publicados por meio da Nota SEREP-RJ nº 59/SSCAP, de 27 de julho de 2020 (BCA nº 133, 29/07/2020), Nota SEREP-RJ nº 40/CEF, de 28 de junho de 2022 (BCA nº 121, 30/06/2022) e Nota SEREP-RJ nº 44/CEF, de 11 de julho de 2022 (BCA nº 131, 14/07/2022).

2. Em consequência, o PAMA-LS e o GAP-LS tomem conhecimento da presente publicação, a fim de adotarem as providências administrativas necessárias à regularização da situação do militar, especificamente no que tange à imediata exclusão das fileiras da Força Aérea, levando-se em consideração o tempo limite de permanência previsto na legislação para a graduação de soldado de 2ª classe.

MARCIO SIMIÃO DE SOUZA Cel Inf
Chefe do SEREP-RJ

10 – PORTARIA – RETIFICA

PORTARIA DIRAP Nº 3.153/3SM1, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso IV do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal (ROCA 21-32/2021), aprovado pela Portaria nº 184/GC3, de 19 de novembro de 2021; no uso da delegação de competência outorgada pelo art. 1º, incisos II e X, da Portaria nº 258/GC3, de 14 de março de 2022, resolve:

Retificar a Portaria DIRAP nº 2.848/3SM1, de 24 de maio de 2023, publicada no BCA nº 97, de 29 de maio de 2023, conforme abaixo:

Onde se lê:

SEREP-CO

Localidade: Canoas - RS

OM formadora: SEREP-CO

Nº	NOME	ESP	DATA DE NASC	TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO
2	JOSE JEFERSON DOS SANTOS SILVA	TAD	23/09/1990	00A 00M 00D
7	VIVANE GONÇALVES ARAGON	TAD	20/02/1993	00A 00M 00D
18	REGINA NIEDERAUER DA CUNHA	TSB	25/01/1994	00A 00M 00D

Leia-se:

SEREP-CO

Localidade: Canoas - RS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

OM formadora: SEREP-CO

Nº	NOME	ESP	DATA DE NASC	TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO
2	JOSE JEFFERSON DOS SANTOS SILVA	TAD	23/09/1990	00A 00M 00D
7	VIVIANE GONÇALVES ARAGON	TAD	20/02/1993	00A 00M 00D
18	REGINA NIEDERAUER DA CUNDA	TSB	25/01/1994	00A 00M 00D

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

11 – PORTARIA – REVOGA

PORTARIA DIRAP Nº 3.146/2CM2, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 8º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, resolve:

Revogar a Portaria DIRAP nº 2.544/2CM2, de 9 de maio de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 86, de 12 de maio de 2023, que agregou o 2S SIN MATHEUS RODRIGUES PINTO (Nr Ord 6669328), por ter sido colocado, por necessidade do serviço, *ex officio*, à disposição do Comando do Exército, a fim de prestar serviço no Comando de Defesa Cibernética, na cidade de Brasília-DF, considerando a Portaria GABAER nº 902/GC1, de 6 de junho de 2023.

LUIZ ROBERTO PARENTE DE MEDEIROS Cel Av R/1
Ch Int da DCM

12 – PORTARIA – TORNA SEM EFEITO

PORTARIA DIRAP Nº 3.160/2CM6, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, em cumprimento à decisão judicial, provisória, proferida nos autos do Processo nº 1022396-34.2020.4.01.3800, que tramitou perante a 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais, atestada pelo Parecer de Força Executória nº 00396/2023/COREMNG/PRU1R/PGU/AGU, e considerando a Portaria SEREP-RJ nº 202/SSCE, de 29 de maio de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 105, de 12 de junho de 2023, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Tornar sem efeito a Portaria DIRAP nº 5.464/3PG, de 19 de setembro de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 21 de setembro de 2022, que promoveu à graduação de Cabo, GUILHERME DE OLIVEIRA PEREIRA (Nr Ord 6796494), do efetivo do PAMA LS.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

13 – PROMOÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 3.152/2CM6, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, observando o constante do art. 10, inciso I, e seu parágrafo único, art. 12 e seu parágrafo único, e art. 28, § 1º, todos do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, e em cumprimento à decisão judicial, transitada em julgado, proferida nos autos do Processo nº 5022590-81.2018.4.02.5101, que tramitou perante a 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, atestada pelo Parecer de Força Executória nº 00256/2023/COREMNE/PRU2R/PGU/AGU, resolve:

PROMOVER, à graduação de Terceiro-Sargento e incluir no Quadro de Suboficiais e Sargentos, no Grupamento de Serviços, pelo critério de Merecimento, a contar de 29 de novembro de 2019, o aluno do Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento a seguir discriminado:

Nr Ord	ESP	NOME	MÉDIA
7050658	SEL	ANDERSON BOGÉA GONÇALVES PEREIRA	8,9721

Em consequência, seja posicionado, hierarquicamente, entre os Terceiros-Sargentos promovidos pela Portaria DIRAP nº 1.654/SECPG, de 22 de novembro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 215, de 26 de novembro de 2019, a seguir discriminados:

6999590	SAD	SARA SILVA NUNES REBOREDO	8,9847
7050658	SEL	ANDERSON BOGÉA GONÇALVES PEREIRA	8,9721
6999468	SPV	LUCAS CARVALHO DA SILVA	8,9654

PORTARIA DIRAP Nº 3.155/2CM6, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, observando o constante do art. 10, inciso I, e seu parágrafo único, art. 12 e seu parágrafo único, e art. 28, § 1º, todos do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, e considerando o Processo nº 67540.011585/2023-51, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PROMOVER à graduação de Terceiro-Sargento e incluir no Quadro de Suboficiais e Sargentos, nos Grupamentos Básico e de Serviços, pelo critério de Merecimento, a partir de 21 de junho de 2023, os alunos do Curso de Formação de Sargentos a seguir discriminados:

CLASSIF	Nr Ord	ESP	NOME	MÉDIA
1º	7385994	BCT	DARA MARIA MATIAS DINIZ	9,8390
2º	7387652	BCT	VITOR LIMA BIZZO	9,6386
3º	7388063	SGS	LEANDRO FRANÇA BESSEGATO BOY	9,4964
4º	7386427	BCT	HOZANA ANTONELLI DA SILVA	9,4891
5º	7387474	BCT	RODRIGO ORTIZ DE MELO	9,4815
6º	7386575	BCT	LARISSA BEATRIZ PINTO	9,4663
7º	7387920	BCT	GABRIEL CORDEIRO MARTINS	9,4594
8º	7386800	BCT	GABRIELA DA SILVA ALVES	9,4589
9º	7386362	BSP	BRUNO VICTOR NOGUEIRA FIGUERÊDO	9,4393
10º	7386150	SGS	PATRIQUE RODRIGUES DE ANDRADE	9,4160
11º	7386508	BCT	GIOVANNA TOCCHETTO	9,3965
12º	7386397	BCT	PEDRO HENRIQUE MENDONÇA DA CUNHA	9,3957
13º	7345046	BEP	ÍTALO RAMOS SILVA	9,3817
14º	7388462	BSP	ADSON BONFIM DA SILVA AZEVEDO JUNIOR	9,3698
15º	7387490	BEI	MARCELO SENA DA SILVA	9,3693
16º	7387890	SAI	PEDRO HENRIQUE SOARES GAGO	9,3654
17º	7387539	BEI	WILLIAN DOS SANTOS BRITO	9,3644
18º	7386559	SGS	ARTHUR ROCHA GONÇALVES	9,3509
19º	7386435	BMT	JULIA HELLEN ALVES DA SILVA	9,3363
20º	7386141	BCT	CARLOS BRENO FABRE SANTARONE	9,3154
21º	7387520	SBO	MARIA GABRIELA SILVA NEHME	9,3118
22º	7387210	BSP	GUSTAVO PEKIM DE SOUZA	9,3085
23º	7386290	BCT	TAISA MARIA PIMENTEL	9,3067
24º	7386796	BCT	PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALVES	9,3062
25º	7388403	BCT	EDUARDO HENRIQUE SOTERO VELLOSO FILHO	9,3052
26º	7386273	SGS	LUCAS DE OLIVEIRA POSSELT	9,3021
27º	7388454	SGS	LUCAS MENDONÇA BRANDÃO	9,2951
28º	7386354	BCT	JOÃO VICTOR JABLONSKI	9,2869
29º	7386370	BSP	BRENO VINÍCIUS NOGUEIRA FIGUERÊDO	9,2781
30º	7386303	SBO	MARIA ELOISA RODRIGUES DA COSTA DE ALMEIDA	9,2753
31º	7387180	BCT	PÂMELA BEATRIZ VIEIRA DE FREITAS	9,2728
32º	7388152	BSP	ANNA BEATRIZ OLIVEIRA AMURIM	9,2618
33º	7387911	SAI	CARLA CRISTINA DE PAULA LEMOS	9,2569
34º	7388136	BSP	CARLOS AUGUSTO NUNES RODRIGUES	9,2348
35º	7386605	SGS	LUCAS RODRIGUES MELO	9,2337
36º	7386702	BEI	MICHEL CORRICA DE MIRANDA	9,2267
37º	7388241	SAI	LETÍCIA JULIANA CESAR PRADO	9,2221
38º	7386788	SAI	ARTHUR GOIS TOSI DE SOUZA	9,2007
39º	7388357	BEI	MICAELE CARDOSO BARROS	9,1972
40º	7386907	BSP	HUGO DE MORAES SILVA DIAS DOS SANTOS	9,1895
41º	7386885	BSP	JACKSON FERNANDO SILVA DE SANTANA	9,1875
42º	7387067	BCT	AGATHA CHRISTINA ARAGÃO TAVARES	9,1776
43º	6832814	BCO	YURI HENRIQUE DE SOUZA	9,1743
44º	7385919	BSP	ARIANNE CRISTINA GALHARDO VALENTIM	9,1639
45º	6804373	BCT	LUAN DE FREITAS ROMERO	9,1627
46º	7388373	BCO	MARIA CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA	9,1381
47º	7386524	BCT	MIGUEL BEIRO MARINHO	9,1276
48º	7386389	BCO	DAVI DA SILVA ASSIS	9,1209
49º	7386745	BCT	JÚLIA BERBERT ROBERTI	9,1107

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

50º	7387040	BSP	JOYCE AMORIM PADILHA GOLTARA	9,1066
51º	7386184	SGS	ÍTALO FERREIRA MONROE	9,1038
52º	7387466	BCT	FELIPE ISIDORIO DA NÓBREGA	9,0974
53º	7386095	BCT	FELIPE ALBUQUERQUE DE CASTRO	9,0960
54º	7391765	BCT	NICOLE MOREIRA SOUTO MEDEIROS	9,0917
55º	7386893	BCT	VINICIUS MATHIAS BAHIA DE SOUZA	9,0879
56º	7388390	BCT	MARIA BEATHRIZ MORAIS DE LIRA	9,0856
57º	7388365	BCT	KENYA RODRIGUES DO NASCIMENTO	9,0714
58º	7387598	BCT	SHAYLON MOREIRA DOS SANTOS	9,0698
59º	7387024	SGS	ADRYAN CHRISTIAN SANTANA PEIXOTO	9,0665
60º	7387334	SBO	HENIO DE ARAUJO NICACIO	9,0661
61º	7385927	BMT	ALISSON SOARES DA SILVA	9,0656
62º	7388209	BCT	RAQUEL FERREIRA SIMÕES	9,0602
63º	7387857	SML	YURI TEIXEIRA FERNANDES DE OLIVEIRA	9,0596
64º	7387369	BCT	DOUGLAS FERNANDES DA SILVEIRA SILVA	9,0594
65º	7387164	BEI	RAFAEL DOS SANTOS OLIVEIRA	9,0592
66º	7386338	SGS	GABRIEL LEVY DOS SANTOS SILVA	9,0558
67º	7388039	BCT	IANE CARDOSO SILVA ANTOLIN	9,0501
68º	7386842	BCT	MIRIAN DOS SANTOS ALVES FERREIRA	9,0464
69º	7391870	SEM	JAYANE EUGENIO DE OLIVEIRA	9,0456
70º	7387350	BCT	MATHEUS DE MELLO CARTONILHO	9,0449
71º	7386877	SAI	THAYANE BORGES CORDEIRO	9,0438
72º	7385935	SGS	JOSÉ LUAN MELO BEZERRA DA SILVA	9,0423
73º	7386770	BEI	VICTOR FONSECA MORAIS DE SOUZA	9,0409
74º	7387865	BMT	TIAGO SANTIAGO NUNES	9,0351
75º	7391900	BEI	TALITA PRISCILA CABRAL JERONYMO	9,0243
76º	7386680	SGS	HUMBERTO DE OLIVEIRA CRUZ	9,0127
77º	7387997	BCT	ISABELLA RODRIGUES MENDES MAGALHÃES	9,0061
78º	7386583	SGS	IURY LOPES DE CARVALHO	9,0024
79º	7387431	BSP	ANA BEATRIZ BAËTA MARTINS DA COSTA	8,9991
80º	7388195	BCT	JOÃO VITOR GONÇALVES	8,9986
81º	7388292	BCT	JOHANN MANSUR MARTINS	8,9962
82º	7387989	BSP	RAFAELA DE MORAES COSTA CASTRO	8,9937
83º	7386664	BFT	LORENA QUIRINO FELIPPINO	8,9897
84º	7386192	BFT	LUIZ FERNANDO FREITAS XAVIER	8,9891
85º	7385951	BEI	MATHEUS VINICIUS CUSTODIO RESENDE	8,9858
86º	7386281	SGS	MATHEUS SOARES MARINHO	8,9806
87º	7388012	BCT	GABRIEL CARVALHO MATTIASI	8,9734
88º	7385889	BMT	ED WILSON QUEIROZ DE CASTRO	8,9721
89º	7386753	BCT	EDUARDA OLIVEIRA DA SILVA	8,9651
90º	7388268	BCO	HENRIQUE FIGUEIREDO PRATTES NUNES	8,9636
91º	7346050	SCF	MILENA CRISTINA RODRIGUES DE ANDRADE	8,9625
92º	7387245	SAI	THIAGO MARTINS DA SILVA	8,9579
93º	7387750	SEM	MARCOS GUILHERME DANTAS VAZ	8,9565
94º	7386001	BCO	LEONARA AREND DINIZ	8,9535
95º	7388225	BFT	GIANLUCA PIRES OLIVEIRA	8,9479
96º	7345917	SBO	YURI ALEXANDRE CAVALCANTE	8,9467
97º	7387610	BMT	YAN JOSÉ DE OLIVEIRA RIBEIRO	8,9451
98º	7387016	SDE	JÔNATAS DE FARIAS DIAS	8,9349
99º	7387512	BCT	LUIZ FERNANDO GUILHERME DE OLIVEIRA	8,9325
100º	7387580	BEP	ANDRESSA RIBEIRO OLIVEIRA	8,9321
101º	7386958	SGS	PABLO HENRIQUE ZAUZZA RIBEIRO PINHEIRO	8,9293
102º	7386915	SBO	HERIK DOS SANTOS BRITO	8,9249
103º	7391749	SML	EDUARDA VIEIRA SANTOS LAPA	8,9201
104º	7387873	BCT	NIKOLLE SAMARA DE SOUSA SOARES	8,9195
105º	7391781	BCT	MATHEUS VICTOR SANTOS ALVES	8,9162

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

106°	7388446	BCT	ARTHUR JOSÉ TAVARES CAMARA	8,9149
107°	7391757	BCT	BRUNO LEONARDO DE SOUSA	8,9121
108°	7386460	BCT	MARIA VITORIA FAGUNDES BORGES	8,9103
109°	7387563	SBO	MATHEUS RODRIGUES PONTES	8,9087
110°	7388144	BCT	PAULA MOREIRA DE ALMEIDA	8,9065
111°	7387814	BFT	JORGE NICOLAS PEREIRA DA SILVA	8,9061
112°	7386966	BEP	JHONATAN DA SILVA MENDES	8,9020
113°	7388250	BCT	ANNA GABRIELA DA SILVA LOURENÇO	8,8933
114°	7385978	BCT	EDUARDA NUNES ALVES	8,8833
115°	7388071	SEM	IGOR GASPAR DOS SANTOS FERNANDES	8,8831
116°	7386486	BCT	BEATRIZ ZILLE NASCIMENTO	8,8792
117°	7387717	SGS	EVANDRO SANTANA DIAS	8,8789
118°	7387806	SGS	MARCOS FELIPE BARBOSA SOARES	8,8786
119°	7387849	BCT	GABRIELLA PEREIRA BEFF	8,8757
120°	7391838	BCO	EMERSON SANTOS DO NASCIMENTO	8,8692
121°	7387962	SAI	MARIA MARIANA DE BARROS SILVA	8,8687
122°	7386648	BCT	ANDRÉ LUIZ MORGADO MOURA SOARES DE AZEVEDO	8,8647
123°	7387032	SDE	VITÓRIA KAROLINE FERREIRA REIS	8,8563
124°	7391730	SEM	MELISSA SILVA GONÇALVES DE SOUZA	8,8517
125°	7386206	BCT	MARIANA PEREIRA DA SILVA	8,8494
126°	7386087	BCT	ISABELLE MARIA DE OLIVEIRA CAMPOS	8,8456
127°	7386044	BCT	THIAGO LUIZ ALMEIDA BARBOSA	8,8411
128°	7388047	BEI	LUCAS MASSASHI AKUZAWA	8,8351
129°	7386079	BCT	LEONARDO LUCCAS JOB	8,8339
130°	7387130	BCT	EMIRIAM ALVES GARRIDO	8,8172
131°	7387547	BEP	JOÃO PEDRO MAIA ALVES	8,8082
132°	7387768	BCT	MANUELY MEL FERNANDES DOS SANTOS MARTINS	8,8068
133°	7132760	BEI	LUCAS DE GODOY SCHIMACK	8,8054
134°	7385900	SGS	PAULO VINICIUS DANTAS DA SILVA	8,8051
135°	7387628	BSP	LAURO MORENO SILVA	8,8010
136°	7391722	BCT	RENATA RAÍSSA LEITE	8,7993
137°	7388233	BMT	PATRICK KOSSAKOWSKI DE JESUS	8,7977
138°	7388128	BCO	MONICA APARECIDA GOULART DA SILVA	8,7973
139°	7386850	BMT	CAIO DUARTE LINHARES DE CARVALHO	8,7967
140°	7387555	BCT	EVELYN RIBAS DE ARAGÃO	8,7966
141°	7386931	BFT	GUILHERME MESCHICK BERNARDINO	8,7850
142°	7386060	BEP	WILLIAN JOHNSON SILVEIRA MARTINS	8,7821
143°	7387822	BEI	BRENO MATTOS DE SIQUEIRA GREY	8,7808
144°	7387261	BCT	JOÃO HENRIQUE ALVES DO NASCIMENTO	8,7774
145°	7332599	BEI	RODRIGO PEREIRA DA SILVA	8,7761
146°	7385943	BMT	MARCOS IVAN DE ARAUJO DE SÁ	8,7702
147°	7388411	BCT	DOUGLAS DE SOUZA BUENO	8,7655
148°	7386265	BCT	DÉBORA OLIVEIRA DE LIMA	8,7648
149°	7386940	BSP	LAYANE DURÃO FIGUEIREDO	8,7631
150°	7386923	SGS	LUCAS IRINEU DE SOUZA	8,7578
151°	7366345	SML	MILENA COSTA DA GAMA SARAIVA	8,7534
152°	7387482	BEI	LAÍS ARAUJO DA SILVA VASCONCELLOS	8,7459
153°	7386230	BCO	JOÃO HENRIQUE SEVILHA MESQUITA	8,7448
154°	7386761	SGS	JOÃO GABRIEL FERNANDES ALVES E COSTA	8,7422
155°	7388110	BEP	MARIA VITÓRIA SAMPAIO SOUSA LIMA	8,7391
156°	7386540	BCO	MARIA JULIANA TOMAZ BARBOSA	8,7385
157°	7386052	BCT	LEONARDO MULLER MACHADO	8,7314
158°	7386974	BEI	DAVID MARQUES SALOMÃO DE LURDY	8,7305
159°	7388322	SGS	LUCAS ASSIS PRATA MOTA	8,7291
160°	7387083	SAI	THAMIRES LAÍS DA SILVA SANTOS	8,7232
161°	7385870	BCO	ERICK VITOR MIRANDA CASTRO	8,7209

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

162°	7386699	SGS	MAURICIO FELIX DA GAMA	8,7204
163°	7387318	BCT	JOÃO OTÁVIO BARBOSA SANTOS	8,7197
164°	7391889	BCT	BEATRIZ SANTOS FELIPE	8,7190
165°	7391927	BCO	GILMAR GUMERCINO DE OLIVEIRA JÚNIOR	8,7089
166°	7387636	BCT	LARISSA CAMELO MARTINS PEREIRA	8,7047
167°	7387202	BCT	NATHALIA PEDRO TEIXEIRA	8,7001
168°	7387660	BCT	MAYARA GUERRA DA SILVA DOS SANTOS	8,6999
169°	7386630	BCT	JOSÉ HILTON FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR	8,6990
170°	7386532	SDE	SABRINA GABRIELLE DE CALES SOUSA	8,6954
171°	7388438	SCF	NATHAN DOS SANTOS BEZERRA	8,6922
172°	7385986	BCT	VITOR HUGO SOARES DA SILVA	8,6913
173°	7386826	BCT	HUGO LEONARDO PIMENTEL SILVA DE FIGUEIREDO	8,6896
174°	7387741	SGS	DOUGLAS JOSÉ SANTOS FRAGOSO	8,6892
175°	7386494	BCT	LUCAS DIAS DE OLIVEIRA	8,6847
176°	7388420	SGS	JOSUÉ MARINHO GONDIM	8,6747
177°	7387385	BEP	JOÃO VICTOR GARCIA DA SILVA COUTINHO	8,6737
178°	7387423	BCT	PAOLLA ALMEIDA DA COSTA	8,6619
179°	7386419	BCT	ELIELTON FRANCISCO DA FONSECA SILVA	8,6606
180°	7391935	BCT	LOHANY STEFFANY DA SILVA CARVALHO	8,6590
181°	7387946	SGS	RICHARD FELIPE DE SOUZA DA COSTA	8,6524
182°	7387903	BSP	BRUNA ALICE VIEIRA DE OLIVEIRA	8,6427
183°	7388020	BEI	THIAGO BERNARDO NACANO VALENTIM	8,6381
184°	7386729	BEP	PETTER ALBERT RAMOS CHAPETTA	8,6339
185°	7391919	BEI	JÚLIA MARINS DE LIMA	8,6325
186°	7388004	SGS	MAURÍCIO LEANDRO DE ALCÂNTARA	8,6313
187°	7388349	BCT	ANTONIO ELIZABIO SOUSA FREITAS	8,6275
188°	7387229	BEP	JOÃO PEDRO CERQUEIRA RIBEIRO	8,6269
189°	7386125	BCT	CIRO ALMEIDA DE ANDRADE	8,6250
190°	7386737	BCT	RAPHAEL BATALHA SEREJO	8,6245
191°	7391773	BCT	LETÍCIA STEFFANI CARVALHO DE SOUZA	8,6223
192°	7387784	BCT	JULIA STEINHAGEN GONÇALVES MONTEIRO	8,6202
193°	7388306	BCT	GEOVANI HENRIQUE ORTIZ COSTA	8,6194
194°	7387776	SGS	VANDER NEGREIROS DOS SANTOS JUNIOR	8,6189
195°	7386109	BCT	JÚLIA THAINA DOS SANTOS DEWITTE	8,6147
196°	7386010	BCT	JOÃO GUILHERME MACIEL MACHADO DOS SANTOS	8,6103
197°	7388080	BCT	DÉBORA AMARAL PINTO	8,6092
198°	7387296	BCT	NÍCOLAS NEUGARTEN VENANCIO FARIAS	8,6067
199°	7387407	BEI	ELIZEU GONZAGA DE SOUZA	8,6031
200°	7386036	BCT	JÚLIA GABRIELE FLORES	8,6001
201°	7386168	BFT	VICTOR HENRIQUE DE OLIVEIRA ALMEIDA	8,5996
202°	7391803	SEM	VITÓRIA DOS SANTOS DE LEMOS	8,5975
203°	7387695	BCT	JORGE AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR	8,5888
204°	7387679	SGS	LUCAS DA SILVA NUNES	8,5839
205°	7388381	SGS	LUCAS AUGUSTO BESSA SOARES	8,5786
206°	7387440	SCF	IGOR GOES DO CARMO	8,5698
207°	7387725	BEI	BRENDA DE PAULO SILVA	8,5683
208°	7387199	SGS	GUSTAVO SANTANNA GOMES	8,5677
209°	7386621	BFT	JOÃO PEDRO MORETTI MENON	8,5627
210°	7391862	BCO	CAIO CARVALHO VIEIRA JACOB	8,5616
211°	7386710	BMT	SHANA KARINA PEREIRA DE BARROS	8,5590
212°	7387733	SBO	RAFAEL QUINTANILHA DE SOUZA	8,5548
213°	7387881	SEM	YURI DA SILVA DE OLIVEIRA ALVES	8,5412
214°	7386516	BCT	GENINA HELENA RODRIGUES TEIXEIRA	8,5315
215°	7388276	BCT	MURILLO DANTE OLIVEIRA	8,5306
216°	7387270	BCT	CAROLINA CARRAZEDO NOGUEIRA DA COSTA	8,5302
217°	7386567	BCT	PEDRO HENRIQUE MOREIRA SANTOS DA SILVA	8,5274

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

218°	7387415	BEI	LORRAYNE SANTOS DE SOUZA	8,5265
219°	7387571	SGS	GILBERTO DE JESUS FERREIRA NETO	8,5247
220°	7387601	BCO	DAVID DE SOUZA PILCSUK DE OLIVEIRA	8,5221
221°	7388101	BCT	LAYZA ROBERTA DE OLIVEIRA RODRIGUES	8,5160
222°	7387237	BCT	NATHALIA CAMPOS DA SILVA	8,5147
223°	7387091	BCT	EMERSON MOTA DOS REIS	8,5106
224°	7387393	SAI	GUSTAVO LOIOLA PEREIRA	8,4971
225°	7388284	BCT	RAFAEL DOS SANTOS RODRIGUES DE SOUZA	8,4814
226°	7388160	BCT	FELIPE DA SILVA RIBEIRO	8,4735
227°	7331762	BCT	MARIANA RODRIGUES DE JESUS RAMOS	8,4629
228°	7386869	SCF	RUBIANE INOCENCIO DA SILVA	8,4460
229°	7386346	BCO	ANA FLAVIA MENDES CHAVES	8,4395
230°	7388217	BCO	GUILHERME FRANCELINO DE LIMA	8,4369
231°	7387156	SAI	PAULA SHIRLEI MORENO DA SILVA	8,4352
232°	7387504	SBO	CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO SANTOS	8,4273
233°	7387075	SAI	LEONARDO PASSARELI FERNANDES	8,4184
234°	7386672	BCT	NARDELLY ADRIANO MACIEL PEREIRA	8,4147
235°	7388314	BCT	BEATRIZ SOUZA DOS SANTOS	8,4123
236°	7386613	SGS	IURY ANTONIO SALVIANO BARRETO	8,4117
237°	7387830	BCT	ANA BEATRIZ GAMA PINHEIRO	8,4087
238°	7386656	BCT	ROBERTA DE ASSIS GOUVEIA	8,4021
239°	7388470	SBO	EDER MARQUES LISBOA	8,3894
240°	7387342	BCT	VITTÓRIA MAXIMIANO ESTEVÃO	8,3830
241°	7387105	BCT	ANA CAROLINE PONTES DEMÉTRIO	8,3795
242°	7387687	BMT	JORGE FERNANDO DA COSTA MOTTA	8,3778
243°	7387458	BCT	GABRIEL LEANDRO BARBALIOLI	8,3576
244°	7387377	BCT	MARIA JULLIA CHICARINO VIEIRA	8,3547
245°	7387954	BCT	BÁRBARA DIAS DA SILVA	8,3544
246°	7388098	BCT	CRISTHIANA FERREIRA DA SILVA MOREIRA	8,3541
247°	7391943	BCT	RONALDO ALMEIDA ALVES	8,3529
248°	7387326	BCT	AMANDA EVELLIN DE ARAUJO GOMES	8,3139
249°	7386478	BCT	HERCÍLIA MARIA SANTOS CONCEIÇÃO	8,3026
250°	7387644	BCT	EMILY GIOVANNA DE OLIVEIRA SILLES	8,2930
251°	7387253	BCT	BRENDON MAGNO GONÇALVES	8,2879
252°	7386591	BCT	MAURICE MONTEIRO GOLCZEWSKI	8,2854
253°	7387113	BCT	ADRIANO DOS SANTOS SILVA	8,2854
254°	7386028	SGS	FERNANDO MONTEIRO DE FREITAS	8,2816
255°	7386834	BCT	CAROLINA SILVA GURGEL	8,2774
256°	7386990	BCT	RAPHAELA BARBOSA CARMO DE SOUZA	8,2631
257°	7386214	BCT	DANIEL DA SILVA NASCIMENTO COELHO	8,2572
258°	7388330	BCT	MATHEUS MONTENEGRO SAMPAIO	8,2569
259°	7387059	BCT	MAYARA THUANY SILVA DOS REIS SALES	8,2289
260°	7387121	SBO	ELISEU DOS SANTOS MAGALHÃES	8,2192
261°	7387709	BCT	SHELLYN VIDAL CHAVES	8,2178
262°	7387148	BCT	SAYMON GOMES DOS SANTOS SILVA	8,2089
263°	7386451	BCT	EDUARDA FERREIRA COLLET DE MIRANDA	8,2014
264°	7388055	BCT	MARIA EDUARDA VAZ QUINTINO	8,1858
265°	7391897	BCT	TAINARA BEATRIZ OLIVEIRA GALHARDO	8,1664
266°	7386176	BSP	MÔNICA SEVERO SEGUINS	8,1590
267°	7386982	BFT	ARTHUR RODRIGUES LIMA	8,0997
268°	7386249	BCO	RAFAEL RODRIGUES PEDROSO	8,0741
269°	7391820	BEI	RICARDO MATEUS DE SOUZA DOS ANJOS	8,0371
270°	7385897	SAI	THALIANE DOS SANTOS KOMMERS	8,0149
271°	7387008	SEM	LUCAS SIQUEIRA BASTOS MOREIRA	7,9927
272°	7387300	BCT	ALINE FELIX DE OLIVEIRA	7,9342
273°	7387938	BCT	VICTORIA CRISTINA DOS SANTOS MELO	7,9105

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

274º	7391854	BEI	ANA CAROLINA MARTINS ANUNCIAÇÃO	7,8059
275º	7386257	BCT	ANNE GABRIELE DORNELAS DE LUNA E SOUZA	7,7010
276º	7387288	BSP	RODRIGO ALBERTO SANTOS DE ALMEIDA	7,6885
277º	7388187	BCT	YURI DE MACEDO OLIVEIRA	7,5919

Em consequência, os militares supramencionados ficam engajados obrigatoriamente por cinco anos, de acordo com o previsto no art. 25, § 1º, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

14 - PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA SEREP-RF Nº 107/SRH, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O CHEFE DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DE RECIFE, por delegação de competência do Senhor Diretor da Diretoria de Administração do Pessoal, estabelecida no inciso I do Art. 2º da Portaria nº 138/SPOG4, de 18 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação de tempo de serviço ao S2 NE JÚLIO RICARTE GOMES, Nr Ord 7526148, do Quadro de Soldados, pertencente ao efetivo do DTCEA-MO, pelo período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2025, de acordo com os incisos I a V do Art. 25 e o Art. 26, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, levando-se em consideração o parecer do Comandante da Organização à qual o militar está subordinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO SILVA DE OLIVEIRA Cel Inf
Chefe do SEREP-RF

15 – REFORMA

PORTARIA DIRAP Nº 3.134/3HM1, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso VI, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 8 de julho de 2016, e em cumprimento à sentença proferida pela 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 5054290-02.2023.4.02.5101, até ulterior provimento jurisdicional, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Reformar o Maj QOMed RENATO LUIZ CARVALHO DE SOUZA (Nr Ord 4312198), conforme Parecer de Força Executória nº 00199/2023/COREMNE/PRU2R/PGU/AGU, de 15 de maio de 2023, nos termos do art. 106, inciso II, art. 108, inciso IV e art. 109, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

Em consequência:

Adir, para fins de justiça e disciplina, ao SEREP-RJ, e vincular à BREVET, visando a percepção dos proventos, de acordo com o item 13.3, da ICA 35-1, publicada no BCA nº 207, de 4 de dezembro de 2017.

O GAP-RJ deverá proceder conforme o item 16.4.1.3 da ICA 35-1/2017, em virtude do militar pertencer ao efetivo do HCA, devendo ser desligado na data da reforma.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

16 - TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA

PORTARIA DIRAP Nº 3.156/1HM1, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso II, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 8 de julho de 2016, e considerando o Processo nº 67430.003997/2023-65, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Ten Cel Med LUÍS EDUARDO TEIXEIRA DE MACEDO (Nr Ord 3264394), do efetivo da DIRSA, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 2º, da Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, combinado com o art. 22, inciso II, da mesma Lei.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

PORTARIA DIRAP Nº 3.149/1HM1, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, e considerando o Processo nº 67270.000345/2023-59, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada, ao 2S QESA SAD CARLOS EDUARDO GONÇALVES (Nr Ord 286413-4), do efetivo do V COMAR, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 2º, da Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, combinado com o art. 22, inciso II, da mesma Lei.

Brig Ar JORGE MAURICIO MOTTA
Subdiretor de Pessoal Militar

CIVIL

1 - DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 843/5PC/18403, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

(Proc nº 67770.002111/2023-13 - Ref Requerimento da servidora GRASIELE OLIVEIRA ALVES CARDOSO, SIAPE 1472681, do IFI)

DEFERIDO, a licença por motivo de doença em pessoa da família, por 01 dia, no dia 18/05/2023, de acordo com o art. 83, da Lei nº 8.112/90.

JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS BEZERRA Cel Av
Subdiretor Interino de Pessoal Civil

2 – PENSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 3103/4PC2, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, Art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.007144/2023-00, resolve:

Art. 1º Conceder pensão vitalícia a MARIA GILCE VIEIRA PRATES, viúva de JOSÉ DE OLIVEIRA PRATES, ocupante do cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria, código 444017, SIAPE nº 0202131, do quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica, aposentado, falecido em 20 de fevereiro de 2023, no valor correspondente a 60% (sessenta por cento), dos proventos proporcionais de 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos), da classe "C", padrão VI, NI, com fundamento no inciso I, do Art. 3º, da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.645, de 24 de maio de 2022, combinado com o Art. 217, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme o artigo 1º, inciso VI, da Portaria ME nº 424, de 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria entram em vigor em 20 de fevereiro de 2023, data do óbito.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

PORTARIA DIRAP Nº 3104/4PC2, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67222.007569/2023-67, resolve:

Art. 1º Conceder pensão vitalícia a MARIA DAS VITÓRIAS BARBOSA DE MEDEIROS, viúva de JOSÉ CANDIDO NETO, ocupante do cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicações, código 444018, SIAPE nº 0193319, do quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica, aposentado, falecido em 22 de abril de 2023, no valor correspondente a 60% (sessenta por cento) dos proventos integrais, da classe "S", padrão III, NI, com fundamento no inciso I, do Art. 3º, da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.645, de 24 de maio de 2022, combinado com o Art. 217, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Art. 23, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme o artigo 1º, inciso VI, da Portaria ME nº 424, de 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria entram em vigor em 22 de abril de 2023, data do óbito.

PORTARIA DIRAP Nº 3105/4PC2, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, artigo 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.007085/2023-61, resolve:

Art. 1º Conceder pensão vitalícia a ELIETE INACIO ABREU, viúva de LUIZ LOPES DE ABREU, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código AUXOPESED 482079, SIAPE nº 0207938, do quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica, aposentado, falecido em 6 de abril de 2023, equivalente a 60% (sessenta por cento) dos proventos integrais da Classe "ESPECIAL", padrão III, NA, com fundamento no inciso I, do Art. 3º da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.645, de 24 de maio de 2022, c/c o artigo 217, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme o artigo 1º, inciso VI, da Portaria ME nº 424, de 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria entram em vigor em 6 de abril de 2023, data do óbito.

PORTARIA DIRAP Nº 3106/4PC2, DE 11 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, Art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.002005/2023-81, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 1º Conceder pensão vitalícia a EDNA SILVA DE SOUSA PEREIRA, viúva de JOSÉ LOURENÇO PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código AUXOPESED 482079, SIAPE nº 210476, do quadro do pessoal do Comando da Aeronáutica, aposentado, falecido em 21 de dezembro de 2022, no valor correspondente a 60% (sessenta por cento) dos proventos integrais da classe “ESPECIAL”, padrão I, NA, com fundamento no inciso I, do Art. 3º da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.645, de 24 de maio de 2022, c/c o artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme o artigo 1º, inciso VI, da Portaria ME nº 424, de 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria entram em vigor em 21 de dezembro de 2022, data do óbito.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
(DOU nº 110, de 13 JUN 2023)

3 – REMOÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 3.139/1PC, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL CIVIL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 4º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 83, de 6 de maio de 2022, do GAP-GL, considerando a ICA 40-8/2022, publicada no BCA nº 077, de 27 de abril de 2022, e o que consta no Processo nº 67700.007703/2023-47, resolve:

Art. 1º Remover, de ofício, de acordo com Art. 36, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor WELLINGTON SIQUEIRA MARINHO, SIAPE nº 1473295, ocupante do cargo de Tecnologista, do Instituto de Aeronáutica e Espaço para o Centro de Lançamento de Alcântara.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DIRAP Nº 3.164/1PC2, DE 14 DE JUNHO DE 2023.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL CIVIL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 4º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 136/SPOG, de 2 de maio de 2022, publicada no Bol. Int. Ost. nº 83, de 6 de maio de 2022, do GAP-GL, considerando a ICA 40-8/2022, publicada no BCA nº 077, de 27 de abril de 2022, e o que consta no Processo nº 67400.003719/2023-65, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 1º Remover, de ofício, de acordo com Art. 36, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, da Base Aérea dos Afonsos para o Grupamento de Apoio dos Afonsos, os servidores abaixo:

ADEMARIO MAURICIO REIS DOS SANTOS, SIAPE nº 0205727, ocupante do cargo de Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia;

ANDREIA FERNANDES DA FONSECA REIS, SIAPE nº 1486090, ocupante do cargo de Assistente Social, mantendo a FCE 1.02;

ANTONIO FERNANDO SENA CAMBUI, SIAPE nº 0205597, ocupante do cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicações;

ATILIO DO NASCIMENTO SILVA, SIAPE nº 0205598, ocupante do cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicações, mantendo a FCE 1.02;

CARLOS ALBERTO GALDINO DA SILVA, SIAPE nº 0193996, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 1.02;

CRISTIANE VALÉRIA MARIZ DA SILVA, SIAPE nº 1102137, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

DAVI D'AZEVEDO FIGUEIREDO, SIAPE nº 0213785, ocupante do cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicações, mantendo a FCE 1.02;

EDIMO GONÇALVES DE ASSIS, SIAPE nº 0205730, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos;

ELIAS JOSE DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO, SIAPE nº 0194011, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 2.02;

ELY MARCOS ACIOLI DE OLIVEIRA, SIAPE 0194030, ocupante do cargo de Agente de Portaria, mantendo a FCE 1.02;

FLAVIA CAUPER DA PAZ, SIAPE nº 1100629, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 1.04;

GILMAR LUIZ SAMPAIO, SIAPE nº 0205725, ocupante do cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria;

GLEY MENEZES FILHO, SIAPE nº 0205542, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, mantendo a FCE 1.02;

IZABELA DOS REIS GOMES, SIAPE nº 0207910, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 1.02;

IZAURA MARIA ROSARIO SILVA, SIAPE nº 1079701, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 1.02;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

JAFE ALVES DOS SANTOS, SIAPE nº 0205782, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos;

JAILSON MATHIAS DA SILVA, SIAPE nº 0194036, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos;

JANAINA MERLI DE ARAUJO, SIAPE nº 1081083, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 2.02;

JORGE CESAR PEREIRA DA SILVA, SIAPE nº 0205790, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos;

JORGE NUNES CARRIJO, SIAPE nº 0205735, ocupante do cargo de Artífice de Mecânica, mantendo a FCE 1.02;

JOSE ARTEIRO RIBEIRO DE ARAUJO, SIAPE nº 0438642, Agente de Cinefotografia e Microfilmagem;

JOSE MAURICIO BRUNO PACHECO, SIAPE nº 0205624, Artífice de Aeronáutica, mantendo a FCE 1.02;

JOSE TORQUATO, SIAPE nº 0205262, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos;

LICIA MARIA CORREIA E SILVA, SIAPE nº 0661338, ocupante do cargo de Telefonista;

LIGIA MARIA SCOVINO DA SILVA, SIAPE nº 0205765, ocupante do cargo de Telefonista;

LUIS DA SILVA, SIAPE nº 0194027, ocupante do cargo de Agente de Portaria;

LUIZ CESAR DA SILVA MAIA, SIAPE nº 0207937, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, mantendo a FCE 1.02;

MARCIA VALERIA MINA DE SOUZA NUNES, SIAPE nº 0205744, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 1.02;

MARIO GOMES CERESER, SIAPE nº 0205546, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

MAURICIO DE OLIVEIRA, SIAPE nº 0205787, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos;

ROBERTO ANDRADE DA SILVA, SIAPE nº 0205793, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, mantendo a FCE 1.02;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

ROSANGELA RUAS DA ROCHA, SIAPE nº 0205766, ocupante do cargo de Telefonista;

ROSENILDA COSTA SCHROEDER, SIAPE nº 0194809, ocupante do cargo de Agente Administrativo, mantendo a FCE 1.05;

TATIANA MARIA LIRA PACHECO, SIAPE nº 1053786, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

VERA LUCIA DE ARAUJO BRAGANÇA, SIAPE nº 0205756, ocupante do cargo de Datilógrafo, mantendo a FCE 1.02; e

WANTUIL DE ALMEIDA TRINDADE, SIAPE nº 0205647, ocupante do cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS BEZERRA Cel Av
Subdiretor Interino de Pessoal Civil

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENSINO

1 - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS (CAS), Turma 1/2023 – DESLIGAMENTO

Seja o militar abaixo relacionado, desligado do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Turma 1/2023, por motivo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, conforme o Ofício nº 35/DRH/3816, NUP: 67230.003660/2023-12, de 6 de junho de 2023, do GAP-RF, e de acordo com o disposto na alínea “n”, do subitem 6.1, da ICA 37-824/2022.

Nº DE ORDEM	OM
4101090	GAP-RF

(Item 13/DEPF/2023)

2 - CURSO INTENSIVO DE LÍNGUA ESPANHOLA I - CILE MÓDULO I (EAD) - TURMAI/2023 - DESLIGAMENTO

Seja desligado do CURSO INTENSIVO DE LÍNGUA ESPANHOLA I – CILE MÓDULO I (EAD) – TURMA 1/2023, ministrado pelo Centro de Idiomas (CID) da Universidade da Força Aérea (UNIFA), o militar(NrOrd) a seguir relacionado, conforme previsto na alínea “d” do item 8.1 das Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Universidade da Força Aérea (ICA 37-856), aprovada pela Portaria DIRENS nº 80/SPF, de 7 de maio de 2021.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

NR ORD	OM
3714365	AFA

(Item 012/CID/2023)

**3 - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS (CAS), Turma 2/2023, –
MATRÍCULA POR DECISÃO JUDICIAL**

Em cumprimento ao parecer de Força Executória nº 00193/2023/COREMNE/PRU5R/PGU/AGU, de 4 de junho de 2023, em decorrência da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0804718-45.2023.4.05.8400, em trâmite na 5ª VARA FEDERAL - SECRETARIA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE, seja matriculado o 1S QSS BSP ALEXANDRE BONIFÁCIO DE REZENDE, Nr. Ord. 3607755, do efetivo do GLOG-CG, em caráter precário, no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Turma 2/2023.

Por se tratar de decisão judicial sem trânsito em julgado, a matrícula poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, na superveniência de determinação judicial revogatória ou modificatória, devidamente fundamentada.

(Item 14/DEPF/2023)

**4 – ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO À GRADUAÇÃO DE TERCEIRO-SARGENTO
(EAGTS) – NÃO MATRÍCULA**

Em consonância com o previsto na letra “f” do item 2.8.1, da ICA 39-21/2022, aprovada pela Portaria GABAER nº 232/GC3, de 08 FEV de 2022, o militar abaixo relacionado não foi matriculado no ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO À GRADUAÇÃO DE TERCEIRO-SARGENTO (EAGTS), a ser realizado no formato presencial, no CIAAR, no período de 29/05 a 30/06/2023.

ORDEM	PT/GD	ESP	NOMES	SARAM	OM
1	CB	SGS	RAFAEL GONÇALVES DA SILVA	4082192	CIAAR

(Item 10/DE-CIAAR/2023)

**5 – ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO À GRADUAÇÃO DE TERCEIRO-SARGENTO
(EAGTS) – MATRÍCULA**

Seja matriculado, o militar abaixo relacionado, no ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO À GRADUAÇÃO DE TERCEIRO-SARGENTO (EAGTS), a ser realizado no formato presencial, no período de 29/05 a 30/06/2023, no CIAAR, em cumprimento ao disposto na Ordem de Matrícula publicada no BCA nº 087, de 15 MAIO 2023.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Nº	PT/GD	ESP	NOMES	SARAM	OM
1	CB	SOB	ANDRÉ LUIZ FIDELIS DA SILVA	2608162	GAPLS

(Item 09/DE-CIAAR/2023)

6 - HOMOLOGAÇÃO DE ATA – JEA EA CFS/2 2023

1. O Diretor de Ensino da Aeronáutica, em conformidade com o disposto na alínea “I” do item 9.2 da Portaria DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021, **homologa** a Ata da sexcentésima vigésima quarta reunião da Junta Especial de Avaliação (**JEA**), referente ao EA CFS 2/2023, realizada no dia 7 de junho de 2023, por meio de videoconferência, e presidida pelo Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior, conforme as informações a seguir:

ATA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às 14h00min, por meio de videoconferência, reuniu-se a Junta Especial de Avaliação (JEA) para a sexcentésima vigésima quarta reunião, em atendimento à Portaria DIRENS nº 259/DCR, de quatorze de julho de dois mil e vinte e dois, para consolidar e homologar a relação nominal dos candidatos selecionados para serem habilitados à matrícula no Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica para o Segundo Semestre do ano de dois mil e vinte e três (EA CFS 2/2023), a ser realizado na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), na cidade de Guaratinguetá, em São Paulo, desde que satisfaçam às condições estabelecidas em normas específicas para o respectivo Exame de Admissão. Participaram desta reunião os Senhores e Senhoras: Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior, Presidente da Junta (Diretor de Ensino da Aeronáutica); Brig Ar Antonio Marcos Godoy Soares Mioni Rodrigues (Comandante da EEAR); Cel Av Kleber Romalino Alves (DIRENS); Ten Cel QOEFOT R/1 Euepsi Henrique Pinto Barbosa Sá (EEAR); Maj QOEMET Joseilson Augusto Moreira (EEAR); Maj Med Elisabeth oliveira de Araújo (DIRSA); 1º Ten Esp Aer SVA Leonardo da Conceição (Secretário - DIRENS); 1º Ten QOCon SJU Gilmar Vieira de Araujo (EEAR); 2º Ten QOCon PSO Quelli de Souza Cortá Oliveira (IPA); 2º Ten QOCon EFI Allan da Silva Costa (CDA); 2º Ten QOCon SJU Waldeísa Aparecida Lourenço da Silva (DIRENS); 1S QSS BET Aline Santana Vasata de Moraes (EEAR), e 2S QTA TCO Bruno Ramos Saleão (CDA). A JEA desenvolveu seu trabalho em conformidade com as legislações aplicáveis. De acordo com as vagas fixadas para o Curso, com base nos resultados obtidos nas Provas Escritas, na Inspeção de Saúde (INSPSAU), no Exame de Aptidão Psicológica (EAP), no Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) e no Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), conforme o Mapa Geral de Candidatos, anexo a este Livro de Atas, contendo a relação nominal dos candidatos em ordem decrescente de Média Final, verificaram-se os seguintes resultados: para o **Exame de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica para o Segundo Semestre do ano de dois mil e vinte e três**, foram deferidas **trinta e uma mil e quarenta e cinco** inscrições de candidatos, dos quais **vinte mil quatrocentos e oitenta e cinco** candidatos realizaram as Provas Escritas. **Mil e setenta e oito** candidatos obtiveram aproveitamento. Foram convocados para a Concentração Intermediária e demais etapas do processo seletivo **oitocentos e vinte e nove** candidatos, dos quais **quatrocentos e cinquenta e quatro** compareceram à Concentração Intermediária. Destes, **trezentos e vinte e nove** foram considerados APTOS na INSPSAU; **quatrocentos e oito** candidatos foram

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

considerados APTOS no EAP; e **duzentos e oitenta e cinco** candidatos foram considerados APTOS no TACF; **cinquenta** candidatos tiveram sua autodeclaração confirmada no PHC. Foram fixadas **duzentos e vinte e cinco** vagas, sendo **duzentos e vinte e oito** candidatos selecionados pela JEA para a habilitação à matrícula, considerando haver **três** liminaristas por força de decisão judicial, que participarão apenas da etapa de validação documental, tendo em vista que a decisão judicial não expressa o direito à matrícula. Ademais, acrescentam-se **dois** liminaristas, sendo **um** candidato incluído no certame por força de decisão judicial para a etapa de INPSAU, a qual foi convocado e julgado NÃO APTO, em grau de recurso, sendo excluído do Exame; e **uma** candidata convocada por força de decisão judicial, que contemplou apenas a realização do TACF. **Cinquenta e seis** candidatos encontram-se na condição de excedentes. As vagas foram distribuídas nos seguintes grupos de especialidade: **Opção 1 (aeronavegantes) – vinte** vagas fixadas e preenchidas, havendo **onze** candidatos excedentes; **Opção 2 (não-aeronavegantes) – cento e nove** vagas fixadas e preenchidas, havendo **dezoito** candidatos excedentes; e **Opção 3 (Controle de Tráfego Aéreo) – noventa e seis** vagas fixadas e preenchidas, havendo **vinte e sete** excedentes. O candidato **VICTOR WICHAN PAES**, OPÇÃO 2 CFS 2/2023, foi excluído do Exame por ter sido considerado NÃO APTO na etapa de INPSAU em grau de recurso. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **1031228-87.2023.4.01.3400**, em trâmite na 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, o deferimento da tutela de urgência, suspendendo os efeitos da eliminação do autor na etapa de Inspeção de Saúde, determinando a imediata reinclusão ao Exame, e a convocação para as demais etapas do certame, incluindo o TACF, onde foi considerado apto. O autor, apesar de estar classificado dentro do número de vagas, será convocado apenas para participar da etapa de Validação Documental e **não deverá ser matriculado**, em razão de não haver decisão judicial expressa nesse sentido, conforme orientação constante no Parecer da COJAER n.º 00522/COJAER/CGU/AGU. A decisão assegura apenas a reinclusão do autor no Exame de Admissão, sem determinar a matrícula. O candidato **PATRICK DOUGLAS FERNANDES DE SENA LISBOA**, OPÇÃO 3 BCT CFS 2/2023, foi excluído do Exame por ter sido considerado NÃO APTO na INPSAU. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **0802796-66.2023.4.05.8400**, em trâmite na 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, o deferimento da tutela antecipada para determinar a reinclusão do autor no Exame, permitindo a sua manutenção nas demais etapas, até o julgamento final da ação judicial. O candidato foi convocado para o TACF, onde foi considerado apto, e para o PHC, onde obteve a confirmação de sua autodeclaração. O candidato, apesar de estar classificado dentro do número de vagas, será convocado apenas para participar da etapa de Validação Documental e **não deverá ser matriculado**, em razão de não haver decisão judicial expressa nesse sentido, conforme orientação constante no Parecer da COJAER n.º 00522/COJAER/CGU/AGU. A decisão assegura apenas a reinclusão do autor no Exame de Admissão, sem determinar a matrícula. A candidata **ISABELLA DOS SANTOS CAMARGO**, OPÇÃO 3 BCT CFS 2/2023, foi excluída do Exame por ter sido considerada NÃO APTA na etapa de INPSAU, em grau de recurso. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **1026568-50.2023.4.01.3400**, em trâmite na 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, o deferimento da tutela de urgência, para determinar a garantia da parte autora de permanecer no Exame, assegurando a participação na próxima fase do certame, e, no caso de aprovação nessa etapa, nas demais fases até o julgamento final desta ação judicial. A candidata foi convocada para o TACF e considerada apta. A autora, apesar de estar classificada dentro do número de vagas, será convocada apenas para participar da etapa de Validação Documental e **não deverá ser matriculada**, em razão de não haver decisão judicial expressa nesse sentido, conforme orientação constante no Parecer da COJAER n.º 00522/COJAER/CGU/AGU. A decisão assegura apenas a reinclusão da autora no

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Exame de Admissão, sem determinar a matrícula. O candidato **YURI ATAÍDE SOBRAL**, OPÇÃO 2 CFS 2/2023, foi excluído do Exame por não cumprir com o disposto nas Instruções Específicas do Exame, referente à entrega do exame toxicológico. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **1017406-83.2023.4.01.3900**, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Pará, o deferimento da liminar para determinar a realização da INSPSAU e demais etapas do Exame, como se o impetrante não tivesse sido excluído. O candidato foi convocado para INSPSAU, tendo sido considerado NÃO APTO na INSPSAU, em grau de recurso, razão pela qual **foi excluído do Exame. A EEAR informou ao AGU sobre o resultado NÃO APTO na INSPSAU do candidato.** A candidata **BRENDA PRIMO PESSOA**, OPÇÃO 3 BCT CFS 2/2023, foi excluída do Exame por ter sido considerada NÃO APTA na etapa de INSPSAU em grau de recurso. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **0803639-31.2023.4.05.8400**, em trâmite na 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, o deferimento parcial do pedido de tutela antecipada para determinar que a União assegure a realização do Teste de Avaliação de Condicionamento Físico. A autora, apesar de convocada para o TACF e considerada apta, **não** deverá ser convocada para as próximas etapas, bem como **não deverá ser matriculada**, tendo em vista não haver decisão judicial expressa nesse sentido, conforme orientação constante no Parecer da COJAER n.º 00522/COJAER/CGU/AGU. Importante salientar que quaisquer alterações posteriores ao *status quo* dos candidatos deverão ser comunicadas ao Douto Juízo de origem, como no caso de reprovação em alguma etapa. Além dos candidatos selecionados ao **EA CFS 2/2023**, foram incluídos **três** candidatos em cumprimento de ordens judiciais, sendo **um** candidato do **EA CFS 2/2022**, **um** candidato do **EA CFS 2/2020**, e **um** candidato do **CFS 2/2019**. O candidato **GUSTAVO DE OLIVEIRA SILVEIRA**, OPÇÃO 03 CFS 2/2022, foi excluído do Exame por ter sido considerado NÃO APTO na INSPSAU em grau de recurso. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **5031058-92.2022.4.02.5101**, em trâmite na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sentença que julgou procedente o pedido para determinar a anulação do ato que excluiu o demandante do EA CFS 2/2022, por inaptidão na Inspeção de Saúde, e sua reintegração ao certame com realização da etapa seguinte (TACF), observando a sua classificação e etapas subsequentes. O candidato **não compareceu à etapa do PHC e foi excluído do Exame.** O candidato **CAIO VICTOR DE ALMEIDA ALEIXO**, da especialidade BCT CFS 2/2020, foi excluído do Exame por ter sido considerado NÃO APTO na INSPSAU em grau de recurso. Todavia, obteve por meio de Decisão Judicial proferida nos autos do Processo n.º **1040077-53.2020.4.01.3400**, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a determinação que seja assegurada ao requerente o prosseguimento no certame, com todos os efeitos que dele decorram, devendo ser convocado para a realização do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, e, sendo aprovado, para a matrícula no próximo curso de formação, previsto para ter início no dia 28.06.2023. A decisão do TRF 1ª Região declarou expressamente o direito do autor de ser matriculado no próximo curso de formação, no entanto, **foi reprovado na etapa de recurso do TACF. O candidato deve permanecer excluído do certame, e, não ser convocado para nova etapa**, tendo em vista que o motivo da demanda judicial, reprovação na Inspeção de Saúde (INSPSAU), não tem nexo com sua nova exclusão. Portanto, **o autor não deverá ser matriculado.** O candidato **VINICIUS JOSÉ UGIETE GALLO**, da especialidade BCT CFS 2/2019, foi excluído do Exame por ter sido considerado NÃO APTO na INSPSAU em grau de recurso. Todavia, obteve por meio de Sentença Judicial proferida nos autos do Processo n.º **1010831-46.2019.4.01.3400**, em trâmite na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, a procedência dos pedidos para anular o ato que eliminou o autor do certame, assegurando sua participação nas fases subsequentes à etapa da qual foi eliminado do Exame de Admissão e sua devida **nomeação e posse no cargo**, caso não haja outro motivo que impeça sua

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

continuidade. O candidato foi convocado para o TACF, tendo sido considerado APTO. O autor deverá ser convocado apenas para participar da etapa de Validação Documental e **não deverá ser matriculado**, em razão de não haver decisão judicial expressa nesse sentido, conforme orientação constante no Parecer da COJAER n.º 00522/COJAER/CGU/AGU. A decisão assegura apenas a reinclusão do autor no Exame de Admissão, sem determinar a matrícula. A seleção de candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrem, fixadas por grupos de especialidade, respeitando a ordem decrescente de suas Médias Finais e os critérios de desempate, tem por finalidade permitir o preenchimento de vagas que possam surgir no Curso e na respectiva especialidade, decorrentes da desistência ou da exclusão de candidatos, desde que a convocação se dê dentro da vigência do Exame de Admissão. E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Junta deu por encerrada a reunião da qual eu, Leonardo da Conceição, 1º Ten QOEA SVA, lavro a presente Ata que, após lida e considerada conforme, vai assinada por todos os membros presentes.

Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior
Presidente – Diretor de Ensino da Aeronáutica

Brig Ar Antonio Marcos Godoy Soares Mioni Rodrigues
Membro – Comandante da EEAR

Kleber Romalino Alves Cel Av
Membro – DIRENS

Eupepsi Henrique Pinto Barbosa Sá Ten Cel QOEFOTR/1
Membro – EEAR

Joseilson Augusto Moreira Maj QOEMET
Membro – EEAR

Elisabeth Oliveira de Araújo Maj Med
Membro – DIRSA

Gilmar Vieira de Araujo 1º Ten QOCon SJU
Membro – EEAR

Waldeísa Aparecida Lourenço da Silva 2º Ten QOCon SJU
Membro – DIRENS

Quelli de Souza Cortá Oliveira 2º Ten QOCon PSO
Membro – IPA

Allan da Silva Costa 2º Ten QOCon EFI
Membro – CDA

Aline Santana Vasata de Moraes 1S QSS BET
Membro – EEAR

Bruno Ramos Saleao 2S QTA TCO
Membro – CDA

Leonardo da Conceição 1º Ten Esp Aer SVA
Secretário – DIRENS

O texto desta Ata encontra-se registrado, na íntegra, nas páginas nº 142 a 147 do Livro de Atas nº 7, da Divisão de Coordenação da DIRENS.

(Item 121/DCR /2023)

7 – PPGDHO / PPGCA – APROVA REGULAMENTOS

PORTARIA DA UNIFA Nº 55/PROPGP, DE 10 DE MARÇO DE 2023.

O COMANDANTE DA UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA, no uso das atribuições que lhe confere o Capítulo IV, seção I, artigo 14, inciso V, do Regulamento da Universidade da Força Aérea (ROCA 21-6), aprovado pela Portaria GABAER Nº 65/GC3, de 22 de março de 2021, publicada no BCA Nº 058, de 29 de março de 2021 resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional (PPGDHO).

Art. 2º Aprovar o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Maj Brig Ar JOSÉ VIRGÍLIO GUEDES DE AVELLAR
Comandante da Universidade da Força Aérea

Obs.: Os Regulamentos de que trata a portaria acima encontram-se anexados a este Boletim.

(Republicado por haver saído com incorreção no BCA nº 098, de 30 de maio de 2023)

8 - ORDEM DE MATRÍCULA DEFINITIVA

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0003797-67.2001.4.01.3400, que tramitou perante a 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o Diretor de Ensino **torna definitiva** a Ordem de Matrícula de DEUSDEDITH HOLANDA CAVALCANTE FILHO no Curso de Formação de Sargentos do ano de 2001 (CFS 1/2001).

Ref.: Ofício nº 99/AJUR, de 29 de março de 2023 - SECPROM

(Item 120/DCR /2023)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

1 - COMISSÃO - DESIGNAÇÃO

PORTARIA DIRINFRA Nº 211/AAPE, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o ROCA 21-69, aprovado pela Portaria nº 401/GC3, de 4 de novembro de 2022, de acordo com o subitem 2.1 do Manual eletrônico de Cargos e Funções da Aeronáutica do RADA-e, de 22 de novembro de 2022; conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados para comporem a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 019/CELOG-DIRINFRA/2022, que visa à realização de estudos e execução de plano de desestatização de 2 (dois) imóveis da União Federal, sob responsabilidade do COMAER, conforme segue:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

- BR QOAV **STEVEN MEIER** (Nr Ord 2215179) do efetivo da DIRINFRA - Gestor do Contrato.
- TC QOENG CGR **RALF VON LASPERG** (Nr Ord 3879232) do efetivo da DIRINFRA - Gestor Suplente do Contrato e Fiscal Técnico de Patrimônio;
- TC QOENG IES **FÁBIO HENRIQUE CAMPOS CRUZ** (Nr Ord 4020227) do efetivo da DIRINFRA - Fiscal Técnico de Patrimônio;
- CP QOENG CIV **ADRIANO SIÉBRA PAES BARRETO** (Nr Ord 4092260) do efetivo do CEPE - Fiscal Técnico de Engenharia;
- CP QOENG CIV **PAULODETARSO MACHADO LEITE SOARES** (Nr Ord 6006671) do efetivo do CEPE - Fiscal Técnico de Engenharia;
- CP QOINT DAYANNA **SELLERI PEREIRA** (Nr Ord 6124046) do efetivo da DIRINFRA - Fiscal Técnico de Administração;
- CP QOENG CIV **RAFAELA MALAFAIA NASSIF DAGHER** (Nr Ord 6663800) do efetivo da DIRINFRA - Fiscal Técnico de Engenharia;
- CP QOENG AGM **FLAVIO JOSE RODRIGUES DA SILVA** (Nr Ord 6664121) do efetivo da DIRINFRA - Fiscal Técnico de Patrimônio; e
- 1º Ten QOCON AQT **DANIEL LUIZ MOREIRA VALE** (Nr Ord 7268106) do efetivo do CEPE - Fiscal Técnico de Engenharia;
- 3S QSS STP **SAMUEL DO CARMO DE BRITO** (Nr Ord 7300395) do efetivo da DIRINFRA - Membro.

A Comissão tem suas atribuições previstas no RADA-e/2022 (Regulamento da Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica) e na ICA 12-23/2019, que trata da Fiscalização e Recebimento de Bens e de Serviços e aplicação de sanções administrativas, além de outras decorrentes das atividades a serem desempenhadas.

A Comissão, após o encerramento das suas atividades, deverá solicitar a revogação da presente Portaria. Revogam-se as Portarias nº 92/AAPE, de 10 de março de 2023, nº 249/AAPE, de 21 de julho de 2022 e nº 70/AAPE, de 27 de fevereiro de 2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Maj Brig Ar **CESAR FARIA GUIMARÃES**
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO

1 - PROCESSOS DE REVALIDAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

I - O DIRETOR DA DIRMAB, conforme o disposto no item 4.1.7 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, e considerando o que consta nos processos **nº 67110.006726/2022-01 e nº 67110.000801/2023-01**.

Resolve:

Homologar o processo de Revalidação do certificado da empresa **EMBRAER S.A.**, CNPJ nº **07.689.002/0004-21**.

Em consequência,

A Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico revalida o Certificado de Empresa de Manutenção(CEM) nº **DIRMAB-2017-004**, de acordo com o item 3.3.1 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, válido por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 31 de março de 2023.

II - O DIRETOR DA DIRMAB, conforme o disposto no item 4.1.7 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo **nº 67110.005051/2022-75**.

Resolve:

Homologar o processo de Revalidação do certificado da empresa **ALBATROSS ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº **30.898.800/0001-32**.

Em consequência,

A Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico revalida o Certificado de Empresa de Manutenção (CEM) nº **DIRMAB-2020-002**, de acordo com o item 3.3.1 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, válido por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 8 de maio de 2023.

III - O DIRETOR DA DIRMAB, conforme o disposto no item 4.1.7 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo **nº 67110.000697/2023-47**.

Resolve:

Homologar o processo de Revalidação do certificado da empresa **DRAYTON AEROSPACE S/A**, CNPJ nº **32.997.995/0001-01**.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Em consequência,

A Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico revalida o Certificado de Empresa de Manutenção **nº DIRMAB-2020-004**, de acordo com o item 3.3.1 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, válido por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 10 de maio de 2023.

IV - O DIRETOR DA DIRMAB, conforme o disposto no item 4.1.7 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo **nº 67110.004831/2022-06**.

Resolve:

Homologar o processo de Revalidação do certificado da empresa **AIR TURBINE AVIATION SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA, CNPJ nº 01.449.152/0001-39**.

Em consequência,

A Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico revalida o Certificado de Empresa de Manutenção **nº DIRMAB-2020-003**, de acordo com o item 3.3.1 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, válido por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 15 de maio de 2023.

2 - PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO INICIAL- HOMOLOGAÇÃO

I - O DIRETOR DA DIRMAB, conforme o disposto no item 4.1.7 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo **nº 67110.002668/2022-39**.

Resolve:

Homologar o processo de Certificação Inicial da empresa **VMF TURBINAS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 20.804.914/0001-12**.

Em consequência,

A Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico emite o Certificado de Empresa de Manutenção (CEM) **nº DIRMAB-2023-001**, de acordo com o item 3.3.1 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, válido por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 31 de maio de 2023.

3 - PROCESSOS DE INCLUSÃO- HOMOLOGAÇÃO

I - O DIRETOR DA DIRMAB, conforme o disposto no item 4.1.7 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo **nº 67110.003783/2022-21**.

Resolve:

Homologar o processo de Inclusão de Itens no certificado da empresa **AEL SISTEMAS S.A., CNPJ 88.031.539/0001-59**.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

Em consequência,

A Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico emite a Relação de Serviços Aprovadas Revisão 02 (RSA Rev. 02), anexa ao Certificado de Empresa de Manutenção (CEM) nº **DIRMAB-2015-004**, de acordo com o item 3.1.3 da ICA 65-36, de 2 de maio de 2013, mantém-se a validade do CEM até 31 de maio de 2026.

(Item 001/SDPL/PLEM/PLEM-1/2PLEM-1/2023)

SECÃO VI - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SECÃO VII – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SECÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

SECÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO
(Sem alteração)

SECÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SECÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, de 15 JUN 2023)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 141, DE 13 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo art. 1º da Portaria nº 66, de 1º de julho de 2019, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, resolve:

DESIGNAR, o Ten Cel FAB MARCOS VINICIUS PIRES BRANT para exercer a função de ASSESSOR MILITAR na Assessoria Especial Parlamentar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, enquadrando-o no Grupo 0002 (B) do Anexo I da Portaria nº 111, de 9 de setembro de 2022, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

IVAN DE SOUSA CORRÊA FILHO
(DOU Nº 111, Seção 2, 14 de junho de 2023)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
(Sem alteração)

FABIO AYRES CARDOSO Cel Int
Diretor do CENDOC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA**



ENSINO

**REGULAMENTO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESEMPENHO HUMANO OPERACIONAL**

*** PPGDHO ***

2022



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional

Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes



SUMÁRIO

	Pág.
TÍTULO I- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
TÍTULO II- DO EMBASAMENTO LEGAL	3
TÍTULO III- DA FINALIDADE E OBJETIVOS	3
TÍTULO IV- DA ORGANIZAÇÃO	4
TÍTULO V- DO CORPO DOCENTE	8
TÍTULO VI- DO CORPO DISCENTE	12
TÍTULO VII- DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	13
Capítulo I- Da Seleção e Matrícula de Alunos Regulares	13
Capítulo II- Da Inscrição, Trancamento e Cancelamento de Matrícula	16
Capítulo III- Da Estrutura e Processo de Formação	17
Capítulo IV- Da Avaliação do Rendimento Acadêmico	21
Capítulo V- Dos Exames de Qualificação do Projeto e de Defesa de TCC	21
TÍTULO VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	27



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional

Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes



REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESEMPENHO HUMANO OPERACIONAL

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º- Este Regulamento está em conformidade com as Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Universidade da Força Aérea (UNIFA).
- Art. 2º- Este Regulamento estabelece as normas gerais sobre a concepção, a estrutura e o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas do Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional (PPGDHO), da UNIFA.

TÍTULO II – DO EMBASAMENTO LEGAL

- Art. 3º- O PPGDHO foi criado por meio da Portaria nº 1.240/GC3, de 20/08/2015, recomendado na 182ª Reunião do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 12 a 14/12/2018, e homologado pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 478, de 13/05/2020.

TÍTULO III – DA FINALIDADE E OBJETIVOS

- Art. 4º- O PPGDHO tem por finalidade a formação de recursos humanos (militares e civis) vinculados às Forças Armadas e ao Ministério da Defesa para proporem soluções que visem atender às demandas das Organizações Militares no que se refere à capacitação das dimensões biopsicossociais do desempenho humano operacional de milhares das Forças Armadas.

§ 1- Por dimensões biopsicossociais do desempenho humano operacional entende-se o conjunto integrado de características humanas (competências, habilidades, potencialidades e limitações) biodinâmicas e comportamentais que têm impacto sobre o cumprimento de atividades operacionais das Forças Armadas, de acordo com procedimentos padronizados, de precisão, de segurança e de eficiência-eficácia, quando do emprego do poder militar em teatros ou áreas de operações, para a realização de uma campanha ou uma missão real ou de treinamento.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

Art. 5º- O processo de formação do PPGDHO está comprometido com a consecução dos seguintes objetivos acadêmico-profissionais:

- I- qualificar recursos humanos das Forças Armadas para a investigação, proposição, gerenciamento e avaliação de mecanismos de intervenção em prol da capacitação de militares nas dimensões biopsicossociais, visando à eficiência e à eficácia do desempenho humano no cumprimento das atribuições e missões operacionais de emprego do poder militar;
- II- avaliar os efeitos da aplicação de resultados de pesquisa, métodos, técnicas, processos e outros produtos técnico-profissionais desenvolvidos ou aperfeiçoados com o propósito de melhorar a capacitação e o desempenho operacional de militares das Forças Armadas; e
- III- contribuir com a difusão do conhecimento inerente ao desempenho humano operacional no âmbito das Forças Armadas e da comunidade acadêmico-profissional interessada nas Linhas de Atuação Técnico Científica do Programa.

Art. 6º- Visando atender à finalidade e aos objetivos específicos, as atividades de formação e produção intelectual do PPGDHO devem ser fundamentadas em conhecimentos do campo das Ciências da Saúde, com foco na Área de Concentração denominada de Avaliação e intervenção biopsicossocial do desempenho humano operacional, e nas seguintes Linhas de Atuação Técnico Científica: (i) Avaliação e intervenção biodinâmica aplicada ao desempenho humano operacional; e (ii) Avaliação e intervenção comportamental aplicada ao desempenho humano operacional.

TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º- O PPGDHO é vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP).

Art. 8º- O PPGDHO é constituído por um curso em nível de Mestrado, na modalidade Profissional, destinado à formação de recursos humanos que farão jus à obtenção do título Mestre em Desempenho Humano Operacional, após o cumprimento de todas as exigências acadêmicas e administrativas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 9º- A estrutura acadêmico-administrativa é formada por uma Comissão de Coordenação (CC), pelo Colegiado do PPGDHO (C-PPGDHO), pelo Corpo Docente (CDo) e pelo Corpo Discente (CDi).

§ 1- O PPGDHO tem o suporte da Secretaria Acadêmica (SecAc) da UNIFA para



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

fins de apoio às atividades de registros acadêmicos.

Art. 10- A CC é responsável pela gestão do PPGDHO, sendo constituída por 1 (um) Coordenador e mais 4 (quatro) Docentes Permanentes.

- § 1- Para a composição da CC são elegíveis Docentes Permanentes do Programa, sendo indicados pelo C-PPGDHO, que também deverá indicar o Coordenador do Programa.
- § 2- O Coordenador da CC é o responsável por representar o PPGDHO junto aos diferentes setores acadêmicos e administrativos da UNIFA, bem como junto às instituições e organizações militares e civis, nacionais e internacionais.
- § 3- Os integrantes da CC têm mandato de 4 (quatro) anos, que deve coincidir com o ciclo de avaliação do Programa pela CAPES, e sendo permitida a recondução.
- § 4- Se ocorrer a vacância de um dos membros da CC, o C-PPGDHO deverá convocar para imediata indicação de um Docente Permanente substituto.
- § 5- A composição e as decisões da CC devem ser encaminhadas para avaliação e homologação pela autoridade competente da UNIFA.

Art. 11- Compete à CC:

- I- colaborar no processo de desenvolvimento, diagnóstico de necessidades e proposição de atualizações do Projeto Pedagógico e de documentos normativos do PPGDHO;
- II- propor, planejar, implementar e avaliar as ações que possam assegurar que o PPGDHO alcance os adequados padrões de desempenho acadêmico, tendo como parâmetro as demandas das Forças Armadas e os indicadores e critérios da Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES;
- III- colaborar com o planejamento e zelar pelo cumprimento do calendário das atividades acadêmicas e administrativas, propondo os devidos ajustes diante de eventuais necessidades;
- IV- participar do processo de planejamento do Edital do Processo Seletivo para Admissão de Aluno Regular no PPGDHO, bem como colaborar com a realização exitosa de todo o processo seletivo;
- V- subsidiar a emissão de parecer sobre requerimentos e recursos protocolados por alunos do CDI;
- VI- subsidiar a emissão de parecer sobre aproveitamento de créditos obtidos em Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecidos pelo Órgão Federal competente, bem como deliberar sobre o cumprimento da carga



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

horária relativa às Atividades Complementares em Desempenho Humano Operacional, em observância do estabelecido nos documentos normativos da UNIFA;

- VII- subsidiar o processo de deliberação sobre a troca de Docente Orientador, após consulta às pessoas envolvidas;
- VIII- subsidiar o processo de deliberação sobre pedidos de prorrogação de prazo do curso, considerando as condições estabelecidas neste Regulamento;
- IX- colaborar com a definição da agenda e das pautas de reuniões, mantendo atualizada o livro de Ata do C-PPGDHO;
- X- participar do processo de análise e deliberação sobre os processos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de Docentes Permanentes;
- XI- colaborar com a gestão do conhecimento produzido pelos corpos docente e discentes, promovendo o fluxo de integração e informações com os setores afins;
- XII- ajudar no processo de coleta e organização dos dados necessários ao preenchimento do relatório anual de informações acadêmicas na Plataforma Sucupira (CAPES);
- XIII- nutrir o setor competente da UNIFA com as informações necessárias para a manutenção e permanente atualização do site do PPGDHO;
- XIV- subsidiar o parecer de deliberação sobre a exclusão de Aluno Regular por motivo de insuficiência de desempenho acadêmico e de não cumprimento dos prazos regulamentares;
- XV- subsidiar a elaboração das Resoluções Complementares relacionadas a este Regulamento;
- XVI- subsidiar as decisões sobre casos omissos neste Regulamento.

Art. 12- Compete ao Coordenador:

- I- liderar as ações de planejamento, desenvolvimento e avaliação de todas as atividades acadêmicas e administrativas;
- II- representar o PPGDHO onde e quando for convocado ou necessário;
- III- indicar, quando couber, Docentes Permanentes para representar o PPGDHO em comissões, representações, solenidades e eventos internos e externos;
- IV- receber ou designar pessoa competente, conforme o caso, para gerir o atendimento aos integrantes dos corpos docente, discente e demais setores da UNIFA, da Força Aérea Brasileira (FAB) e de outras instituições nacionais e internacionais;



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- V- planejar, solicitar e gerir os recursos financeiros alocados para a realização das atividades acadêmico-administrativas, zelando pelo cumprimento das normas de solicitação, aplicação e prestação de contas junto às instituições ou organizações concedentes;
- VI- manter os corpos docente e discente informados sobre assuntos e decisões necessários ao bom andamento das atividades de formação;
- VII- liderar a elaboração do planejamento do Edital do Processo Seletivo para Admissão de Aluno Regular para o PPGDHO, dar os devidos encaminhamentos e zelar pela realização exitosa de todo o processo seletivo;
- VIII- emitir parecer, assinar e dar o devido encaminhamento em todos os documentos expedidos pelo PPGDHO, sendo decorrentes de demandas internas ou externas ao Programa;
- IX- presidir as reuniões do C-PPGDHO;
- X- zelar pelo preenchimento e dar o devido encaminhamento ao relatório anual de informações acadêmicas na Plataforma Sucupira (CAPES);
- XI- designar, com a anuência da autoridade competente, um dos integrantes da CC para substituí-lo durante o período de ausência ou impedimento;
- XII- emitir parecer sobre casos omissos neste Regulamento e, se for o caso, encaminhar para homologação pela autoridade competente da UNIFA.

Art. 13- O C-PPGDHO tem caráter consultivo e é constituído por todos os Docentes Permanentes do PPGDHO e um representante do CDi, cujo objetivo é subsidiar o processo de tomada de decisões por parte da CC sobre as demandas acadêmico-administrativas inerentes ao PPGDHO e à política de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIFA.

- § 1- O C-PPGDHO é presidido pelo Coordenador do PPGDHO.
- § 2- O representante do CDi é indicado pelos seus pares para participar das reuniões do C-PPGDHO por um período de 12 (doze) meses, admitindo-se uma única recondução por igual período de tempo.
- § 3- O C-PPGDHO deve se reunir ordinariamente uma vez por semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado.
- § 4- Qualquer integrante do CDo ou do CDi pode solicitar uma reunião extraordinária do C-PPGDHO, cujo motivo deve ser objeto de análise e decisão por parte do Coordenador do PPGDHO.

Art. 14- No que se refere ao apoio ao PPGDHO, cabe à SecAC as seguintes atribuições:



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- I- acompanhamento das etapas e realização das tarefas de apoio ao Processo Seletivo para Admissão de Aluno Regular no PPGDHO (recebimento de inscrições, conferência e organização da documentação; divulgação de informações complementares, comunicação com os candidatos, registro e divulgação dos resultados parciais e final, elaboração das Atas de cada etapa; organização das pastas com a documentação dos candidatos selecionados, entre outras tarefas afins);
- II. encaminhamento e acompanhamento do trâmite de publicação da ordem de matrícula dos Alunos Regulares no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA);
- III. gestão do processo de matrícula de Alunos Regulares no Programa e de inscrições nas disciplinas e/ou atividades de formação;
- IV. coleta das informações, organização, guarda e controle da documentação dos Alunos Regulares e das disciplinas e atividades de formação, tais como: fichas de presença e de conceito final dos Alunos Regulares inscritos em cada disciplina, requerimentos e atas relativas às bancas examinadoras, e outros controles para fins de emissão do histórico escolar;
- V. solicitação de providências à Coordenação sobre quaisquer pendências nos registros escolares de Alunos Regulares e controlar a devolução das informações solicitadas no seu devido prazo;
- VI. recebimento de requerimento, encaminhamento, controle, arquivamento e confecção de documentos e comprovantes relativos às realizações acadêmicas de docentes, discentes, participantes externos e egressos do Programa.

TÍTULO V – DO CORPO DOCENTE

Art. 15- O CDoé constituído por professores portadores do título de doutorado, com comprovada experiência acadêmico-profissional e com produção intelectual em uma das Linhas de Atuação Técnico Científica do Programa, conforme parâmetros e critérios de desempenho definidos nos documentos orientadores da Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES.

- § 1- Excepcionalmente, podem fazer parte do CDo profissionais sem o título de mestrado ou doutorado, desde que possuam comprovada experiência em produções técnico-científicas aplicadas ao desenvolvimento e à inovação de investigações e produtos tematicamente relacionados a uma das Linhas Atuação Técnico Científica do Programa.
- § 2- A comprovação da experiência mencionada no § 1 deve ser avaliada por meio da produção intelectual veiculada pelo profissional, nos últimos 5 (cinco) anos,



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

tendo como parâmetro os critérios mínimos de qualidade e quantidade estabelecidos nos documentos orientadores da Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES.

§ 3- O percentual máximo permitido para a participação de profissionais sem a formação em nível de mestrado ou doutorado é de 30% do CDo permanente do Programa.

Art. 16- O CDopode ser formado por militares e servidores civis vinculados funcionalmente aos quadros das Forças Armadas ou do Ministério da Defesa.

Art. 17- O CDoé composto por 3 (três) categorias:

- I- Docentes Permanentes;
- II- Docentes e Pesquisadores Visitantes;
- III- Docentes Colaboradores.

Art. 18º- São credenciados como Docentes Permanentes aqueles que atendam a todas as condições estabelecidas a seguir:

- I- tenham vínculo funcional e de dedicação integral e exclusiva às Forças Armadas ou ao Ministério da Defesa;
 - a) Militares da reserva ou servidores civis aposentados poderão integrar o corpo de Docentes Permanentes desde que tenham firmado com a UNIFA um termo de compromisso para este propósito específico;
 - b) Militares da ativa e servidores civis dos quadros dasForças Armadase do Ministério da Defesa deverão possuir um documento de aquiescência da autoridade militar a que estão subordinados.
- II- dediquem, no mínimo, 20 horas semanais às atividades de formação do PPGDHO;
- III- participem regularmente das atividades de ensino, pesquisa, orientação e produção intelectual tematicamente relacionadas a, pelo menos, uma das Linhas de Atuação Técnico Científica do Programa, tendo como parâmetro as condições e os critérios estabelecidos nos documentos orientadores da Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES;
- IV- atuem como coordenador ou integrante de, pelo menos, um projeto de pesquisa/produção técnico científica cadastrado em uma das Linhas de Atuação Técnico Científica do Programa.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

-
- Art. 19- O processo de credenciamento de Docentes Permanentes é realizado no final de cada ciclo de avaliação da CAPES, levando em consideração os seguintes aspectos:
- I- estar com o Currículo Lattes atualizado e apresentar as respectivas comprovações;
 - II. atender, pelo menos, às condições e aos critérios mínimos vigentes de atuação e de produtividade acadêmica indicados pela Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES;
 - III. estar vinculado como coordenador ou integrante da equipe de um projeto de pesquisa/produção técnicocientífica cadastrado em uma das Linhas de Atuação Técnico Científica do Programa.
- § 1- O processo de credenciamento de Docentes Permanentes é realizado pela CC.
- § 2- O não cumprimento das condições e dos critérios de credenciamento de Docentes Permanentes pode acarretar no descredenciamento do docente do Programa, salvo a existência de alguma eventualidade que justifique a excepcionalidade da decisão de credenciamento.
- Art. 20- São credenciados como Docentes e Pesquisadores Visitantes, professores de outras instituições, admitidos para o exercício de atividades específicas do PPGDHO, por tempo determinado, e levando em consideração os seguintes aspectos:
- I- ter sido aprovado pela CC um plano de trabalho que possa contribuir com o desenvolvimento do Programa;
 - II. possuir comprovada produção intelectual que atendam às condições e aos critérios de atuação e de produtividade acadêmica indicados pela Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES;
 - III. ter a indicação homologada pela autoridade competente da UNIFA.
- Art. 21- São credenciados como Docentes Colaboradores aqueles que não atenderem aos requisitos para ser enquadrados como Docentes Permanentes ou como Visitantes, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento do PPGDHO, conforme plano de trabalho previamente aprovado, independentemente de possuírem ou não vínculo funcional com as Forças Armadas ou com o Ministério da Defesa.
- § 1- Os candidatos ao credenciamento na condição de Docente Colaborador podem se apresentar por iniciativa própria ou a convite, cujo processo de credenciamento ou credenciamento será avaliado anualmente pela CC, tendo como parâmetro o plano de trabalho estabelecido.
- § 2- O percentual de Docentes Colaboradores não pode ultrapassar ao limite



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

vigente indicado nos documentos orientadores da Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES, tendo como parâmetro a dimensão dos Docentes Permanentes.

Art. 22- São atribuições dos Docentes Permanentes:

- I- ministrar pelo menos uma disciplina ou atividade de formação em cada ano letivo;
- II- comunicar à SecAc, por meio de formulários próprios, os conceitos ou atributos relativos à frequência e ao desempenho acadêmico dos Alunos Regulares inscritos nas disciplinas e atividades de formação sob a sua responsabilidade;
- III- atuar como orientador ou coorientador de Alunos Regulares;
- IV- supervisionar todo o processo de formação dos seus orientandos (Alunos Regulares), zelando pela qualidade da formação e pelo cumprimento dos prazos regulamentares;
- V- cumprir com as condições e critérios de produção intelectual conforme os critérios estabelecidos pela Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES;
- VI- participar do C-PPGDHO;
- VII- participar da CC quando indicado e/ou de representações para os quais for designado;
- VIII- manter o Currículos Lattes devidamente preenchido e atualizado;
- IX- prestar as devidas informações e comprovações sempre que for solicitado pelos diferentes setores competentes da UNIFA;
- X- pesquisar e concorrer à chamada de Editais de captação de recursos junto às agências de fomento de pesquisa e da pós-graduação;
- XI- participar de programas, projetos e atividades que possam promover a inserção social do PPGDHO junto à comunidade acadêmico-profissional nacional e estrangeira;
- XII- contribuir com a definição, avaliação e reformulação do Planejamento Estratégico do PPGDHO;
- XIII- contribuir com o processo de autoavaliação do PPGDHO, tendo como parâmetro os indicadores e critérios estabelecidos pela Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES.

Art. 23- Os requerimentos para o credenciamento de Docentes ao PPGDHO devem ocorrer em fluxo contínuo, cuja decisão cabe ao CC levando-se em consideração as



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

condições e critérios definidos neste Regulamento.

§ 1- O CDo do PPGDHO é anualmente publicado no BCA.

TÍTULO VI – DO CORPO DISCENTE

Art. 24- O CDi é constituído por Alunos Regulares, aprovados e classificados em processo de seleção regido de acordo com as normas, procedimentos e critérios estabelecidos em Edital específico.

Art. 25- São responsabilidades dos Alunos Regulares:

- I- frequentar, com regularidade e pontualidade, todas as atividades acadêmicas do PPGDHO;
 - II- apresentar, com pontualidade e probidade, os trabalhos acadêmicos exigidos;
 - III- obter a aquiescência dos respectivos Docentes Orientadores para toda e qualquer alteração no planejamento relacionado ao processo de formação;
 - IV- planejar e cumprir o cronograma de trabalho relativo às atividades de leituras orientadas e de planejamento e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
 - V- manter o Currículo Lattes com as informações acadêmicas e profissionais completas e atualizadas;
 - VI- cumprir os prazos administrativos e acadêmicos;
 - VII- zelar pela ordem e conservação dos recursos materiais à sua disposição;
 - VIII- cumprir as normas institucionais que estiverem em vigência;
 - IX- manter valores éticos e profissionais dentro e fora da UNIFA.
- § 1- A apresentação e/ou publicação de qualquer produção intelectual relacionada ao TCC, com base na legislação de direito autorais, só poderá ocorrer com a aquiescência prévia e indicação da coautoria do Docente Orientador e, se for o caso, do Coorientador.

Art. 26- São direitos dos Alunos Regulares:

- I- requerer e utilizar os recursos materiais e de infraestrutura disponíveis no PPGDHO;
- II- Requerer declaração de matrícula para fins de comprovação da situação regular do(a) aluno(a) junto aos órgãos demandantes;
- III- requer e obter o Histórico Escolar parcial a qualquer momento (máximo de um



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

por semestre) e o Histórico Escolar definitivo após a conclusão do curso;

- IV- requerer e obter o Diploma de Mestre em Desempenho Humano Operacional, desde que tenha concluído o curso com aproveitamento e cumprido todas as exigências acadêmicas e administrativas previstas neste Regulamento.

Art. 27- São transgressões disciplinares no âmbito das atividades acadêmicas e administrativas inerentes ao PPGDHO:

- I- impontualidades e ausências não justificadas às atividades acadêmicas programadas;
- II- improbidade ou ilicitude na elaboração de quaisquer trabalhos acadêmicos;
- III- desrespeito no trato com colegas, docentes e servidores;
- IV- infração de prescrição legal ou regulamentar, ou de instruções expressas, emanadas por este Regulamento.

§ 1- Nos casos de transgressão disciplinar, as penalidades aplicáveis não eximem o transgressor da eventual responsabilidade civil ou criminal em que tenha incorrido e da obrigação de reparar danos materiais e/ou morais.

§ 2- Garantido o direito à ampla defesa, pode ser aplicada uma das seguintes penalidades ao transgressor:

- a) advertência por escrito;
- b) cancelamento da inscrição em disciplina; ou
- c) cancelamento de matrícula.

§ 3- A penalidade da transgressão disciplinar é avaliada e recomendada pelo CC e homologada pela autoridade competente da UNIFA.

TÍTULO VII – DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo I – Da Seleção e Matrícula de Alunos Regulares

Art. 28- A admissão de Alunos Regulares tem periodicidade anual e é regulamentada por meio do Edital do Processo Seletivo para Admissão de Aluno Regular no PPGDHO, proposto por uma Comissão Organizadora e homologado pelo Comandante e Reitor da UNIFA.

Art. 29- Podem candidatar-se ao PPGDHO, oficiais das Forças Armadas e servidores civis em exercício de cargo de nível superior, vinculados funcionalmente ao Ministério da Defesa, Comando da Marinha, Comando do Exército ou Comando da Aeronáutica,



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

portadores de diploma de cursos de graduação das escolas de formação de oficiais das Forças Armadas ou de diplomas de cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, em áreas de conhecimento relacionadas às Linhas de Atuação Técnico Científica do PPGDHO.

§ 1- Servidores civis vinculados funcionalmente ao Ministério da Defesa, Comando da Marinha, Comando do Exército ou Comando da Aeronáutica, para candidatar-se ao processo seletivo, devem estar exercendo cargo/função assemelhado à Oficial, nos termos da Portaria Nº 614/GC1, de 26 de maio de 2020.

Art. 30- Para a avaliação do perfil e do potencial acadêmico dos candidatos inscritos no Processo Seletivo para Admissão de Aluno Regular no PPGDHO são definidos meios e instrumentos que permitam a verificação dos seguintes aspectos:

- I- adequação da documentação exigida na inscrição definida no Edital;
- II- autorização para participar do processo seletivo, assinada pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização/Instituição a qual esteja vinculado;
- III- aderência temática do Projeto Preliminar do TCC a um dos temas de pesquisa/produção técnico-científica definidos no Edital;
- IV- adequação e consistência teórico-metodológica do Projeto Preliminar do TCC;
- V- domínio dos conhecimentos de pré-requisitos relacionados ao tema do Projeto Preliminar do TCC;
- VI- compreensão da língua inglesa;
- VII- disponibilidade de tempo e condições para dedicação ao processo de formação.

§ 1- O processo avaliativo tem caráter eliminatório privilegiando a análise da qualificação e a seleção de candidatos que revelem adequado potencial acadêmico para a integralização do Curso nos prazos regulamentares;

§ 2- Compete a cada Docente decidir pelo candidato a ser selecionado, considerando a quantidade de vagas disponibilizadas;

§ 3- Os Docentes com disponibilidade de vagas não são obrigados a preenche-las no caso de não haver candidatos que reúnam as condições acadêmicas e de dedicação necessárias à realização do Curso.

Art. 31- A realização do processo seletivo é de responsabilidade de uma Comissão Organizadora e de uma Comissão de Avaliação e Seleção.

§ 1- A Comissão Organizadora é designada pela PROPGP assegurando-se, necessariamente, a participação dos Docentes da CC;



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- § 2- A Comissão de Avaliação e Seleção é constituída pelos Docentes com disponibilidade de vagas.
- § 3- As Comissões especificadas nos § 1 e 2 são homologadas e publicadas em Portaria do Comandante e Reitor da UNIFA.

Art. 32- O número de vagas é estabelecido e divulgado em função da disponibilidade de Docentes Orientadores, respeitando a proporção de orientador-orientando estabelecida nos documentos da Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES.

Art. 33- Os candidatos qualificados e selecionados, de acordo com o número de vagas oferecido por Docente Orientador, são convocados para a realização de matrícula na condição de Alunos Regulares.

- § 1- A ordem de matrícula dos candidatos qualificados e selecionados é publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).
- § 2- Os candidatos convocados que não efetuarem a matrícula, no prazo estabelecido, podem perder o direito à vaga.
- § 3- A matrícula no PPGDHO não implica na transferência para a UNIFA dos Alunos Regulares pertencentes ao efetivo das Forças Armadas ou do Ministério da Defesa.

Art. 34- Os Docentes Orientadores são os responsáveis pelo planejamento e acompanhamento do processo de formação e pela orientação teórico-metodológica do TCC dos seus respectivos Alunos Regulares.

- § 1- Por decisão e requerimento devidamente justificado pelos Docentes Orientadores, os respectivos Alunos Regulares podem ser coorientados por um segundo especialista, pertencente ou não ao CDo, condicionado à homologação por parte da CC.
- § 2- Em casos devidamente requeridos e justificados, os Docentes Orientadores podem ser substituídos, por iniciativa própria e/ou a pedido dos respectivos Alunos Regulares, desde que exista a disponibilidade e aquiescência por parte de outro Docente Orientador, que não implique na prorrogação do tempo máximo estipulado para a conclusão do Curso, e condicionado à aprovação por parte da CC.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

Capítulo II – Da Inscrição, Trancamento e Cancelamento de Matrícula

Art. 35- Os Alunos Regulares devem realizar suas inscrições nas disciplinas e atividades de formação, considerando o calendário acadêmico, o plano de trabalho estabelecido pelos respectivos Docentes Orientadores e as normas estabelecidas pela SecAc.

§ 1- Para a efetivação da matrícula, os candidatos aprovados e selecionados devem apresentar uma nova autorização assinada pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização/Instituição a qual esteja vinculado;

Art. 36- Os Alunos Regulares que tiverem realizado no mínimo seis meses do Curso, em casos excepcionais e devidamente justificados e comprovados, podem requerer trancamento de matrícula, uma única vez, pelo prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1- O trancamento de matrícula deve ser solicitado por meio de requerimento protocolado na SecAc encaminhado para a decisão por parte da CC.

§ 2- O requerimento de trancamento de matrícula deve ser instruído com a devida justificativa, comprovação e parecer dos respectivos Docentes Orientadores.

§ 3- São desligados do Curso os Alunos Regulares que não efetuarem inscrição em disciplinas ou em atividades de formação do Curso após o término do período de trancamento de matrícula.

§ 4- O período de trancamento de matrícula não pode servir de justificativa para solicitação de prorrogação do tempo máximo permitido para a integralização do Curso.

Art. 37- O cancelamento de matrícula no PPGDHO pode ocorrer:

I- se os Alunos Regulares não estiverem inscritos em alguma disciplina ou atividade de formação durante um semestre letivo, salvo os casos de trancamento de matrícula ou de inscrição autorizada em disciplina de outro PPG;

II- por necessidade do serviço formalmente expresso;

III- a pedido do interessado;

IV- por insuficiência de aproveitamento acadêmico decorrente de duas reprovações em qualquer disciplina ou atividade de formação, salvo a exceção relativa ao OTCCII (Exame de Defesa do Projeto de TCC);

V- por improbidade acadêmica ou transgressão disciplinar;



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

VI- por descumprimento dos prazos regimentais;

- § 1- O requerimento de cancelamento de matrícula, a pedido dos interessados, pode ocorrer a qualquer tempo durante o período de realização do Curso e deve ser protocolado na SecAc, por meio de formulário próprio.
- § 2- O requerimento de cancelamento de matrícula deve ser homologado pelo Comandante/Reitor da UNIFA.

Capítulo III – Da Estrutura e Processo de Formação

Art. 38- O Curso de Mestrado em Desempenho Humano Operacional tem a duração mínima de 1 (hum) ano e máxima de 3 (três) anos.

- § 1- O prazo máximo para a conclusão do Curso, em casos especiais e devidamente justificado pelos respectivos Docentes Orientadores, pode ser prorrogado por até 180 (cento e oitenta) dias, desde que os Alunos Regulares tenham concluído o ciclo de créditos, tenham sido aprovados no Exame de Qualificação do Projeto de TCC, estejam na fase final de discussão dos resultados ou conclusão do TCC e estejam com todas as obrigações acadêmicas e administrativas em dia.
- § 2- Compete à CC analisar a exposição de motivos e decidir sobre o mérito do pedido de prorrogação do prazo para a integralização do Curso.

Art. 39- O processo de formação compreende núcleos de créditos constituídos por disciplinas obrigatórias, por disciplinas optativas e por atividades de formação.

- § 1- O crédito acadêmico corresponde às diversas modalidades de trabalho escolar em qualquer uma das disciplinas ou atividades de formação da estrutura curricular.
- § 2- A unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas.
- § 3- Os Alunos Regulares só fazem jus aos créditos de cada disciplina ou atividade de formação se obtiverem os conceitos A, B ou C ou, conforme o caso, a menção de Aprovado (Ap).
- § 4- Além da aprovação por rendimento acadêmico, os Alunos Regulares também devem computar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina ou atividade de formação.
- § 5- Os Alunos Regulares são considerados reprovados se obtiverem o conceito D ou, conforme o caso, a menção de Reprovado (R), e/ou computarem frequência menor do que 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina ou atividade de formação.
- § 6- Os Alunos Regulares considerados reprovados devem repetir a respectiva disciplina ou atividade de formação, e no caso de OTCC II devem requerer e



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

se submeter a novo Exame de Defesa do Projeto de TCC.

§ 7- A reprovação em alguma disciplina ou atividade de formação não se constitui em justificativa para requerimento de prorrogação do prazo máximo para a integralização do Curso.

Art. 40- Para a obtenção do título de Mestre em Desempenho Humano Operacional, além da aprovação na defesa de um TCC, os Alunos Regulares devem ter cumprido com aprovação um mínimo de 52 (cinquenta e dois) créditos que equivalem a 780 (setecentos e oitenta) horas, assim distribuídos:

- I- 8 (oito) créditos correspondentes a disciplinas obrigatórias de Núcleo Comum, que equivalem a 120 (cento e vinte) horas, distribuídas entre 4 (quatro) disciplinas de 2 (dois) créditos;
 - II- 8 (oito) créditos correspondentes a disciplinas optativas, que equivalem a 120 (cento e vinte) horas, distribuídas entre 2 (duas) disciplinas de 4 (quatro) créditos;
 - III- 2 (dois) créditos correspondentes à realização de Atividades Complementares, que equivalem a 30 (trinta) horas;
 - IV- 34 (trinta e quatro) créditos correspondentes às atividades de orientação de leituras, planejamento, desenvolvimento e conclusão de um TCC, que equivalem a 510 (quinhentos e dez) horas, distribuídas entre 4 (quatro) etapas de orientação do TCC.
- § 1- Disciplinas obrigatórias de Núcleo Comum e suas respectivas ementas devem ser definidas pelo C-PPGDHO, contemplando temas de fundamentação teórica relativos à Área de Concentração do Programa e temas de fundamentação e instrumentalização para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e técnico-científicos.
- § 2- As disciplinas optativas, genericamente denominadas de Tópicos Especiais em Desempenho Humano Operacional, devem ser propostas e planejadas de modo proporcionar oportunidades de ampliação ou aprofundamento de estudos e de experiências técnico-profissionais, considerando as necessidades dos Alunos Regulares, face às Linhas de Atuação Técnico Científica do Programa e aos seus projetos de TCC.
- a) Compete aos respectivos Docentes Orientadores propor e planejar os temas específicos a serem abordados em cada um dos Tópicos Especiais em Desempenho Humano Operacional, submetendo, em tempo hábil, à aprovação por parte da CC.
- § 3- Para a realização das Atividades Complementares, os Alunos Regulares devem comprovar, pelo menos, (i) uma comunicação (oral ou pôster) de trabalho relativo ao TCC em evento acadêmico de âmbito nacional ou internacional e (ii) uma publicação de trabalho em Anais de evento acadêmico



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

ou em periódico acadêmico ou técnico.

- a) Os Docentes Orientadores podem solicitar que seus Alunos Regulares realizem outras atividades acadêmicas/técnico-profissionais a exemplo de estágios em laboratórios de pesquisa, de participações em eventos acadêmicos, de cursos de extensão, de coautoria em produções intelectuais de caráter acadêmico e técnico-profissional, entre outras experiências julgadas relevantes e que tenham afinidade temática com o TCC.
- b) A realização das Atividades Complementares pode ocorrer ao longo do Curso, sendo condição necessária para o requerimento do Exame de Defesa de TCC;
- c) Os Docentes Orientadores devem definir e acompanhar a realização das Atividades Complementares de seus respectivos Alunos Regulares;
- d) Com a aquiescência dos respectivos Docentes Orientadores, é da responsabilidade dos Alunos Regulares protocolarem na SecAc os requerimentos para a homologação das Atividades Complementares realizadas, que devem ser encaminhados para avaliação e parecer por parte da CC;
- e) Ao requerimento de solicitação de homologação das Atividades Complementares devem ser anexados todos os comprovantes das atividades realizadas, além do parecer dos respectivos Docentes Orientadores;
- f) Cabe aos Docentes Orientadores indicarem, no parecer, as cargas horárias relativas às etapas de planejamento e desenvolvimento das tarefas relativas na condição de Atividades Complementares, a exemplo de estágios acadêmicos, e coautoria em publicações e em comunicação de trabalhos em eventos acadêmicos.

§ 4- O processo de orientação do TCC é organizado em 4 (quatro) atividades de formação:

- a) Orientação de Leituras Exploratórias sobre Trabalho de Conclusão do Curso (OLETCC), a ser realizado no primeiro semestre do Curso, correspondente a 4 (quatro) créditos que equivalem a 60 (sessenta) horas, período em que os Alunos Regulares devem realizar o levantamento de estudos nas bases de dados e uma revisão da literatura para subsidiar a definição dos seus respectivos projetos de TCC;
- b) Orientação de Trabalho de Conclusão do Curso I (OTCC I), a ser realizado após a aprovação em OLETCC, correspondente a 10 (dez) créditos que equivalem a 150 (cento e cinquenta) horas, período em que os Alunos Regulares devem definir o tipo de trabalho a ser realizado, o contexto, a situação-problema, os objetivos, a relevância e a sua aplicabilidade em prol da melhoria do desempenho humano operacional



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

de militares das Forças Armadas.

- c) Orientação de Trabalho de Conclusão do Curso II (OTCC II), a ser realizado após a aprovação do OTCC I, correspondente a 10 (dez) créditos que equivalem a 150 (cento e cinquenta) horas, período em que os Alunos Regulares devem definir os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do TCC.
- A conclusão do OTCC II ocorre por meio de aprovação no Exame de Qualificação do Projeto de TCC;
 - Independentemente do término do semestre letivo, os Alunos Regulares que não se submeterem ao Exame de Qualificação do Projeto de TCC ou não forem aprovados neste exame, devem permanecer matriculados em OTCC II, sem prejuízo do prazo máximo para a integralização do Curso.
- d) Orientação de Trabalho de Conclusão do Curso III (OTCC III), a ser realizado após a aprovação do OTCC II, correspondente a 10 (dez) créditos que equivalem a 150 (cento e cinquenta) horas, período em que os Alunos Regulares devem realizar as tarefas de coleta dos dados, apresentação e discussão dos resultados, e elaboração da conclusão do TCC.
- Os Alunos Regulares, a qualquer momento, só podem matricular-se em OTCC III após a aprovação no Exame de Qualificação do Projeto de TCC;
 - A conclusão do OTCC III ocorre por meio de aprovação no Exame de Defesa de TCC;
 - Independentemente do término do semestre letivo, os Alunos Regulares que não se submeterem ao Exame de Defesa de TCC devem permanecer matriculados em OTCC III, sem prejuízo do prazo máximo para a integralização do Curso.
 - Os Alunos Regulares que forem reprovados no Exame de Defesa de TCC são desligados do Curso.

Art. 41- Com a aquiescência dos respectivos Docentes Orientadores, os Alunos Regulares podem cursar e requerer o aproveitamento de até 8 (oito) créditos obtidos em outro PPG da UNIFA ou de outra Instituição de Ensino Superior, desde que sejam credenciados pela CAPES, sendo estes créditos correspondentes às disciplinas optativas.

§ 1- Para o aproveitamento dos créditos tratados no caput deste Artigo, os Alunos Regulares devem protocolar requerimento na SecAca ser encaminhado para análise de mérito e homologação por parte da CC;



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- § 2- Os Alunos Regulares devem anexar no requerimento a declaração de conclusão dos créditos, em papel timbrado e assinado pelo Secretário ou Coordenador do PPG, contendo o nome, a carga horária e a ementa da disciplina realizada, o nome e a titulação do professor responsável, e a nota ou conceito final obtido.

Capítulo IV – Da Avaliação do Rendimento Acadêmico

- Art. 42- A avaliação do rendimento acadêmico dos Alunos Regulares é da competência dos Docentes responsáveis pelas disciplinas e atividades de formação, com exceção da avaliação de OTCC II e OTCC III que será da responsabilidade dos integrantes das respectivas bancas examinadoras.
- Art. 43- A avaliação do rendimento acadêmico dos Alunos Regulares em cada disciplina e atividade de formação, respeitando o estabelecido no Art. 42, deve ser expressa por meio dos seguintes conceitos:
- I- A= de 9,0 a 10,0;
 - II- B= de 8,0 a 8,9;
 - III- C= de 7,0 a 7,9;
 - IV- R= inferior a 7,0.
- Art. 44- A avaliação do rendimento acadêmico dos Alunos Regulares nas atividades de formação denominadas de OTCC II, OTCC III e Atividades Complementares, deve ser expressa por meio dos seguintes atributos:
- I- Ap= Aprovado;
 - II- R= Reprovado.
- § 1- Os aproveitamentos de estudos deferidos, oriundos de PPG de outras instituições recomendadas pela CAPES, devem ter seus conceitos registrados conforme incisos de I a III do Artigo 43.

Capítulo V – Do Exame de Qualificação do Projeto e do Exame de Defesa de TCC

- Art. 45- Os Alunos Regulares devem requerer e submeter-se ao Exame de Qualificação do Projeto de TCC, cuja aprovação é requisito obrigatório para o requerimento do Exame de Defesa de TCC.
- § 1- O Exame de Qualificação do Projeto de TCC é o procedimento culminante e de avaliação final da atividade de formação denominada OTCC II.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

-
- Art. 46- O Exame de Qualificação do TCC tem como objetivo avaliar a adequação e qualidade teórico-metodológica do projeto de TCC submetido pelos Alunos Regulares.
- Art. 47- Para requerer o Exame de Qualificação do Projeto de TCC, os Alunos Regulares devemter concluído, com aprovação, as disciplinas obrigatórias de Núcleo Comum e o OTCC I, bem como apresentar um texto acadêmico, devidamente formatado de acordo com as normas técnicas vigentes, contendo a problematização do estudo/produção técnico-científica, a revisão da literatura ou referencial teórico, e os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do estudo/produção técnico-científica.
- § 1- Compete ao Docente Orientador, em comum acordo com seu respectivo orientando, definir a estrutura de organização e apresentação do texto acadêmico relativo ao Projeto de TCC.
- Art. 48- O Exame de Qualificação do Projeto de TCC é realizado perante uma comissão examinadora constituída pelo respectivo Docente Orientador e por mais 2 (dois) Doutores especialistas no tema do TCC, sendo pelo menos um deles externo aos quadros da UNIFA.
- § 1- A indicação dos 2 (dois) especialistas, referidos no caput deste artigo, é da responsabilidade do Docente Orientador.
- § 2- Compete à CC a homologação dos nomes dos especialistas indicados para a composição da comissão examinadora, zelando pelo cumprimento dos critérios de imparcialidade e isenção, sendo impeditivas relações de parentesco, comerciais, societárias ou quaisquer outras que venham a caracterizar suspeição e impedimento, a fim de evitar conflitos de interesses.
- Art. 49- O requerimento do Exame de Qualificação do Projeto de TCC deve ser protocolado na SecAc com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data planejada para a sua realização, devendo ser instruído com a seguinte documentação:
- I- Formulário próprio devidamente preenchido;
 - II- Termo de aquiescência do Docente Orientador;
 - III- Uma cópia digitalizada do texto a ser submetido ao Exame de Qualificação do Projeto de TCC.
- § 1- O requerimento do Exame de Qualificação do Projeto de TCC deve ser encaminhado para análise e homologação do CC.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- Art. 50- Após a homologação do requerimento do Exame de Qualificação do Projeto de TCC, compete ao Aluno Regular encaminhar para os integrantes da Comissão Examinadora um exemplar do texto relativo ao trabalho a ser avaliado, bem como prestar as devidas informações sobre a data, horário, local de realização, procedimentos e critérios de avaliação do trabalho acadêmico.
- Art. 51- Compete ao Docente Orientador decidir se o Exame de Qualificação do Projeto de TCC será uma sessão aberta ou fechada à assistência de outras pessoas.
- Art. 52- O Exame de Qualificação do Projeto de TCC consiste de:
- I- Apresentação oral do Aluno Regular sobre o conteúdo do texto submetido à avaliação, com duração de até 30 (trinta) minutos;
 - II- Arguição e avaliação de cada um dos integrantes da Comissão Examinadora, sem delimitação de tempo, sobre o mérito teórico-metodológico da apresentação e do texto submetido à avaliação;
 - III- Reunião dos integrantes da Comissão Examinadora para deliberação sobre a avaliação da apresentação, do texto submetido e da defesa realizada pelo Aluno Regular;
 - IV- Elaboração e assinatura da Ata do Exame de Qualificação de TCC, anexando-se a correspondente Ficha de Avaliação onde, se for o caso, deve ser especificado os aspectos que precisarão ser, necessariamente, reformulados.
- Art. 53- O resultado do Exame de Qualificação do Projeto de TCC deve ser expresso por um dos seguintes atributos:
- I- Ap= Aprovado;
 - II- R= Reprovado.
- § 1- Os Alunos Regulares aprovados que receberem a indicação de reformulações, as mesmas devem ser especificadas na Ficha de Avaliação do Exame de Qualificação do Projeto de TCC que deve ser anexada à Ata do Exame de Qualificação do Projeto de TCC, cabendo ao respectivo Docente Orientador a responsabilidade de acompanhar e supervisionar o atendimento às referidas indicações.
- § 2- Os Alunos Regulares avaliados como reprovados podem requerer um novo Exame de Qualificação do Projeto de TCC, por mais uma única vez, após atendidas as exigências decorrentes do primeiro exame, mantendo-se a mesma Comissão Examinadora.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

§ 3- O tempo empreendido até a realização de um novo Exame de Qualificação do Projeto de TCC não pode ser usado como justificativa para o requerimento de prorrogação do tempo máximo de integralização do Curso.

Art. 54- A aprovação no Exame de Qualificação do Projeto de TCC habilita os Alunos Regulares a inscreverem-se em OTCC III e, a qualquer momento, desde que cumpridas todas as exigências acadêmicas e administrativas definidas neste Regulamento e nas Resoluções Complementares, requerer o Exame de Defesa de TCC.

Art. 55- Para habilitarem-se ao Exame de Defesa de TCC, os Alunos Regulares devemter cumprido as seguintes exigências acadêmicas e administrativas:

- I- Ter concluído com aprovação os 16 (dezesesseis) créditos referentes às disciplinas obrigatórias de Núcleo Comum e às disciplinas optativas;
- II- Ter comprovado a realização e obtido a homologação dos 2 (dois) créditos relativos às Atividades Complementares;
- III- Ter concluído com aprovação os créditos relativos à atividade de formação denominada OTCC II;
- IV- Protocolar na SecAc requerimento em formulário próprio para a realização do Exame de Defesa de TCC, com a aquiescência do Docente Orientador;
- V- Anexar ao aludido requerimento os seguintes comprovantes:
 - a) dois arquivos do relatório do TCC, sendo um no formato PDF e o outro editável no formato DOC ou DOCX;
 - b) cópia impressa do manuscrito e o documento de comprovação da submissão ou, se for o caso, a carta de aceite de aprovação do artigo ou a cópia da versão publicada de um artigo relativo ao TCC em um periódico acadêmico ou técnico.

Art. 56- O Exame de Defesa de TCC deve ser realizado perante a mesma Comissão Examinadora do Exame de Qualificação de Projeto de TCC.

§ 1- A substituição de integrantes da comissão examinadora do Exame de Defesa de TCC só pode ocorrer em caso de comprovado e justificado impedimento;

§ 2- Compete à CC a homologação dos nomes dos especialistas indicados para a composição da comissão examinadora, zelando pelo cumprimento dos critérios de imparcialidade e isenção, sendo impeditivas relações de parentesco, comerciais, societárias ou quaisquer outras que venham a caracterizar suspeição e impedimento, a fim de evitar conflitos de interesses.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- Art. 57- O Exame de Defesa de TCC deve ser requerido antes do término do prazo regulamentar estabelecido para a integralização do Curso.
- § 1- O não requerimento do Exame de Defesa de TCC dentro do prazo regulamentar de integralização do Curso implica no cancelamento da matrícula e desligamento do Aluno Regular.
- § 2- A prorrogação do prazo para integralização do Curso deve atender às condições estabelecidas neste Regulamento.
- Art. 58- O requerimento do Exame de Defesa de TCC deve ser protocolado na SecAc com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data planejada para a sua realização, devendo ser instruído com as exigências indicadas no Art. 55.
- § 1- O adiamento da data planejada para a realização só pode ocorrer em casos devidamente justificados e por um período não superior a 30 (trinta) dias.
- § 2- Os requerimentos do Exame de Defesa de TCC e, se for o caso, de prorrogação da data originalmente planejada, deve devemser homologados pela CC.
- Art. 59- Após a homologação do requerimento do Exame de Defesa de TCC, cabe ao Aluno Regular encaminhar para os integrantes da Comissão Examinadora um exemplar do relatório do TCC a ser avaliado, bem como prestar as devidas informações sobre a data, horário, local de realização, procedimentos e critérios de avaliação do trabalho acadêmico.
- Art. 60- O Exame de Defesa de TCC deve ser público.
- Art. 61- O Exame de Defesa de TCC consiste de:
- I- Apresentação oral do Aluno Regular com duração de até 30 (trinta) minutos;
 - II- Arguição e avaliação de cada um dos integrantes da Comissão Examinadora sobre o mérito teórico-metodológico da apresentação e do TCC submetido à avaliação.
 - III- Reunião dos integrantes da Comissão Examinadora para deliberação sobre a avaliação da apresentação, do texto submetido e da defesa realizada pelo Aluno Regular.
 - IV- Elaboração e assinatura da Ata do Exame de Defesa de TCC, anexando-se a correspondente Ficha de Avaliaçãodo Exame de Defesa do TCC.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- Art. 62- O resultado do Exame de Defesa de TCC deve conferir ao Aluno Regular um dos seguintes atributos:
- I- Ap= Aprovado;
 - II- ApR= Aprovação Condicionada a Reformulações;
 - III- R= Reprovado.
- § 1- No caso de Aprovação Condicionada a Reformulações, o Aluno Regular deve efetuar as alterações indicadas na Ficha de Avaliação do Exame de Defesa de TCC anexada à Ata do Exame de Defesa de TCC, num prazo máximo de 90 (noventa) dias, cabendo ao respectivo Docente Orientador a responsabilidade de acompanhar e supervisionar o atendimento às referidas indicações.
- § 2- Após a conclusão das reformulações, o Aluno Regular deve protocolar a versão reformulada do relatório do TCC na SecAc, que encaminhará à CC para tomar as providências cabíveis à avaliação do aludido relatório por parte dos integrantes da Comissão Examinadora.
- § 3- Após a conclusão da nova rodada de avaliação do TCC, todos os integrantes da Comissão Examinadora devem reunir para lavrar um adendo à Ata do Exame de Defesa de TCC com a avaliação final e definitiva.
- § 4- O Aluno Regular, cuja aprovação tenha sido condicionada a reformulações, que não protocolar a versão reformulada do relatório do TCC na SecAc, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, será considerado reprovado, devendo ser lavrado um adendo à Ata do Exame de Defesa de TCC informando sobre o não cumprimento do referido prazo.
- § 5- O Aluno Regular avaliado com o atributo Reprovado no Exame de Defesa de TCC ou na nova avaliação após realizadas as reformulações indicadas pelos integrantes da Comissão Examinadora, terá sua matrícula cancelada e será desligado do PPGDHO.
- Art. 63- Os Alunos Regulares aprovados no Exame de Defesa de TCC, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento, e tendo cumprido todas as demais exigências do Curso, fazem jus ao título de Mestre em Desempenho Humano Operacional.
- Art. 64- Após a aprovação, os Alunos Regulares devem protocolar na Biblioteca da UNIFA o arquivo editável à versão final do TCC para que o especialista competente realize a revisão das normas técnicas de formatação do texto acadêmico e a confecção da ficha catalográfica.
- § 1- No caso de ser constatada qualquer inadequação, o Aluno Regular deve ser convocado a realizar as devidas correções.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- Art. 65- Cumprida as exigências do Art. 64, os Alunos Regulares estão aptos a requerer seu Diploma de Mestre em Desempenho Humano Operacional e o Histórico Escolar na SecAc.
- Art. 66- O requerimento para a obtenção do título de Mestre em Desempenho Humano Operacional dever ser instruído com os seguintes documentos:
- I- Cópia do Currículo Lattes atualizado;
 - II- 1 (hum) exemplar digitalizado da versão final do relatório do TCC, no formato PDF, para ser disponibilizado na Biblioteca da UNIFA;
 - III- 2 (dois) arquivos digitalizados da versão final do relatório de TCC, sendo um no formato editável DOC ou DOCX e outro no formato PDF, para serem arquivados pelo PPGDHO e anexado na Plataforma Sucupira da CAPES;
 - IV- 1 (hum) resumo expandido do relatório de TCC com até 1500 (mil e quinhentas) palavras, impresso e digitalizado no formato PDF, para ser encaminhado às Organizações Militares competentes.

TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 67- A UNIFA não se responsabiliza por custos financeiros decorrentes de transportes, hospedagem, alimentação, entre outros, necessários à participação dos candidatos no Processo Seletivo para Admissão de Aluno Regular no PPGDHO, assim como à participação e ao cumprimento de quaisquer exigências acadêmicas dos Alunos Regulares durante a realização do Curso.
- Art. 68- Pelo prazo de 5 (cinco) anos após a defesa do TCC, os Alunos Egressos devem cadastrar no Currículo Lattes toda a produção intelectual (bibliográfica ou técnica) produzida e relacionada ao TCC, assim como as participações em eventos acadêmicos, para que sejam cadastradas na Plataforma Sucupira da CAPES.
- § 1- Toda e qualquer veiculação do TCC na íntegra ou em partes deve possuir a aquiescência prévia dos respectivos Docentes Orientadores, além de assegurar as suas participações na condição de coautores.
- Art. 69- Este Regulamento pode ser revisado a qualquer momento em decorrência das reformulações emanadas pela Área de Avaliação a que o Programa estiver vinculado na CAPES, ou de demandas da UNIFA, ou do C-PPGDHO.



Universidade da Força Aérea

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional



Parceria institucional: Marinha do Brasil – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

- Art. 70- O PPGDHO não constitui curso da carreira militar e não gera direito ou expectativa de direito de promoção a postos superiores na referida carreira.
- Art. 71- Os casos não previstos neste Regulamento são submetidos à deliberação por parte da CC e, se houver necessidade, à apreciação da autoridade competente da UNIFA.
- Art. 72- O presente regulamento entra em vigor na data da aprovação pela autoridade competente da UNIFA.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
AEROESPACIAIS DA UNIVERSIDADE DA
FORÇA AÉREA**

2023

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
TÍTULO I - DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS	3
TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	4
CAPÍTULO I - DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA	4
CAPÍTULO II - DO COLEGIADO DO PROGRAMA	5
TÍTULO III - DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	6
CAPÍTULO I - DO CORPO DOCENTE.....	6
Seção I - Das Categorias de Docente	7
Seção II - Da Orientação	8
Seção III - Dos Processos de Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento de Docente	9
Seção IV - Do Credenciamento de Docente	9
Seção V - Do Recredenciamento de Docente.....	11
Seção VI - Do Descredenciamento de Docente.....	12
CAPÍTULO II - DO CORPO DISCENTE.....	13
Seção I - Das Categorias de Discente.....	13
Seção II - Dos Direitos e Deveres do Discente	13
Seção III - Das Transgressões Disciplinares	14
Seção III - Do Processo Seletivo.....	14
Seção IV - Da Matrícula do Aluno Regular.....	15
TÍTULO IV - DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO.....	16
CAPÍTULO I - DOS ELEMENTOS COMUNS AOS DOIS CURSOS	17
Seção I - Das Disciplinas	17
Seção II - Das Atividades Curriculares	17
Seção III - Dos Exames de Qualificação e Defesa.....	18
Seção IV - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico	20
Seção V - Dos Títulos de Mestre e Doutor	21
CAPÍTULO II - DO CURSO DE MESTRADO	21
CAPÍTULO III - DO CURSO DE DOUTORADO	22
TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23
ANEXO I - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE MESTRADO.....	25
ANEXO II - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DOUTORADO.....	26

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS DA UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

TÍTULO I - DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA), doravante denominado aqui apenas de PPGCA ou Programa, integra a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP) da Universidade da Força Aérea (UNIFA), vincula-se à Área de Avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais” (CP&RI) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

§ 1º O PPGCA oferta cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional, em nível de mestrado e doutorado.

§ 2º Cursos *lato sensu*, de especialização e *Master in Business Administration* (MBA), podem ser ofertados pelo Programa.

§ 3º O Estágio Pós-Doutoral, no âmbito do PPGCA, é disciplinado por instrução específica da PROPGP.

Art. 2º O PPGCA tem por finalidade produzir estudos, produtos e processos que visem ao planejamento e às ações relacionadas ao Poder Aeroespacial brasileiro, em tempo de paz ou em caso de conflitos armados, tendo em vista a formação de profissionais militares e civis, voltada para temas de interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER) e da Defesa Nacional.

Art. 3º Constituem objetivos do PPGCA os seguintes:

I - aprofundar os conhecimentos necessários às áreas de interesse do Poder Aeroespacial, por meio da capacitação de pessoal civil e militar, em cursos de Mestrado e Doutorado;

II - fomentar a produção científica e técnica, a partir do desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, de modo a contribuir para o conhecimento e a resolução de problemas relacionados ao Poder Aeroespacial; e

III - contribuir com a difusão dos assuntos de interesse da Defesa Nacional relacionados com o Poder Aeroespacial.

Art. 4º O PPGCA se fundamenta em conhecimentos do campo interdisciplinar das Ciências Aeroespaciais, fomentando pesquisas científicas aplicadas, com foco na Área de Concentração “Poder Aeroespacial e Pensamento Político-Estratégico”. Visa ao desenvolvimento de estudos inseridos na área de avaliação CP&RI que permitam analisar, interpretar e compreender fatores domésticos e externos, capazes de influenciar o preparo e emprego do Poder Aeroespacial brasileiro, no que se envolvem estudos entre as Ciências Aeroespaciais e a teoria política contemporânea, estudos estratégicos, estudos de poder local, políticas públicas e políticas de cooperação internacional, entre outros, tanto em situações de paz quanto naquelas em que houver conflitos armados.

Parágrafo único. As Linhas de Pesquisa que compõem a Área de Concentração do

PPGCA são as seguintes:

I - Poder Aeroespacial Brasileiro, Segurança e Defesa: estuda-se o papel do Poder Aeroespacial no atendimento às demandas formuladas pela política de Estado brasileira. Fomentam-se estudos que permitam analisar, interpretar e compreender de que maneira fatores, como as políticas públicas, influenciam no emprego do Poder Aeroespacial, como instrumento de projeção do Poder Nacional, nas vertentes da Segurança e da Defesa. Visa a otimização de processos e o subsídio a planejamentos que digam respeito ao preparo e emprego do Poder Aeroespacial; e

II - Relação entre Estados, Pensamento Estratégico Contemporâneo e Poder Aeroespacial: estudo da relação entre os Estados, que pode gerar necessidades de cooperação e colaboração entre o Brasil e demais países, em tempos de paz. E que, em caso de conflito armado, afetam o emprego do Poder Aeroespacial. Considera-se que políticas originárias de outros países e a atuação de atores não estatais são capazes de influenciar a condução dos assuntos relacionados ao Poder Aeroespacial. Sendo este um instrumento de poder e de política do Estado, torna-se um fator destacado na garantia da soberania de nossa nação e da sociedade brasileira como um todo. Além disso, devido às suas múltiplas dimensões, o Poder Aeroespacial tem impacto em setores primordiais para o desenvolvimento econômico do país, como aqueles relacionados, por exemplo, à Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º As atividades de gestão do Programa são exercidas por uma Coordenação e um Colegiado.

Parágrafo único. A criação de comissões temáticas pode ser sugerida à PROPGP e/ou à Reitoria, com o intuito de subsidiar decisões da Coordenação e/ou do Colegiado.

CAPÍTULO I - DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 6º A Coordenação do PPGCA é composta pelo Coordenador, Vice-Coordenador e Equipe Técnico-Pedagógica.

§ 1º O Coordenador e o Vice-Coordenador deverão ser indicados pelo Colegiado, ratificados pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP) e aprovados pelo Reitor da UNIFA, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução consecutiva para o mesmo cargo.

§ 3º O Coordenador e o Vice-Coordenador devem ser Docentes Permanentes do PPGCA.

§ 3º Havendo vacância do cargo de Coordenador ou de Vice-Coordenador, antes do término do mandato, deverá haver nova indicação para o cargo visando à complementação de mandato.

Art. 7º Compete ao Coordenador do PPGCA:

I - fazer cumprir este Regulamento;

II - representar o PPGCA;

III - presidir as reuniões do Colegiado;

IV - coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do PPGCA;

V - coletar dados e realizar inserções tempestivas de informações na Plataforma Sucupira;

VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, pesquisa e orientação, com vistas a atender ao fiel cumprimento das exigências oriundas dos documentos norteadores dos órgãos de avaliação interna e externa do PPGCA;

VII - propor, com assessoramento do Colegiado, a atualização e a reformulação das atividades de formação e pesquisa, encaminhando-as à PROPGP para apreciação e aprovação;

VIII - acompanhar e propor ações que favoreçam o adequado desempenho acadêmico dos docentes e discentes;

IX - identificar e analisar as necessidades de recursos humanos e materiais;

X - propor à PROPGP o número de vagas para matrícula no ano subsequente, considerando a disponibilidade de docentes orientadores, o fluxo de formação do corpo discente e os critérios de avaliação da CAPES; e

XI - indicar os responsáveis por disciplinas e/ou atividades acadêmicas que complementem as competências do Corpo Docente ou que não possam lhe ser atendidas.

Art. 8º Compete ao Vice-Coordenador substituir o Coordenador em suas faltas, afastamentos e impedimentos, além de desempenhar funções específicas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador ou pelo Colegiado.

Art. 9º A Equipe Técnico-Pedagógica é composta por civis e militares designados pela PROPGP para auxiliar na gestão do Programa e servir de interface administrativa com as demais unidades da UNIFA.

CAPÍTULO II - DO COLEGIADO DO PROGRAMA

Art. 10. O Colegiado do PPGCA é composto pelos seguintes membros com direito a voz e voto:

I - Coordenador do Programa, que o preside, ou pelo Vice-Coordenador, na sua eventual ausência;

II - Docentes Permanentes;

III - 1 (um) representante da Equipe Técnico-Pedagógica; e

IV - 1 (um) representante discente de cada Curso.

§ 1º O Colegiado somente poderá reunir-se, emitir parecer ou deliberar, se estiverem presentes o Coordenador ou seu substituto legal e, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de Docentes Permanentes do Programa.

§ 2º O representante técnico-pedagógico será indicado pelos servidores alocados no PPGCA, conforme o critério exclusivo da disponibilidade.

§ 3º Os representantes discentes serão indicados pelos discentes regularmente matriculados em seus respectivos cursos, conforme o critério exclusivo da disponibilidade.

§ 4º Poderão participar, apenas com direito a voz, das reuniões do Colegiado outras pessoas de interesse aos assuntos da pauta a ser abordada.

§ 5º Compete ao Colegiado deliberar sobre:

I - atividades de formação, pesquisa e produção intelectual e outras atividades de interesse acadêmico e administrativo do Programa;

II - inclusão, exclusão e convalidação de disciplinas;

III - credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes;

IV - troca de Orientadores;

V - exclusão de discentes;

VI - prorrogação de prazos; e

VII - trancamento e cancelamento de matrícula.

§ 6º As reuniões do Colegiado são:

I - ordinárias, quando realizadas, minimamente, a cada dois meses e com pauta previamente distribuída com, no mínimo, 72h (setenta e duas horas) úteis antes do horário previsto para início da reunião; ou

II - extraordinárias, quando convocadas, a qualquer momento, pelo Coordenador ou pela maioria absoluta de seus membros, com pauta única e seguir o mesmo prazo do inciso anterior.

§ 7º As deliberações do Colegiado serão registradas em ata, na qual deverá constar, pelo menos, o nome de todos os membros presentes e ausentes, local, data, pauta, resultado das deliberações e assinaturas – preferencialmente digitais – dos Presidente e Secretário da sessão, com homologação do PROPGP.

TÍTULO III - DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I - DO CORPO DOCENTE

Seção I - Das Categorias de Docente

Art. 11. O Corpo Docente do PPGCA constitui-se de professores doutores e, em consonância com a Portaria CAPES nº 60/2019 que dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais, de docentes sem o título de mestre ou doutor, desde que possuam experiência reconhecida em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação na área do Poder Aeroespacial.

§ 1º Professores sem o título de Doutor não poderão atuar como orientadores principais de doutorandos, conforme o item 3.4 do Documento Orientador de Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN 2021) da Área CP&RI da CAPES.

§ 2º O percentual máximo permitido para a participação de profissionais sem mestrado ou doutorado será de 30% (trinta por cento) de todo o Corpo Docente do PPGCA.

§ 3º O percentual máximo permitido para a participação de professores formalmente vinculados a outra Instituição de Ensino Superior (IES) não deve ultrapassar 30% (trinta por cento) do total de Docentes Permanentes do PPGCA, necessitando da autorização de sua IES de origem, antes da publicação da relação nominal de docentes do PPGCA em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) e registro na Plataforma Sucupira.

Art. 12. O Corpo Docente do PPGCA é composto pelas seguintes categorias, as quais estão definidas na Portaria nº 81/2016/CAPES:

I - Docentes Permanentes, que constituem o núcleo principal de professores do Programa;

II - Docentes e Pesquisadores Visitantes; e

III - Docentes Colaboradores.

§ 1º O desempenho de atividades esporádicas como conteudista, conferencista, membro de banca de exame ou coautor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do Corpo Docente do PPGCA.

§ 2º Docente do PPGCA pode supervisionar estagiários de graduação e/ou pós-graduação, desde que haja acordo prévio de cooperação celebrado entre UNIFA e instituição de origem e plano de trabalho aprovado.

§ 3º Apenas Docentes enquadrados em uma categoria disposta nos incisos I a III deste artigo, bem como eventuais Estagiários de Pós-Doutorado, podem ser Responsáveis ou Corresponsáveis por disciplina no PPGCA, cujos Quadro de Trabalho Semanal (QTS) e Plano da Disciplina (i) deverão:

I - prever, entre outros, critérios mínimos para *feedback* e entrega das notas, que não pode ultrapassar 60 (sessenta) dias do encerramento da disciplina, e

II - ser enviados à Coordenação, até 30 (trinta) dias antes da data de início da disciplina, para análise e homologação, a tempo, pela PROPGP.

§ 4º As declarações de participação no PPGCA serão emitidas e enviadas pela Secretaria Acadêmica (SECAC) da UNIFA e respeitarão os seguintes prazos e condições:

I - Docente Responsável e, quando houve, Corresponsável por disciplina: recebimento da planilha de notas e presenças devidamente preenchida e assinada;

II - Declaração como Palestrante Convidado: automaticamente, após o término da disciplina; e

III - Declaração como Membro de Banca: após envio, pelo Presidente da Banca (Orientador), da ata devidamente assinada por todos os membros, em até 15 (quinze) dias da sua realização.

Seção II - Da Orientação

Art. 13. Os professores do PPGCA, bem como seus respectivos orientandos, serão organizados, academicamente, em Linhas de Pesquisa, considerando os núcleos temáticos comuns de investigação.

Art. 14. A partir do Processo Seletivo, será designado, a cada Aluno Regular, um Orientador devidamente credenciado ao PPGCA.

§ 1º A orientação é definida pelo docente com disponibilidade de vaga em edital, em função Projeto Preliminar de Pesquisa proposto pelo candidato.

§ 2º A formalização da orientação se dá por formulário de Aceite de Orientação, devidamente preenchido e assinado pelo orientador e orientando, e, em alguns casos, pelo Coorientador, a ser encaminhado à Coordenação do PPGCA.

§ 3º Em caráter excepcional, a mudança de Orientador será autorizada, desde que aprovada pelo Colegiado.

§ 4º Com o aval do Orientador, poderá ser designado um Coorientador. Para tal, o Coorientador poderá pertencer a outro Programa credenciado pela CAPES ou atender aos critérios de credenciamento de docentes do PPGCA.

§ 5º A solicitação, a pedido de qualquer das partes, de substituição de Orientador deverá ser encaminhada à Coordenação e deliberada pelo Colegiado.

Art. 15. São responsabilidades do Orientador:

I - participar do Processo Seletivo dos candidatos às vagas de aluno regular do PPGCA;

II - discutir e orientar a elaboração do Plano de Estudos do aluno, conforme planejamento de oferta de disciplinas e de atividades apresentadas pelo PPGCA;

III - indicar um coorientador, quando necessário;

IV - orientar o planejamento e o desenvolvimento da pesquisa do orientando;

V - promover reuniões de orientação com a frequência necessária para assegurar a integralização do curso no prazo regulamentar;

VI - opinar quanto ao requerimento de matrícula em disciplinas eletivas, bem como aos pedidos de trancamento e cancelamento de disciplina ou matrícula, respeitado o prazo regulamentar disposto em calendário divulgado pela Coordenação;

VII - prestar assistência ao orientando quanto a processos e normas em vigor;

VIII - presidir bancas na disciplina “Seminário de Pesquisa” e nos Exames de Qualificação e Defesa de seu orientando; e

IX - avaliar, de acordo com as orientações dispostas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNE), a necessidade de submissão ou não da pesquisa realizada pelo orientado à Plataforma Brasil.

Seção III - Dos Processos de Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento de Docente

Art. 16. O credenciamento, o recredenciamento e o descredenciamento de docente são deliberados pelo Colegiado, sem prejuízo do disposto no § 4º do Art. 11 deste Regulamento, com vistas à homologação pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e à formalização por meio de publicação nominal em BCA e de registro na Plataforma Sucupira.

§ 1º A cada professor do PPGCA é exigida produção bibliográfica e técnica compatível com sua área de atuação e com a média projetada no Planejamento Estratégico do Programa, assim como a atualização constante dessas produções no respectivo Currículo Lattes, ORCID e Google Acadêmico, para que sejam registradas anualmente no sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES via Plataforma Sucupira.

§ 2º É de inteira responsabilidade de cada docente do PPGCA acompanhar as atualizações das normas e critérios de avaliação da CAPES, em especial da Área CP&RI, e adequar-se a elas.

§ 3º Ao término de cada quadriênio de avaliação pela CAPES, o Colegiado reavaliará e iniciará, em até 60 (sessenta) dias, os processos de credenciamento, recredenciamento e/ou descredenciamento de docentes.

§ 4º Em caráter extraordinário, o Colegiado poderá antecipar a avaliação prevista no parágrafo anterior, caso se evidencie o descumprimento sistemático das exigências previstas neste Regulamento.

Art. 17. Para efeitos de avaliação do docente, com vistas a credenciamento, recredenciamento e descredenciamento, serão levados em conta seu desempenho acadêmico (produção bibliográfica), profissional (produção técnica), em pesquisa, em orientação(ões), administrativo – no âmbito exclusivo do PPGCA – e docente.

Seção IV - Do Credenciamento de Docente

Art. 18. O processo de credenciamento de Docente Permanente ou Colaborador dar-se-á em fluxo contínuo pela submissão da correspondente solicitação do proponente à

deliberação do Colegiado, por intermédio do Coordenador do Programa, ou, ainda, por meio de Comissão devidamente designada em Portaria pelo Reitor.

§ 1º Após deliberação do Colegiado, o processo será encaminhado ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, e, posteriormente, ao Reitor da UNIFA.

§ 2º A duração de cada credenciamento coincidirá com o período da avaliação quadrienal vigente da CAPES.

Art. 19. Serão credenciados como Docentes Permanentes aqueles que atuarão no desenvolvimento das principais atividades de ensino e orientação, além de participarem de projetos de pesquisa institucionalizados e possuírem vínculo funcional com a UNIFA, ou que atenderem a condições excepcionais previstas pela CAPES, e possuírem cumulativamente os seguintes pré-requisitos:

I - comprovar:

- a) titulação de Doutor em curso reconhecido pela CAPES, ou
- b) experiência profissional relevante na área de Poder Aeroespacial ou Defesa Nacional, caso não possua titulação de Doutor, em conformidade com o §3º do Art. 10 da Portaria nº 60/2019/GAB/CAPES.

II - apresentar plano de trabalho para os próximos três anos, incluindo atividades de ensino, pesquisa, publicações e orientação, além de disponibilidade para atividades administrativas (comissões, representações, pareceres etc.) e científicas (bancas, eventos, minicursos, entre outros);

III - ter concluído, pelo menos, uma orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC) de graduação ou pós-graduação;

IV - apresentar a seguinte produção intelectual:

- a) publicação de, pelo menos, 1 (um) artigo em periódico qualificado no estrato A do Qualis CAPES ou publicação, na condição de autor ou organizador, de livro ou capítulo de livro qualificado nos dois primeiros níveis do Qualis Livros da CAPES;
- b) participação, na qualidade de Coordenador ou Pesquisador, em, pelo menos, 1 (um) projeto de pesquisa institucionalizado, em andamento ou finalizado; e
- c) publicação ou registro de, no mínimo, 1 (um) Produto Técnico e Tecnológico (PTT) durante o quadriênio de avaliação vigente e compatível com a média do Programa no quadriênio anterior.

§ 1º Profissionais que se enquadrarem na alínea 'b' do inciso I deste artigo estão dispensados das exigências previstas nas alíneas 'a' e 'b' do inciso IV subsequente.

§ 2º A listagem, características e requisitos mínimos dos PTT avaliados pela Área CP&RI podem ser consultados no *site* da CAPES e da Coordenação de Área.

§ 3º As comprovações de que trata o inciso IV deste artigo limitam-se aos últimos 3 (três) anos, contados a partir da data de submissão da solicitação de credenciamento.

Art. 20. Serão credenciados como Colaboradores, os docentes da própria UNIFA e de outras instituições que contribuam para o Programa de forma sistemática, ministrando disciplinas, colaborando em projetos de pesquisa e/ou orientações.

§ 1º O Colegiado deverá observar o percentual máximo de Docentes Colaboradores, estabelecido pela Área CP&RI da CAPES, em relação ao número total de Docentes Permanentes do Programa.

§ 2º Os Docentes que forem credenciados durante o último ciclo avaliativo da CAPES como Colaboradores poderão encaminhar solicitação de credenciamento como Docente Permanente, devendo, para tanto, atender aos critérios estabelecidos no artigo imediatamente anterior.

Art. 21. Serão credenciados como Visitantes aqueles docentes e pesquisadores que, durante período contínuo e determinado, estejam à disposição do PPGCA para contribuir para o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas.

Seção V - Do Recredenciamento de Docente

Art. 22. Para o Recredenciamento de Docentes Permanentes do PPGCA, serão utilizados critérios mínimos para avaliar e pontuar sua atuação global no Programa (cada critério totalizará um ponto na avaliação):

- I - ter respondido, dentro do prazo, a Ficha de Avaliação;
- II - ter ministrado, na qualidade de Docente Responsável, ao menos, 1 (uma) disciplina em um dos cursos do PPGCA, no quadriênio avaliado;
- III - não possuir disciplina pendente de nota, cuja comprovação estará a cargo da SECAC;
- IV - ter participado, ao menos, 1 (uma) vez da disciplina “Seminário de Pesquisa” ou “Seminário de Tese”, durante o quadriênio avaliado;
- V - ter publicado, no mínimo, 1 (um) artigo em revista classificada com Qualis A, no quadriênio avaliado;
- VI - ter, no mínimo, 1 (um) livro ou capítulo de livro com ISBN publicado, no quadriênio avaliado;
- VII - ter realizado, no mínimo, 1 (uma) produção técnica qualificada por ano em que esteve credenciado ao PPGCA, durante o quadriênio avaliado;
- VIII - ter concluído com sucesso, ao menos, 1 (uma) orientação no PPGCA, durante o quadriênio avaliado;
- IX - possuir, pelo menos, 1 (uma) orientação ativa no PPGCA, que esteja dentro do prazo regular e, portanto, sem ter sido prorrogada;
- X - ter participado de, pelo menos, 1 (um) projeto de pesquisa aprovado por agência de fomento, durante quadriênio avaliado;

XI - não possuir ausência sem justificativa nas reuniões do Colegiado, durante o quadriênio avaliado;

XII - ter participado de, pelo menos, 1 (um) Processo Seletivo para Aluno Regular do PPGCA, durante o quadriênio em análise;

XIII - ter participado, em comissão organizadora ou científica, de, pelo menos, 1 (um) Seminário de Estudos do Poder Aeroespacial do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da UNIFA;

XIV - manter o seu currículo na Plataforma Lattes, no ORCID e no Google Acadêmico com atualização mínima a cada 6 meses, e ter atualizado os mesmos em, no mínimo, 15 (quinze) dias antes de submeter sua Ficha de Avaliação Individual.

§ 1º Embora avaliados, Docentes credenciados há menos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data final de envio da Ficha de Avaliação Individual estarão automaticamente recredenciados.

§ 2º O Docente que, durante o quadriênio avaliado, se enquadrar nas hipóteses a seguir será bonificado no processo de avaliação, cumulativamente:

I - se foi ou teve orientando agraciado em prêmio ou concurso:

- a) internacional: 3 (três) pontos por prêmio/menção;
- b) nacional: 2 (dois) pontos por prêmio/menção; e
- c) local ou regional: 1 (um) ponto por prêmio/menção.

II - ter projeto de pesquisa aprovado, na qualidade de Coordenador, por agência de fomento: 3 (três) pontos por projeto;

III - ter recebido, de agência de fomento, Bolsa de Produtividade, Pós-Doutorado ou Professor Visitante: 2 (dois) pontos por bolsa; e

IV - ter apresentado, presencialmente, trabalho em evento no exterior: 1 (um) ponto por trabalho.

Seção VI - Do Descredenciamento de Docente

Art. 23. Será descredenciado do PPGCA, após apreciação das instâncias previstas neste Regulamento, o docente que:

I - pedir seu descredenciamento, a qualquer tempo;

II - não atender a normas e critérios explicitados neste Regulamento; ou

III - não receber, na respectiva avaliação quanto ao recredenciamento, parecer favorável quanto à sua permanência como docente do PPGCA.

§ 1º O docente descredenciado não poderá abrir vagas no Processo Seletivo subsequente nem oferecer disciplinas, podendo apresentar nova solicitação de credenciamento, no mínimo, 1 (um) ano após a data de homologação do processo de credenciamento, devendo concluir suas respectivas orientações/coorientações dentro do prazo máximo regular de cada curso.

§ 2º O Docente Permanente descredenciado permanecerá no PPGCA como Docente Colaborador enquanto possuir orientações e/ou coorientações em andamento, respeitado o prazo máximo para conclusão do respectivo curso.

CAPÍTULO II - DO CORPO DISCENTE

Seção I - Das Categorias de Discente

Art. 24. O Corpo Discente do PPGCA é constituído por:

I - Aluno Regular: discente aprovado em Processo de Seleção, publicado em Edital específico, e regularmente matriculado em um curso do PPGCA;

II - Aluno Especial: discente aprovado em Instrução Específica de Seleção e inscrito em disciplina(s) isolada(s), sem qualquer vínculo com o Programa, ou seja, sem estar regularmente matriculado em um curso;

III - Aluno Ouvinte: discente que, após prévia autorização do Docente Responsável, assiste à disciplina sem estar matriculado nela;

IV - Egresso: ex-Aluno Regular que, pelo prazo de 5 (cinco) anos após sua diplomação, tem a obrigação de lançar, em seu Currículo Lattes, toda a produção bibliográfica e técnica produzida ou relacionada à Área de Concentração do PPGCA, assim como participações em eventos acadêmicos.

Seção II - Dos Direitos e Deveres do Discente

Art. 25. São direitos do discente:

I - utilizar os recursos de infraestrutura disponibilizados pela UNIFA;

II - solicitar declarações;

III - solicitar, se Aluno Regular, o Histórico Escolar e/ou recebê-lo após a conclusão do curso; e

IV - receber, se Aluno Regular, o Diploma, desde que tenha concluído o respectivo curso com aproveitamento e cumpridas todas as exigências acadêmicas previstas neste Regulamento.

Parágrafo único. A UNIFA não se responsabiliza por custos financeiros, decorrentes de transporte, hospedagem, alimentação, dentre outros, necessários tanto quanto à participação no Processo Seletivo e à realização do curso.

Art. 26. São deveres do discente:

- I - frequentar, com regularidade e pontualidade, as atividades acadêmicas previstas;
- II - apresentar, com pontualidade e probidade, os trabalhos acadêmicos exigidos;
- III - zelar pela ordem e conservação dos bens materiais à sua disposição;
- IV - obedecer às normas institucionais vigentes;
- V - cumprir os prazos administrativos e acadêmicos;
- VI - Manter seu Currículo Lattes atualizado, no mínimo, a cada 6 (meses) meses; e
- VII - manter valores éticos e profissionais dentro e fora da UNIFA.

Parágrafo único. São da exclusiva responsabilidade do discente estrangeiro: a permanência no Brasil, como necessário a atender aos compromissos do curso, disciplina ou atividade; a obtenção de vistos/autorizações e documentos necessários a essa permanência; a obtenção dos meios de estada e de subsistência, inclusive de assistência de saúde; e a manutenção de contato frequente com o Programa, em caso de ausência temporária da cidade do Rio de Janeiro.

Seção III - Das Transgressões Disciplinares

Art. 27. São transgressões disciplinares:

- I - impontualidade, sem justificativa, às atividades acadêmicas programadas;
- II - improbidade ou ilicitude na elaboração de qualquer trabalho acadêmico;
- III - desrespeito no trato com colegas, professores e servidores; e
- IV - infração de prescrição legal ou regulamentar, ou de instruções expressas, emanadas das autoridades competentes.

Art. 28. Nos casos de transgressão disciplinar, as penalidades aplicáveis não eximem o transgressor da eventual responsabilidade civil ou criminal em que tenha incorrido e da obrigação de reparar danos, no que, garantida ampla defesa, conforme o caso, o Colegiado do PPGCA poderá aplicar a penalidade de cancelamento de inscrição ou matrícula, a ser homologada pela PROPGP.

Seção III - Do Processo Seletivo

Art. 29. A seleção de Alunos Regulares e Especiais será regulada em editais e documentos específicos, propostos por comissão(ões) própria(s), homologados pela PROPGP e aprovados pelo Reitor da UNIFA.

Art. 30. A publicação do edital de seleção a Aluno Regular dos Cursos de Mestrado e Doutorado do PPGCA será anual e de responsabilidade da Comissão Organizadora e da

Comissão de Avaliação e Seleção, reguladas por Portaria do Reitor da UNIFA, contendo, no mínimo, as seguintes etapas:

I - adequação da documentação exigida;

II - Projeto Preliminar de Pesquisa, observada sua adequação às Linhas de Pesquisa e aos interesses do COMAER;

III - entrevista; e

IV - compreensão de língua inglesa, por meio de prova.

§ 1º Podem candidatar-se a Aluno Regular civis e militares brasileiros e estrangeiros, portadores de diploma de Curso de Graduação das Escolas de formação das Forças Armadas ou de cursos de graduação em qualquer área do conhecimento reconhecidos pelo Ministério da Educação, que atendam aos requisitos estabelecidos em edital.

§ 2º O candidato estrangeiro deverá apresentar Diploma ou documento oficial de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo ordenamento legal do país de origem.

§ 3º O candidato militar ou civil pertencente às Forças Armadas ou Auxiliares deverá, para efetivar sua inscrição, apresentar autorização do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização/Instituição a que esteja vinculado, e, caso seja civil, deverá ser assemelhado a oficial.

§ 4º É vedada a concomitância de curso do PPGCA com missão no exterior superior a 6 (seis) meses.

§ 5º O número de vagas definido no Edital de que trata este artigo levará em conta os limites máximos de orientandos por orientador, bem como os recursos disponíveis.

Art. 31. O ingresso como Aluno Especial dar-se-á mediante processo seletivo simplificado e de acordo com Instrução Específica expedida pela UNIFA.

Parágrafo único. O Aluno Especial receberá declaração de aproveitamento na disciplina isolada em que for considerado aprovado.

Seção IV - Da Matrícula do Aluno Regular

Art. 32. Candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo para Aluno Regular serão convocados à matrícula no primeiro módulo de atividades acadêmicas.

§ 1º O candidato selecionado que não efetuar sua matrícula no prazo previsto perde o direito à vaga, que será preenchida conforme o respectivo Edital de Seleção.

§ 2º A ordem de matrícula dos candidatos selecionados será publicada em Boletim Interno da UNIFA, assim como em BCA.

§ 3º A matrícula no PPGCA de alunos civis e militares pertencentes ao efetivo do Ministério da Defesa ou Forças Armadas não implica transferência para a UNIFA.

Art. 33. O Trancamento de Matrícula nos cursos de Mestrado e Doutorado poderá ser concedido, a pedido do Aluno Regular, salvaguardado o tempo máximo de integralização do curso.

§ 1º O pedido de trancamento deverá vir acompanhado das justificativas e comprovações necessárias, e ser encaminhado à Coordenação do Programa.

§ 2º Caberá ao Colegiado deliberar sobre o mérito do requerimento de trancamento.

§ 3º O trancamento de matrícula poderá ser concedido por apenas 1 (um) semestre letivo inteiro.

§ 4º Não será permitido o trancamento de matrícula no semestre inaugural dos cursos de Mestrado ou Doutorado.

Art. 34. O Cancelamento da Matrícula do Aluno Regular ocorre:

I - a pedido do interessado, a qualquer tempo, durante o período regular de realização do curso;

II - se o aluno não estiver inscrito em qualquer disciplina ou atividade curricular durante um semestre letivo, salvo nos casos de trancamento de matrícula ou de inscrição autorizada em disciplina de outro PPG, ou de atividade de pesquisa/aprendizagem no exterior;

III - por necessidade do serviço formalmente expressa, no caso de militares da ativa, da reserva em regime de contrato por tempo certo ou de servidores civis em atividade;

IV - por motivo de saúde, com comprovação médica;

V - por insuficiência de aproveitamento acadêmico, nas seguintes hipóteses:

a) reprovar 2 (duas) vezes na mesma disciplina;

b) reprovar em 3 (três) disciplinas distintas; ou

c) reprovar pela segunda vez no Exame de Qualificação ou de Defesa.

VI - por improbidade acadêmica ou transgressão disciplinar; ou

VII - por descumprimento dos prazos regimentais.

§ 1º O cancelamento de matrícula no PPGCA será homologado pelo Colegiado e exarado pelo Reitor da UNIFA.

§ 2º A readmissão de aluno que teve matrícula cancelada somente será possível por novo Processo Seletivo, obedecendo aos critérios estabelecidos em novo Edital de Seleção.

TÍTULO IV - DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

CAPÍTULO I - DOS ELEMENTOS COMUNS AOS DOIS CURSOS

Art. 35. Até a aprovação da Dissertação ou Tese, o Aluno Regular deverá requisitar inscrição em disciplinas (obrigatórias e eletivas) e/ou atividades curriculares (obrigatórias), de acordo com o calendário da Coordenação, atendendo a seu plano individual de estudos devidamente aprovado por seu Orientador.

§ 1º A critério do Colegiado, mediante justificativa do discente e anuência de Orientador, poderá ser prorrogado o prazo regular de integralização do curso, por uma única vez, até o final do semestre letivo subsequente.

§ 2º A unidade base para a medida do trabalho acadêmico é o crédito, que equivale 15h/a (quinze horas/aula), no que cada disciplina e atividade curricular possui 3 (três) créditos.

Seção I - Das Disciplinas

Art. 36. As disciplinas são agrupadas em módulos semanais, de segunda-feira a sexta-feira, conforme calendário do PPGCA.

§ 1º Excepcionalmente, uma disciplina pode ser ministrada em formato diverso ao disposto no inciso II deste artigo, desde que também seja ofertada, no mesmo ano, no fluxo regular dos módulos.

§ 2º A convalidação de créditos de disciplinas é regulada por norma própria da PROPGP, disponibilizada no *site* do PPGCA.

§ 3º O Aluno Regular poderá solicitar cancelamento de inscrição em disciplina, desde que ainda não tenham sido cumpridas mais de 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas CH, sendo considerado reprovado quem, após este limite, abandonar a disciplina.

Seção II - Das Atividades Curriculares

Art. 37. Todas as atividades curriculares são obrigatórias para a integralização do respectivo curso.

§ 1º A comprovação da atividade curricular “Produção Bibliográfica, Técnica e Tecnológica” se dá mediante:

I - publicação ou submissão de artigo em revista estratificada dentre os quatro primeiros níveis do Qualis Periódicos em vigor ou publicação de livro ou capítulo, com ISBN, durante o período de vigência do Curso, cuja temática esteja atrelada à Área de Concentração do PPGCA. Caso o tema da submissão ou publicação derive da pesquisa orientada, faz-se obrigatória a autoria/coautoria com o orientador;

II - apresentação de trabalho em evento científico nacional ou internacional; e

III - disponibilização do Produto Técnico e Tecnológico (PTT), ou dados que possam caracterizá-lo, decorrente da pesquisa desenvolvida no Programa, cujo acesso pode se dar via *link* ou arquivo.

§ 2º A comprovação da atividade curricular “Exame de Qualificação” se dá mediante o envio eletrônico, à Coordenação, da ata da sessão contendo, no mínimo, local, data, nome do discente, título do trabalho, nome dos membros da banca, resultado da avaliação e assinatura do Presidente da Banca.

§ 3º A comprovação da atividade curricular “Exame de Defesa” se dá com o envio único à Coordenação do seguinte:

I - ata física ou eletrônica da Defesa assinada pelo Presidente e pelos Examinadores Titulares;

II - arquivo PDF da versão final do trabalho, já contendo a ficha catalográfica fornecida pela Biblioteca da UNIFA e a Ata da Defesa com as assinaturas da Banca Examinadora; e

III - recibo físico ou virtual de depósito da versão final na Biblioteca da UNIFA ou *link* de acesso ao trabalho na Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (REDE BIA).

Seção III - Dos Exames de Qualificação e Defesa

Art. 38. Os Exames de Qualificação e Defesa são sessões públicas que visam avaliar a capacidade de argumentação do aluno em relação a sua pesquisa, Dissertação/Tese e PTT.

§ 1º Os critérios de avaliação devem levar em conta, entre outros:

I - impactos científicos, tecnológicos, econômicos, culturais e/ou sociais;

II - metodologia utilizada;

III - qualidade da redação, em termos de adequação à norma culta;

IV - estrutura/organização do texto;

V - originalidade do trabalho (apenas para Teses);

VI - possibilidade de aplicação prática das conclusões extraídas do trabalho;

VII - embasamento teórico-conceitual consistente; e

VIII - qualidade e quantidade de publicações decorrentes da tese (apenas para Teses).

§ 2º O aluno deverá encaminhar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exemplar do trabalho a ser qualificado ou defendido a todos os membros da Banca Examinadora.

§ 3º A programação das Qualificações e Defesas deverá ser divulgada no *site* do PPGCA, sendo que as Defesas devem ser também divulgadas a Órgãos de Direção

Geral e Setorial e de Assessoria (ODGSA) da Aeronáutica e outras instituições e organizações relacionadas com o trabalho a ser defendido.

§ 4º Para solicitar a o Exame de Qualificação, é necessário o cumprimento de todas as disciplinas obrigatórias.

§ 5º Para solicitar a Defesa de Dissertação ou Tese, é necessária a aprovação em Exame de Qualificação, bem como ter integralizado todos os créditos em disciplinas obrigatórias e eletivas e cumprido todas as Atividades Curriculares descritas no Art.37.

§ 5º Respeitado o prazo regular para a integralização do curso, o aluno deverá defender sua Dissertação ou Tese para ser habilitado ao título de Mestre ou Doutor.

Art. 39. As sessões de Exames de Qualificação ou Defesa devem estar dispostas, minimamente, da seguinte forma:

I - apresentação oral do aluno com duração de até 20min (vinte minutos);

II - arguição dos Membros Titulares, sem limite de tempo;

III - votação do resultado e lavratura da ata, em separado; e

IV - leitura pública da ata.

§ 1º A solicitação de realização da Banca deverá ser assinada por aluno e orientador e encaminhada em formulário próprio.

§ 2º Visando à internacionalização do Programa, a sessão pode ser conduzida em língua diversa da do português, desde que haja prévio consentimento entre banca e aluno e que seja a mesma língua utilizada, inclusive, no PTT e no trabalho escrito, devendo este último apresentar, no mínimo, resumo em português e inglês.

Art. 40. A Banca Examinadora da Qualificação e da Defesa será composta, minimamente, da seguinte forma, respeitado o disposto no Art. 49 deste Regulamento:

I - Orientador, na condição de Presidente;

II - 1 (um) docente do PPGCA, na qualidade de Examinador Interno Titular;

III - 1 (um) docente ou especialista externo ao PPGCA, na qualidade de Examinador Externo Titular;

IV - 1 (um) docente do PPGCA, na qualidade de Examinador Interno Suplente; e

V - 1 (um) docente ou especialista externo ao PPGCA, na qualidade de Examinador Externo Suplente.

§ 1º Para o Curso de Doutorado, a Banca de Defesa será, ainda, acrescida de mais dois Membros Titulares, um Interno e outro Externo.

§ 2º O Examinador Externo deverá estar vinculado formalmente a outro Programa de

Pós-graduação *Stricto Sensu*, preferencialmente da área de CP&RI, ou à instituição externa à Universidade da Força Aérea.

§ 3º Somente poderão compor as Bancas Examinadoras de Qualificação e de Defesa, como Membros Titulares ou Suplentes, examinadores com titulação mínima à qual o discente está se candidatando.

§ 4º A composição das Bancas deverá levar em consideração critérios de imparcialidade e isenção, sendo impeditivas relações de parentesco, comerciais, societárias ou quaisquer outras que venham a caracterizar suspeição e impedimento, a fim de evitar conflitos de interesses.

§ 5º Se o aluno possuir Coorientador, este será considerado Membro Titular Interno da banca.

§ 6º Apenas o Presidente, os Membros Titulares e o orientando têm direito a voz durante a sessão.

Art. 41. O resultado dos Exames de Qualificação e Defesa será lavrado em ata e conferirá uma das seguintes menções:

I - "Aprovado" (Ap);

II - "Aprovado com Recomendações" (Ac); ou

III - "Reprovado" (R).

§ 1º A menção de "Aprovado" decorre do parecer favorável da maioria simples da Banca Examinadora.

§ 2º Se "Aprovado com Recomendações", o aluno deverá levar em conta as recomendações da Banca Examinadora, cabendo a seu orientador acompanhar e supervisionar o atendimento às alterações propostas.

§ 3º Se "Não Aprovado", o aluno poderá submeter-se a novo exame, uma única vez, após atendidas as recomendações decorrentes do primeiro exame, mantendo-se, contudo, a mesma Banca Examinadora, sem prejuízo do período máximo para a integralização do curso.

§ 4º Se considerado "Não Aprovado" pela segunda vez, o aluno terá sua matrícula cancelada.

Seção IV - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico

Art. 42. A avaliação do desempenho acadêmico do aluno é um processo permanente, a cargo dos docentes do Programa, cujo resultado, em cada disciplina ou atividade curricular, será expresso por conceitos que obedecerão à seguinte escala:

I - A: de 9,0 a 10 pontos;

II - B: de 8,0 a 8,9 pontos;

III - C: de 7,0 a 7,9 pontos; e

IV - Reprovado (R): abaixo de 7,0 pontos.

§ 1º Fará jus aos créditos de cada disciplina, o aluno que obtiver conceitos A, B ou C e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

§ 2º Ao aluno que obtiver frequência abaixo de 75% (setenta e cinco por cento) será atribuído o conceito “F” de Reprovado por Frequência.

§ 3º Tendo em vista os objetivos exclusivamente formativos das disciplinas “Seminário de Pesquisa” e “Seminário de Tese” e das atividades curriculares “Atividades de Pesquisa”, “Estágio de Pesquisa/Profissional” e “Produção Bibliográfica, Técnica e Tecnológica”, ser-lhes-á atribuído conceito “S” de Suficiente ou “I” de Insuficiente.

§ 4º Aos Exames de Qualificação e Defesa serão atribuídos os conceitos “Ap” de Aprovado, “Ac” de Aprovado com Recomendações ou “R” de Reprovado.

§ 5º A relação dos conceitos finais dos alunos, em cada disciplina ou atividade curricular deve ser apresentada pelo docente, no prazo de até dois 60 (sessenta) dias da entrega da avaliação pelos discentes.

Seção V - Dos Títulos de Mestre e Doutor

Art. 43. Quem obtiver aprovação na Defesa da Dissertação receberá o título de “Mestre em Ciências Aeroespaciais” e o que obtiver aprovação na Defesa da Tese receberá o título de “Doutor em Ciências Aeroespaciais”, desde que cumpridas as formalidades previstas nas normas da UNIFA e neste Regulamento.

Art. 44. O aluno que depositar sua Dissertação ou Tese na Biblioteca da UNIFA, deverá receber o Diploma e o Histórico Escolar definitivo em até 90 (noventa) dias úteis.

CAPÍTULO II - DO CURSO DE MESTRADO

Art. 45. Para integralizar o Curso de Mestrado, o Aluno Regular deve completar o mínimo de 36 (trinta e seis) créditos, dos quais:

I - 18 (dezoito) créditos nas seguintes disciplinas obrigatórias:

- a) Fundamentos Metodológicos das Ciências Aeroespaciais;
- b) Fundamentos de Ciência Política;
- c) Fundamentos de Relações Internacionais;

- d) Teoria do Poder Aeroespacial I;
- e) Pensamento Estratégico Aeroespacial I; e
- f) Seminário de Pesquisa.

II - 9 (nove) créditos em, no mínimo, 3 (três) disciplinas eletivas, de livre escolha e em comum acordo com o orientador; e

III - 9 (nove) créditos nas seguintes atividades curriculares:

- a) Exame de Qualificação;
- b) Produção Bibliográfica, Técnica e Tecnológica; e
- c) Exame de Defesa.

§ 1º O Aluno Regular pode solicitar a convalidação de crédito de apenas 1 (uma) disciplina eletiva cursada

§ 2º A Estrutura Curricular do Curso de Mestrado encontra-se no Anexo I deste Regulamento e as ementas das disciplinas, no *site* do Programa

CAPÍTULO III - DO CURSO DE DOUTORADO

Art. 46. Para integralizar o Curso de Doutorado, o Aluno Regular deve completar o mínimo de 48 (quarenta e oito) créditos, dos quais:

I - 27 (vinte e sete) créditos nas seguintes disciplinas obrigatórias:

- a) Fundamentos Metodológicos das Ciências Aeroespaciais;
- b) Fundamentos de Ciência Política;
- c) Fundamentos de Relações Internacionais;
- d) Teoria do Poder Aeroespacial I;
- e) Pensamento Estratégico Aeroespacial I;
- f) Teoria do Poder Aeroespacial II;
- g) Pensamento Estratégico Aeroespacial II;
- h) Estudos Avançados em Segurança Internacional e Defesa e
- i) Seminário de Tese.

II - 9 (nove) créditos em, no mínimo, 3 (três) disciplinas eletivas, de livre escolha e em comum acordo com o orientador; e

III - 12 (doze) créditos nas seguintes atividades curriculares:

- a) Exame de Qualificação;
- b) Produção Bibliográfica, Técnica e Tecnológica;
- c) Estágio de Pesquisa/Profissional; e
- d) Exame de Defesa.

§ 1º As disciplinas elencadas nas alíneas 'a' a 'e' do inciso I deste artigo, bem como apenas 1 (uma) disciplina eletiva, podem ser alvo de convalidação de créditos, respeitados os critérios estipulados em norma específica da UNIFA e disponibilizada no *site* do PPGCA.

§ 2º A Estrutura Curricular do Curso de Doutorado encontra-se no Anexo II deste Regulamento e as ementas das disciplinas, no *site* do Programa.

Art. 47. O “Estágio de Pesquisa/Profissional” é composto pelas seguintes atividades que devem se relacionar com o propósito inovador da Tese e do PTT e serem realizadas pelo Aluno Regular durante o Curso:

I - participação em projeto de pesquisa aprovado por agência de fomento, comprovada por envio de documento oficial que apresente o nome do discente;

II - participação em grupo de pesquisa interno ou externo ao PPGCA, por, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, comprovada pelo envio do *link* do grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (<https://lattes.cnpq.br/web/dgp>), em que devam constar nome e período de atuação do discente;

III - realização de estágio, inclusive de docência, em instituição público ou privado;

IV - ministração de curso, minicurso, oficina ou *workshop*;

V - participação em *workshop* doutoral, escola de verão/inverso ou *summer/winter school*.

VI - realização de atividade de docência, tais como conclusão de orientação de TCC e coordenação de disciplina ou curso; e

VII - participação em editoria ou dossiê especial/temático de revista científica.

Parágrafo único. O Colegiado pode aprovar, com efeito *ex tunc*, atividades não previstas neste artigo.

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. As comissões e bancas examinadoras e julgadoras mencionadas neste Regulamento não podem ser compostas por membros com relações de parentesco, filiação, societárias e/ou comerciais entre si ou com os candidatos ou alunos.

Art. 49. O item ii da alínea 'd' do §2º do Art. 58 do Regulamento do PPGCA 2019 passa a vigorar com a seguinte redação: “disponibilização do Produto Técnico e Tecnológico (PTT), ou dados que possam caracterizá-lo, decorrente da pesquisa pós-graduada, cujo acesso pode se dar via *link* ou arquivo”.

Art. 50. Os cursos do PPGCA não constituem cursos da carreira militar e não geram direito ou expectativa de direito de promoção a postos superiores na referida carreira, tampouco gera vínculo funcional de civis não pertencentes ao efetivo da Aeronáutica.

Art. 51. O PPGCA deverá, a cada 2 (dois) anos, com base nas Avaliações Quadrienais e de Meio Termo da Área de CP&RI da CAPES, realizar a Autoavaliação por meio de relatório sintético e gráficos que apontem a situação do Programa em relação aos critérios e indicadores descritos nos documentos da Área CP&RI.

Art. 52. O PPGCA deverá atualizar este Regulamento e o seu Planejamento Estratégico a cada 3 (três) anos ou, a qualquer momento, por solicitação do Colegiado ou de autoridade competente.

Art. 53. Os casos não previstos neste Regulamento serão submetidos ao Colegiado ou, se houver necessidade, à apreciação da PROPGP e/ou Reitoria da UNIFA.

Art. 54. A presente norma entra em vigor na data da aprovação pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa.

Elaborado por:

Prof. Dr. Eduardo Sol Oliveira da Silva
Coordenador do PPGCA

Aprovo:

Nelson Augusto Bacellar Gonçalves- Cel Av R1 Me.
Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa

ANEXO I - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE MESTRADO

TIPO	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CRÉDITO	TOTAL
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	Fundamentos Metodológicos das Ciências Aeroespaciais	3	18
	Fundamentos de Ciência Política	3	
	Fundamentos de Relações Internacionais	3	
	Teoria do Poder Aeroespacial I	3	
	Pensamento Estratégico Aeroespacial I	3	
	Seminário de Pesquisa	3	
DISCIPLINAS ELETIVAS	Eletiva I	3	9
	Eletiva II	3	
	Eletiva III	3	
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS	Exame de Qualificação	3	9
	Produção Bibliográfica, Técnica e Tecnológica	3	
	Exame de Defesa	3	
TOTAL			36

MÓDULO	DISCIPLINA
I	Fundamentos Metodológicos das Ciências Aeroespaciais
	Fundamentos de Ciência Política
II	Fundamentos de Relações Internacionais
	Teoria do Poder Aeroespacial I
III	Pensamento Estratégico Aeroespacial I
	Eletiva I *
IV	Eletiva II
	Eletiva III
V	Seminário de Pesquisa

(*) Pode ser convalidada.

ANEXO II - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DOUTORADO

TIPO	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CRÉDITO	TOTAL
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	Fundamentos Metodológicos das Ciências Aeroespaciais	3	27
	Fundamentos de Ciência Política	3	
	Fundamentos de Relações Internacionais	3	
	Teoria do Poder Aeroespacial I	3	
	Pensamento Estratégico Aeroespacial I	3	
	Teoria do Poder Aeroespacial II	3	
	Pensamento Estratégico Aeroespacial II	3	
	Estudos Avançados em Segurança Internacional e Defesa	3	
	Seminário de Tese	3	
DISCIPLINAS ELETIVAS	Eletiva I	3	9
	Eletiva II	3	
	Eletiva III	3	
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS	Exame de Qualificação	3	12
	Produção Bibliográfica, Técnica e Tecnológica	3	
	Estágio de Pesquisa/Profissional	3	
	Exame de Defesa	3	
TOTAL			48

MÓDULO	DISCIPLINA
I	Fundamentos Metodológicos das Ciências Aeroespaciais *
	Fundamentos de Ciência Política *
II	Fundamentos de Relações Internacionais *
	Teoria do Poder Aeroespacial I *
III	Pensamento Estratégico Aeroespacial I *
	Eletiva I *
IV	Teoria do Poder Aeroespacial II
	Pensamento Estratégico Aeroespacial II
V	Eletiva II
	Eletiva III
VI	Estudos Avançados em Segurança Internacional e Defesa
VII	Seminário de Tese

(*) Pode ser convalidada.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

MCA 37-266

**PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS
CURSO BÁSICO DE BUSCA E SALVAMENTO (CBBS)**

2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO



ENSINO

MCA 37-266

PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS
CURSO BÁSICO DE BUSCA E SALVAMENTO (CBBS)

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO

PORTARIA COMPREP Nº 2.263/SPOG-50, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a edição do MCA 37-266 “Plano de Unidades Didáticas do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS)”.

O COMANDANTE DE PREPARO, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso I, Artigo 13, do ROCA 20-13 “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria nº 492/GC3, de 21 de abril de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do MCA 37-266 “Plano de Unidades Didáticas do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS)”, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, devido à necessidade operacional, conforme o Art. 4º, Parágrafo Único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Ten Brig Ar **SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA**
Comandante de Preparo

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 ÂMBITO	9
2 LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	11
3.1 COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO	11
4 DETALHAMENTO DAS UNIDADES DIDÁTICAS	12
5 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO.....	19
6 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	21
Anexo A – Histórico das Revisões.....	23

PREFÁCIO

Esta publicação estabelece o Plano de Unidades Didáticas para o Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS).

Este Plano complementa o Currículo Mínimo do Curso (CBBS) e contém a previsão de todas as atividades que o instruendo realizará, sob a orientação deste Grupo, para atingir os objetivos do curso em que está matriculado.

Contém dados relativos ao desenvolvimento das unidades didáticas que compõem as disciplinas do curso acima mencionado.

Destina-se, especificamente, ao uso pedagógico e administrativo das Unidades envolvidas com a coordenação e execução do curso.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta publicação tem por finalidade desdobrar, detalhadamente, os conteúdos das unidades didáticas das disciplinas que compõem o Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS), ministrado pelo Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

1.2 ÂMBITO

Comando de Preparo (COMPREP).

2 LISTA DE ABREVIATURAS

Ap - Nível Aplicação

Av - Nível Avaliação

CH - Carga Horária

Cn - Nível Conhecimento

Cp - Nível Compreensão

EI - Ensino Individualizado

Va - Nível Valorização

3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.1 COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO

Para as atividades de complementação da instrução, indica-se a visualização dos vídeos disponíveis na plataforma do curso. Os vídeos subsidiarão ao aluno a montagem dos padrões na carta de navegação em sua unidade aérea correspondente. Sugere-se também a leitura de livros, artigos e legislações disponíveis na biblioteca virtual do curso.

4 DETALHAMENTO DAS UNIDADES DIDÁTICAS

CAMPO: TÉCNICO ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES	
DISCIPLINA: SISTEMA DE BUSCA E SALVAMENTO			
Carga horária para instrução: 14 horas		Carga horária para avaliação: 02 horas	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) identificar a organização do sistema de Busca e Salvamento no contexto histórico e nos documentos legais (Ap); e b) valorizar o Sistema de Busca e Salvamento (Va).			
UNIDADES DIDÁTICAS			
UNIDADE 1:		FUNDAMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE BUSCA E SALVAMENTO	
Carga horária para instrução: 14 Horas		Carga horária para avaliação: 02 Horas	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE: a) identificar na história como foram instituídas as principais atividades de Busca e Salvamento (Ap); e b) identificar nos documentos legais, as estruturas e órgãos do Sistema de Busca e Salvamento (Cp).			
SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TÉC
HISTÓRICO SAR	a) identificar a origem histórica do SAR (Cn); b) descrever as primeiras atividades SAR e sua evolução no Brasil (Cp); e c) organizar as lições aprendidas da Busca e Salvamento (Cn).	04	EI

ESTRUTURA SAR	a) identificar os documentos que normatizam a atividade SAR nacional e internacional (Cn); b) identificar no conteúdo dos três volumes que compõem o Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento (IAMSAR), a configuração da estrutura SAR (Cn); c) apontar a estrutura básica do espaço aéreo brasileiro (Cn); d) identificar a Organização do Serviço SAR no Brasil (Cn); e) descrever o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico Brasileiro (SISSAR) (Cp); f) relacionar os elos do SISSAR com outros sistemas como: SISCEAB, SIPAER, SISCOMSAE, AMVER, SISTRAM, COSPAS-SARSAT (Ap); g) explicar a atuação do Brasil no Programa COSPAS-SARSAT (Cp); h) identificar o histórico do COSPAS-SARSAT (Cn); i) explicar os conceitos básicos do Programa COSPAS-SARSAT (Cp); e j) identificar as aplicações de balizas de emergência (PLB, ELT e EPIRB) (Cn).	03	EI
RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS			
Os conhecimentos advindos das instruções devem ser balizados pela MCA 64-3. No geral, torna-se necessário contextualizar o aluno acerca dos fundamentos e do sistema organizacional de busca e salvamento.			
REFERÊNCIAS			
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 98/DGCEA, de 26 de julho de 2019. Aprova a reedição do MCA 64-3, Manual que disciplina as atividades de Busca e Salvamento aeronáuticas brasileiras. Boletim do Comando da Aeronáutica . Rio de Janeiro, nº 144, f. 10839, 15 ago. 2019.			
PERFIL DE RELACIONAMENTO			
As unidades e respectivas subunidades estão em uma sequência que possibilita a compreensão gradual e adequada da instrução. Desta forma, orienta-se que a organização do estudo siga a sequência apresentada no material didático.			

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES	
DISCIPLINA: COORDENAÇÃO DAS MISSÕES DE BUSCA E SALVAMENTO			
Carga horária para instrução: 28 Horas		Carga horária para avaliação: 02 Horas	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) analisar as etapas de coordenação das missões de Busca e Salvamento (An); e b) compreender as ações de coordenação relacionadas à Evacuação Aeromédica (Cp).			
UNIDADES DIDÁTICAS			
UNIDADE 1:		INCIDENTE SAR E ETAPAS DA COORDENAÇÃO SAR	
Carga horária para instrução: 28 Horas		Carga horária para avaliação: 02 Horas	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE: a) definir Incidente SAR (Cn); b) conceituar Operação SAR (Cn); c) analisar as etapas de coordenação SAR (An); d) identificar as atribuições dos envolvidos dentro de uma Operação SAR (Ap); e) descrever as ações que envolvem a coordenação de Missões de Evacuação Aeromédica (Cp); e f) identificar as condições favoráveis para a realização da Evacuação Aeromédica numa operação de Busca e Salvamento (An).			
SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TÉC
INCIDENTE E OPERAÇÃO SAR	a) definir Incidente SAR (Cn); b) listar os tipos de Incidente SAR (Cn); c) descrever as Fases de Emergência. (Cn); d) descrever as ações iniciais (Ap); e) identificar a designação do RCC ou RSC responsável pelo incidente SAR (Cp); f) explicar as Buscas por Comunicações (Cp); g) identificar as etapas das Operações SAR (Ap); e h) diferenciar Operações SAR e Ações complementares (Cp).	02	EI

COORDENAÇÃO SAR	a) identificar a constituição de um RCC e suas atribuições (An); b) explicar o funcionamento de um RCC (An); e c) explicar as atribuições do pessoal envolvido em uma Operação SAR (Ap).	10	EI
COORDENAÇÕES DE MISSÕES DE EVACUAÇÃO AEROMÉDICA	a) descrever as ações que envolvem a coordenação de missões de Evacuação Aeromédica (Cp); e b) identificar as condições favoráveis para a realização da Evacuação Aeromédica numa operação de Busca e Salvamento (An).	04	EI
RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS			
Sugere-se a apresentação de imagens e vídeos correlacionados com os assuntos a serem abordados.			
REFERÊNCIAS			
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 98/DGCEA, de 26 de julho de 2019. Aprova a reedição do MCA 64-3, Manual que disciplina as atividades de Busca e Salvamento aeronáuticas brasileiras. Boletim do Comando da Aeronáutica . Rio de Janeiro, nº 144, f. 10839, 15 ago. 2019.			
PERFIL DE RELACIONAMENTO			
As unidades e respectivas subunidades estão em uma sequência que possibilita a compreensão gradual e adequada da instrução.			
CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES	
DISCIPLINA: EXECUÇÃO DAS MISSÕES DE BUSCA E SALVAMENTO			
Carga horária para instrução: 28 Horas		Carga horária para avaliação: 06 Horas	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: c) examinar os aspectos relevantes das etapas de Execução das Ações de Busca e Salvamento, Socorro em Voo (An); e d) valorizar o cumprimento das Missões de Busca e Salvamento (Va).			
UNIDADES DIDÁTICAS			
UNIDADE 1:	OPERAÇÃO SAR		
Carga horária para instrução: 28 Horas		Carga horária para avaliação: 06 Horas	

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE:

- a) interpretar as características e os fatores que deverão ser empregados durante as Ações de Busca e Salvamento (Cp);
- b) interpretar as características e os fatores que deverão ser empregados durante as Ações de Socorro em Voo (Cp);
- c) distinguir as características e os fatores que deverão ser empregados durante as Ações de Busca e Salvamento das Ações de Socorro em Voo (An); e
- d) identificar os aspectos legais, as características da segurança no local do acidente e fatores relacionados com uma Operação SAR (Cp).

SUBUNIDADES	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS	CH	TÉC
MISSÃO DE BUSCA	<ul style="list-style-type: none"> a) explicar o planejamento, as características e os fatores da Missão de Busca (Cp); b) distinguir as peculiaridades das missões de busca na terra e no mar (Cp); c) diferenciar as características que afetam a missão durante o dia e durante a noite (Cp); d) diferenciar a aplicação dos diferentes padrões de busca e áreas de busca (Cp); e) exemplificar os auxílios à busca (Cp); f) explicar as características e os fatores da Observação SAR (Cp); g) explicar a importância do adestramento do observador SAR (Cp); h) descrever a técnica utilizada pelo Observador SAR (Cp); i) descrever os fatores que afetam o desempenho do observador SAR (Cp); j) discutir os fatores que influenciam na avaliação do prolongamento da Missão de Busca (Cp); k) analisar a cadeia de acionamento das unidades de busca e salvamento da FAB para uma missão SAR (An); l) discutir as informações necessárias para o briefing das tripulações (Cp); m) explicar os procedimentos a serem adotados pelo meio de busca durante o voo (Cp); n) explicar os procedimentos a serem adotados pelo meio de busca durante o avistamento (Cp); o) explicar as características e os fatores da Execução das Missões de Busca (Cp); e p) explicar a importância de um debriefing adequado (Cp). 	02	EI

MISSÃO DE SALVAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> a) explicar o planejamento, as características e os fatores da Missão de Salvamento (Cp); b) identificar os fatores a serem aplicados durante o planejamento da Missão de Salvamento (Ap); c) descrever os fatores considerados para o emprego das aeronaves, embarcações e equipes terrestres especializadas em missões de salvamento (Ap); d) diferenciar os métodos de infiltração de pessoal especializado durante Missões de Salvamento (Cp); e e) distinguir os métodos de exfiltração das vítimas dos acidentes durante Missões de Salvamento (Cp). 	02	EI
BUSCA E SALVAMENTO COM EQUIPES TERRESTRES	<ul style="list-style-type: none"> a) examinar as características e os fatores da Missão de Busca e Salvamento com Equipes Terrestres (An); b) interpretar a metodologia dos padrões nas buscas terrestres (An); e c) interpretar os procedimentos a serem seguidos pelas equipes de salvamento na cena do acidente (An). 	02	EI
MISSÃO DE SOCORRO EM VOO	<ul style="list-style-type: none"> a) analisar o planejamento, as características e os fatores da Missão de Socorro em Voo (An); b) investigar os requisitos para a Missão de Socorro em Voo (An); e c) interpretar a sistemática de acionamento durante uma Missão de Socorro em Voo (Ap). 	04	EI
PECULIARIDADES DA AÇÃO DE BUSCA E SALVAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> a) identificar os aspectos legais envolvidos durante uma Operação SAR (Cn); b) interpretar os fatores de segurança no local do acidente (Ap); c) interpretar os riscos biológicos e os perigos materiais existentes no local do acidente (Ap); d) ilustrar boas e más práticas para facilitar os trabalhos de investigação no local do acidente (Ap); e e) ilustrar os aspectos do relacionamento com a imprensa durante uma operação SAR (Ap). 		

RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS	
<p>As Subunidades serão ministradas na modalidade a distância.</p> <p>As aulas serão realizadas pela técnica de Estudo Individualizado (EI), podendo o aluno sanar os eventuais questionamentos no Fórum de Dúvidas disponibilizado na plataforma.</p>	
REFERÊNCIAS	
<p>BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 98/DGCEA, de 26 de julho de 2019. Aprova a reedição do MCA 64-3, Manual que disciplina as atividades de Busca e Salvamento aeronáuticas brasileiras. Boletim do Comando da Aeronáutica. Rio de Janeiro, nº 144, f. 10839, 15 ago. 2019.</p> <p>BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA n.254 /DGCEA, de 30 de dezembro de 2014. Aprova a reedição da Norma de Sistema que disciplina o Sistema de Busca e Salvamento [(SISSAR), NSCA 64-1]. Boletim do Comando da Aeronáutica. Rio de Janeiro, nº 4, 8 jan. 2014.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL. Sistema COSPAS/SARSAT. Circular 185-AN/121. Rio de Janeiro: OACI, 2006.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL. Doc. 9731 - AN/958 – Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento. IAMSAR. London/Montréal: OACI, v.1 a 3, 2016.</p> <p>INTERNATIONAL SATELLITE SYSTEM FOR SEARCH AND RESCUE. International Cospas-Sarsat Programme. Montreal, Quebec. Disponível em: https://cospas-sarsat.int. Acesso em: 1 mar. 2023.</p> <p>INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. ICAO: Uniting Aviation – a United Nations Specialized Agency. Montreal, Quebec. Disponível em: https://www.icao.int . Acesso em: 1 mar. 2023.</p> <p>COMANDO DA MARINHA. Serviço de Busca e Salvamento: Salvamar Brasil - Marinha do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/salvamarbrasil. Acesso em: 1 mar. 2023.</p> <p>UNITED STATES COAST GUARD. Automated Mutual-Assistance Vessel Rescue System. United States of America. Disponível em http://www.amver.com . Acesso em: 1 mar. 2023.</p> <p>COMANDO DA MARINHA. SISTRAM: Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em http://www.sistram.mar.mil.br/. Acesso em: 1 mar. 2023.</p>	
PERFIL DE RELACIONAMENTO	
<p>As Disciplinas, Unidades e respectivas Subunidades estão em uma sequência que possibilita a compreensão gradual e adequada da Disciplina.</p>	

5 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação para o curso serão detalhados conforme estrutura de Plano de Avaliação (MCA 37-96), devendo incidir sobre os cinco campos previstos nos documentos normativos (Elaboração do Plano de Avaliação - ICA 37-520 e Avaliação de Ensino - ICA 37-11): avaliação da instrução, do corpo docente, do currículo, dos meios de avaliação e do corpo discente.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Esta Instrução entra em vigor na data da publicação da Portaria de Aprovação, no Boletim do Comando da Aeronáutica.

6.2 Os casos não previstos deverão ser submetidos à apreciação do Comandante de Preparo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS Nº 457/DE-1, de 17 de novembro de 2010. Aprova a reedição da Instrução referente à “Elaboração de Plano de Unidades Didáticas” (ICA 37-457). ". **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, n. 221, f. 9557, 30 nov. 2010.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 266/DE-1, de 30 de agosto de 2012. Aprova a edição da Instrução referente a “Objetivos de Ensino e Níveis a Atingir na Aprendizagem”, ICA 37-521. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 170, f. 6547, 04 set. 2012

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 98/DGCEA, de 26 de julho de 2019. Aprova a reedição do MCA 64-3, Manual que disciplina as atividades de Busca e Salvamento aeronáuticas brasileiras. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 144, f. 10839, 15 ago. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 98/DGCEA, de 26 de julho de 2019. Aprova a reedição do MCA 64-3, Manual que disciplina as atividades de Busca e Salvamento aeronáuticas brasileiras. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 144, f. 10839, 15 ago. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Portaria COMGEP nº 836/DLE, de 1º de maio de 2019. Aprova a edição da Norma de Sistema que dispõe sobre Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica [NSCA 10-2]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n.87, 21 maio 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA n.254 /DGCEA, de 30 de dezembro de 2014. Aprova a reedição da Norma de Sistema que disciplina o Sistema de Busca e Salvamento [(SISSAR), NSCA 64-1]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 4, 8 jan. 2014.

BRASIL. Comando da Marinha. **Serviço de Busca e Salvamento**: Salvamar Brasil - Marinha do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/salvamarbrasil>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Comando da Marinha. **SISTRAM**: Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://www.sistram.mar.mil.br/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. **ICAO**: Uniting Aviation – a United Nations Specialized Agency. Montreal, Quebec. Disponível em: <https://www.icao.int> . Acesso em: 1 mar. 2023.

INTERNATIONAL SATELLITE SYSTEM FOR SEARCH AND RESCUE. **International Cospas-Sarsat Programme**. Montreal, Quebec. Disponível em: <https://cospas-sarsat.int>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL. **Sistema COSPAS/SARSAT. Circular 185-AN/121**. Rio de Janeiro: OACI, 2006.

ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL. **Doc. 9731 - AN/958** – Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento. IAMSAR. London/Montréal: OACI, v.1 a 3, 2016.

UNITED STATES COAST GUARD. **Automated Mutual-Assistance Vessel Rescue System**. United States of America. Disponível em <http://www.amver.com> . Acesso em: 1 mar. 2023.

Anexo A – Histórico das Revisões

HISTÓRICO DAS REVISÕES			
DATAS E CONTROLE			
Modificação	Revogação	Revisão	Páginas Modificadas
			Reedição
DIFUSÃO: COMPREP			

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO GERAL

RICA 21-80

**REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE
FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL**

2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL



ORGANIZAÇÃO GERAL

RICA 21-80

**REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE
FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA DCTA Nº 158/DDO, DE 11 DE JUNHO DE 2023.
Protocolo COMAER nº 67700.007905/2023-99

Aprova o Regimento Interno do Instituto
de Fomento e Coordenação Industrial.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições previstas no inciso IV do art. 10 do ROCA 20-4 “Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”, aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022; de acordo com o item 4.2.3 da ICA 19-1 “Regulamentação das Organizações”, aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005; e considerando o que consta do Processo nº 67770.000073/2023-56, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 21-80 “Regimento Interno do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial”, que com esta baixa.

Art. 2º A entrada em vigor do presente ato, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DCTA nº 111/DDO, de 13 de julho de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 142, de 1º de agosto de 2022.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

(Publicado no BCA nº 108, de 15 de junho de 2023)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	CATEGORIA E FINALIDADE.....	7
Seção I	Categoria e Finalidade.....	7
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO	7
Seção I	Estrutura Básica.....	7
Seção II	Estrutura Complementar	7
CAPÍTULO III	COMPETÊNCIA DOS SETORES	14
CAPÍTULO IV	ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES.....	39
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES GERAIS	43
Seção I	Pessoal	43
Seção II	Disposições Finais.....	44
Anexo A	- Organograma da Estrutura Básica	46
Anexo B	- Organograma da Direção	47
Anexo C	- Organograma da Vice-Direção	48
Anexo D	- Organograma da Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão	49
Anexo E	- Organograma da Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial	50
Anexo F	- Organograma da Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial	52
Anexo G	- Organograma da Divisão de Desenvolvimento Industrial	53
Anexo H	- Organograma da Divisão de Administração	54

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL

CAPÍTULO I CATEGORIA E FINALIDADE

Seção I Categoria e Finalidade

Art. 1º O Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), tem por finalidade prestar serviços técnico-especializados para o fortalecimento do complexo industrial aeroespacial e realizar pesquisa científica, nos campos de sua atuação, conforme os planos e programas estabelecidos pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Art. 2º O IFI é diretamente subordinado ao Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Art. 3º O IFI tem sede em São José dos Campos, São Paulo.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO

Seção I Estrutura Básica

Art. 4º O IFI tem a seguinte estrutura básica:

- I - Direção (CDR);
- II - Vice-Direção (CVD);
- III - Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão (CSG);
- IV - Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial (CPA);
- V - Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial (CMA);
- VI - Divisão de Desenvolvimento Industrial (CDI); e
- VII - Divisão de Administração (CAD).

Seção II Estrutura Complementar

Art. 5º A Direção (CDR) tem a seguinte constituição:

- I - Diretor;
- II - Assessoria de Relações Institucionais (CDR-RI);
- III - Assessoria de Comunicação Social (CDR-CS);
- IV - Assessoria de Inteligência (CDR-AI);
- V - Assessoria Jurídica (AJUR);
- VI - Assessoria Técnica (CDR-AT);
- VII - Assessoria de Controle Interno (ACI);
- VIII - Assessoria em Governança (ASGOV); e
- IX - Órgão Colegiado Superior do IFI (OCSIFI).

Art. 6º Assessoria de Relações Institucionais (CDR-RI) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Escritório de Projetos (CDR-RI-P); e
- III - Seção de Coordenação de Convênios (CDR-RI-C).

Art. 7º A Assessoria de Comunicação Social (CDR-CS) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Relações Públicas (CDR-CS-R); e
- III - Seção de Imprensa (CDR-CS-I).

Art. 8º A Assessoria de Inteligência (CDR-AI) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Segurança Orgânica (CDR-AI-O); e
- III - Seção de Comunicações (CDR-AI-M).

Art. 9º A Assessoria Técnica (CDR-AT) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Gerência Industrial (CDR-AT-G);
- III - Assessor Técnico para a Aviação Naval (CDR-AT-M);
- IV - Assessor Técnico para a Aviação do Exército (CDR-AT-E);
- V - Assessor Técnico para Assuntos Espaciais (CDR-AT-S); e
- VI - Seção de Normalização Técnica (CDR-AT-N).

Art. 10. A Assessoria em Governança (ASGOV) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Planejamento Institucional e Orçamentário (ASGOV-P);
- III - Seção de Gerenciamento de Processos (ASGOV-G);
- IV - Seção de Gerenciamento de Riscos e Integridade (ASGOV-R); e
- V - Seção de Monitoramento e Qualidade Interna (ASGOV-M).

Art. 11. O Órgão Colegiado Superior (OCSIFI) do IFI tem a seguinte constituição:

- I - Diretor do IFI;
- II - Vice-Diretor do IFI;
- III - Chefe da Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial;
- IV - Chefe da Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão;
- V - Chefe da Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial;
- VI - Chefe da Divisão de Desenvolvimento Industrial;
- VII - Chefe da Divisão de Administração;
- VIII - Chefe da Assessoria Técnica;
- IX - Chefe da Assessoria de Relações Institucionais; e
- X - Chefe da Assessoria Jurídica.

Art. 12. A Vice-Direção (CVD) tem a seguinte constituição:

- I - Vice-Diretor;
- II - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA/IFI);
- III - Coordenadoria de Segurança do Trabalho (CVD-ST);
- IV - Coordenadoria de Proteção Radiológica (CVD-PR);
- V - Coordenadoria de Recursos Humanos (CVD-RH);

- VI - Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CVD-TI);
- VII - Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (CVD-GC);
- VIII - Coordenadoria de Protocolo e Arquivo (CVD-PA);
- IX - Coordenadoria de Gestão da Inovação Tecnológica (CVD-IT);
- X - Coordenadoria de Instrução de Tiro Militar (CVD-TM);
- XI - Coordenadoria de Educação Física (CVD-EF); e
- XII - Coordenadoria de Execução Orçamentária (CVD-EO).

Art. 13. A Coordenadoria de Recursos Humanos (CVD-RH) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Assessor Administrativo (CVD-RH-A);
- III - Seção de Administração de Pessoal Civil (CVD-RH-C);
- IV - Seção de Administração de Pessoal Militar (CVD-RH-M); e
- V - Seção de Planejamento e Capacitação (CVD-RH-P).

Art. 14. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CVD-TI) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Assessor Técnico (CVD-TI-T);
- III - Seção Administrativa (CVD-TI-A);
- IV - Seção de Sistemas de Informação (CVD-TI-S);
- V - Seção de Manutenção e Suporte (CVD-TI-M);
- VI - Seção de Redes (CVD-TI-R); e
- VII - Seção de Segurança Digital (CVD-TI-SD).

Art. 15. A Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (CVD-GC) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Informação em Ciência e Tecnologia (CVD-GC-I);
- III - Seção de Ensino (CVD-GC-E); e
- IV - Seção de Planejamento da Gestão do Conhecimento (CVD-GC-P).

Art. 16. A Coordenadoria de Protocolo e Arquivo (CVD-PA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Protocolo (CVD-PA-P); e
- III - Seção de Arquivo Geral (CVD-PA-A).

Art. 17. A Coordenadoria de Execução Orçamentária (CVD-EO) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Controle Orçamentário e Aquisição de Materiais e Serviços (CVD-EO-C); e
- III - Seção de Orçamentos, Cobrança e Contabilidade (CVD-EO-O).

Art. 18. A Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão (CSG) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto (CSG-AD);
- III - Assessor Técnico (CSG-T);

- IV - Assessor de Planejamento e Controle (CSG-L);
- V - Subdivisão de Certificação (CSG-SC);
- VI - Subdivisão de Verificação Governamental da Qualidade (CSG-SQ);
- VII - Subdivisão de Ensaios Laboratoriais (CSG-SE); e
- VIII - Subdivisão de Apoio (CSG-SA).

Art. 19. A Subdivisão de Certificação (CSG-SC) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Certificação Aeronáutica (CSG-SC-A);
- III - Seção de Certificação de Organização Fornecedora (CSG-SC-F);
- IV - Seção de Certificação Espacial (CSG-SC-E);
- V - Seção de Documentação da Qualidade (CSG-SC-D); e
- VI - Seção de Coordenação de Processos de Auditoria (CSG-SC-P).

Art. 20. A Subdivisão de Verificação Governamental da Qualidade (CSG-SQ) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Documentação (CSG-SQ-D);
- III - Seção de Verificação da Qualidade (CSG-SQ-V);
- IV - Seção de Coordenação de Processos (CSG-SQ-P); e
- V - Seção de Certificação de Aeronavegabilidade Inicial (CSG-SQ-A).

Art. 21. A Subdivisão de Ensaios Laboratoriais (CSG-SE) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Qualificação de Pessoal em Ensaios Não Destrutivos (CSG-SE-Q);
- III - Seção de Ensaios Não Destrutivos (CSG-SE-E).

Art. 22. A Subdivisão de Apoio (CSG-SA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção Administrativa e Patrimônio (CSG-SA-A); e
- III - Seção de Recursos Humanos (CSG-SA-H).

Art. 23. A Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial (CPA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto (CPA-AD);
- III - Assessor de Regulamentação e Orientações Externas (CPA-RE);
- IV - Assessor Técnico (CPA-AT);
- V - Assessor de Capacitação, Pesquisa e Gestão do Conhecimento (CPA-GC);
- VI - Assessor de Planejamento, Controle e Qualidade Interna (CPA-QI);
- VII - Assessor em Gestão de Credenciamento (CPA-CR);
- VIII - Subdivisão de Coordenação de Processos de Certificação (CPA-PC);
- IX - Subdivisão de Engenharia de Certificação e Assessoria Técnica (CPA-EC);
- X - Subdivisão de Aeronavegabilidade Continuada (CPA-AC);
- XI - Subdivisão de Apoio (CPA-SP); e
- XII - Subdivisão de Certificação de Sistemas Espaciais (CPA-SE).

Art. 24. A Subdivisão de Coordenação de Processos de Certificação (CPA-PC) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Coordenação de Processos (CPA-PC-CP); e
- III - Seção de Acompanhamento e Controle de Processos (CPA-PC-AC).

Art. 25. A Subdivisão de Engenharia de Certificação e Assessoria Técnica (CPA-EC) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Sistemas Estruturais (CPA-EC-ET);
- III - Seção de Sistemas Mecânicos (CPA-EC-MC);
- IV - Seção de Sistemas Elétricos e Eletrônicos (CPA-EC-EL);
- V - Seção de Sistemas Lógicos e Computacionais (CPA-EC-LC);
- VI - Seção de Sistemas Propulsivos e Combustíveis (CPA-EC-PC);
- VII - Seção de Tecnologia de Voo e Ensaio em Voo (CPA-EC-XV);
- VIII - Seção de Materiais e Processos Especiais (CPA-EC-MP);
- IX - Seção de Sistemas de Missão e Sensores (CPA-EC-SM);
- X - Seção de Safety e Fatores Humanos (CPA-EC-SH);
- XI - Seção de Ensaio Ambientais (CPA-EC-EA);
- XII - Seção de Sistemas Aviónicos e Sistemas Diagnósticos (CPA-EC-AV);
- XIII - Seção de Sistemas de Tripulação, Passageiros e Interiores (CPA-EC-TP);
- XIV - Seção de Publicações e Instruções de Aeronavegabilidade Continuada (CPA-EC-PB);
- XV - Seção de Explosivos, Propelentes e Pirotécnicos (CPA-EC-EX);
- XVI - Seção de Inspeção e Conformidade (CPA-EC-IC);
- XVII - Seção de Simuladores e Treinadores (CPA-EC-ST); e
- XVIII - Seção de Engenharia de Sistemas (CPA-EC-SI).

Art. 26. A Subdivisão de Aeronavegabilidade Continuada (CPA-AC) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Controle de Configuração (CPA-AC-C);
- III - Seção de Dificuldades em Serviço (CPA-AC-D); e
- IV - Seção de Monitoramento (CPA-AC-M).

Art. 27. A Subdivisão de Apoio (CPA-SP) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção Administrativa e Patrimônio (CPA-SP-A); e
- III - Seção de Protocolo e Acervo Técnico (CPA-SP-R).

Art. 28. A Subdivisão de Certificação de Sistemas Espaciais (CPA-SE) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Sistemas Lançadores (CPA-SE-SL);
- III - Seção de Sistemas Cargas Úteis (CPA-SE-SC);
- IV - Seção de Infraestrutura e Centros de Lançamento (CPA-SE-IE); e
- V - Seção de Regulamentação e Planejamento (CPA-SE-RP).

Art. 29. A Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial (CMA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto (CMA-AD);
- III - Assessor de Informações Metrológicas (CMA-I);
- IV - Assessor de Planejamento e Controle (CMA-L);
- V - Assessor Técnico (CMA-T);
- VI - Subdivisão de Capacitação Laboratorial (CMA-CL);
- VII - Subdivisão de Capacitação em Metrologia (CMA-CM);
- VIII - Subdivisão de Laboratórios de Calibração (CMA-LC);
- IX - Subdivisão de Laboratórios de Ensaios (CMA-LE);
- X - Subdivisão de Qualidade Laboratorial (CMA-QL); e
- XI - Subdivisão de Apoio Operacional (CMA-SA).

Art. 30. A Subdivisão de Capacitação Laboratorial (CMA-CL) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Apoio Metrológico (CMA-CL-M);
- III - Seção de Engenharia (CMA-CL-E);
- IV - Seção de Auditoria (CMA-CL-A); e
- V - Seção de Normalização Metrológica (CMA-CL-N).

Art. 31. A Subdivisão de Capacitação em Metrologia (CMA-CM) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Treinamento (CMA-CM-T); e
- III - Seção de Apoio Didático (CMA-CM-D).

Art. 32. A Subdivisão de Laboratórios de Calibração (CMA-LC) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Metrologia Dimensional (CMA-LC-D);
- III - Laboratório de Metrologia Elétrica (CMA-LC-E);
- IV - Laboratório de Metrologia Física (CMA-LC-F); e
- V - Seção de Recebimento e Expedição (CMA-LC-R).

Art. 33. A Subdivisão de Laboratórios de Ensaios (CMA-LE) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe; e
- II - Laboratório de Medições Eletromagnéticas (CMA-LE-M).

Art. 34. A Subdivisão de Qualidade Laboratorial (CMA-QL) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Gestão Laboratorial (CMA-QL-G); e
- III - Seção de Gestão Institucional (CMA-QL-I).

Art. 35. A Subdivisão de Apoio Operacional (CMA-SA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção Administrativa e Patrimônio (CMA-SA-A); e

III - Seção de Aquisição e FMS (CMA-SA-F).

Art. 36. A Divisão de Desenvolvimento Industrial (CDI) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Adjunto (CDI-AD);

III - Assessor Técnico (CDI-T);

IV - Subdivisão de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (CDI-ST);

V - Subdivisão de Análise Empresarial e Mobilização Aeroespacial (CDI-SE); e

VI - Subdivisão de Apoio (CDI-SA).

Art. 37. A Subdivisão de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (CDI-ST) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Análise de Projetos (CDI-ST-P);

III - Seção de Acompanhamento (CDI-ST-A); e

IV - Seção de Controle de Processos (CDI-ST-C).

Art. 38. A Subdivisão de Análise Empresarial e Mobilização Aeroespacial (CDI-SE) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Incentivo Fiscal (CDI-SE-I); e

III - Seção de Análise e Mobilização (CDI-SE-A).

Art. 39. A Subdivisão de Apoio (CDI-SA) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção Administrativa e Patrimônio (CDI-SA-A); e

III - Seção de Recursos Humanos (CDI-SA-H).

Art. 40. A Divisão de Administração (CAD) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Secretaria (CAD-SE);

III - Subdivisão de Infraestrutura (CAD-SI); e

IV - Subdivisão Administrativa (CAD-SA).

Art. 41. A Subdivisão de Infraestrutura (CAD-SI) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Engenharia (CAD-SI-E); e

III - Seção de Manutenção (CAD-SI-M).

Art. 42. A Subdivisão Administrativa (CAD-SA) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Apoio (CAD-SA-A); e

III - Seção de Registro (CAD-SA-R).

Art. 43. O Diretor, o Vice-Diretor e os chefes de divisão podem dispor de um Secretário(a) e de outros Assessores, designados em Boletim Interno, devendo, para o Assessor, ser definido o assunto do assessoramento.

Art. 44. As subdivisões, as seções e os demais setores, em conformidade com suas necessidades operacionais, podem dispor de encarregados e de auxiliares.

CAPÍTULO III COMPETÊNCIA DOS SETORES

Art. 45. À Assessoria de Relações Institucionais (CDR-RI) compete:

- I - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes a intercâmbio acadêmico-científico;
- II - coordenar informações referentes às relações institucionais do IFI;
- III - promover oportunidades de colaboração e cooperação interinstitucional;
- IV - estabelecer e manter coordenação com o órgão de Relações Institucionais do DCTA; e
- V - coordenar as atividades do Escritório de Projetos do IFI.

Art. 46. Ao Escritório de Projetos (CDR-RI-P) compete:

- I - coordenar, elaborar, orientar, implementar e atualizar as diretrizes afetas aos processos e documentos gerenciais de abertura, acompanhamento, paralisação e encerramento dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) desenvolvidos no âmbito do Instituto, de acordo com as normas e instruções vigentes no âmbito do COMAER;
- II - controlar e manter o registro da documentação administrativa de abertura, acompanhamento, paralisação e encerramento dos projetos;
- III - subsidiar o Diretor do Instituto na priorização, abertura e encerramento dos projetos de CT&I;
- IV - propor normas para disciplinar o processo de gerenciamento de projetos de CT&I na Instituição;
- V - orientar os Gerentes de Projeto na definição e elaboração da documentação técnica, em todas as fases de execução do projeto, considerando-se a especificidade de cada projeto;
- VI - manter o controle dos atos formais de designação e dispensa dos Gerentes de Projetos e equipes;
- VII - orientar o Gerente de Projetos da responsabilidade de manter uma contínua Gestão de Riscos do projeto;
- VIII - uniformizar procedimentos de gerenciamento de projetos; e
- IX - assessorar a Direção e os Chefes de Divisão, das Coordenadorias e das Assessorias do IFI em sua área de competência.

Art. 47. À Seção de Coordenação de Convênios (CDR-RI-C) compete:

- I - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes aos Convênios de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- II - propor a designação, por Portaria, do Gestor de Convênios, Gestor Financeiro de Convênios, Presidente e membros das diversas comissões necessárias (Despesas Operacionais e Administrativas, Fiscalização dos convênios, Gerentes de Projetos, Recebimento de Materiais e Serviços), para o acompanhamento e controle dos convênios;
- III - participar da negociação dos convênios, juntamente com o Assessor Jurídico e membros técnicos designados;
- IV - assessorar o chefe da Assessoria de Relações Institucionais em todas as ações junto às fundações de apoio parceiras;
- V - assinar Termos de Referência, Recebimentos de materiais e Serviços, recebimentos parciais e finais de materiais e serviços; e

VI - Coordenar todas as atividades relacionadas ao acompanhamento e controle de convênios de C,T&I assinados pelo IFI.

Art. 48. À Assessoria de Comunicação Social (CDR-CS) compete:

I - assessorar o Diretor quanto à implementação da Política de Comunicação Social da Aeronáutica no âmbito do IFI;

II - coordenar informações referentes às relações institucionais do IFI;

III - promover oportunidades de colaboração e cooperação interinstitucional;

IV - planejar e coordenar as atividades de relacionamento com o público interno e externo ao IFI;

V - atuar como elo sistêmico junto aos órgãos do SISCOMSAE;

VI - coordenar o cerimonial do IFI; e

VII - elaborar o Programa de Trabalho Anual de Comunicação Social do IFI e o Relatório Anual de Atividade (RAA) de Comunicação Social do IFI.

Art. 49. À Seção de Relações Públicas (CDR-CS-R) compete:

I - realizar as atividades de relacionamento com o público interno e externo ao IFI;

II - planejar e coordenar as atividades relacionadas à recepção de comitivas nacionais e estrangeiras em visita oficial;

III - organizar, coordenar e acompanhar a realização de solenidades e eventos internos e externos de interesse do IFI;

IV - planejar e desenvolver atividades de divulgação da imagem institucional do IFI e de informativos junto aos públicos interno e externo; e

V - organizar, atualizar e controlar o arquivo histórico do IFI.

Art. 50. À Seção de Imprensa (CDR-CS-I) compete:

I - desenvolver matérias jornalísticas de interesse do IFI para publicação em mídia especializada;

II - inserir matérias jornalísticas de interesse do Instituto nas páginas do IFI na Intranet, Intraer e Internet, com o apoio da CVD-TI;

III - atender às solicitações da Imprensa de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo IFI e pelo Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER);

IV - obter autorização, coordenar e acompanhar a realização de entrevistas e reportagens no âmbito do IFI; e

V - coordenar e monitorar a veiculação de assuntos de interesse do IFI na mídia.

Art. 51. À Assessoria de Inteligência (CDR-AI), além do previsto nas normas do SINTAER, compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - realizar coleta e análise de dados, para conhecimentos de inteligência, a fim de assessorar a Direção e a Alta Administração do Instituto;

III - coordenar e supervisionar os assuntos referentes ao credenciamento de segurança de pessoas físicas e jurídicas;

IV - promover palestras, de caráter informativo, como forma de disseminar a doutrina de inteligência ao efetivo do Instituto;

V - produzir conhecimentos de inteligência de interesse do IFI, do DCTA, do Comando Aéreo Sudeste (IV COMAR), do CIAER e dos demais elos do SINTAER;

VI - prestar o assessoramento necessário para dotar a OM de medidas de contrainteligência;

VII - elaborar respostas aos pedidos de inteligência; e

VIII - coordenar os processos de solicitação de autorização para visitas estrangeiras de interesse do Instituto.

Art. 52. À Seção de Segurança Orgânica (CDR-AI-O) compete:

- I - assessorar o Diretor nos assuntos relativos à Segurança Orgânica do IFI;
- II - planejar, organizar e coordenar as atividades relacionadas à segurança orgânica do IFI;
- III - designar, quando necessário, comissão para atualização do Plano de Segurança Orgânica (PSO); e
- IV - elaborar e atualizar o Plano de Segurança Orgânica (PSO) do IFI.

Art. 53. À Seção de Comunicações (CDR-AI-M) compete:

- I - transmitir e receber, por meio da Rede de Comunicações de Dados Sigilosos do Comando da Aeronáutica (Rede Mercúrio), os documentos que requeiram medidas de segurança; e
- II - transmitir e receber conhecimentos de inteligência.

Art. 54. À Assessoria Jurídica (AJUR) compete:

- I - assessorar juridicamente a Direção nos assuntos da sua competência;
- II - fazer análise jurídica de minutas de regulamentos, regimentos, acordos, protocolos, memorandos de entendimento, contratos, ajustes, convênios e respectivos termos aditivos, bem como da legislação sistêmica das atividades do Instituto; e
- III - acionar o Órgão Colegiado Superior do IFI (OCSIFI), sob comando do Diretor, sendo responsável por redigir e arquivar as atas.

Art. 55. À Assessoria Técnica (CDR-AT) compete:

- I - assessorar o Diretor sobre assuntos relacionados com a missão do IFI, do ponto de vista técnico;
- II - coordenar trabalhos técnicos que requeiram a integração entre as diversas divisões do IFI;
- III - promover a realização de estudos estratégicos sobre a organização do IFI;
- IV - avaliar trabalhos de cunho técnico expedidos pelo IFI;
- V - coordenar, suportar, acompanhar e orientar as atividades dos gerentes industriais;
- VI - consolidar o planejamento anual das necessidades de apoio aos Gerentes Industriais; e
- VII - representar o Diretor quando solicitado.

Art. 56. À Seção de Gerência Industrial (CDR-AT-G) compete:

- I - representar o IFI em todas as fases dos projetos de desenvolvimento e aquisição de aeronaves de combate, e sistemas relacionados, para os quais for designado Gerente Industrial;
- II - identificar e apontar a necessidade de participação das divisões do IFI, em cada projeto que possua Gerência Industrial;
- III - acompanhar as tratativas e atividades desempenhadas pelas divisões do IFI, em cada projeto que possua Gerência Industrial;
- IV - identificar a necessidade de coordenação entre o IFI e órgãos externos de certificação, para cada projeto que possua Gerência Industrial; e
- V - confeccionar o planejamento anual das necessidades de apoio aos projetos, em coordenação com a Gerência do Projeto na COPAC.

Art. 57. À Seção de Normalização Técnica (CDR-AT-N) compete:

I - apoiar as atividades relativas à elaboração de normas brasileiras direcionadas aos setores de aeronáutica, espaço e defesa;

II - hospedar o secretariado do Comitê Brasileiro ABNT/CB-008 – Aeronáutica e Espaço;

III - coordenar trabalhos de organização e regulamentação do Instituto;

IV - verificar documentos com relação à formalística, redação e observância à legislação vigente;

V - coordenar os procedimentos do Instituto, em fase de aprovação ou revisão, para atendimento à regulamentação do COMAER e do IFI; e

VI - verificar a padronização dos procedimentos adotados pelas divisões, assessorias e coordenadorias do Instituto.

Art. 58. À Assessoria de Controle Interno (ACI) compete:

I - assessorar o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas na tomada de decisões administrativas e orientar os agentes da administração ou agentes públicos no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo;

II - proceder à verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos assuntos administrativos do IFI, observando as instruções específicas do Sistema de Controle Interno da Aeronáutica; e

III - comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes no âmbito do IFI.

Art. 59. À Assessoria em Governança (ASGOV) compete assessorar o Diretor acerca das questões relacionadas com governança, gestão de riscos e integridade, coordenando as ações necessárias de planejamento, execução, monitoramento e controle, disponibilizando mecanismos e instrumentos de forma a apoiá-lo em suas funções de avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão, em apoio em seu processo decisório.

Art. 60. À Seção de Planejamento Institucional e Orçamentário (ASGOV-P) compete:

I - coordenar as atividades de planejamento do IFI com vistas ao cumprimento de sua missão, e dimensionar os recursos orçamentários, de toda a ordem, necessários para sua consecução;

II - coordenar o planejamento dos serviços e das atividades a serem realizadas pelo Instituto;

III - integrar os diferentes aspectos do planejamento e gestão do Instituto, tais como planejamento estratégico, físico, financeiro, de RH, de capacitação, de missões, de eventos, de obras, estruturas de prestação de serviços e outros que se façam necessários;

IV - acompanhar os fatores de planejamento externos ao Instituto, tais como PPA, LDO, PLOA e LOA, inteirar-se das documentações emitidas por órgãos superiores, como o DCTA, EMAER e Agência Espacial Brasileira do Ministério da Ciência e Tecnologia, ou outros, alinhando-se aos seus propósitos, suas diretrizes e objetivos propostos, e elaborando planos de trabalho e propostas orçamentárias que incluem definições de metas físico-financeiras;

V - consolidam dados para elaboração do Programa de Trabalho Anual (PTA) do IFI;

VI - elaborar relatórios de acompanhamento periódico e fornecer dados para os órgãos superiores;

VII - prover a Direção do Instituto de informações consolidadas para apoio à tomada de decisão; e

VIII - atuar como Elo de Planejamento do Instituto e Agente Auxiliar, junto aos demais setores de planejamento, de acordo com a sistemática de planejamento vigente no COMAER.

Art. 61. À Seção de Gerenciamento de Processos (ASGOV-G) compete:

I - mapear, modelar e verificar os processos organizacionais, com o objetivo de torná-los mais eficientes e eficazes, atendendo aos requisitos do Sistema de Gestão Qualidade do IFI e do Escritório de Processos do DCTA;

II - assessorar o Diretor nos assuntos relacionados à qualidade interna, certificação e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do IFI;

III - acompanhar as atividades desenvolvidas pelas divisões, assessorias e coordenadorias;

IV - planejar, normatizar, coordenar, difundir e supervisionar as atividades de mapeamento, implantação e melhoria de processos no IFI;

V - padronizar métodos, modelos e ferramentas de gestão por processos no IFI;

e

VI - manter atualizado o repositório de processos do IFI.

Art. 62. À Seção de Gerenciamento de Risco e Integridade (ASGOV-R) compete:

I - acompanhar as ações relativas às identificações, análises, avaliações, planejamento e monitoramento dos riscos de cada divisão do IFI;

II - planejar e coordenar o processo de gestão de risco do IFI; e

III - gerenciar os riscos de violação da integridade da organização, tendo como foco principal estruturar, reforçar, manter a cultura de integridade institucional, bem como prevenir e combater potenciais atos não condizentes com a ética militar.

Art. 63. À Seção de Monitoramento e Qualidade Interna (ASGOV-M) compete:

I - gerenciar os indicadores ligados às atividades finalísticas e atividades de gestão;

II - coordenar as atividades da qualidade junto às divisões, assessorias e coordenadorias do IFI;

III - acompanhar as atividades alusivas a projetos;

IV - coletar, analisar, manter e divulgar os indicadores da qualidade fornecidos pelos setores do Instituto;

V - assessorar o Diretor do IFI na definição, ou refinamento de indicadores, e no estabelecimento de metas de desempenho dos processos;

VI - disponibilizar dados sobre o desempenho institucional, por meio dos sistemas adotados pelo COMAER; e

VII - fornecer dados para indicadores solicitados por órgãos superiores.

Art. 64. Ao Órgão Colegiado Superior (OCSIFI) do IFI compete:

I - deliberar sobre a conveniência e oportunidade do credenciamento ou recredenciamento de fundações de apoio;

II - definir as normas e os limites pertinentes à participação de seus servidores e militares nas atividades realizadas pelas fundações de apoio, sem prejuízo de suas atribuições funcionais;

III - autorizar a participação de seus servidores e militares nas atividades realizadas pelas fundações de apoio, sem prejuízo de suas atribuições funcionais;

IV - definir quais programas, projetos, atividades e operações especiais serão apoiados pelas fundações de apoio;

V - aprovar as ações relacionadas ao planejamento para os assuntos estratégicos do IFI;

VI - aprovar ações relacionadas ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação do IFI (PDTI);

VII - definir os destaques profissionais do IFI, bem como a lista de indicados a membros honorários;

VIII - definir as indicações do IFI para recebimento de medalhas; e

IX - aprovar a análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT) do IFI.

Art. 65. À Vice-Direção (CVD) compete coordenar as atividades de protocolo e arquivo, de recursos humanos, de gestão do conhecimento, de tecnologia da informação, de gestão da inovação tecnológica, de segurança do trabalho, de proteção radiológica e da comissão interna de prevenção de acidentes do trabalho, de instrução de tiro militar e de educação física, bem como coordenar e supervisionar as atividades de planejamento e execução dos assuntos relativos às divisões do Instituto.

Art. 66. À Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA/IFI) compete desenvolver ações que tenham como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde dos servidores.

Art. 67. À Coordenadoria de Segurança do Trabalho (CVD-ST) compete:

I - assessorar o Vice-Diretor nos assuntos de sua competência;

II - propor ações destinadas à proteção da saúde e integridade física dos integrantes do Instituto, de modo a reduzir, até eliminar, os riscos porventura existentes no ambiente de trabalho;

III - recomendar a utilização de equipamentos de proteção coletiva e individual, sinalização de segurança e de proteção contra incêndio e emergência, de acordo com o que determina a legislação oficial vigente; e

IV - elaborar laudos técnicos periciais das condições ambientais dos locais de trabalho, para a caracterização de atividades especiais, e operações insalubres ou perigosas.

Art. 68. À Coordenadoria de Proteção Radiológica (CVD-PR) compete:

I - coordenar todas as atividades de prevenção, controle, fiscalização e normalização, concernentes à segurança de todas as atividades desenvolvidas no IFI, que envolvam materiais radiativos ou equipamentos capazes de emitir radiação ionizante; e

II - elaborar laudos técnicos e planos de proteção radiológica, na sua área de competência.

Art. 69. À Coordenadoria de Recursos Humanos (CVD-RH) compete administrar, planejar, capacitar e valorizar as ações e processos relacionados aos servidores civis e militares no âmbito do IFI.

Art. 70. À Seção de Administração de Pessoal Civil (CVD-RH-C) compete coordenar e executar as atividades e processos relacionados aos direitos e deveres dos servidores, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 71. À Seção de Administração de Pessoal Militar (CVD-RH-M) compete coordenar e executar as atividades e os processos relacionados aos direitos e deveres dos militares, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 72. À Seção de Planejamento e Capacitação (CVD-RH-P) compete planejar e executar a capacitação e movimentação de servidores civis e militares, além de coordenar as avaliações de desempenho.

Art. 73. À Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CVD-TI) compete:

I - assessorar a Direção e a Vice-Direção do IFI nos assuntos relativos à área de Tecnologia da Informação;

II - manter a operacionalidade dos recursos computacionais;

III - planejar, organizar, controlar, orientar e executar as atividades e recursos de Tecnologia da Informação;

IV - supervisionar o cumprimento das diretrizes e planos relativos à tecnologia da informação, estabelecidos pelo DCTA, pela DTI e pelo COMAER;

V - propor a aquisição, desativação e distribuição de recursos de tecnologia da informação;

VI - propor normas e procedimentos para utilização dos recursos computacionais do Instituto;

VII - estabelecer diretrizes e padrões técnicos na área de tecnologia da informação; e

VIII - prestar assessoria e executar as orientações da Assessoria de Inteligência (CDR-AI), no que diz respeito à segurança da informação digital.

Art. 74. À Seção Administrativa (CVD-TI-A) compete:

I - prestar apoio administrativo às necessidades da Coordenadoria;

II - realizar o planejamento das necessidades de materiais e serviços de TI;

III - elaborar as solicitações para aquisição de materiais e serviços de TI e acompanhar os respectivos processos de aquisição e recebimento;

IV - atuar como elo administrativo do IFI para os processos de compras centralizadas de TI junto ao Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ);

V - apoiar o Coordenador de TI na realização do planejamento e solicitações para capacitação de profissionais para a CVD-TI, além da logística para sua execução; e

VI - elaborar, revisar, analisar e controlar a documentação administrativa da Coordenadoria.

Art. 75. À Seção de Sistemas de Informação (CVD-TI-S) compete:

I - avaliar, desenvolver, implantar e manter sistemas de informações administrativas e gerenciais para o Instituto;

II - avaliar, planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação por empresa contratada; e

III - coordenar, desenvolver e administrar as páginas eletrônicas corporativas a cargo do IFI, excetuando a publicação de seus conteúdos, que devam estar a cargo de outros setores.

Art. 76. À Seção de Manutenção e Suporte (CVD-TI-M) compete:

I - especificar padrões de *software* e equipamentos de TI;

II - prover, sempre que possível, a manutenção lógica e física dos equipamentos de TI do IFI;

III - prestar suporte especializado aos usuários de TI do IFI;

IV - planejar, coordenar e controlar a distribuição e instalação dos ativos e suprimentos de TI; e

V - atuar como elo da Divisão de Administração do IFI (CAD), no que se refere ao controle patrimonial dos ativos de TI do IFI.

Art. 77. À Seção de Redes (CVD-TI-R) compete:

I - gerenciar, especificar e manter os recursos da rede de comunicação de dados do Instituto, bem como sua conexão lógica com as redes externas;

II - especificar, fiscalizar e gerenciar a utilização da rede de comunicação de dados;

III - prover a instalação, manutenção e administração dos serviços de rede oferecidos pelos servidores corporativos, conforme as necessidades institucionais e definições da Direção do IFI ou do Comitê Gestor de TI (CGTI);

IV - diagnosticar falhas de hardware, software e rede, que possam vir a gerar um incidente de segurança;

V - prover suporte especializado à rede de comunicação de dados do IFI; e

VI - prover suporte especializado ao usuário da rede de comunicação de dados do IFI, mediante prévio atendimento realizado pela Seção de Manutenção e Suporte (CVD-TI-M).

Art. 78. À Seção de Segurança Digital (CVD-TI-SD) compete:

I - apoiar e assessorar a Direção do IFI e a CVD-TI nas questões relacionadas à segurança digital;

II - propor e adotar medidas de segurança física e lógica, relacionadas à tecnologia da informação, visando salvaguardar informações, instalações e recursos computacionais;

III - realizar levantamentos de segurança programados nos ativos de TI do IFI, com a devida autorização do Diretor do IFI ou Comitê Gestor de TI (CGTI), a fim de encontrar vulnerabilidades e falhas, e propor correções juntos às seções da TI responsáveis pelos ativos;

IV - apoiar a elaboração e cumprimento de políticas e normas de segurança da rede e dos recursos computacionais;

V - verificar as ações de segurança adotadas pelas outras seções da Coordenadoria de TI (CVD-TI) do IFI;

VI - elaborar campanhas visando à conscientização do público do IFI para a segurança digital;

VII - auditar o uso de *hardware* e *software*, mediante solicitação formal da Direção do IFI ou do Comitê Gestor de TI (CGTI);

VIII - atuar como Agente de Segurança da Informação na Equipe de TI do IFI, implementando as estratégias de segurança da informação contidas nas legislações em vigor, em coordenação com a Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores (ERISC) do DCTA;

IX - aplicar os tratamentos necessários aos incidentes ocorridos no IFI, de acordo com o processo de Coordenação de Resposta a Incidente conduzida pela ERISC;

X - criar metodologia e executar análise e avaliação periódica de riscos, a fim de identificar os ativos e sistemas críticos além de identificar os níveis de risco e propor controles para redução e/ou mitigação dos mesmos; e

XI - criar e assegurar a execução do Plano de Continuidade de Negócios para os ativos críticos do IFI.

Art. 79. À Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (CVD-GC) compete:

I - assessorar a Vice-Direção do IFI nos assuntos relativos à gestão do conhecimento; e

II - planejar, organizar, controlar e orientar a execução de atividades em sua área de atuação.

Art. 80. À Seção de Informação em Ciência e Tecnologia (CVD-GC-I) compete:

- I - coordenar e executar as atividades referentes à direção da Biblioteca do IFI;
- II - interagir com os setores similares das demais OM do DCTA;
- III - divulgar ao público interno do IFI informação de caráter técnico-científico e cultural, normas, regulamentos e outros documentos oficiais da Aeronáutica emitidos pelo DCTA;
- IV - coordenar a aquisição de materiais bibliográficos de caráter técnico-científico;
- V - coordenar atividades de incentivo, coleta, registro, manutenção e disseminação de lições aprendidas;
- VI - apoiar a estruturação de registros de lições aprendidas; e
- VII - manter atualizadas as NPA e Instruções de trabalho da seção.

Art. 81. À Seção de Ensino (CVD-GC-E) compete:

- I - coordenar o processo de cursos planejados e oferecidos pelo Instituto;
- II - coordenar a adequação da infraestrutura do Instituto para os cursos;
- III - coordenar todos os insumos materiais, logísticos e demais recursos necessários ao bom desempenho dos cursos planejados;
- IV - manter atualizadas as NPA e Instruções de trabalho da seção;
- V - coordenar as impressões, encadernamentos e plastificações das apostilas da GC; e
- VI - coordenar com as outras gráficas do DCTA o necessário apoio ao bom andamento dos trabalhos no IFI, caso necessário.

Art. 82. À Seção de Planejamento da Gestão do Conhecimento (CVD-GC-P) compete:

- I - planejar, organizar, controlar e orientar a execução das atividades voltadas à Gestão do Conhecimento no IFI;
- II - propor ações e normas para a melhoria constante da Gestão do Conhecimento no âmbito do IFI;
- III - apoiar a CVD-RH-P nas ações de desenvolvimento das competências de servidores e militares do IFI; e
- IV - atender às demandas oriundas do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER), trazidas por meio da Coordenadoria de Gestão da Inovação Tecnológica (CVD-IT), nos assuntos afetos à Gestão do Conhecimento.

Art. 83. À Coordenadoria de Protocolo e Arquivo (CVD-PA) compete:

- I - planejar, coordenar e controlar as atividades relativas ao Protocolo e Arquivo Geral do IFI;
- II - assessorar a Vice-Direção (CVD) na aplicação das legislações federais e do COMAER, para área arquivística, no IFI; e
- III - coordenar e orientar os elos da Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos (SPADAER).

Art. 84. À Seção de Protocolo (CVD-PA-P) compete:

- I - observar e cumprir os procedimentos estabelecidos para correspondências e atos oficiais do Comando da Aeronáutica (COMAER) e demais legislações pertinentes;
- II - realizar o recebimento, a protocolização e o encaminhamento dos documentos destinados ao IFI, assim como realizar o envio e a expedição de documentos expedidos pela OM;

III - autenticar documentos produzidos e assinados digitalmente; e
IV - assessorar os demais setores quanto ao devido tratamento, uso e elaboração de documentos da OM.

Art. 85. À Seção de Arquivo Geral (CVD-PA-A) compete:

I - realizar procedimentos técnicos referentes à guarda e conservação dos documentos;

II - controlar o acesso e empréstimo dos documentos sob a guarda do Arquivo Geral do IFI, observando as normas e legislação pertinentes ao trato da documentação sigilosa;

III - prestar assessoria técnica aos setores responsáveis pelos arquivos correntes, na solução de problemas relacionados à classificação de documentos e organização do arquivo;

IV - planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as ações que envolvem recebimento, classificação, avaliação, tramitação, arquivamento e destinação final dos documentos tramitados no IFI, observando a legislação vigente;

V - coordenar as ações da SPADAER, principalmente quanto à eliminação de documentos;

VI - treinar os setores do IFI, quanto à classificação e avaliação de documentos de arquivo;

VII - receber os documentos dos demais setores, para guarda em fase intermediária, por meio da Relação de Transferência de Documentos;

VIII - elaborar ferramentas arquivísticas para localização do acervo e gerenciamento da documentação sob a guarda da Seção de Arquivo Geral; e

IX - adotar medidas preventivas de preservação e conservação de documentos.

Art. 86. À Coordenadoria de Gestão da Inovação Tecnológica (CVD-IT) compete:

I - atuar como Célula de Gestão da Inovação do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER), no âmbito do IFI, coordenando a execução dos processos, atividades e atribuições relacionadas à Gestão da Inovação Tecnológica;

II - assessorar a Direção e a Vice-Direção do IFI nos assuntos referentes à Gestão da Inovação;

III - responder pela divulgação da inovação e promoção da cultura da inovação, no âmbito do IFI; e

IV - assessorar a Direção e a Vice-Direção do IFI nos assuntos relacionados às ações para o fortalecimento das atividades de pesquisa científica, desenvolvimento e inovação realizadas pelo Instituto, em coordenação com as divisões do IFI.

Art. 87. À Coordenadoria de Instrução de Tiro Militar (CVD-TM) compete:

I - coordenar e planejar o programa de instrução de tiro com armamento terrestre para o efetivo;

II - elaborar a previsão de consumo de material bélico; e

III - elaborar o relatório anual de instrução de tiro.

Art. 88. À Coordenadoria de Educação Física (CVD-EF) compete:

I - planejar, executar e controlar as atividades de educação física dos militares, em especial o Treinamento Físico-Profissional Militar (TFPM) e o Teste e Avaliação de Condicionamento Físico (TACF); e

II - cumprir as normas e procedimentos emanados pela Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), quanto ao condicionamento físico dos militares do IFI e à aplicação do TACF.

Art. 89. À Coordenadoria de Execução Orçamentária (CVD-EO) compete:

I - assessorar o Vice-Diretor quanto a posição dos créditos orçamentários disponíveis, bem como as opções para a correta utilização dos mesmos;

II - executar e controlar os recursos financeiros do IFI, inclusive aqueles objetos de eventuais convênios e de receitas geradas;

III - coordenar todo o processo de compras de materiais e serviços do IFI;

IV - servir de elo do Instituto junto ao DCTA, GAP e demais órgãos externos ao IFI, nos assuntos pertinentes ao seu escopo; e

V - coordenar, junto aos elos das divisões técnicas do IFI, a divulgação de instruções e eventuais novos procedimentos a serem adotados no âmbito do Instituto.

Art. 90. À Seção de Controle Orçamentário, Aquisição de Materiais e Serviços (CVD-EO-C) compete:

I - acompanhar e controlar a execução orçamentária dos recursos alocados por ações, em conformidade com o Plano de Trabalho, e manter o Ordenador de Despesas informado quanto à evolução dos objetos licitados e registrados nas contas contábeis;

II - analisar os pedidos de aquisição de materiais e serviços (PAM/S) e Solicitações de Importação de Materiais (SIM) encaminhados pelas divisões/coordenadorias do IFI, e tratar das dificuldades encontradas nos processos que, eventualmente, retornem do GAP-SJ/DCTA com ressalvas;

III - acompanhar os Pedidos de Aquisição de Materiais e Serviços (PAM/S) e as Solicitações de Importação de Materiais (SIM) em andamento junto ao GAP-SJ/DCTA;

IV - encaminhar notas de empenho aos fornecedores e solicitantes; e

V - encaminhar notas fiscais ao GAP-SJ, pelo sistema SILOMS.

Art. 91. À Seção de Orçamentos, Cobrança e Contabilidade (CVD-EO-O) compete:

I - controlar e contabilizar o saldo de diárias e passagens do IFI;

II - elaborar os orçamentos de missões nacionais, preenchendo as Solicitações de Orçamento (SO) enviadas pelas Divisões;

III - atuar como elo do IFI referente às atividades de comissionamentos junto ao DCTA;

IV - efetuar as cobranças de serviços prestados pelas divisões técnicas do IFI, atuando em conjunto com organizações que prestam este tipo de serviço ao Instituto, via convênio;

V - emitir guias, mapas e relatórios dos assuntos de seu escopo, a pedido do ACI do IFI ou do GAP; e

VI - atuar como elo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, orientando os elos das divisões quanto às eventuais novas instruções ou procedimentos.

Art. 92. À Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão (CSG) compete, nos campos aeronáutico, espacial e de defesa, certificar sistemas de gestão da qualidade, de acordo com requisitos e diretrizes estabelecidos por órgãos competentes; prestar serviços de garantia governamental da qualidade, de certificação de aeronavegabilidade inicial, capacitar pessoal, prestar serviços na área de ensaios não destrutivos, bem como realizar e coordenar pesquisas no seu campo de atuação.

Art. 93. À Subdivisão de Certificação (CSG-SC) compete gerenciar e supervisionar as atividades realizadas pelas seções da CSG-SC, abrangendo a certificação de sistemas de gestão da qualidade, auditorias da qualidade no credenciamento de pessoas jurídicas em OPC e aplicação de cursos da qualidade.

Parágrafo único. A Gerência do Organismo de Certificação de Sistemas, acreditado pelo INMETRO, está vinculada à Subdivisão de Certificação (CSG-SC).

Art. 94. À Seção de Certificação Aeronáutica (CSG-SC-A) compete:

I - realizar auditorias de certificação, supervisão e reavaliação de sistemas de gestão da qualidade em organizações públicas e privadas, consoante os requisitos e escopo previstos pelo organismo acreditado de certificação;

II - realizar os planos das auditorias programadas;

III - fornecer todas as informações e documentos requeridos pela CSG-SA, para composição dos processos de auditorias; e

IV - redigir novos documentos ou revisar os textos já existentes, cujos conteúdos sejam relacionados ao organismo acreditado de certificação, e ministrar cursos de qualidade.

Art. 95. À Seção de Certificação Organização Fornecedora (CSG-SC-F) compete:

I - realizar auditorias de certificação, supervisão e reavaliação de sistemas de gestão da qualidade, em organizações públicas e privadas, consoante os requisitos e escopo previstos pela autoridade governamental de certificação de sistemas de gestão da qualidade;

II - realizar os planos das auditorias programadas;

III - fornecer todas as informações e documentos requeridos pela CSG-SA, para formação dos processos de auditorias;

IV - redigir novos documentos ou revisar os textos já existentes, cujos conteúdos sejam relacionados à autoridade governamental de certificação de sistemas de gestão da qualidade;

V - realizar auditorias especiais em fornecedores e subfornecedores do COMAER;

VI - apoiar a verificação governamental da qualidade na emissão de pareceres técnicos relativos às não conformidades encontradas nos fornecedores do COMAER; e

VII - apoiar a realização dos cursos relativos à qualidade.

Art. 96. À Seção de Certificação Espacial (CSG-SC-E) compete:

I - realizar auditorias de certificação, supervisão e reavaliação de sistemas de gestão da qualidade, em organizações públicas e privadas, consoante os requisitos previstos pela autoridade governamental de certificação de sistemas de gestão da qualidade para o escopo espacial, em atendimento aos programas espaciais de interesse da Agência Espacial Brasileira;

II - realizar os planos das auditorias programadas;

III - fornecer todas as informações e documentos requeridos pela CSG-SA, para composição dos processos de auditorias; e

IV - redigir novos documentos ou revisar os textos já existentes, cujos conteúdos sejam relacionados à autoridade governamental de certificação de sistemas de gestão da qualidade para o escopo espacial.

Art. 97. À Seção de Documentação da Qualidade (CSG-SC-D) compete emitir, distribuir e controlar a documentação relacionada à CSG-SC.

Art. 98. À Seção de Coordenação de Processos de Auditoria (CSG-SC-P) compete elaborar e encaminhar aos interessados todas as documentações de caráter administrativo, relativo aos processos de auditoria em sistemas de gestão da qualidade, sendo responsável pelo recebimento e arquivamento dos documentos dos processos de auditoria.

Art. 99. À Subdivisão de Verificação Governamental da Qualidade (CSG-SQ) compete:

I - gerenciar e supervisionar as atividades realizadas pelas seções da CSG-SQ, abrangendo a garantia governamental da qualidade, por intermédio da verificação governamental da qualidade;

II - a emissão de certificado de aeronavegabilidade inicial para as aeronaves de interesse do COMAER; e

III - a aplicação de cursos na área da garantia governamental da qualidade e de certificação de aeronavegabilidade inicial.

Art. 100. À Seção de Documentação (CSG-SQ-D) compete emitir, distribuir, arquivar e controlar a documentação relacionada à CSG-SQ.

Art. 101. À Seção de Verificação da Qualidade (CSG-SQ-V) compete:

I - verificar a conformidade da realização dos produtos adquiridos de fornecedores do COMAER, segundo requisitos contratuais;

II - ou por outros órgãos, conforme acordos de entendimento; e

III - apoiar a realização dos cursos de garantia governamental da qualidade.

Art. 102. À Seção de Coordenação de Processos (CSG-SQ-P) compete:

I - coordenar as atividades de verificação da qualidade;

II - analisar e emitir pareceres relativos a documentos afetos à qualidade, conforme demanda da chefia da CSG-SQ, ou por exigência contratual; e

III - ministrar cursos na área da garantia governamental da qualidade.

Art. 103. À Seção de Certificação de Aeronavegabilidade Inicial (CSG-SQ-A) compete:

I - executar as atividades necessárias para emissão do Certificado de Aeronavegabilidade Inicial (CAI) às aeronaves de interesse do COMAER; e

II - ministrar o curso de certificação de aeronavegabilidade inicial.

Art. 104. À Subdivisão de Ensaaios Laboratoriais (CSG -SE) compete gerenciar e supervisionar as atividades realizadas pelas seções da CSG-SE, abrangendo os serviços de ensaios não destrutivos e a aplicação de cursos na área de ensaios não destrutivos.

Art. 105. À Seção de Qualificação de Pessoal em Ensaaios Não Destrutivos (CSG-SE-Q) compete qualificar e requalificar pessoal em ensaios não destrutivos.

Art. 106. À Seção de Ensaaios Não Destrutivos (CSG-SE-E) compete:

I - realizar ensaios não destrutivos;

II - desenvolver novos procedimentos para a realização de ensaios não destrutivos; e

III - caso solicitado, orientar a aplicação de ensaios não destrutivos nas organizações internas e externas ao Comando da Aeronáutica.

Art. 107. À Subdivisão de Apoio (CSG-SA) compete gerenciar e coordenar as atividades de apoio relativas à infraestrutura, recursos humanos, patrimonial e administrativa da Divisão, além de assessorar a chefia da Divisão nos assuntos administrativos.

Art. 108. À Seção Administrativa e Patrimônio (CSG-SA-A) compete:

I - emitir os pedidos de aquisições de materiais e serviços associados aos planejamentos;

II - coletar dados relativos à realização dos serviços prestados pela Divisão;

III - controlar o Bem Móvel Patrimonial; e

IV - coordenar a manutenção da infraestrutura da Divisão.

Art. 109. À Seção de Recursos Humanos (CSG-SA-H) compete assessorar a chefia nos assuntos da área de gestão de pessoal, bem como atuar como elo de pessoal perante a CVD-RH.

Art. 110. À Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial (CPA) compete:

I - nos campos aeronáutico, espacial e de defesa, certificar projetos, gerenciar as dificuldades em serviço de materiais e sistemas certificados pelo DCTA;

II - coordenar os processos de credenciamento de Organização de Projeto Credenciada (OPC); e

III - prover assessoria técnica, quando cabível, além de realizar e coordenar pesquisas na sua área de atuação.

Art. 111. À Subdivisão Coordenação de Processos de Certificação (CPA-PC) compete coordenar e monitorar os processos de certificação, validação e assessoria técnica dos produtos sob sua responsabilidade.

Art. 112. À Seção de Coordenação de Processos (CPA-PC-CP) compete:

I - conduzir os processos de certificação e validação de produtos aeronáuticos, espaciais e de defesa;

II - conduzir processos de aeronavegabilidade inicial especial de produtos aeronáuticos;

III - conduzir os processos de assessoria técnica relativos aos produtos de sua competência; e

IV - propor revisões nas normas internas do IFI que versem sobre processos de certificação de produtos de sua competência.

Art. 113. À Seção de Acompanhamento e Controle de Processos (CPA-PC-AC) compete registrar nas ferramentas de gestão de projetos do IFI os processos de certificação, suas etapas e marcos, bem como suas alterações, conforme informações a serem geradas pela CPA-PC-CP. Ainda, compete à seção avaliar possíveis conflitos entre projetos no tocante à disponibilidade de recursos humanos do IFI e prazos para execução das tarefas.

Art. 114. À Subdivisão de Engenharia de Certificação e Assessoria Técnica (CPA-EC) compete:

I - planejar e coordenar as atividades técnicas e administrativas das seções sob sua responsabilidade;

II - manter a capacidade técnica do seu efetivo;

III - revisar e aprovar documentos técnicos aplicáveis;

IV - bem como prestar assessoria ao Chefe da CPA e aos Chefes de Subdivisões em assuntos técnicos necessários para o estabelecimento de critérios e requisitos que compõem os processos de certificação de produto aeronáutico, espacial ou de defesa; e

V - quando necessário, de modo a garantir que estejam em conformidade com a base de certificação estabelecida.

Art. 115. À Seção de Sistemas Estruturais (CPA-EC-ET) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estão em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos aos sistemas estruturais.

Art. 116. À Seção de Sistemas Mecânicos (CPA-EC-MC) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estão em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos a sistemas mecânicos, incluindo sistemas hidráulicos, pneumáticos e de condicionamento de ambientes.

Art. 117. À Seção de Sistemas Elétricos e Eletrônicos (CPA-EC-EL) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estão em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos a sistemas elétricos e eletrônicos.

Art. 118. À Seção de Sistemas Logiciais e Computacionais (CPA-EC-LC) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estão em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos a software, sistemas computacionais e barramentos de dados.

Art. 119. À Seção de Sistemas Propulsivos e Combustíveis (CPA-EC-PC) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos ou suas alterações estão em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos a sistemas propulsivos isolados e sua integração em plataformas, bem como requisitos relativos ao sistema de alimentação de combustível e drenagem e a ruídos e emissões de gases de exaustão.

Art. 120. À Seção de Tecnologia de Voo e Ensaio em Voo (CPA-EC-XV) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estão em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos ao desempenho, qualidades de voo, integração de cargas externas, pontaria, limitações operacionais e publicações técnicas correspondentes, quando o meio de cumprimento for ensaios em voo; bem como suportar as atividades das demais seções da CPA que demandem profissionais com qualificação em ensaios em voo.

Art. 121. À Seção de Materiais e Processos Especiais (CPA-EC-MP) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos a propriedades dos materiais e processos especiais, corrosão, inspeções não-destrutivas e fluídos aeronáuticos.

Art. 122. À Seção de Sistemas de Missão e Sensores (CPA-EC-SM) compete:

I - executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos a sensores, guerra eletrônica, contramedidas e autodefesa, bem como quanto ao desempenho desses sistemas integrados nas plataformas; e

II - ainda, executar as atividades necessárias ao reconhecimento da conformidade com os requisitos da base de certificação relativos à capacidade de navegação autônoma de VANT e mísseis, e à letalidade e aos efeitos terminais de armamentos.

Art. 123. À Seção de *Safety* e Fatores Humanos (CPA-EC-SH) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos aos requisitos de segurança (*safety*) e fatores humanos.

Art. 124. À Seção de Ensaaios Ambientais (CPA-EC-EA) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos aos aspectos ambientais previstos para o produto, ao longo de sua vida em serviço.

Art. 125. À Seção de Sistemas Aviônicos e Sistemas Diagnósticos (CPA-EC-AV) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, de sistemas aviônicos e de monitoramento da plataforma estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação.

Art. 126. À Seção de Sistemas de Tripulação, Passageiros e Interiores (CPA-EC-TP) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, e/ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação relativos aos sistemas de tripulação, passageiros, interiores e entretenimento.

Art. 127. À Seção de Publicações e Instruções de Aeronavegabilidade Continuada (CPA-EC-PB) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que a documentação operacional e de manutenção dos projetos, ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação.

Art. 128. À Seção de Explosivos, Propelentes e Pirotécnicos (CPA-EC-EX) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, de explosivos, pirotécnicos e propelentes estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação.

Art. 129. À Seção de Inspeção e Conformidade (CPA-EC-IC) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os protótipos estão em conformidade com os seus respectivos projetos, bem como verificar a conformidade dos requisitos da base de certificação, cujo meio de comprovação seja inspeção.

Art. 130. À Seção de Simuladores e Treinadores (CPA-EC-ST) compete executar as atividades necessárias à avaliação da conformidade dos simuladores e treinadores, em relação aos seus respectivos projetos, bem como verificar a representatividade dos mesmos em relação às plataformas e eventuais sistemas de missão aplicáveis.

Art. 131. À Seção de Engenharia de Sistemas (CPA-EC-SI) compete executar as atividades necessárias ao reconhecimento de que os projetos, ou suas alterações, estejam em conformidade com os requisitos da base de certificação, relativos à integração de diversos subsistemas, e de diferentes tecnologias, que compõem um projeto.

Art. 132. À Subdivisão de Aeronavegabilidade Continuada (CPA-AC) compete assessorar tecnicamente a organização de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, parques de manutenção e gerências técnicas e de programas, na solução e prevenção das dificuldades em serviço, durante o ciclo de vida de um produto aeronáutico; bem como monitorar os reportes de falhas recorrentes e a implementação certificada, quando aplicável, visando à manutenção da segurança e cumprimento da missão desses produtos.

Art. 133. À Seção de Controle de Configuração (CPA-AC-C) compete, observando o disposto no plano de gerenciamento de configuração e segurança de sistemas dos produtos aeronáuticos, controlar a configuração de produto aeronáutico, cujo projeto tenha sido certificado pela CPA, aprovando ou rejeitando as propostas de modificações ao projeto certificado, que tenham impacto na segurança e no cumprimento da missão do produto, quando

aplicável.

Art. 134. À Seção de Dificuldades em Serviço (CPA-AC-D) compete coordenar e planejar as atividades dos processos abertos do IFI, para suporte às Dificuldades em Serviço; bem como avaliar o risco de operação quando requerido.

Art. 135. À Seção de Monitoramento (CPA-AC-M) compete:

I - receber e controlar os reportes de dificuldades em serviço na operação de produtos aeronáuticos, registrando os dados em banco de dados próprio e avaliando a recorrência das falhas e provendo suporte à CPA-AC-D; e

II - bem como atender às Reuniões de Operadores (ROP) das aeronaves em operação no COMAER.

Art. 136. À Subdivisão de Apoio (CPA-SP) compete gerenciar as atividades administrativas da Divisão.

Art. 137. À Seção Administrativa e Patrimônio (CPA-SP-A) compete apoiar a Divisão nos assuntos administrativos relacionados com recursos humanos, recebimento e distribuição de documentos e controle de materiais.

Art. 138. À Seção de Protocolo e Acervo Técnico (CPA-SP-R) compete apoiar a Divisão no controle da documentação técnica e administrativa, quanto ao registro, armazenamento e arquivamento adequado dos documentos.

Art. 139. À Subdivisão de Certificação de Sistemas Espaciais (CPA-SE) compete:

I - planejar e executar as atividades técnicas, administrativas e de capacitação, relativas à avaliação da comprovação de que os projetos espaciais, sua infraestrutura de apoio e as operações espaciais estejam em conformidade com as especificações técnicas e cumpram os requisitos correspondentes de segurança; e

II - compete ainda a esta subdivisão propor revisões nas normas e regulamentos aplicáveis a produtos espaciais.

Art. 140. À Seção de Sistemas Lançadores (CPA-SE-SL) compete executar as atividades necessárias à avaliação da conformidade dos projetos de Foguetes de Treinamento, Foguetes de Sondagem, Veículos Suborbitais e Veículos Lançadores.

Art. 141. À Seção de Sistemas Cargas Úteis (CPA-SE-SC) compete executar as atividades necessárias à avaliação da conformidade dos projetos das cargas úteis embarcadas em Foguetes de Treinamento, Foguetes de Sondagem, Veículos Suborbitais ou Veículos Lançadores.

Art. 142. À Seção de Infraestrutura e Centros de Lançamento (CPA-SE-IE) compete executar as atividades necessárias à avaliação da conformidade dos projetos de Centros de Lançamento e de Infraestrutura requeridos para operação de Produtos Espaciais.

Art. 143. À Seção de Regulamentação e Planejamento (CPA-SE-RP) compete:

I - propor revisões nas normas e regulamentos que versem sobre processos de certificação de avaliação da qualificação de produtos espaciais; e

II - além de coordenar o planejamento dos recursos necessários para execução das atividades técnicas e de capacitação da Subdivisão de Certificação de Sistemas Espaciais.

Art. 144. À Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial (CMA) compete:

I - nos campos aeronáutico, espacial e de defesa, organizar, capacitar e auditar os laboratórios de metrologia do COMAER;

II - atuar como laboratório central de calibração;

III - realizar e coordenar pesquisas na sua área de atuação;

IV - bem como executar outras atribuições específicas na área de metrologia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas para o Sistema de Metrologia Aeroespacial (SISMETRA); e

V - A CMA atua também no gerenciamento do SISMETRA, cujo Órgão Central é o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Art. 145. À Subdivisão de Capacitação Laboratorial (CMA-CL) compete:

I - normalizar as atividades metrológicas de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Comando da Aeronáutica;

II - organizar os laboratórios do SISMETRA, bem como acompanhar toda a sistemática de medição, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Comando da Aeronáutica, por meio das atividades de auditorias e visitas de assistência técnica;

III - realizar e coordenar os programas de comparação interlaboratoriais; e

IV - realizar e coordenar pesquisas metrológicas e implantar as técnicas matemáticas apropriadas.

Art. 146. À Seção de Apoio Metrológico (CMA-CL-M) compete:

I - auxiliar na organização dos laboratórios do Sistema;

II - levantar as necessidades operacionais dos laboratórios do SISMETRA;

III - apoiar tecnicamente os laboratórios do Sistema;

IV - tratar de assuntos relacionados às creditações de laboratórios do SISMETRA, excetuando-se os laboratórios do IFI; e

V - prestar consultoria metrológica aos laboratórios do Sistema.

Art. 147. À Seção de Engenharia (CMA-CL-E) compete:

I - coordenar os programas interlaboratoriais (comparação de resultados de medições entre laboratórios);

II - realizar intercâmbio com entidades que exerçam atividades metrológicas;

III - orientar a implantação de procedimentos matemáticos laboratoriais;

IV - realizar e coordenar pesquisas metrológicas, no âmbito do SISMETRA;

V - elaborar projetos com fins metrológicos;

VI - acompanhar, junto à indústria e instituições de pesquisa, o desenvolvimento de instrumentos, equipamentos de medida de precisão e padrões metrológicos;

VII - definir a infraestrutura laboratorial;

VIII - desenvolver técnicas e metodologias metrológicas;

IX - propor a classificação dos laboratórios em regionais ou setoriais;

X - estabelecer diagramas de rastreabilidade para equipamentos de medição de precisão;

XI - manter contatos com as entidades oficiais responsáveis pela coordenação de programas de financiamento; e

XII - analisar as alternativas para a aquisição e/ou remanejamento de instrumentos para os laboratórios do SISMETRA.

Art. 148. À Seção de Auditoria (CMA-CL-A) compete:

I - planejar, coordenar e realizar auditorias nos laboratórios do SISMETRA, com

a finalidade de avaliar, periodicamente, a capacidade operacional de cada laboratório;

II - planejar e coordenar auditorias internas nos laboratórios de metrologia do DCTA, em conjunto com os representantes de cada laboratório;

III - definir critérios para a formação de auditores da qualidade, de acordo com suas áreas de atuação;

IV - convocar auditores, com a qualificação mínima exigida, para realizar auditorias; e

V - controlar a emissão dos relatórios técnicos das auditorias, acompanhar a implementação das ações corretivas e verificar a eficácia destas medidas.

Art. 149. À Seção de Normalização Metrológica (CMA-CL-N) compete:

I - elaborar, propor e implantar normas e procedimentos para as atividades metrológicas;

II - padronizar formulários, relatórios e documentos gerais aplicáveis à metrologia;

III - participar dos grupos normativos na área de metrologia; e

IV - elaborar diretrizes, regulamentos e análises de contratos metrológicos, assim como outros documentos que visem à normalização do SISMETRA.

Art. 150. À Subdivisão de Capacitação em Metrologia (CMA-CM) compete:

I - auxiliar na coordenação do aperfeiçoamento e especialização do potencial humano, na área de metrologia, no âmbito do SISMETRA;

II - assessorar na execução dos cursos de Metrologia, em coordenação com a CVD-GC; e

III - atuar como elo da CVD-RH.

Art. 151. À Seção de Treinamento (CMA-CM-T) compete:

I - estabelecer, planejar e realizar seminários, simpósios, “workshops” e cursos de treinamento, utilizando recursos do IFI, com o fim de capacitar, atualizar e elevar o nível de conhecimento técnico dos recursos humanos do SISMETRA;

II - propor a aquisição de literatura técnica e especializada para a preparação de cursos, seminários e sustentação às pesquisas desenvolvidas na Divisão;

III - propor e coordenar, em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Humanos do Instituto, a realização de missões previstas pelo PLAMENS e PLAMTAX, visando à formação e/ou atualização de recursos humanos;

IV - prestar o apoio logístico necessário para a execução de cursos ministrados pela CMA, em organizações do COMAER ou fora dele;

V - propor convênios com instituições, no país ou no exterior, para o treinamento de pessoas, obedecidas as regulamentações, em coordenação com a Coordenadoria de Recursos Humanos do Instituto; e

VI - propor programas de conscientização metrológica e intercâmbio de informações relativas ao SISMETRA.

Art. 152. À Seção de Apoio Didático (CMA-CM-D) compete:

I - auxiliar, com pessoal e/ou material, na preparação e realização de cursos de metrologia, ministrados no IFI/CMA ou fora dele; e

II - realizar contatos internos e/ou externos para a organização de cursos ou eventos de cunho metrológico no IFI ou fora dele.

Art. 153. À Subdivisão de Laboratórios de Calibração (CMA-LC) compete:

- I - guardar e manter os padrões de referência, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Comando da Aeronáutica; e
- II - disseminar a rastreabilidade metrológica para os demais elos do SISMETRA.

Art. 154. Ao Laboratório de Metrologia Dimensional (CMA-LC-D) compete:

- I - guardar, conservar e utilizar os padrões de grandezas dimensionais de interesse do COMAER, mantendo-os calibrados e rastreados a outros padrões de referência, nacionais ou internacionais;
- II - realizar as calibrações periódicas dos padrões metrológicos dos Laboratórios Regionais de Calibração (LRC);
- III - manter a confiabilidade metrológica;
- IV - executar programas de treinamento, com vistas à qualificação técnica ou aperfeiçoamento do seu pessoal, atualizados e adequados ao desenvolvimento de suas atividades;
- V - controlar as dispersões ou incertezas de cada Unidade Padrão de Referência, sob sua responsabilidade;
- VI - apoiar projetos de entidades governamentais e empresas privadas, mediante a execução de inspeções dimensionais e calibração de instrumentos de medição; e
- VII - apoiar, de acordo com a disponibilidade de pessoal, a execução dos cursos internos ou externos relativos à área de Metrologia Dimensional e da Qualidade, a realização de auditorias do sistema de gestão da qualidade, bem como visitas de assistência técnica (VAT) aos demais laboratórios do Sistema de Metrologia Aeroespacial.

Art. 155. Ao Laboratório de Metrologia Elétrica (CMA-LC-E) compete:

- I - guardar, conservar e utilizar os padrões de grandezas elétricas de interesse do COMAER, mantendo-os calibrados e rastreados a outros padrões de referência, nacionais ou internacionais;
- II - realizar as calibrações periódicas dos padrões metrológicos dos Laboratórios Regionais de Calibração (LRC);
- III - manter a confiabilidade metrológica;
- IV - executar programas de treinamento, com vistas à qualificação técnica ou aperfeiçoamento do seu pessoal, atualizados e adequados ao desenvolvimento de suas atividades;
- V - controlar as dispersões e/ou incertezas de cada Unidade Padrão de Referência, sob sua responsabilidade;
- VI - apoiar projetos de entidades governamentais e empresas privadas, mediante a execução de inspeções e calibração de instrumentos de medição; e
- VII - apoiar, de acordo com a disponibilidade de pessoal, a execução dos cursos internos ou externos relativos à área de Metrologia Elétrica e da Qualidade, a realização de auditorias do sistema de gestão da qualidade, bem como visitas de assistência técnica (VAT) aos demais laboratórios do Sistema de Metrologia Aeroespacial.

Art. 156. Ao Laboratório de Metrologia Física (CMA-LC-F) compete:

- I - guardar, conservar e utilizar os padrões de grandezas físicas de interesse do COMAER, mantendo-os calibrados e rastreados a outros padrões de referência, nacionais ou internacionais;
- II - realizar calibrações periódicas dos padrões metrológicos dos Laboratórios Regionais de Calibração (LRC);
- III - manter a confiabilidade metrológica;
- IV - executar programas de treinamento, com vistas à qualificação técnica ou

aperfeiçoamento do seu pessoal, atualizados e adequados ao desenvolvimento de suas atividades;

V - controlar as dispersões ou incertezas de cada Unidade Padrão de Referência, sob sua responsabilidade;

VI - apoiar projetos de entidades governamentais e empresas privadas, mediante a execução de inspeções e calibração de instrumentos de medição; e

VII - apoiar, de acordo com a disponibilidade de pessoal, a execução dos cursos internos ou externos relativos à área de Metrologia Física e da Qualidade, a realização de auditorias do sistema de gestão da qualidade, bem como visitas de assistência técnica (VAT) aos demais laboratórios do Sistema de Metrologia Aeroespacial.

Art. 157. À Seção de Recebimento e Expedição (CMA-LC-R) compete:

I - executar os procedimentos de recebimento e remessa de material metrológico sob sua responsabilidade;

II - gerenciar as ordens de serviço (OS) para serviços de ensaio ou calibração e envio dos certificados de calibração;

III - confeccionar o levantamento estatístico de toda a carga que transita pela Seção; e

IV - analisar a adequação das linhas de transporte aéreo e terrestre de apoio à Organização e propor medidas que visem à melhoria do atendimento aos usuários do SISMETRA.

Art. 158. À Subdivisão de Laboratórios de Ensaios (CMA-LE) compete realizar ensaios eletromagnéticos de artefatos aeroespaciais de tecnologia industrial e de defesa.

Art. 159. Ao Laboratório de Medições Eletromagnéticas (CMA-LE-M) compete:

I - guardar, conservar e utilizar os padrões de grandezas eletromagnéticas de interesse do COMAER, mantendo-os calibrados, revisados e rastreados a outros padrões de referência, nacionais ou internacionais;

II - realizar ensaios, em câmaras anecóica e reverberante, de caracterização de dispositivos irradiantes, de compatibilidade eletromagnética e de caracterização de materiais;

III - manter a confiabilidade metrológica;

IV - propor programas de treinamento, com vistas à qualificação técnica ou aperfeiçoamento do seu pessoal, atualizados e adequados ao desenvolvimento de suas atividades;

V - controlar as dispersões e/ou incertezas de cada Unidade Padrão de Referência, sob sua responsabilidade;

VI - apoiar projetos de entidades governamentais e empresas privadas, mediante a execução de inspeções, ensaios e calibração de instrumentos de medição; e

VII - apoiar a execução de capacitação e/ou serviços internos ou externos relativos à área de Sistemas Eletromagnéticos.

Art. 160. À Subdivisão de Qualidade Laboratorial (CMA-QL) compete:

I - assessorar o Chefe da Divisão nos assuntos referentes ao Sistema da Qualidade da Divisão;

II - coordenar as atividades da qualidade junto às Subdivisões da CMA;

III - garantir a conformidade dos documentos e registros com a política e objetivos da qualidade no âmbito da Divisão; e

IV - acompanhar os processos de auditorias no âmbito da Divisão.

Art. 161. À Seção de Gestão Laboratorial (CMA-QL-G) compete:

- I - implementar e avaliar o Sistema da Qualidade laboratorial da CMA, visando o cumprimento dos requisitos da norma ABNT ISO/IEC 17025 em vigor;
- II - participar de análises críticas dos documentos e registros da qualidade;
- III - elaborar e gerenciar a aplicação das normas e dos procedimentos para a garantia da qualidade dos laboratórios e para as demais atividades administrativas; e
- IV - coordenar os processos de acreditação, junto à CGCRE, dos laboratórios de calibração e ensaio da CMA.

Art. 162. À Seção de Gestão Institucional (CMA-QL-I) compete:

- I - atuar como elo junto à Qualidade Interna do IFI;
- II - implementar e avaliar o Sistema da Qualidade para os processos certificados da CMA, visando ao cumprimento dos requisitos da norma ABNT ISO 9001 em vigor;
- III - participar de análises críticas dos documentos e registros da qualidade; e
- IV - elaborar e gerenciar a aplicação das normas e procedimentos para a garantia da qualidade nos processos certificados da Divisão e para as demais atividades administrativas.

Art. 163. À Subdivisão de Apoio Operacional (CMA-SA) compete:

- I - gerenciar as atividades administrativas e de apoio operacional da Divisão; e
- II - planejar e coordenar os trabalhos de aquisição, logística e suprimento técnico da Divisão.

Art. 164. À Seção Administrativa e Patrimônio (CMA-SA-A) compete:

- I - secretariar o Chefe da CMA;
- II - atuar como elo de RH, junto à CVD-RH, com exceção das atividades afetas à capacitação;
- III - apoiar a Divisão nos assuntos administrativos, de recursos humanos e de controle de materiais;
- IV - controlar os bens móveis patrimoniais da Divisão; e
- V - coordenar a limpeza e manutenção da infraestrutura predial da CMA.

Art. 165. À Seção de Aquisição e FMS (CMA-SA-F) compete:

- I - confeccionar e acompanhar os Pedidos de Aquisição de Materiais e Serviços (PAM/S) e de aquisição no exterior, via órgãos de compra do COMAER ou pelo Programa *Foreign Military Sales* (FMS);
- II - acompanhar os saldos dos “cases” FMS, de aquisição, manutenção e calibração de padrões metrológicos, e participar das reuniões de renegociação do Programa;
- III - acompanhar e controlar o andamento dos pedidos, nos órgãos de compra, até a chegada do material, definindo as medidas a serem tomadas, tais como cancelamento, apressamento ou modificações; e
- IV - acompanhar, junto à Comissão de Recebimento de Material, o recebimento dos itens adquiridos, auxiliando na comunicação aos setores responsáveis sobre possíveis discrepâncias qualitativas e quantitativas.

Art. 166. À Divisão de Desenvolvimento Industrial (CDI) compete:

- I - nos campos aeronáutico, espacial e de defesa, prestar assessoria e capacitar recursos humanos em compensação comercial, industrial e tecnológica (*Offset*);
- II - analisar empresas do setor aeroespacial, para fins de mobilização, *Offset* e fomento fiscal;
- III - assessorar na classificação de produtos estratégicos de defesa (PED) e credenciamento de empresas estratégicas de defesa (EED); e

IV - realizar e coordenar pesquisas em suas áreas de atuação.

Art. 167. À Subdivisão de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (CDI-ST) compete:

I - assessorar as organizações do COMAER no levantamento de necessidades de compensação no setor aeroespacial;

II - assessorar as organizações do COMAER na elaboração de requisitos e instrumentos convocatórios, assim como na avaliação de propostas e negociação de acordos de compensação;

III - assessorar as organizações contratantes do COMAER no acompanhamento da conclusão dos projetos de Compensação;

IV - atender excepcionalmente, a critério da Direção do IFI, às solicitações de assessoria de organizações externas ao COMAER, relativas à compensação; e

V - capacitar, por meio de cursos e treinamentos, os recursos humanos, internos e externos, na área de *Offset*.

Art. 168. À Seção de Análise de Projetos (CDI-ST-P) compete:

I - assessorar na identificação das necessidades de compensação dos setores aeronáutico, espacial e de defesa;

II - assessorar as organizações do COMAER na elaboração de requisitos e instrumentos convocatórios, assim como na avaliação de propostas de compensação;

III - analisar projetos de compensação;

IV - apoiar as negociações de acordos de compensação; e

V - atender às solicitações de assessoria relacionadas a compensação.

Art. 169. À Seção de Acompanhamento de Projetos (CDI-ST-A) compete:

I - acompanhar a execução e assessorar na atividade de fiscalização e controle dos acordos de compensação; e

II - elaborar parecer técnico para reconhecimento de créditos decorrentes de acordos de compensação.

Art. 170. À Seção de Controle de Processos (CDI-ST-C) compete:

I - controlar e registrar os processos de assessoria realizados pela CDI-ST;

II - normatizar os processos da CDI-ST;

III - coordenar cursos e treinamentos, para capacitação dos recursos humanos, internos e externos, na área de *Offset*;

IV - coordenar as atividades do Conselho Técnico de *Offset* (CTO); e

V - coordenar as atividades relacionadas ao sistema de gestão da qualidade.

Art. 171. À Subdivisão de Análise Empresarial e Mobilização Aeroespacial (CDI-SE) compete:

I - analisar e cadastrar empresas do setor aeroespacial, candidatas a benefícios tributários, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento industrial;

II - analisar e cadastrar empresas e órgãos que compõem o setor aeroespacial, bem como seus produtos e serviços, com a finalidade de prover o COMAER em relação à mobilização aeroespacial;

III - atender outras demandas do COMAER relativas à mobilização aeroespacial;

IV - atender demandas do EMAER, relativas ao assessoramento para a classificação de produtos estratégicos de defesa (PED) e credenciamento de empresas

estratégicas de defesa (EED); e

V - realizar levantamentos do setor aeroespacial e analisar a Base Industrial de Defesa (BID) deste segmento.

Art. 172. À Seção de Incentivo Fiscal (CDI-SE-I) compete:

I - analisar, cadastrar e manter atualizados os dados de empresas do setor aeroespacial, para fins de incentivos fiscais; e

II - elaborar a relação de empresas candidatas ao benefício de redução tributária, prevista no Convênio ICMS 75/91.

Art. 173. À Seção de Análise e Mobilização (CDI-SE-A) compete:

I - analisar, cadastrar e atualizar os dados das empresas fabricantes e prestadoras de serviços técnicos do setor aeroespacial, visando à emissão do Catálogo de Empresas do Setor Aeroespacial (CESAER);

II - coletar os dados necessários para atender às necessidades de análises da Base Industrial de Defesa (BID), do setor aeroespacial e de mobilização aeroespacial;

III - planejar e executar as atividades de cadastro e credenciamento das Empresas de Interesse da Mobilização (EIMOB); e

IV - coordenar as demandas recebidas do EMAER, por meio do assessoramento para a classificação de produtos estratégicos de defesa (PED) e credenciamento de empresas estratégicas de defesa (EED), no Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaped).

Art. 174. À Subdivisão de Apoio (CDI-SA) compete gerenciar as atividades administrativas da Divisão.

Art. 175. À Seção Administrativa e Patrimônio (CDI-SA-A) compete:

I - secretariar o Chefe da CDI;

II - coordenar as atividades de planejamento e controle da Divisão;

III - monitorar a execução físico-financeira de ações sob a responsabilidade da Divisão;

IV - coordenar a manutenção da infraestrutura e a aquisição de produtos e serviços de emprego geral na Divisão;

V - apoiar a manutenção do arquivo técnico da CDI; e

VI - prestar apoio administrativo para as missões fora de sede da CDI.

Art. 176. À Seção de Recursos Humanos (CDI-SA-H) compete executar as seguintes atividades:

I - ser elo de RH, de acordo com as orientações emanadas pela CVD-RH do Instituto; e

II - assessorar a chefia da CDI na elaboração e controle das metas individuais dos servidores.

Art. 177. À Divisão de Administração (CAD) compete coordenar as atividades relativas ao Patrimônio, ao Plano Diretor, à manutenção do ativo imobilizado, aos projetos de engenharia civil e à provisão das Divisões, com apoio de materiais e serviços.

Art. 178. À Subdivisão de Infraestrutura (CAD-SI) compete:

I - coordenar a execução de projetos, orçamentos de obras de reforma e/ou ampliação, bem como acompanhar as obras necessárias ao Instituto;

II - supervisionar as atividades relativas à manutenção de imóveis, rede de esgoto, elétrica, telefonia, vias de trânsito e sistemas de abastecimento de água;

III - planejar, coordenar e controlar as atividades referentes ao patrimônio do IFI; e

IV - coordenar o processo de elaboração e atualização do Plano Diretor do IFI.

Art. 179. À Seção de Engenharia (CAD-SI-E) compete:

I - confeccionar projeto executivo de obras e serviços do Instituto;

II - coordenar a elaboração de especificações técnicas e projetos de construção e reforma;

III - elaborar pedido de material para atendimentos do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) e emitir ordens de serviços referentes às obras/serviços do Instituto;

IV - gerenciar o processo de fiscalização e recebimento das obras do IFI;

V - elaborar levantamentos quantitativos e insumos necessários às execuções das obras;

VI - elaborar e justificar as obras necessárias ao IFI, referentes ao Plano Plurianual de Obras do Instituto;

VII - elaborar o Plano Diretor do IFI; e

VIII - informar ao setor responsável do DCTA a atualização financeira das benfeitorias na área sob responsabilidade do Instituto.

Art. 180. À Seção de Manutenção (CAD-SI-M) compete:

I - realizar, coordenar e fiscalizar os serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva das edificações, de ordem estrutural, hidráulica e elétrica do patrimônio imobiliário do IFI;

II - coordenar e fiscalizar serviços comuns de manutenção das áreas verdes;

III - efetuar manutenção preventiva dos condicionadores de ar; e

IV - coordenar serviços comuns de limpeza das áreas internas e externas às edificações do Instituto.

Art. 181. À Subdivisão Administrativa (CAD-SA) compete:

I - coordenar a escrituração e o controle de material permanente e controlado do Instituto;

II - controlar, encaminhar e acompanhar as solicitações de materiais armazenados no estoque da Divisão;

III - supervisionar o recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais adquiridos; e

IV - providenciar relatórios mensais de estoque e inventário analítico anual.

Art. 182. À Seção de Apoio (CAD-SA-A) compete:

I - efetuar atividades pertinentes à organização e regulamentação do Instituto, referentes à revisão, publicação e controle das Portarias;

II - receber os materiais destinados ao IFI, seja por aquisição ou transferência;

III - atuar em conjunto com as demais Divisões do IFI, no sentido de auxiliar no recebimento dos serviços adquiridos pelo Instituto;

IV - distribuir os materiais adquiridos aos demais setores do IFI; e

V - executar o controle físico dos materiais sob responsabilidade da Divisão.

Art. 183. À Seção de Registro (CAD-SA-R) compete:

I - durante o recebimento dos bens permanentes e de uso duradouro, adquiridos pelo IFI ou oriundos de outras OM, atribuir um número de identificação de Bens Móveis

Permanentes (BMP), antes de distribuí-los às Divisões;

II - coordenar junto aos elos de registro de cada Divisão a designação ou transferência interna ou externa de materiais, permanente e controlado;

III - coordenar os processos de descarga de materiais e acompanhá-los até a publicação em boletim, após autorização do Diretor;

IV - efetuar as transferências internas ou externas de materiais permanentes ou controlados no sistema;

V - supervisionar os desimpedimentos de servidores e militares, atentando para a atualização do novo detentor do material carga e elaboração da documentação de transferência dos BMP; e

VI - apoiar as atividades relativas ao inventário analítico anual do IFI.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES

Art. 184. O Diretor do IFI tem as suas atribuições estabelecidas no Regulamento do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (ROCA 21-76).

Art. 185. Ao Vice-Diretor, incumbe coordenar as atividades das suas Coordenadorias e da CIPA/IFI.

Art. 186. Aos Chefes de Assessoria, de Coordenadoria, de Divisão, de Subdivisão, ao Chefe do Escritório de Projetos, ao Presidente da Comissão de Investigação e Prevenção de Acidentes, aos Chefes de Seção, incumbe:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atribuições de seu setor, conforme estabelecido no Capítulo III deste Regimento;

II - assessorar a autoridade responsável pelo setor de nível imediatamente superior ao seu, mantendo-o informado das atividades que lhe são afetas;

III - informar as necessidades de material e de pessoal para o cumprimento das atribuições de seu setor; e

IV - propor, sempre que necessário, alteração de normas e procedimentos que venham a aperfeiçoar o funcionamento do setor de trabalho.

Art. 187. O Chefe da Assessoria de Controle Interno (ACI) é o Agente de Controle Interno do IFI, que tem suas atribuições gerais definidas no RCA 12-1 - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADAE).

Art. 188. Ao Chefe de Divisão, além do que consta do art. 185, incumbe:

I - administrar a Divisão;

II - gerenciar os recursos humanos da Divisão;

III - coordenar as atividades das subdivisões e dos projetos em execução na Divisão;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Divisão e suas subdivisões;

V - acompanhar a execução das atividades e projetos na Divisão;

VI - zelar pela elaboração e conservação da documentação das atividades e projetos em execução na Divisão;

VII - assessorar o Diretor, no CONDIR, nos assuntos solicitados;

VIII - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento dos servidores da Divisão;

IX - realizar a avaliação de desempenho individual dos recursos humanos da Divisão;

X - relatar o desempenho anual da Divisão; e

XI - zelar pela implementação e manutenção da segurança laboral, radiológica e física das atividades executadas dentro de sua Divisão ou projeto sob sua responsabilidade.

Art. 189. Ao Adjunto, incumbe:

I - assessorar e auxiliar nos assuntos solicitados;

II - executar tarefa, atividade ou projeto que lhe for atribuído; e

III - substituir, eventualmente, o respectivo Chefe, quando de sua ausência, no âmbito do Instituto.

Art. 190. Ao Assessor Técnico para a Aviação Naval (CDR-AT-M) incumbe assessorar tecnicamente a Assessoria Técnica da Direção para assuntos relativos a toda aeronave e produto de defesa da Marinha do Brasil, quando envolver certificação de projetos e produção.

Art. 191. Ao Assessor Técnico para a Aviação do Exército (CDR-AT-E) incumbe assessorar tecnicamente a Assessoria Técnica da Direção para assuntos relativos a toda aeronave e produto de defesa do Exército Brasileiro, quando envolver certificação de projetos e produção.

Art. 192. Ao Assessor Técnico para Assuntos Espaciais (CDR-AT-S) incumbe assessorar tecnicamente a Assessoria Técnica da Direção para assuntos relativos a produtos espaciais da Aeronáutica Brasileira, quando envolver certificação de projetos e produção.

Art. 193. Ao Assessor Administrativo da CVD-RH (CVD-RH-A) incumbe assessorar o Chefe da Coordenadoria na gestão e análise ou redação de assuntos administrativos; e no acompanhamento e controle das atividades do setor.

Art. 194. Ao Assessor Técnico da CVD-TI (CVD-TI-T) incumbe assessorar o Chefe da Coordenadoria de TI na apreciação de assuntos técnicos, na coordenação das atividades técnicas entre os setores da Coordenadoria; e atuar como elo da qualidade junto à Assessoria em Governança (ASGOV).

Art. 195. Ao Assessor Técnico da CSG (CSG-T) incumbe assessorar o Chefe da Divisão na análise e/ou redação de documentos sobre assuntos técnicos relacionados a contratos ou auditorias de certificação, supervisão ou recertificação de sistemas de gestão da qualidade, no âmbito do organismo de certificação acreditado ou da autoridade governamental de certificação.

Art. 196. Ao Assessor de Planejamento e Controle da CSG (CSG-L) incumbe:

I - coordenar as atividades de planejamento e controle da Divisão;

II - acompanhar o cumprimento das metas físicas determinadas para a Divisão;

III - monitorar a execução físico-financeira de ações sob a responsabilidade da Divisão;

IV - desenvolver indicadores de desempenho para as atividades executadas na Divisão; e

V - auxiliar a chefia da CSG na elaboração e controle das metas individuais dos servidores.

Art. 197. Ao Assessor Técnico da CPA (CPA-AT) incumbe:

I - assessorar o Chefe da CPA sobre assuntos relacionados à certificação;

II - coordenar trabalhos técnicos que requeiram a integração entre as diversas subdivisões da CPA;

III - avaliar trabalhos de cunho técnico expedidos pela CPA;

IV - consolidar o planejamento anual das necessidades da CPA; e

V - representar o Chefe da CPA quando solicitado.

Art. 198. Ao Assessor de Regulamentação e Orientações Externas da CPA (CPA-RE) incumbe:

I - prestar assessoria ao Chefe da CPA e aos chefes de subdivisões em assuntos de regulamentação de projetos aeronáuticos, espaciais ou de defesa;

II - envidar esforços para obtenção, organização e distribuição interna das normas técnicas necessárias ao bom andamento do serviço da CPA;

III - efetuar análise crítica e revisões de normas internas da CPA; e

IV - responder questionamentos do público externo à CPA.

Art. 199. Ao Assessor de Capacitação, Pesquisa e Gestão do Conhecimento da CPA (CPA-GC) incumbe:

I - estabelecer e monitorar os processos de capacitação da CPA;

II - propor treinamentos e cursos na área de certificação de projetos e em tecnologias inovadoras para uso nos setores aeronáutico, espacial e de defesa, tomando como base eventual necessidade detectada nos registros de mapeamento das competências das subdivisões e seções da CPA;

III - propor, avaliar e acompanhar estágios e teses de graduação, mestrado e doutorado; e

IV - zelar pela gestão, geração e consolidação do conhecimento relativo à certificação de produtos aeroespaciais.

Art. 200. Ao Assessor de Planejamento, Controle e Qualidade Interna da CPA (CPA-QI) incumbe:

I - avaliar a conformidade dos processos da CPA aos procedimentos estabelecidos;

II - zelar pela geração, revisão e consolidação do conhecimento relativo à qualidade interna dos processos da CPA;

III - propor e realizar auditorias internas e ser ponto focal das auditorias externas do sistema da qualidade;

IV - assessorar o Chefe da CPA nos assuntos de planejamento e controle administrativo e financeiro; e

V - elaborar documentos de controle destas atividades:

- coordenar as atividades de planejamento e controle da Divisão;

- acompanhar o cumprimento das metas físicas determinadas para a Divisão;

- monitorar a execução físico-financeira de ações sob a responsabilidade da Divisão;

- desenvolver indicadores de desempenho para as atividades executadas na Divisão; e

- auxiliar a chefia da CPA na elaboração e controle das metas individuais dos servidores.

Art. 201. Ao Assessor em Gestão de Credenciamento da CPA (CPA-CR) incumbe planejar, gerenciar, avaliar e acompanhar processos de credenciamento de pessoa jurídica e de pessoa física, bem como propor revisões na normatização vigente, quando necessário.

Art. 202. Ao Assessor Técnico da CDI (CDI-T) incumbe prestar assessoria em todas as atividades desenvolvidas pela CDI.

Art. 203. Ao Assessor de Informações Metrológicas (CMA-I) incumbe:

I - organizar e divulgar as informações no âmbito do SISMETRA, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Comando da Aeronáutica;

II - informatizar os procedimentos ligados à área de metrologia;

III - divulgar os trabalhos relacionados ao SISMETRA, evidenciando a capacidade e exatidão dos instrumentos, bem como os procedimentos gerados pelo Sistema;

IV - divulgar, através de mídia eletrônica ou impressa, notícias técnicas e normas pertinentes ao SISMETRA;

V - solicitar, sistematicamente, ao setor de Tecnologia da Informação do Instituto a atualização e manutenção das páginas de Internet e Intraer do SISMETRA; e

VI - coordenar com a Assessoria de Comunicação Social (CDR-CS) a divulgação, em mídia eletrônica e impressa, de informações metrológicas de relevância.

Art. 204. Ao Assessor de Planejamento e Controle da CMA (CMA-L) incumbe:

I - coordenar as atividades de planejamento e controle da Divisão;

II - acompanhar o cumprimento das metas físicas determinadas para a Divisão;

III - monitorar a execução físico-financeira de ações sob responsabilidade da Divisão;

IV - desenvolver indicadores de desempenho para as atividades executadas no SISMETRA; e

V - auxiliar a chefia da CMA na elaboração e controle das metas individuais dos servidores.

Art. 205. Ao Assessor Técnico da CMA (CMA-T) incumbe:

I - assessorar o Chefe da Divisão na apreciação dos assuntos técnicos ligados às soluções de Metrologia;

II - elaborar e coordenar as solicitações de bolsas, junto às instituições de ensino e pesquisa, para projetos de pesquisa na área de metrologia; e

III - propor ao Chefe da CMA a criação ou atualização de acordos de cooperação de interesse do SISMETRA, acompanhando e coordenando a sua execução, em cooperação com a CDR-RI.

Art. 206. Ao Encarregado incumbe:

I - cumprir encargo, função ou tarefa de supervisão das atribuições do seu setor, sobre o qual recai a responsabilidade de garantir o cumprimento das ordens, orientações, normas e legislações em vigor, na esfera de sua competência; e

II - realizar atividades administrativas, técnicas e de controle nos assuntos definidos por sua chefia imediata.

Art. 207. Ao Auxiliar incumbe apoiar e/ou complementar as atividades nas áreas de competência do seu setor.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Pessoal

Art. 208. O provimento dos cargos e funções observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe da Assessoria de Relações Institucionais (CDR-RI) é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

II - o Chefe do Escritório de Projetos é Major do Quadro de Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

III - o Chefe da Assessoria de Comunicação Social (CDR-CS) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica (QOCon), da especialidade de Relações Públicas, da ativa;

IV - o Chefe da Assessoria de Inteligência (CDR-AI) é Tenente do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, preferencialmente com cursos na área de Inteligência, não incluído em categoria especial, da ativa;

V - o Chefe da Assessoria Jurídica (AJUR) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica (QOCon), de Serviços Jurídicos, da ativa;

VI - o Chefe da Assessoria Técnica (CDR-AT) é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

VII - o Chefe da Assessoria de Controle Interno (ACI) do IFI é Major, do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

VIII - o Chefe da Assessoria em Governança (ASGOV) é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica (QOAP), da especialidade de Administração, da ativa;

IX - o Chefe da Coordenadoria de Segurança do Trabalho (CVD-ST) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, (QOCon), da especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho, da ativa;

X - o Chefe da Coordenadoria de Proteção Radiológica (CVD-PR) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica (QOCon), da especialidade de Engenharia, com curso específico na área de Proteção Radiológica, preferencialmente, com habilitação de qualificação emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, da ativa;

XI - o Chefe da Coordenadoria de Recursos Humanos (CVD-RH) é Major do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica (QOAP), da especialidade de Administração, da ativa;

XII - o Assessor Administrativo da Coordenadoria de Recursos Humanos (CVD-RH-A) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica (QOCon), da especialidade de Administração, da ativa;

XIII - o Chefe da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CVD-TI) é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

XIV - o Assessor Técnico da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CVD-TI-T) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica (QOCon), da especialidade de Engenharia, da ativa;

XV - o Chefe da Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (CVD-GC) é Capitão do Quadro de Oficiais Engenheiros, da Ativa;

XVI - o Chefe da Coordenadoria de Protocolo e Arquivo (CVD-PA) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica (QOCon), da especialidade de Arquivologia (AQV), da ativa;

XVII - o Chefe da Coordenadoria de Gestão da Inovação Tecnológica (CVD-IT) é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (QOCOOn), preferencialmente com qualificação na área de Gestão da Inovação, da ativa;

XVIII - o Chefe da Coordenadoria de Instrução de Tiro Militar (CVD-TM) é Capitão do Quadro de Oficiais Especialistas, da ativa;

XIX - o Chefe da Coordenadoria de Educação Física (CVD-EF) é Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, da especialidade de Educação Física, da ativa;

XX - o Chefe da Coordenadoria de Execução Orçamentária (CVD-OE) é Capitão do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

XXI - o Chefe de Divisão é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

XXII - o Adjunto de Divisão é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

XXIII - o Assessor de Divisão é Capitão do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

XXIV - o Chefe de Subdivisão é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

XXV - os Chefes de Seção ou de Laboratório são Tenentes do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, com curso de Engenharia, da ativa;

XXVI - o Chefe da Seção de Gerência Industrial é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

XXVII - o Encarregado de Seção ou de Laboratório é graduado do Quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, da ativa;

XXVIII - o Auxiliar é Cabo ou Soldado da Aeronáutica; e

XXIX - as substituições do Vice-Diretor, dos Chefes de Divisões e demais substituições eventuais deverão ser feitas dentro de cada órgão constitutivo do IFI, respeitados os quadros, a hierarquia e as qualificações exigidas.

§ 1º Os Chefes de Assessorias, Coordenadorias, Divisões, Subdivisões, Seções e Laboratório, bem como os cargos de adjunto e de assessor poderão ser exercidos por militares da ativa, de quadros e postos diferentes dos já definidos, por militares da reserva remunerada ou reformado, prestando tarefa por tempo certo, ou por servidores de nível superior, respeitando-se o grau hierárquico do setor ao qual pertence e as qualificações exigidas para o cargo.

§ 2º O Encarregado de Seção ou de Laboratório poderá ser graduado da reserva remunerada da Aeronáutica, prestando tarefa por tempo certo, ou graduado reformado da Aeronáutica ou servidor de nível intermediário, do quadro permanente da Aeronáutica, com as qualificações exigidas para o respectivo cargo.

Seção II

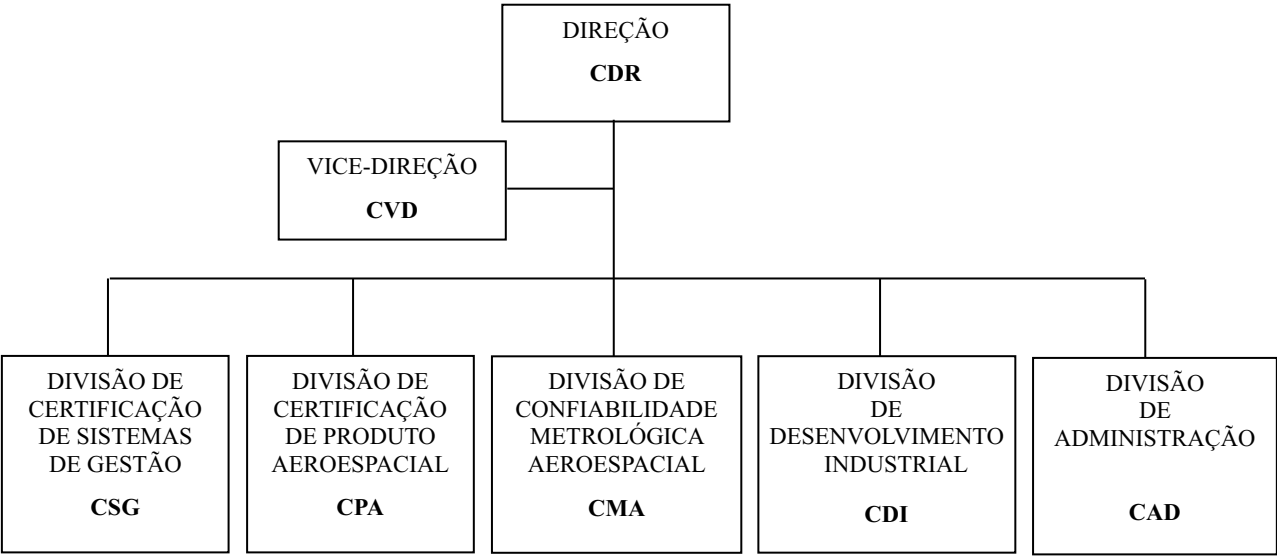
Disposições Finais

Art. 209. O IFI poderá obter reconhecimentos por organizações externas ao COMAER para executar serviços afetos à sua finalidade. Nesse caso, poderá estruturar setores para gerenciamento desses reconhecimentos, desde que seja formalizado por meio de Portaria do Instituto, após autorização do Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

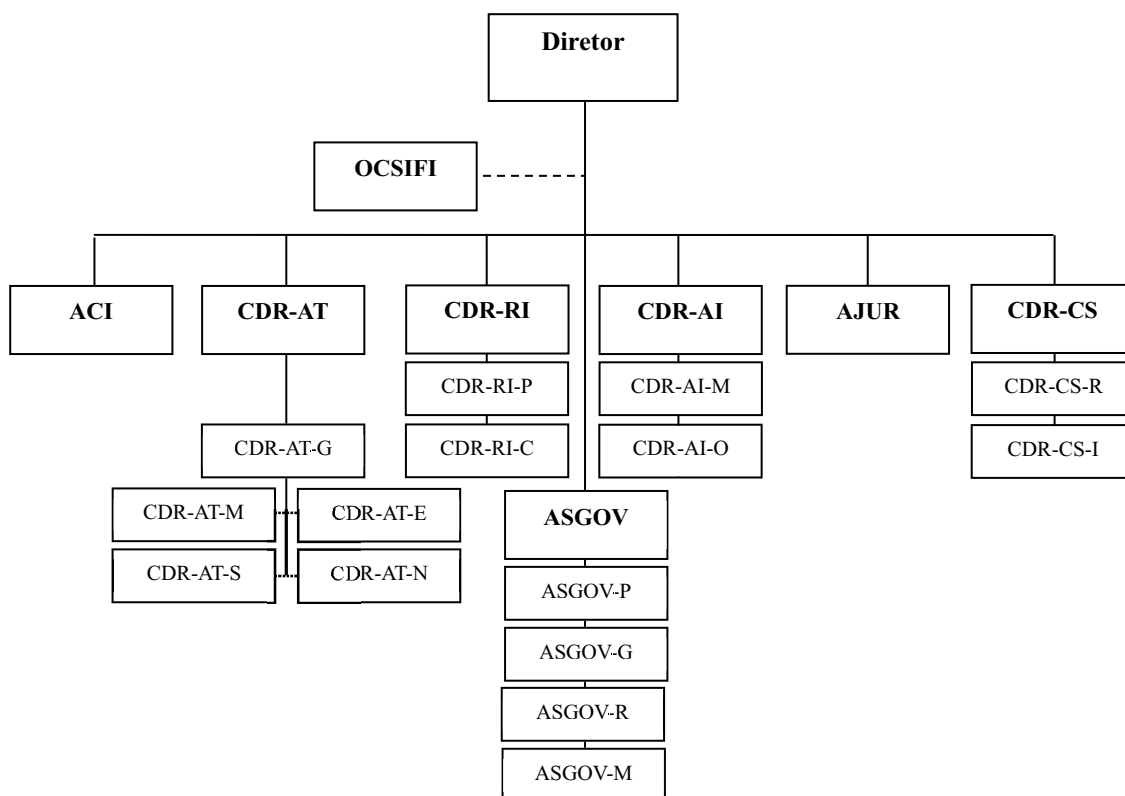
Art. 210. O IFI é uma Organização classificada como Unidade Administrativa, qualificada como Unidade Gestora Controle (UG CONT) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), apoiada pelo Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ) como sua Unidade Gestora Executora (UG EXEC), para efeito de registro e execução orçamentária, financeira e patrimonial, conforme estabelecido pela Portaria GABAER nº 425/GC3, de 6 de dezembro de 2022.

Art. 211. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Anexo A - Organograma da Estrutura Básica



Anexo B - Organograma da Direção



CDR- Direção

ACI - Assessoria de Controle Interno

CDR-AT - Assessoria Técnica

CDR-AT-M - Assessor Técnico para a Aviação Naval

CDR-AT-E - Assessor Técnico para a Aviação do Exército

CDR-AT-G - Seção de Gerência Industrial

CDR-AT-S - Assessor Técnico para Assuntos Espaciais

CDR-AT-N – Seção de Normalização Técnica

CDR-RI - Assessoria de Relações Institucionais

CDR-RI-P - Escritório de Projetos

CDR-RI-C – Seção de Coordenação de Convênios

CDR-AI - Assessoria de Inteligência

CDR-AI-M - Seção de Comunicações

CDR-AI-O - Seção de Segurança Orgânica

CDR-CS - Assessoria de Comunicação Social

CDR-CS-R - Seção de Relações Públicas

CDR-CS-I - Seção de Imprensa

ASGOV – Assessoria em Governança

ASGOV-P - Seção de Planejamento Institucional e Orçamentário

ASGOV-G - Seção de Gerenciamento de Processos

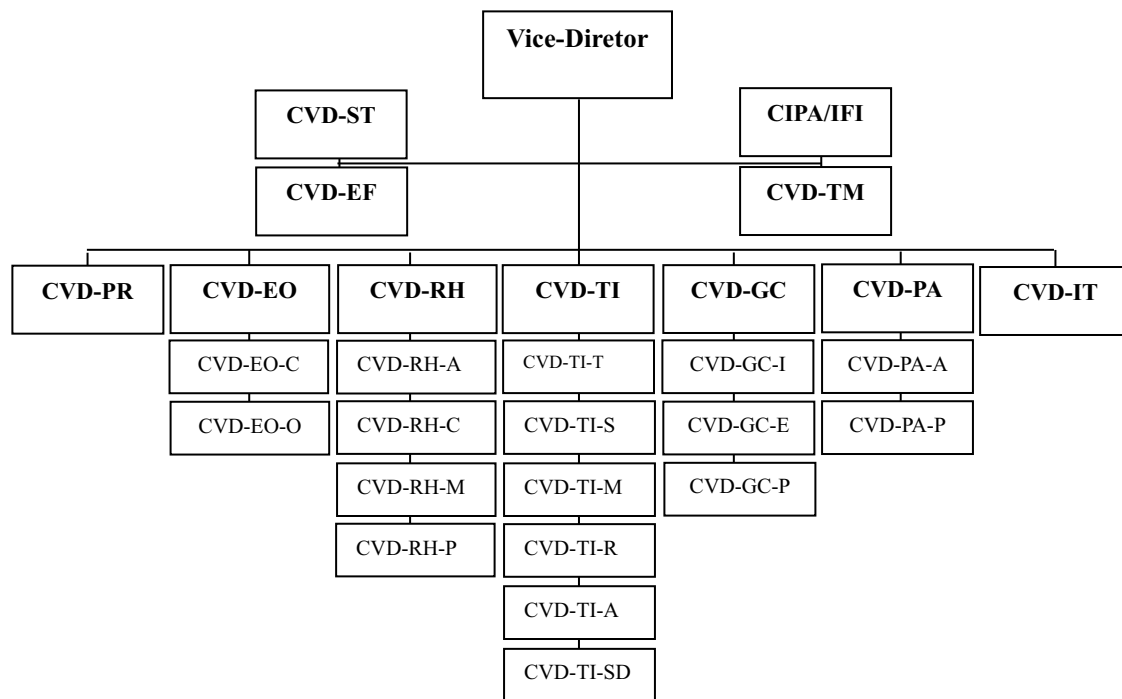
ASGOV-R - Seção de Gerenciamento de Riscos e Integridade

ASGOV-M - Seção de Monitoramento e Qualidade Interna

AJUR - Assessoria Jurídica

OCSIFI - Órgão Colegiado Superior do IFI (vínculo de assessoramento)

Anexo C - Organograma da Vice-Direção



CVD - Vice-Direção

CIPA/IFI - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho

CVD-ST - Coordenadoria de Segurança do Trabalho

CVD-PR - Coordenadoria de Proteção Radiológica

CVD-RH - Coordenadoria de Recursos Humanos

CVD-RH-A - Assessor Administrativo

CVD-RH-C - Seção de Administração de Pessoal Civil

CVD-RH-M - Seção de Administração de Pessoal Militar

CVD-RH-P - Seção de Planejamento e Capacitação

CVD-TI - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

CVD-TI-T - Assessor Técnico

CVD-TI-S - Seção de Sistemas de Informação

CVD-TI-M - Seção de Manutenção e Suporte

CVD-TI-R - Seção de Redes

CVD-TI-A - Seção Administrativa

CVD-TI-SD - Seção de Segurança Digital

CVD-GC - Coordenadoria de Gestão do Conhecimento

CVD-GC-I - Seção de Informação em Ciência e Tecnologia

CVD-GC-E - Seção de Ensino

CVD-GC-P - Seção de Planejamento da Gestão do Conhecimento

CVD-IT - Coordenadoria de Gestão da Inovação Tecnológica

CVD-PA - Coordenadoria de Protocolo e Arquivo

CVD-PA-A - Seção de Arquivo Geral

CVD-PA-P - Seção de Protocolo

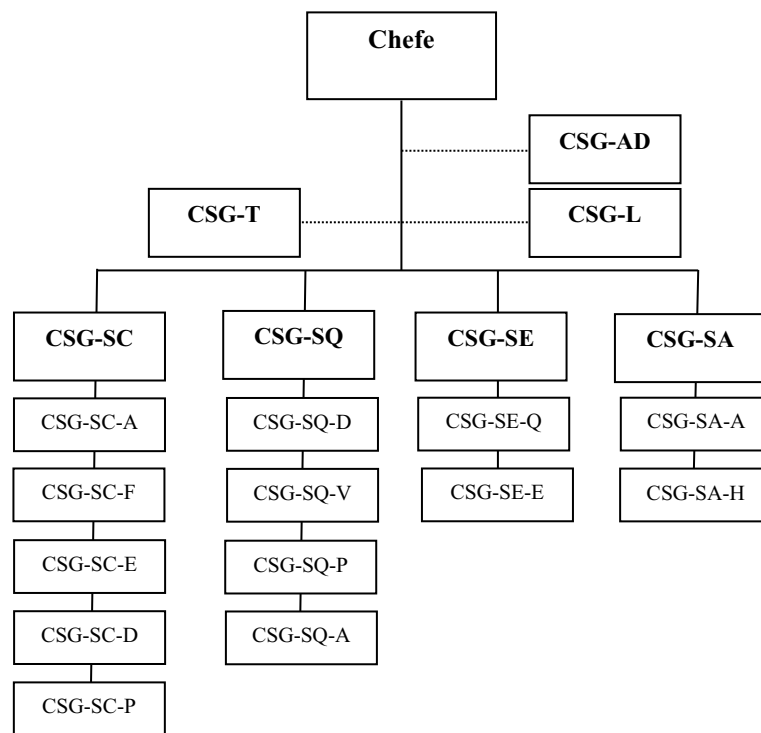
CVD-TM - Coordenadoria de Instrução de Tiro Militar

CVD-EF - Coordenadoria de Educação Física

CVD-EO - Coordenadoria de Execução Orçamentária

CVD-EO-C - Seção de Controle Orçamentário e Aquisição de Materiais e Serviços

CVD-EO-O - Seção de Orçamentos, Cobrança e Contabilidade

Anexo D - Organograma da Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão

CSG- Divisão de Certificação de Sistema de Gestão

CSG-AD - Adjunto do Chefe

CSG-T - Assessor Técnico

CSG-L - Assessor de Planejamento e Controle

CSG-SC - Subdivisão de Certificação

CSG-SC-A - Seção de Certificação Aeronáutica

CSG-SC-F - Seção de Certificação de Organização Fornecedora

CSG-SC-E - Seção de Certificação Espacial

CSG-SC-D - Seção de Documentação da Qualidade

CSG-SC-P - Seção de Coordenação de Processos de Auditoria

CSG-SQ - Subdivisão de Verificação Governamental da Qualidade

CSG-SQ-D - Seção de Documentação

CSG-SQ-V - Seção de Verificação da Qualidade

CSG-SQ-P - Seção de Coordenação de Processos

CSG-SQ-A - Seção de Certificação de Aeronavegabilidade Inicial

CSG-SE - Subdivisão de Ensaios Laboratoriais

CSG-SE-Q - Seção de Qualificação de Pessoal em Ensaios Não Destrutivos

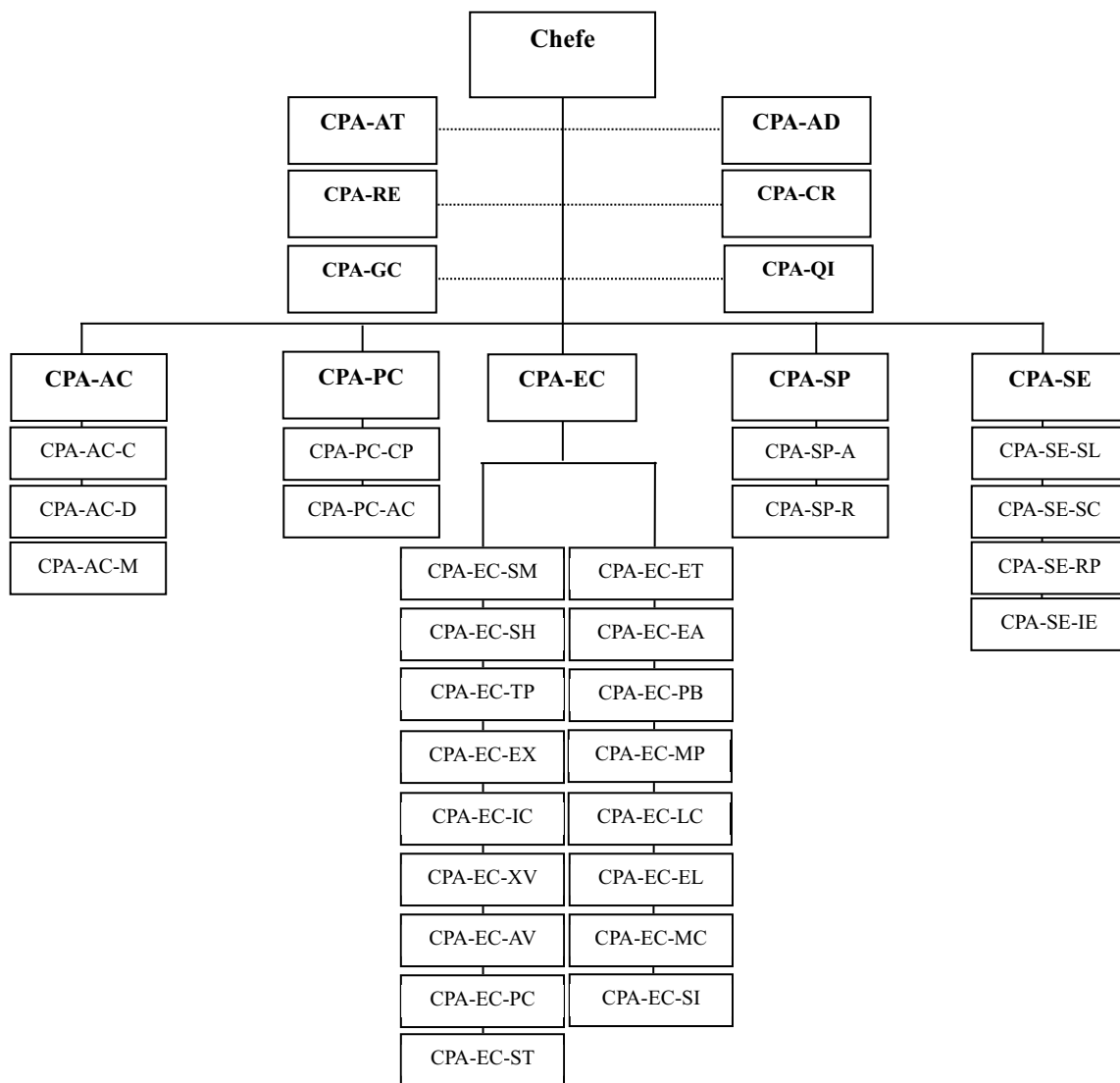
CSG-SE-E - Seção de Ensaios Não Destrutivos

CSG-SA - Subdivisão de Apoio

CSG-SA-A - Seção Administrativa e Patrimônio

CSG-SA-H - Seção de Recursos Humanos

Anexo E - Organograma da Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial



CPA - Divisão de Certificação de Produto Aeroespacial

CPA-AT - Assessor Técnico

CPA-RE - Assessor de Regulamentação e Orientações Externas

CPA-GC - Assessor de Capacitação, Pesquisa e Gestão do Conhecimento

CPA-AD - Adjunto do Chefe

CPA-CR - Assessor em Gestão de Credenciamento

CPA-QI - Assessor de Planejamento, Controle e Qualidade Interna

CPA-PC - Subdivisão de Coordenação de Processos de Certificação

CPA-PC-CP- Seção de Coordenação de Processos

CPA-PC-AC - Seção de Acompanhamento e Controle de Processos

CPA-EC - Subdivisão de Engenharia de Certificação e Assessoria Técnica

CPA-EC-SM - Seção de Sistemas de Missão e Sensores

CPA-EC-SH - Seção de *Safety* e Fatores Humanos

CPA-EC-TP - Seção de Sistemas de Tripulação, Passageiros e Interiores

CPA-EC-EX - Seção de Explosivos, Propelentes e Pirotécnicos

CPA-EC-IC - Seção de Inspeção e Conformidade

CPA-EC-XV - Seção de Tecnologia de Voo e Ensaio em Voo

CPA-EC-AV - Seção de Sistemas Aviónicos e Sistemas Diagnósticos

CPA-EC-PC - Seção de Sistemas Propulsivos e Combustíveis

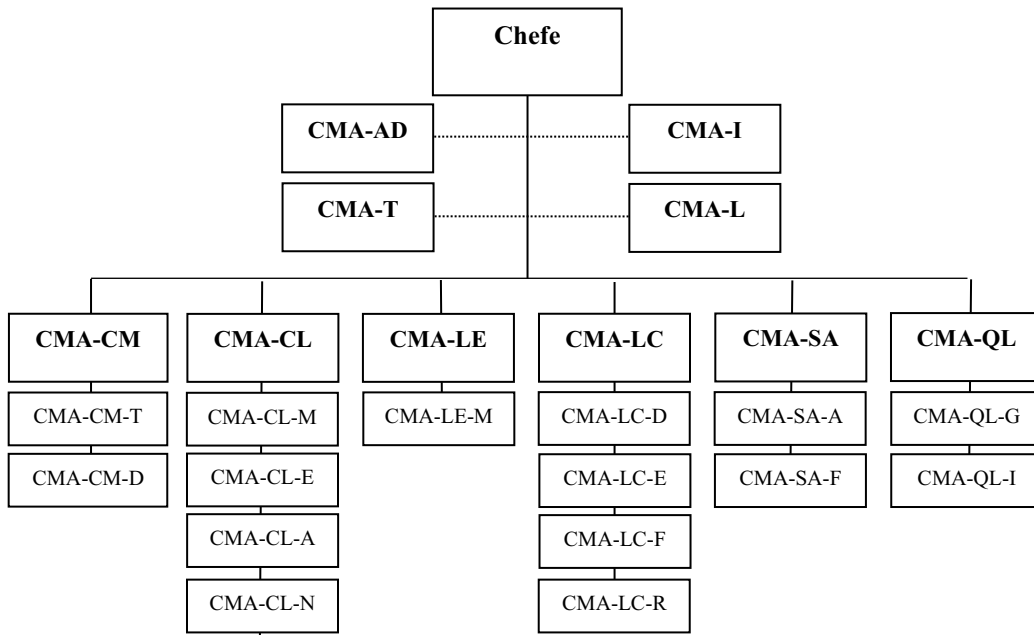
CPA-EC-ST - Seção de Simuladores e Treinadores

CPA-EC-ET - Seção de Sistemas Estruturais

**Continuação do Anexo E - Organograma da Divisão de Certificação de Produto
Aeroespacial**

CPA-EC-EA - Seção de Ensaio Ambientais
CPA-EC-PB - Seção de Publicações e Instruções de Aeronavegabilidade Continuada
CPA-EC-MP - Seção de Materiais e Processos Especiais
CPA-EC-LC - Seção de Sistemas Lógicos e Computacionais
CPA-EC-EL – Seção de Sistemas Elétricos e Eletrônicos
CPA-EC-MC - Seção de Sistemas Mecânicos
CPA-EC-SI – Seção de Engenharia de Sistemas
CPA-AC - Subdivisão de Aeronavegabilidade Continuada
CPA-AC-C - Seção de Controle de Configuração
CPA-AC-D - Seção de Dificuldades em Serviço
CPA-AC-M - Seção de Monitoramento
CPA-SP - Subdivisão de Apoio
CPA-SP-A - Seção Administrativa e Patrimônio
CPA-SP-R - Seção de Protocolo e Acervo Técnico
CPA-SE - Subdivisão de Certificação de Sistemas Espaciais
CPA-SE-SL - Seção de Sistemas Lançadores
CPA-SE-SC - Seção de Sistemas Cargas Úteis
CPA-SE-IE - Seção de Infraestrutura e Centros de Lançamento
CPA-SE-RP Seção de Regulamentação e Planejamento

Anexo F - Organograma da Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial



CMA – Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial

CMA-AD - Adjunto do Chefe

CMA-I - Assessor de Informações Metrológicas

CMA-T - Assessor Técnico

CMA-L - Assessor de Planejamento e Controle

CMA-CM - Subdivisão de Capacitação em Metrologia

CMA-CM-T - Seção de Treinamento

CMA-CM-D - Seção de Apoio Didático

CMA-CL - Subdivisão de Capacitação Laboratorial

CMA-CL-M - Seção de Apoio Metrológico

CMA-CL-E - Seção de Engenharia

CMA-CL-A - Seção de Auditoria

CMA-CL-N - Seção de Normalização Metrológica

CMA-LE - Subdivisão de Laboratórios de Ensaio

CMA-LE-M - Laboratório de Medições Eletromagnéticas

CMA-LC - Subdivisão de Laboratórios de Calibração

CMA-LC-D - Laboratório de Metrologia Dimensional

CMA-LC-E - Laboratório de Metrologia Elétrica

CMA-LC-F - Laboratório de Metrologia Física

CMA-LC-R - Seção de Recebimento e Expedição

CMA-SA - Subdivisão de Apoio Operacional

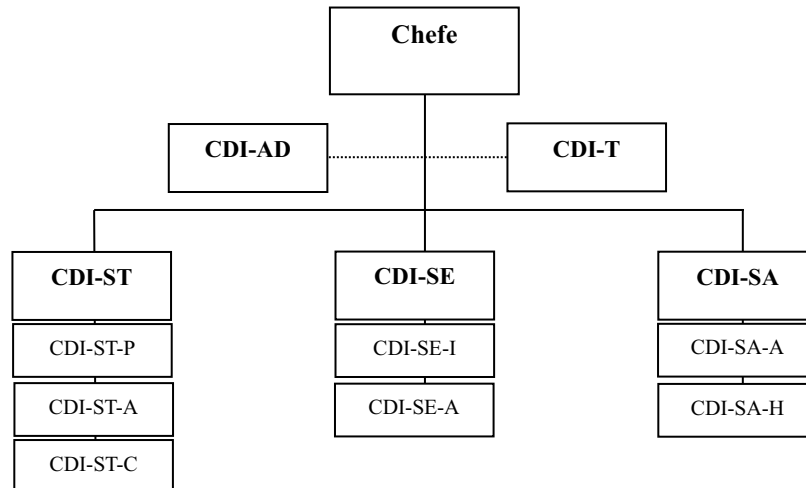
CMA-SA-A - Seção Administrativa e Patrimônio

CMA-SA-F - Seção de Aquisição e FMS

CMA-QL - Subdivisão de Qualidade Laboratorial

CMA-QL-G - Seção de Gestão Laboratorial

CMA-QL-I - Seção de Gestão Institucional

Anexo G - Organograma da Divisão de Desenvolvimento Industrial

CDI - Divisão de Desenvolvimento Industrial

CDI-AD - Adjunto do Chefe

CDI-T - Assessor Técnico

CDI-ST - Subdivisão de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica

CDI-ST-P - Seção de Análise de Projetos

CDI-ST-A - Seção de Acompanhamento

CDI-ST-C - Seção de Controle de Processos

CDI-SE - Subdivisão de Análise Empresarial e Mobilização Aeroespacial

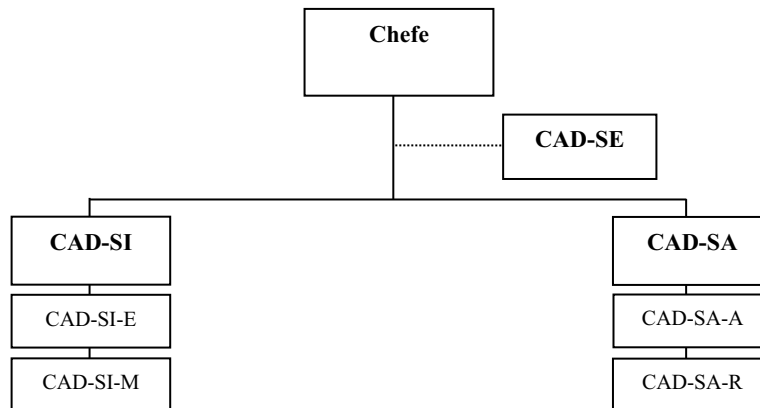
CDI-SE-I - Seção de Incentivo Fiscal

CDI-SE-A - Seção de Análise e Mobilização

CDI-SA - Subdivisão de Apoio

CDI-SA-A - Seção Administrativa e Patrimônio

CDI-SA-H - Seção de Recursos Humanos

Anexo H - Organograma da Divisão de Administração

CAD - Divisão de Administração

CAD-SE – Secretaria

CAD-SI - Subdivisão de Infraestrutura

CAD-SI-E - Seção de Engenharia

CAD-SI-M - Seção de Manutenção

CAD-SA - Subdivisão Administrativa

CAD-SA-A - Seção de Apoio

CAD-SA-R - Seção de Registro

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO GERAL

RICA 21-91

**REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE
LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**

2023

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**



ORGANIZAÇÃO GERAL

RICA 21-91

**REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE
LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA DO DCTA Nº 159/DDO, DE 11 DE JUNHO DE 2023.
Protocolo COMAER nº 67700.007906/2023-33

Aprova o Regimento Interno do Centro
de Lançamento de Alcântara.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no art. 10 do ROCA 20-4 “Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”, aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022, de acordo com o item 4.3 da ICA 19-1 “Regulamentação das Organizações”, aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005, e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67710.008582/2022-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 21-91 “Regimento Interno do Centro de Lançamento de Alcântara”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2023.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DCTA nº 10/DNO, de 12 de janeiro de 2017, publicada no BCA nº 17, de 31 de janeiro de 2017.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

(Publicado no BCA nº 108, de 15 de junho de 2023).

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	CATEGORIA E FINALIDADE	7
Seção I	Categoria e Finalidade	7
Seção II	Conceituações.....	7
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO.....	7
Seção I	Estrutura Básica	7
Seção II	Estrutura Complementar	7
CAPÍTULO III	COMPETÊNCIAS DOS SETORES	11
CAPÍTULO IV	ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES	20
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES GERAIS	21
Seção I	Pessoal.....	21
Seção II	Disposições Finais	26
Anexo A	- Organograma da Estrutura Básica do CLA	27
Anexo B	- Organograma da Direção (DIR)	28
Anexo C	- Organograma das Assessorias (ASS).....	29
Anexo D	- Organograma do Grupo de Saúde de Alcântara (GSAU-AK).....	30
Anexo E	- Organograma do Grupo de Segurança e Defesa de Alcântara (GSD-AK)	31
Anexo F	- Organograma da Vice-Direção (VDR)	32
Anexo G	- Organograma da Divisão de Operações (DOP).....	33
Anexo H	- Organograma da Divisão Administrativa (DAM).....	34
Anexo I	- Organograma da Divisão de Apoio e Infraestrutura (DAI)	35

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

CAPÍTULO I CATEGORIA E FINALIDADE

Seção I Categoria e Finalidade

Art. 1º O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Organização Militar do Comando da Aeronáutica (COMAER), criado pelo Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983, tem por finalidade executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

Art. 2º O CLA tem sede em Alcântara, no Estado do Maranhão.

Seção II Conceituações

Art. 3º Além do que consta definido no Regulamento, conceitua-se:

I - GUARNAE-AK: Guarnição de Aeronáutica de Alcântara, composta pelas Organizações Militares do COMAER sediadas em Alcântara e São Luís, no estado do Maranhão; e

II - Célula: unidade constitutiva da estrutura organizacional complementar do CLA, que reúne pessoas com competência para realizar atividades específicas no âmbito de uma seção.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO

Seção I Estrutura Básica

Art. 4º Conforme previsto no Regulamento, o CLA tem a seguinte constituição:

- I - Direção (DIR);
- II - Vice-Direção (VDR);
- III - Divisão de Operações (DOP);
- IV - Divisão de Apoio e Infraestrutura (DAI); e
- V - Divisão Administrativa (DAM).

Seção II Estrutura Complementar

Art. 5º A DIR tem a seguinte constituição:

- I - Diretor;
- II - Assessoria Especial do Dirigente Máximo (AED);
- III - Assessoria de Controle Interno (ACI);
- IV - Assessoria de Segurança Operacional (ASO);

V - Assessoria de Relações Institucionais (ARI);
VI - Assessoria de Comunicação Social (ACS);
VII - Assessoria de Inteligência (AIN);
VIII - Assessoria Jurídica (AJU);
IX - Assessoria de Investigação e Justiça (AIJ);
X - Assessoria de Risco Contratual (ARC);
XI - Grupo de Saúde de Alcântara (GSAU-AK); e
XII - Grupo de Segurança e Defesa de Alcântara (GSD-AK).

Art. 6º A ASO tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Seção de Segurança de Voo (SVO);
III - Seção de Segurança de Superfície (SSP);
IV - Seção de Segurança do Trabalho (STB); e
V - Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAA).

Art. 7º A ACS tem a seguinte constituição;

I - Chefe;
II - Casa de Cultura Aeroespacial (CCA); e
III - Banda Marcial (BMA).

Parágrafo único. A Banda Marcial (BMA) do CLA é ativada por ato específico e regida pela ICA 906-1 “Atividade de Música no Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria INCAER nº 43/SMUS, de 30 de maio de 2022, classificada como Banda Marcial.

Art. 8º O GSAU-AK tem a seguinte constituição:

I - Comando (CMDO);
II - Seção de Apoio Administração (SAA);
III - Seção de Apoio Financeiro (SAF);
IV - Junta de Saúde Local (JSL);
V - Esquadrão de Administração (EAD); e
VI - Esquadrão Técnico (ETC).

Parágrafo único. O Grupo de Saúde de Alcântara (GSAU-AK), Organização de Saúde de nível intermediário na GUARNAE-AK, cumprindo as normas do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) e cujas atribuições e organização dos demais setores subordinados são estabelecidas por normatização interna e de acordo com as normas do SISAU.

Art. 9º A SAF tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Célula de Fiscalização de Contratos (CFC); e
III - Célula de Credenciamento (CCD).

Art. 10. O EAD tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA);
III - Seção de Arquivo Médico e Estatística (SAME); e
IV - Serviço de Informações Logísticas (SIL).

Art. 11. O ETC tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Seção Médica (SME);

- III - Seção de Odontologia (SOD);
- IV - Seção Farmacêutica (SFM); e
- V - Seção de Atividades Complementares (SAC).

Parágrafo único. Os desmembramentos da estrutura organizacional do GSAU-AK devem fazer parte de Norma Padrão de Ação (NPA) específica.

Art. 12. GSD-AK tem a seguinte constituição:

- I - Comando (CMDO);
- II - Seção de Operações (SOP);
- III - Seção de Apoio (SAP);
- IV - Esquadrão de Segurança das Instalações (ESI);
- V - Esquadrão de Polícia da Aeronáutica (EPA); e
- VI - Esquadrão de Formação de Soldados (EFS).

Parágrafo único. Os desmembramentos da estrutura organizacional do GSD-AK devem fazer parte de Norma Padrão de Ação (NPA) específica.

Art. 13. A VDR tem a seguinte constituição:

- I - Vice-Diretor;
- II - Coordenadoria de Planejamento e Supervisão (CPS);
- III - Coordenadoria de Gestão Integrada e Inovação (CGI);
- IV - Coordenadoria de Material Bélico (CMB);
- V - Secretaria Geral do CLA (SECGER); e
- VI - Centros Sociais em Alcântara (CSA) e São Luís (CSS).

Parágrafo único. Os Centros Sociais e Casa de Cultura são subordinados à Vice-Direção para fins de subordinação administrativa, tendo Constituição e Estatuto próprios.

Art. 14. A CPS tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Gestão Orçamentária (SGO);
- III - Seção de Gestão de Riscos e Processos (SRP); e
- IV - Seção de Gestão de Viagens (SGV).

Art. 15. A DOP tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Ajudância da Divisão de Operações (ADOP);
- III - Seção de Planejamento e Gestão Operacional (SPG);
- IV - Subdivisão de Suporte Operacional (SDSO); e
- V - Subdivisão de Execução Operacional (SDEO).

Art. 16. A SDSO tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Metrologia (SML);
- III - Seção de Meteorologia (SMT); e
- IV - Seção de Sistemas de Informação (SSI).

Art. 17. A SDEO tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Preparação e Lançamento (SPL);
- III - Seção de Radares (SRD);
- IV - Seção de Telemedidas (STL); e

V - Seção de Tratamento de Dados (STD).

Art. 18. A DAI tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Subdivisão de Infraestrutura e Patrimônio (SDIP); e

III - Subdivisão de Logística (SDLO).

Art. 19. A SDIP tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Engenharia Civil (SEC);

III - Seção de Próprios Nacionais (SPN);

IV - Seção de Gestão Ambiental (SGA);

V - Seção de Patrimônio (SPT);

VI - Seção de Elétrica (SEL);

VII - Seção de Climatização (SCL); e

VIII - Seção de Manutenção e Conservação (SMC).

Art. 20. A SDLO tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Transporte Aéreo (STA);

III - Seção de Transporte Marítimo (STM);

IV - Seção de Transporte Terrestre (STT); e

V - Seção de Contraincêndio (SCI).

Art. 21. A DAM tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Subdivisão de Intendência (SDIN); e

III - Subdivisão de Recursos Humanos (SDRH).

Art. 22. A SDIN tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Licitações e Contratos (SLC);

III - Seção de Finanças (SFI);

IV - Seção de Subsistência (SSU);

V - Seção de Provisões (SPV);

VI - Seção de Registro (SRG);

VII - Seção de Hotelaria (SHT); e

VIII - Seção Comercial (SCO).

Art. 23. A SDRH tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Seção de Pessoal Militar (SPM);

III - Seção de Pessoal Civil (SPC);

IV - Seção de Capacitação (SCP);

V - Seção de Assistência Social e Religiosa (SAS);

VI - Seção Mobilizadora (SMO);

VII - Seção de Veteranos e Pensionistas (SVP); e

VIII - Seção de Educação Física (SEF).

CAPÍTULO III COMPETÊNCIA DOS SETORES

Art. 24. Além do previsto no Regulamento, compete ao DIR:

I - representar o Comando da Aeronáutica, no âmbito da GUARNAE-AK, em coordenação e sob a supervisão do DCTA;

II - prover apoio operacional, administrativo, de infraestrutura, de tecnologia da informação e de gestão de recursos humanos, aos meios de Força Aérea em operação, sediados, desdobrados ou em trânsito na localidade;

III - estabelecer diretrizes e supervisionar o apoio administrativo às atividades sistêmicas do COMAER e às funções logísticas das organizações sediadas na GUARNAE-AK, como Unidade Gestora Executora (UG EXEC); e

IV - estabelecer diretrizes e supervisionar atividades relacionadas com as áreas de gestão técnico-operacional, intendência, recursos humanos, infraestrutura e logísticas, associadas e necessárias ao cumprimento da missão institucional do Centro.

Art. 25. Compete à Assessoria Especial do Dirigente Máximo (AED) assessorar o Diretor no tocante aos assuntos de Guarnição, realizando a interface com as Organizações militares que integram a GUARNAE-AK.

Art. 26. Compete à Assessoria de Controle Interno (ACI) assessorar o Diretor no tocante ao desempenho das funções de Ordenador de Despesas e Agente Diretor, considerando constante conferência com fulcro na legislação cabível e melhores práticas afetas às áreas de Execução Orçamentária e Contabilidade, bem como conduzir os processos de Auditoria Interna e representar a OM nas Auditorias Externas, de forma segura e diligente.

Art. 27. Compete à Assessoria de Segurança Operacional (ASO) assessorar o Diretor no tocante aos aspectos de Segurança Operacional, considerando a legislação e melhores práticas afetas às áreas de Segurança de Voo, Segurança de Superfície, Segurança do Trabalho, bem como de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Art. 28. Compete à Seção de Segurança de Voo (SVO):

I - atualizar e manter operacionais os sistemas da Segurança de Voo do Centro relacionados com as atividades operacionais; e

II - elaborar documentos administrativos, técnicos e operacionais relacionados com a área de Segurança Voo, com destaque para o Plano de Operações.

Art. 29. Compete à Seção de Segurança de Superfície (SSP):

I - atualizar e manter operacionais os sistemas da Segurança de Superfície do Centro relacionados com as atividades operacionais; e

II - elaborar documentos administrativos, técnicos e operacionais relacionados com a área de Segurança de Superfície, incluindo Plano de Resgate de Carga Útil, Plano de Segurança de Superfície, Plano de Emergência e de Evacuação e Planos de Prevenção.

Art. 30. Compete à Seção de Segurança do Trabalho (STB):

I - planejar e implementar rotinas da Segurança do Trabalho, relacionadas com as atividades operacionais e administrativas;

II - interagir com o ES-AK visando à implementação de rotinas de Medicina do Trabalho, relacionadas com as atividades operacionais e administrativas; e

III - divulgar documentos administrativos, técnicos e operacionais relacionados com a área de Segurança e Medicina do Trabalho, com destaque ao cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR).

Art. 31. Compete à Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAA):

I - assessorar o Diretor nas questões relativas à investigação de ocorrências aeronáuticas e espaciais, em conformidade com as normas do SIPAER; e

II - elaborar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à prevenção de ocorrências espaciais, em sua área de responsabilidade, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 32. Compete à Assessoria de Relações Institucionais (ARI) assessorar o Diretor no tocante às tratativas e ações de Relações Institucionais, considerando as diretrizes superiores e alinhamento estratégico com o DCTA.

Art. 33. Compete à Assessoria de Comunicação Social (ACS):

I - assessorar o Diretor no tocante às atividades de Comunicação Social, considerando as diretrizes do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), bem como alinhamento setorial junto à Assessoria de Comunicação Social do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); e

II - gerenciar as atividades relacionadas à Banda Marcial, no âmbito da GUARNAE-AK.

Art. 34. Compete à Banda Marcial (BMA) promover seleção de componentes e adestramento da Banda Marcial, fins atender à demanda de cerimônias militares no âmbito da GUARNAE-AK.

Art. 35. Compete à Assessoria de Inteligência (AIN) assessorar o Diretor no tocante às tratativas e ações de Inteligência, considerando as diretrizes superiores a partir do Sistema de Inteligência da Aeronáutica e alinhamento estratégico com o DCTA.

Art. 36. Compete à Assessoria Jurídica (AJU):

I - prestar assessoramento jurídico ao Diretor, em complemento e/ou apoio à Assessoria Jurídica do DCTA, a Consultoria Jurídica do Comandante da Aeronáutica e às demais Assessorias Jurídicas do COMAER e das entidades vinculadas; e

II - elaborar minutas de subsídios a Advocacia Geral da União - AGU, fornecendo elementos para a defesa da União, nas ações judiciais intentadas em desfavor do CLA.

Art. 37. Compete à Assessoria de Investigação e Justiça (AIJ):

I - assessorar o Diretor no tocante aos procedimentos de Investigação e Justiça, com base na legislação e melhores práticas aplicáveis, destacando as Sindicâncias, Inquéritos Policiais Militares (IPM), Conselhos de Disciplina e de Justificação, Processos de Apuração de Ressarcimento ao Erário (PARE), Instrução Provisória de Deserção (IPD) e Análises Prévias, bem como as atividades de Polícia Judiciária, envolvendo a lavratura de Autos de Prisão em Flagrante (APF) e nos procedimentos que envolvam Presos de Justiça; e

II - realizar gestões relacionadas à aquisição, registro, porte e transferência de arma de fogo de uso pessoal, bem como Guia de Tráfego, advindas das solicitações do efetivo militares no âmbito da GUARNAE-AK, em coordenação com os órgãos sistêmicos competentes e nos termos da legislação em vigor.

Art. 38. Compete à Assessoria de Risco Contratual (ARC):

I - assessorar o Ordenador de Despesas no tocante à análise e ações preventivas contra riscos contratuais, mediante acompanhamento das contas contábeis “empenhos a liquidar” e “empenhos inscritos em restos a pagar” e orientação aos gestores e fiscais responsáveis; e

II - instruir o Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) das empresas inadimplentes registrando a sanção administrativa aplicada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e em sistema informatizado do COMAER, após o encerramento do PAAI.

Art. 39. Compete ao Grupo de Saúde de Alcântara (GSAU-AK) planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades relacionadas com a área da saúde vinculadas às diretrizes, planos e ordens emanadas pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER.

Art. 40. Compete à Seção de Apoio Administrativo (SAA) identificar, monitorar, apoiar, consolidar e coordenar a elaboração/atualização e execução de planos, programas e demais documentos relacionados aos processos de planejamento, orçamento, faturamento e gestão da saúde.

Art. 41. Compete à Seção de Apoio Financeiro (SAF) assessorar nas melhores práticas aplicáveis ao gerenciamento de riscos, controles institucionais, financeiros e atividades relativas à preservação da integridade da área jurisdicionada sob a responsabilidade do GSAU.

Art. 42. Compete à Junta de Saúde local (JSL) realizar inspeções de saúde a cargo do GSAU, de pessoal aeronavegante militar e civil e não aeronavegantes, nos termos das legislações vigentes.

Art. 43. Compete ao Esquadrão de Administração (EAD) planejar, organizar, coordenar e controlar atividades de apoio administrativo e logístico dos serviços necessários ao GSAU.

Art. 44. Compete ao Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) confeccionar e controlar Guias de Atendimento ao beneficiário (GAB) solicitadas por profissionais da saúde do GSAU.

Art. 45. Compete à Seção de Arquivo Médico e Estatística (SAME) registrar, controlar, fornecer e informar aos setores pertinentes sobre os pacientes que utilizam o serviço de saúde, preservando a documentação médica, bem como o fluxo dos pacientes de acordo com a legislação em vigor.

Art. 46. Compete ao Serviço de Informações Logísticas (SIL) providenciar, supervisionar e assessorar a execução de atividades logísticas necessárias para o cumprimento da missão do Centro.

Art. 47. Compete ao Esquadrão Técnico (ETC) planejar, organizar, coordenar e controlar atividades de apoio técnico especializado dos serviços necessários ao GSAU.

Art. 48. Compete à Seção Médica (SME) realizar e supervisionar atividades médicas, de apoio clínico, centro cirúrgico, pronto atendimento, ações de medicina preventiva e medicina do trabalho.

Art. 49. Compete à Seção de Odontologia (SOD):

I - executar as atividades técnicas odontológicas, no atendimento clínico especializado, além de supervisionar a aplicação dos recursos destinados à assistência odontológica; e

II - coordenar o apoio para as atividades da Células Ambulatoriais Especializadas (CAE).

Art. 50. Compete à Seção de Farmácia (SFM):

I - coordenar o apoio para as atividades farmacêuticas que englobem a competência e abrangência técnica de apoio de saúde estipulado pela DIRSA para o CLA, e

II - viabilizar o encaminhamento de pacientes para outros serviços, com a finalidade de complementar a assistência de saúde do GSAU, através da realização de exames laboratoriais, análises clínicas e serviços ambulatoriais.

Art. 51. Compete à Seção de Atividades Complementares (SAC) coordenar e controlar as atividades funcionais das áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Nutrição, Fonoaudiologia e Diagnóstico por Imagem.

Art. 52. Compete ao Grupo de Segurança e Defesa de Alcântara (GSD-AK):

I - planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades operacionais, administrativas e logísticas vinculadas às diretrizes, planos e ordens emanadas pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

II - assessorar a Direção do CLA, a Direção da ECE, o Comando do GSAU-AK e o Comando do DTCEA-SL nos assuntos relativos ao Sistema de Segurança e Defesa (SISDE) e à Tarefa de Proteção da Força.

Art. 53. Compete à Seção de Operações (SOP) planejar as atividades de preparo e emprego, com destaque para a orientação e fiscalização do cumprimento, juntamente com o Oficial de Doutrina, das normas e princípios doutrinários afins.

Art. 54. Compete à Seção de Apoio (SAP) conduzir as atividades relacionadas à administração de pessoal, administração de material, controle patrimonial e ao apoio administrativo, no âmbito do GSD-AK, em estrita coordenação com os setores afins do CLA.

Art. 55. Compete ao Esquadrão de Segurança das Instalações (ESI) conduzir as atividades de preparo e emprego associadas à área de Segurança das Instalações.

Art. 56. Compete ao Esquadrão de Polícia da Aeronáutica (EPA) conduzir as atividades de preparo e emprego associadas à área de Polícia da Aeronáutica.

Art. 57. Compete ao Esquadrão de Formação de Soldados (EFS) conduzir as atividades relacionadas à Formação de Soldados, no âmbito da GUARNAE-AK.

Art. 58. Além do previsto no Regulamento, compete à Vice-Direção (VDR):

I - orientar e supervisionar as atividades de governança, gestão orçamentária, gerenciamento de riscos, gestão por processos e gestão de viagens;

II - orientar e supervisionar as atividades de gestão do material bélico; e

III - orientar e supervisionar as atividades de gestão integrada e de inovação.

Art. 59. Compete à Coordenadoria de Planejamento e Supervisão (CPS) coordenar as atividades de gestão orçamentária, gerenciamento de riscos, gestão por processos e gestão de viagens.

Art. 60. Compete à Seção de Gestão Orçamentária (SGO) conduzir as atividades de Planejamento e Controle Orçamentário, sob estrito cumprimento das diretrizes superiores do EMAER e SEFA, bem como alinhamento institucional ao DCTA.

Art. 61. Compete à Seção de Gestão de Riscos e Processos (SRP) conduzir as atividades de Gerenciamento de Riscos e Gestão por Processos, como fulcro na legislação aplicável e estrito alinhamento institucional ao DCTA.

Art. 62. Compete à Seção de Gestão de Viagens (SGV) conduzir as atividades de emissão de passagens, bem como indenização de diárias e ajudas de custo, com base no sistema Gestão de Viagens adotado no âmbito do DCTA, bem como seguindo as diretrizes governamentais associadas ao controle pertinente do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

Art. 63. Compete à Coordenadoria de Gestão Integrada e Inovação (CGI):

I - coordenar as atividades de Gestão Integrada, que inclui os aspectos ambientais, de segurança do trabalho e de qualidade;

II - conduzir as atividades de Gestão da Inovação, sob as diretrizes superiores do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER) e alinhamento setorial ao Núcleo de Gestão da Inovação (NGI) do DCTA;

III - conduzir os processos de auditorias internas de qualidade visando à obtenção e manutenção da Certificação ISO 9001; e

IV - atuar como Célula de Gestão da Inovação do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER), no âmbito do CLA, coordenando a execução dos processos, atividades e atribuições relacionadas à Gestão da Inovação.

Art. 64. Compete à Coordenadoria de Material Bélico (CMB) coordenar e acompanhar ações afetas ao funcionamento do Estande de Tiro, inspeções técnicas periódicas nas instalações, segurança do pessoal nas áreas de estocagem e manuseio de material bélico, bem como do estoque de itens bélicos na figura do Gestor de Material Bélico, de acordo com legislação e as normas vigentes.

Art. 65. Compete aos Centros Sociais em Alcântara (CSA) e São Luís (CSS) promover e fomentar atividades de lazer e bem-estar nas localidades de Alcântara e São Luís, respectivamente, para a promoção de intercâmbio social, recreativo, cultural, educacional, assistencial e cívico, primordialmente entre os militares e seus familiares e entre estes e os demais segmentos da sociedade.

Art. 66. Compete à Casa de Cultura Aeroespacial (CCA) divulgar a Força Aérea Brasileira (FAB), em especial o CLA, bem como integrar a comunidade alcantareense, a partir da promoção e fomento de ações de cultura, saúde e educação a partir do acervo histórico disponível.

Art. 67. Compete à Secretaria Geral do CLA (SECGER) coordenar as atividades de protocolo, legislação e secretaria executiva, descentralizados na estrutura organizacional, com vistas ao suporte das atividades administrativas, mediante estrito cumprimento da legislação pertinente aplicável ao COMAER e alinhamento setorial ao DCTA.

Art. 68. Além do previsto no Regulamento, compete à Divisão de Operações (DOP) planejar e acompanhar a execução das atividades de suporte e execução operacional,

respeitando as legislações nacionais e internacionais aplicáveis, bem como estrito alinhamento setorial junto ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 69. Compete à Ajudância da Divisão de Operações (ADOP) apoiar a chefia da Divisão no tocante à otimização dos meios e coordenação entre as Subdivisões, buscando o planejamento inteligente e a comunicação eficiente entre os setores operacionais.

Art. 70. Compete à Seção de Planejamento e Gestão Operacional (SPG):

I - consolidar, atualizar e divulgar o planejamento das atividades operacionais do CLA, desde a programação até o Relatório Final da Operação; e

II - orientar e controlar o cumprimento do planejamento operacional, envolvendo a elaboração de documentações pertinentes, segundo as regulamentações técnicas em vigor, bem como considerando o acervo de lições aprendidas e as melhores práticas.

Art. 71. Compete à Subdivisão de Suporte Operacional (SDSO) gerenciar o Suporte Operacional, contemplando as atividades associadas à disponibilidade operacional dos meios, envolvendo equipamentos e sistemas de metrologia, meteorologia e tecnologia da informação, respeitando as regulamentações técnicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 72. Compete à Seção de Metrologia (SML) executar e controlar as atividades de Metrologia, com destaque para os procedimentos de calibração e aferição de equipamentos operacionais, em conformidade com as normas, critérios, princípios e programas emanados do Órgão Central do Sistema de Metrologia Aeroespacial (SISMETRA) e alinhamento ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 73. Compete à Seção de Meteorologia (SMT) executar e controlar as atividades de Meteorologia, com destaque para as observações de superfície, sondagens atmosféricas, radiossondagens e transmissão dos dados, em conformidade com as regulamentações técnicas aplicáveis ao COMAER e alinhamento ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 74. Compete à Seção de Sistemas de Informação (SSI) executar e controlar as atividades associadas à Tecnologia de Informação, envolvendo hardware, software, arquitetura de rede, processamento de dados e segurança cibernética, bem como os sistemas de interfonia, controle, disparo e sincronização, em conformidade com as regulamentações técnicas aplicáveis no âmbito do COMAER e alinhamento ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 75. Compete à Subdivisão de Execução Operacional (SDEO) gerenciar a execução operacional, contemplando os setores mais diretamente ligados às campanhas de lançamento, envolvendo todas as fases operacionais, desde a preparação, montagem e integração, passando pelo lançamento de veículos espaciais, até o rastreo, coleta e tratamento de dados, respeitando as regulamentações técnicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 76. Compete à Seção de Preparação e Lançamento (SPL):

I - executar e controlar as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos operacionais associados às atividades de preparação e lançamento de veículos espaciais e cargas úteis associadas, respeitando as regulamentações técnicas aplicáveis e alinhamento junto ao Subdepartamento Técnico do DCTA; e

II - executar e controlar as atividades de preparação, integração e montagem de veículos espaciais e eventuais cargas úteis associadas, incluindo o armazenamento e manuseio de materiais perigosos, obedecendo às normas de segurança aplicáveis.

Art. 77. Compete à Seção de Radares (SRD) executar e controlar as atividades associadas aos procedimentos de rastreamento de veículos espaciais, no tocante ao gerenciamento dos Radares, envolvendo planejamento de aquisições, manutenção preventiva e corretiva, modernização e operação eficiente, em conformidade com as regulamentações técnicas aplicáveis no âmbito do COMAER e alinhamento ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 78. Compete à Seção de Telemedidas (STL) executar e controlar as atividades associadas à área de Telemedidas, envolvendo equipamentos e sistemas associados, em conformidade com as regulamentações técnicas aplicáveis no âmbito do COMAER e alinhamento ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 79. Compete à Seção de Tratamento de Dados (STD) executar e controlar as atividades associadas ao Tratamento de Dados, obtidos nas campanhas de lançamento, incluindo retroanálise, bem como procedimentos de melhoria contínua e mitigação de riscos, em conformidade com as regulamentações técnicas aplicáveis no âmbito do COMAER e alinhamento ao Subdepartamento Técnico do DCTA.

Art. 80. Além do previsto no Regulamento, compete à Divisão de Apoio e Infraestrutura (DAI) planejar e acompanhar a execução das atividades associadas às áreas de Suporte Logístico e Gestão de Infraestrutura e Patrimônio, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER, bem como o alinhamento setorial junto ao Subdepartamento de Administração ou Subdepartamento Técnico do DCTA, conforme o caso.

Art. 81. Compete à Subdivisão de Infraestrutura e Patrimônio (SDIP) gerenciar as atividades de Infraestrutura e Patrimônio, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 82. Compete à Seção de Engenharia Civil (SEC) executar e controlar as atividades associadas a Obras e/ou Serviços Comuns de Engenharia, envolvendo a elaboração de Projetos de Engenharia Civil e Arquitetura, bem como a Fiscalização e Recebimento de contratos, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 83. Compete à Seção de Próprios Nacionais (SPN) administrar, conservar, controlar e distribuir os Próprios Nacionais Residenciais jurisdicionados ao Comando da Aeronáutica na GUARNAE-AK, segundo os sistemas e diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 84. Compete à Seção de Gestão Ambiental (SGA) executar e controlar as atividades de Gestão Ambiental, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 85. Compete à Seção de Patrimônio (SPT):

I - executar e controlar as atividades de controle patrimonial físico e contábil, considerando as nuances técnicas, administrativas, cartoriais e judiciais, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes; e

II - promover ações preventivas, mitigadoras e reativas visando à integridade patrimonial do Centro, em coordenação com os setores de inteligência e segurança e defesa.

Art. 86. Compete à Seção de Elétrica (SEL):

I - executar e controlar as atividades de manutenção preventiva e corretivas dos sistemas e instalações elétricas, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes; e

II - fomentar conscientização do efetivo e promover estratégias quanto ao consumo eficiente de energia elétrica e cultura de segurança.

Art. 87. Compete à Seção de Climatização (SCL):

I - executar e controlar as atividades de manutenção preventiva e corretivas dos sistemas de refrigeração e climatização, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes; e

II - fomentar conscientização do efetivo e promover estratégias quanto ao uso eficiente de equipamentos de refrigeração e climatização, bem como práticas de conservação.

Art. 88. Compete à Seção de Manutenção e Conservação (SMC):

I - executar e controlar as atividades de manutenção e conservação das edificações e infraestrutura, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes; e

II - fomentar conscientização do efetivo e promover estratégias quanto ao uso eficiente das edificações e elementos da infraestrutura hidrossanitária.

Art. 89. Compete à Subdivisão de Logística (SDLO) gerenciar as atividades de logística, considerando os modais aéreo, terrestre e marítimo, além do contraincêndio, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 90. Compete à Seção de Transporte Aéreo (STA) executar e controlar as atividades logísticas de apoio aéreo, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 91. Compete à Seção de Transporte Marítimo (STM) executar e controlar as atividades logísticas de apoio marítimo, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 92. Compete à Seção de Transporte Terrestre (STT) executar e controlar as atividades logísticas de apoio terrestre, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 93. Compete à Seção de Contraincêndio (SCI) executar e controlar ações de prevenção e combate a incêndio, com destaque para o suporte às operações aeroespaciais nos sítios de lançamento e às operações aeronáuticas no aeródromo de Alcântara (SNCW), respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 94. Além do previsto no Regulamento, compete à Divisão Administrativa (DAM) planejar e acompanhar a execução das atividades associadas às áreas de Intendência e Gestão de Recursos Humanos, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do

COMAER, bem com o estrito alinhamento setorial junto ao Subdepartamento de Administração do DCTA.

Art. 95. Compete à Subdivisão de Intendência (SDIN) gerenciar as atividades de Intendência, contemplando os setores de licitações, contratos e convênios, finanças, subsistência, provisões, registro, hotelaria, controle de receitas e administração de próprios nacionais residenciais, respeitando as legislações pertinentes, bem como as diretrizes sistêmicas aplicáveis ao COMAER e alinhamento ao DCTA.

Art. 96. Compete à Seção de Licitações e Contratos (SLC) executar e controlar as atividades de licitações associadas às aquisições e contratações públicas necessárias, bem como a gestão dos contratos de despesas e convênios, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 97. Compete à Seção de Finanças (SFI) executar e controlar as atividades associadas à área de Finanças, envolvendo o pagamento de pessoal, pagamento de fornecedores, recebimento dos contratos de receita, garantias contratuais e controle contábil, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 98. Compete à Seção de Subsistência (SSU) executar e controlar as atividades associadas à área de Subsistência, envolvendo aquisição e armazenamento de gêneros e consumíveis de apoio (gás, descartáveis, embalagens, etc.), bem como o preparo e provimento de refeições, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 99. Compete à Seção de Provisões (SPV):

I - executar e controlar as atividades de armazenamento e distribuição de material de estoque, exceto víveres, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes; e

II - executar as atividades de liquidação de despesas, segundo os sistemas e diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 100. Compete à Seção de Registro (SRG) executar e controlar as atividades associadas à escrituração e controle contábil dos bens patrimoniais móveis permanentes, de consumo, de uso duradouro e os intangíveis, segundo os sistemas e diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 101. Compete à Seção de Hotelaria (SHT) executar e controlar as atividades de hospedagem associadas aos hotéis de trânsito, incluindo os respectivos serviços de limpeza e lavanderia, segundo os sistemas e diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 102. Compete à Seção Comercial (SCO) executar e controlar as atividades de controle de receita associadas ao Posto Regional de Venda de Fardamento (PRVF) e à Barbearia, segundo os sistemas e diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 103. Compete à Subdivisão de Recursos Humanos (SDRH) gerenciar as atividades de gestão de Recursos Humanos, contemplando os setores responsáveis por pessoal militar, pessoal civil, capacitação técnico-administrativa, assistência social e religiosa, veteranos e pensionistas, serviço militar obrigatório e condicionamento físico do efetivo militar,

respeitando as legislações pertinentes, bem como as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e alinhamento setorial ao DCTA.

Art. 104. Compete à Seção de Pessoal Militar (SPM) executar e controlar atividades de Gestão de Recursos Humanos, específicas ao Pessoal Militar, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 105. Compete à Seção de Pessoal Civil (SPC) executar e controlar atividades de Gestão de Recursos Humanos, específicas ao Pessoal Civil, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 106. Compete à Seção de Capacitação (SCP) executar e controlar atividades de Gestão de Capacitação, incluindo o mapeamento de competências e a gestão dos planos específicos, em caráter técnico e administrativo, para o efetivo militar e civil, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 107. Compete à Seção de Assistência Social e Religiosa (SAS) executar, controlar e fomentar atividades de Assistência Social e Assistência Religiosa ao efetivo, dependentes e pensionistas, com vistas à prevenção de riscos e promoção de bem-estar social no âmbito da GUARNAE-AK, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 108. Compete à Seção de Veteranos e Pensionistas (SVP) executar e controlar as atividades de apoio e assistência administrativa aos veteranos e pensionistas no âmbito da GUARNAE-AK, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 109. Compete à Seção Mobilizadora (SMO) executar e controlar as atividades de Recrutamento e Cadastramento do Pessoal da Reserva no âmbito da Guarnição, conforme normas administrativas estabelecidas pela Lei do Serviço Militar e normas que tratam do funcionamento dos órgãos de Recrutamento e Mobilização da Aeronáutica.

Art. 110. Compete à Seção de Educação Física (SEF) executar e controlar atividades para a prática de educação física, visando ao aprimoramento do condicionamento físico do efetivo militar no âmbito da GUARNAE-AK, respeitando as diretrizes sistêmicas aplicáveis no âmbito do COMAER e legislações pertinentes.

Art. 111. De conformidade com as necessidades operacionais as Divisões e Subdivisões podem dispor de Adjunto, e as Seções de Encarregados e Auxiliares.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES

Art. 112. Incumbem aos Chefes de Divisão, Subdivisão, Seção, Assessoria ou Coordenadoria, bem como ao Comandante do GSD-AK, como atribuições fundamentais no âmbito do CLA, nos termos da legislação vigente e consoante às diretrizes do Diretor:

- I - cumprir datas, prazos e compromissos;
- II - observar as prescrições legais e diretrizes sistêmicas superiores;
- III - manter a funcionalidade e operacionalidade do setor;
- IV - consolidar dados e séries históricas visando à retroanálise;
- V - manter a chefia atualizada sobre as atividades sob sua responsabilidade;

- VI - apresentar sugestões e implementar processos de melhoria contínua;
- VII - promover escrituração e controle do respectivo material carga; e
- VIII - assessorar a chefia superior, sempre que solicitado.

Art. 113. Incumbe ao Adjunto apoiar o respectivo chefe no cumprimento das responsabilidades afetas ao setor, assessorando nos processos de tomada de decisão, bem como substituí-lo em sua ausência eventual.

Art. 114. Incumbe ao Encarregado atuar diretamente na execução das atribuições do setor, incluindo a liderança da equipe, com vistas ao cumprimento das ordens, orientações, normas e legislações aplicáveis.

Art. 115. Incumbe ao Auxiliar apoiar diretamente na consecução de tarefas e/ou complementar as atividades nas áreas de competência do seu setor.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Pessoal

Art. 116. O provimento de cargos e funções observará as seguintes diretrizes:

- I - o Chefe da AED é Major do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;
- II - o Chefe da AJU é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa, de Serviços Jurídicos;
- III - o Chefe da AIJ é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa, de Serviços Jurídicos;
- IV - o Chefe da ARC é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;
- V - o Chefe da ARI é Tenente Coronel, do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;
- VI - o Chefe da ASO é Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;
- VII - o Chefe da SSP é Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;
- VIII - o Chefe da SVO é Capitão do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;
- IX - Chefe da SIPAA é Major do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, com curso de especialização em Segurança de Voo, da ativa;
- X - o Chefe da ACI é Major do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, com conhecimentos e experiência funcional na área de controle interno, da ativa;
- XI - o Chefe da AIN é Major do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, preferencialmente com curso na área de Inteligência e curso de Análise de Inteligência, da ativa;
- XII - o Chefe da ACS é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da especialidade de Comunicação Social, da ativa;
- XIII - o Chefe da BMA é Tenente do Quadro de Oficiais Especialista da Aeronáutica, da especialidade Música, da ativa;
- XIV - o Chefe da STB é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Segurança do Trabalho, da ativa;

XV - o Comandante do GSAU-AK é Major do Quadro de Oficiais Médicos da ativa;

XVI - o Chefe da SAA é Tenente do Quadro de Oficiais de Médicos da Aeronáutica, da ativa;

XVII - o Chefe da JSL é Tenente do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica, da ativa;

XVIII - o Chefe da SAF é Tenente do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica, da ativa;

XIX - o Chefe do EAD é Capitão do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica da ativa;

XX - o Chefe do ETC é Capitão do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica da ativa;

XXI - o Chefe do FUNSA é Capitão do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica da ativa;

XXII - o Chefe da SAME é Tenente do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica, da Ativa;

XXIII - o Chefe da SIL é Capitão do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica da ativa;

XXIV - o Chefe da SME é Tenente do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica, da Ativa;

XXV - o Chefe da SOD é Capitão do Quadro de Oficiais Dentistas da Aeronáutica da ativa;

XXVI - o Chefe da SFM é Capitão do Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica da ativa;

XXVII - o Chefe da SAC é Capitão do Quadro de Oficiais Médicos da Aeronáutica da ativa;

XXVIII - o Comandante do GSD é Major do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa, obrigatoriamente com o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

XXIX - o Chefe da EFS é Capitão do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

XXX - o Chefe da EPA é Capitão do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

XXXI - o Chefe da ESI é Capitão do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

XXXII - o Chefe da SAP é Capitão do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

XXXIII - o Chefe da SOP é Capitão do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

XXXIV - o Chefe do CSA e CSS é Capitão, do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica da ativa;

XXXV - o Chefe da SECGER é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da especialidade de Biblioteconomia, da ativa;

XXXVI - o Chefe da Coordenadoria da CGI é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa, preferencialmente, com pós-graduação *stricto sensu*;

XXXVII - o Chefe da CMB é Capitão do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade de Material Bélico, da ativa;

XXXVIII - o Chefe da CPS é Capitão do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

XXXIX - o Chefe da SGO é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

XL - o Chefe da SRP é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

XLI - o Chefe da SGV é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

XLII - o Chefe da DOP é Tenente Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

XLIII - o Chefe da ADOP é Tenente Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

XLIV - o Chefe da SPG é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

XLV - o Chefe da SDSO é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

XLVI - o Chefe da SDEO é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

XLVII - o Chefe da SML é Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Meteorologia, da ativa;

XLVIII - o Chefe da SPL é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

XLIX - o Chefe da SRD é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

L - o Chefe da SMT é Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Meteorologia, da ativa;

LI - o Chefe da SSI é Tenente, do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa preferencialmente, das áreas de engenharia, análise de dados ou áreas afins;

LII - o Chefe da STL é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

LIII - o Chefe da STD é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da especialidade Engenharia Aeronáutica, da ativa;

LIV - o Chefe da DAM é Tenente Coronel do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LV - o Chefe da SDIN é Major do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LVI - o Chefe da SDRH é Major do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

LVII - o Chefe da SFI é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LVIII - o Chefe da SPM é Capitão do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos, da ativa;

LIX - o Chefe da SSU é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LX - o Chefe da SPC é Capitão do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXI - o Chefe da SPV é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXII - o Chefe da SCP é Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

LXIII - o Chefe da SRG é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXIV - o Chefe da SAS é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, na especialidade de Serviço Social;

LXV - o Chefe da SAS é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXVI - o Chefe da SMO é Tenente do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

LXVII - o Chefe da SLC é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXVIII - o Chefe da SVP é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXIX - o Chefe da SAS é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXX - o Chefe da Seção de Educação Física é Tenente do Quadro de Oficiais de Infantaria, da ativa;

LXXI - o Chefe da DAI é Tenente Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica da ativa;

LXXII - o Chefe da SDIP é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

LXXIII - o Chefe da SDLO é Major do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

LXXIV - o Chefe da SEC é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

LXXV - o Chefe da STA é Tenente do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

LXXVI - o Chefe da SPN é Tenente do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;

LXXVII - o Chefe da SEC é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

LXXVIII - o Chefe da Seção de Transporte Marítimo é Tenente do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

LXXIX - o Chefe da SGA é Tenente do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa, da especialidade Engenharia Ambiental;

LXXX - o Chefe da STT é Tenente do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

LXXXI - o Chefe da SPT é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

LXXXII - o Chefe da SCI é Tenente do Quadro de Oficiais de Aeronáutica, da ativa; da especialidade de Bombeiro da Aeronáutica (BBA);

LXXXIII - o Chefe da SCL é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

LXXXIV - o Chefe da SEL é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa; e

LXXXV - o Chefe da SMC é Tenente do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa.

§ 1º Os cargos de Chefe da SDSO, SDEO e ASO podem ser ocupados por Oficiais Superiores ou intermediários da Aeronáutica, da ativa, dos Quadros de Oficiais Engenheiros, Aviadores ou Especialistas, com formação e conhecimento na área técnico-operacional.

§ 2º Os cargos de Chefe da SDLO e SDIP podem ser ocupados por Oficiais Superiores ou intermediários da Aeronáutica, da ativa, dos Quadros de Oficiais Engenheiros, Aviadores ou Especialistas, com formação e conhecimento nas áreas de logística e/ou infraestrutura.

§ 3º Os cargos de Chefe da AED, SDIN, SDRH, ACI e ARI podem ser ocupados por Oficiais Superiores ou intermediários da Aeronáutica, da ativa, dos Quadros de Oficiais Engenheiros, Aviadores ou Especialistas, com formação e conhecimento nas áreas de administração pública.

§ 4º Os cargos de chefe da SAA, SAF e JSL podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, com formação e conhecimento nas áreas de administração pública.

§ 5º Os cargos de chefe do EAD e ETC podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, com formação e conhecimento na área técnico-operacional.

§ 6º O cargo de Comandante do GSAU-AK pode ser ocupado por Major do Quadro de Saúde da ativa.

§ 7º Os cargos de chefe do FUNSA, SAME, SIL, SME, SFM, CAIS, UIN, CCI, PAT, CAE, SOD, SAC e as Células podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, com formação e conhecimento na área técnico-operacional.

§ 8º Os cargos de Presidente da CSA, CSS e CCA podem ser ocupados por Oficiais Superiores da Aeronáutica, da ativa, Tenente Coronel ou Major, com formação e conhecimento nas áreas de administração pública.

§ 9º Os cargos de chefe da CGI, SVO, SSP, STB, SIPAA, ADOP, SPG, SML, SMT, SSI, SPL, SRD, STL e STD podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, com formação e conhecimento na área técnico-operacional.

§ 10. Os cargos de chefe da STA, STT, STM, SEC, SGA, SPT, SEL, SCL e SMC podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, com formação e conhecimento nas áreas de logística e/ou infraestrutura.

§ 11. Os cargos de chefe da CPS, SECGER, AIN, ACS, SGO, SRP, SGV, SFI, SSU, SPV, SRG, SHT, SPN, SPM, SPC, SAS, SVP e SES podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, com formação e conhecimento nas áreas de administração pública.

§ 12. Os cargos de Chefe da CMB, SOP, SAP, ESI, EPA, EFS, SCI, SMO e SEF podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa, Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais de Infantaria, Especialistas ou Convocados, com formação e conhecimento nas áreas de segurança e defesa.

§ 13. Os cargos de chefe da AJU, AIJ, ARC e SLC podem ser ocupados por Oficiais Intermediários ou Subalternos da Aeronáutica, da ativa ou da reserva remunerada em regime PTTC, Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais Intendentes, Especialistas ou Convocados, com formação e conhecimento na área jurídica.

§ 14. Os cargos previstos neste Regimento para oficiais e graduados podem ser exercidos por militares em prestação de tarefa por tempo certo, ou servidor civil assemelhado, do quadro permanente da Aeronáutica, obedecidas as qualificações e especialidades para cada função e a legislação vigente.

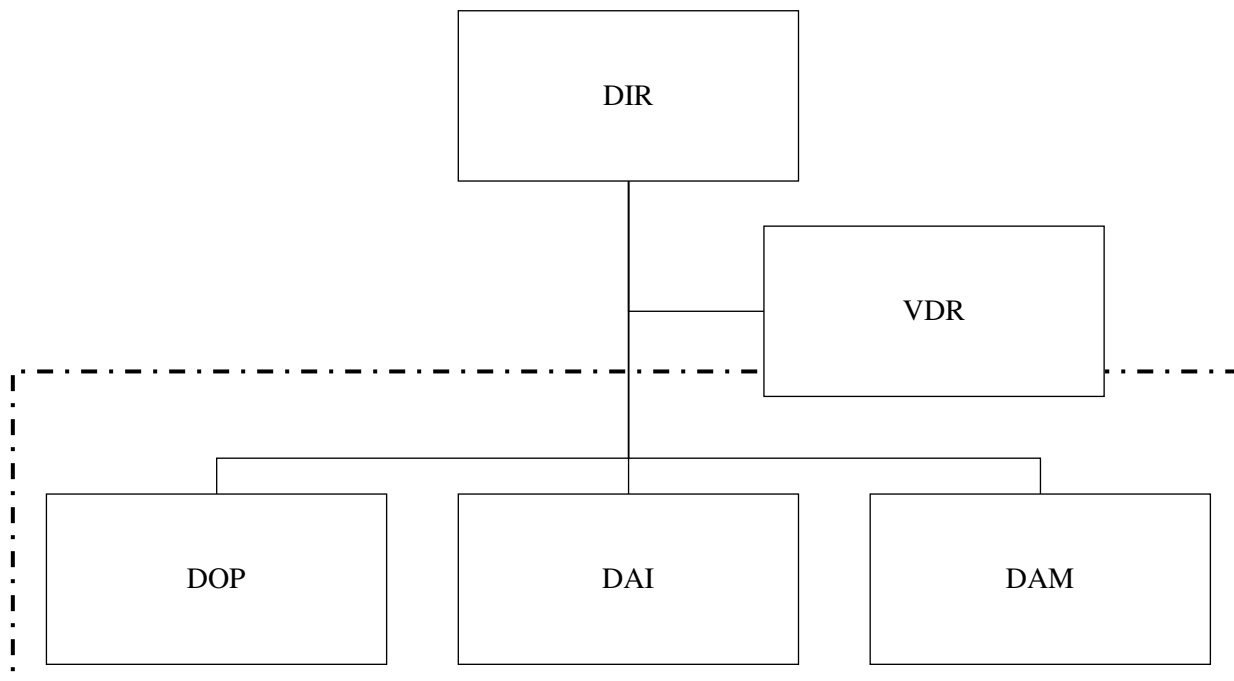
Seção II

Disposições Finais

Art. 117. Em complemento ao presente Regimento Interno, o funcionamento de cada setor constitutivo deve ser regulado por Norma Padrão de Ação (NPA) específica, a qual deve especificar os procedimentos, tarefas e rotinas, seus responsáveis e respectivas funções.

Art. 118. O CLA é uma organização classificada como Unidade Administrativa, qualificada como Unidade Gestora Executora (UG EXEC) para efeito de execução econômico-financeira e patrimonial, conforme estabelecido pela Portaria GABAER nº 425/GC3, de 6 de dezembro de 2022.

Art. 119. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do Diretor-Geral do DCTA.

Anexo A - Organograma da Estrutura Básica do CLA**Legenda:**

- Subordinação direta
- - - - - Relação de coordenação

DIR – Direção

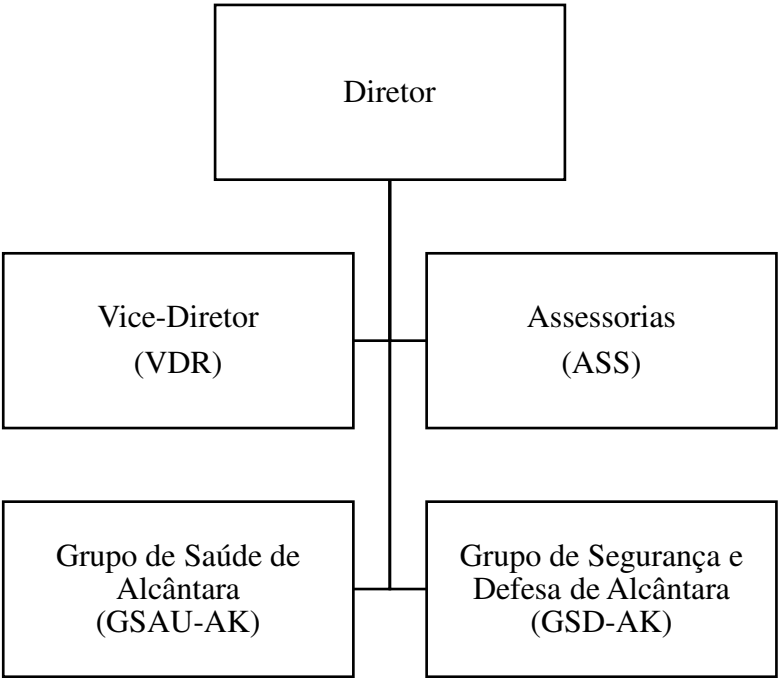
VDR – Vice-Direção

DOP – Divisão de Operações

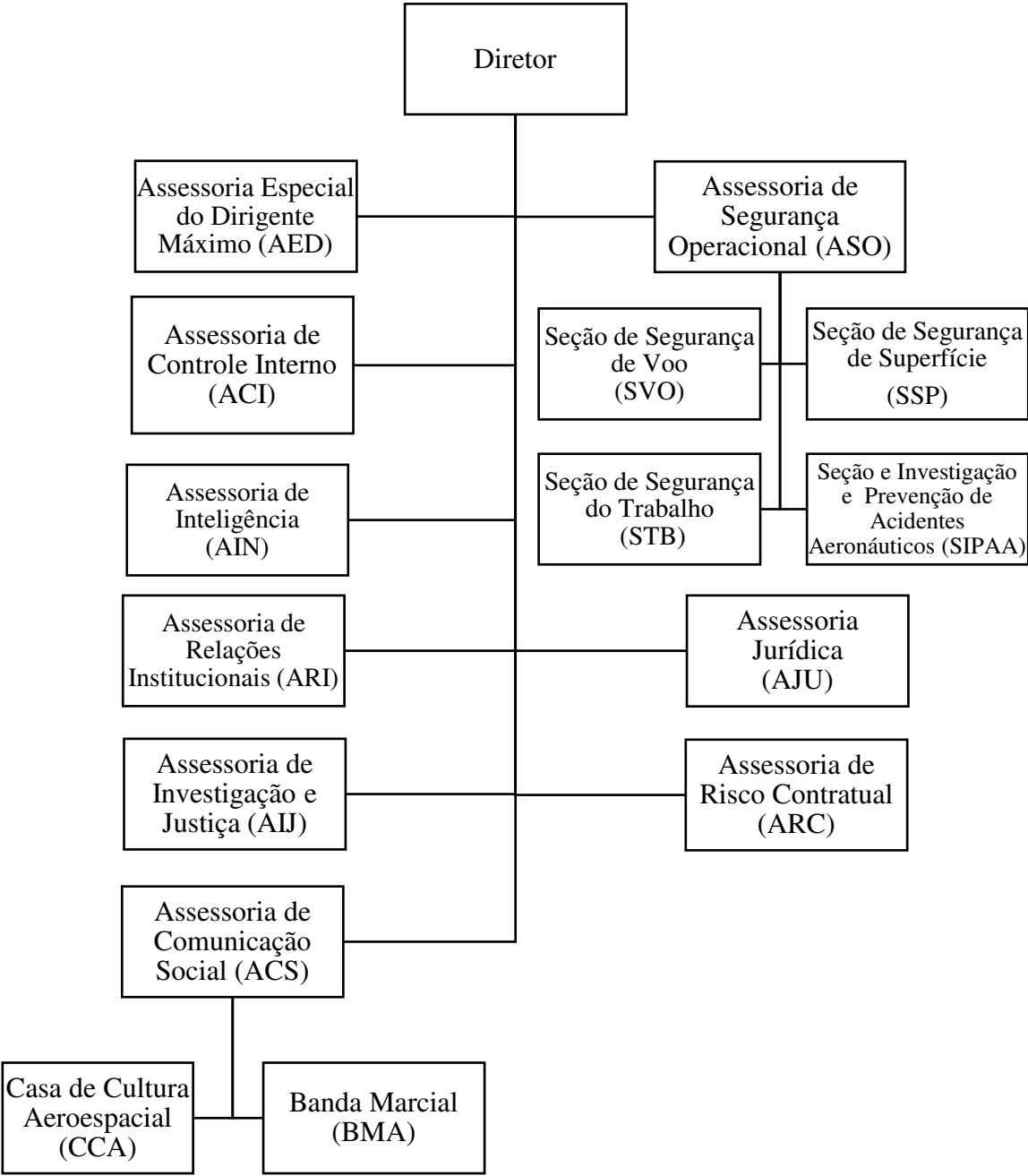
DAI – Divisão de Apoio e Infraestrutura

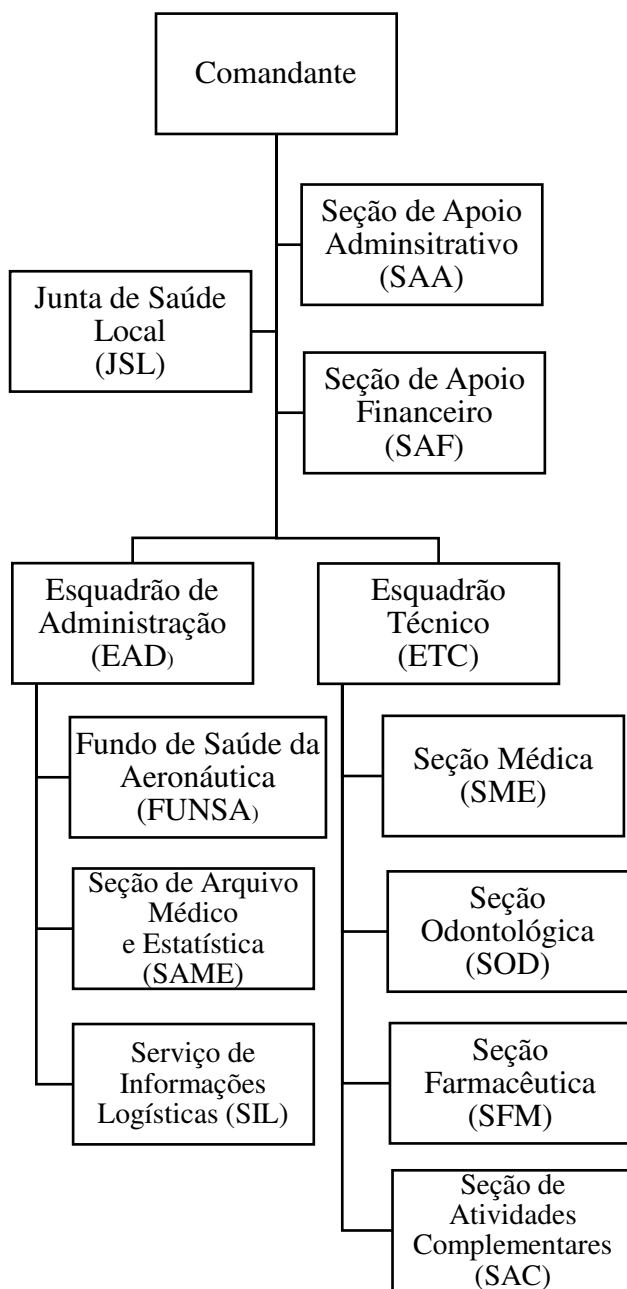
DAM – Divisão Administrativa

Anexo B - Organograma da Direção (DIR)



Anexo C - Organograma das Assessorias (ASS)

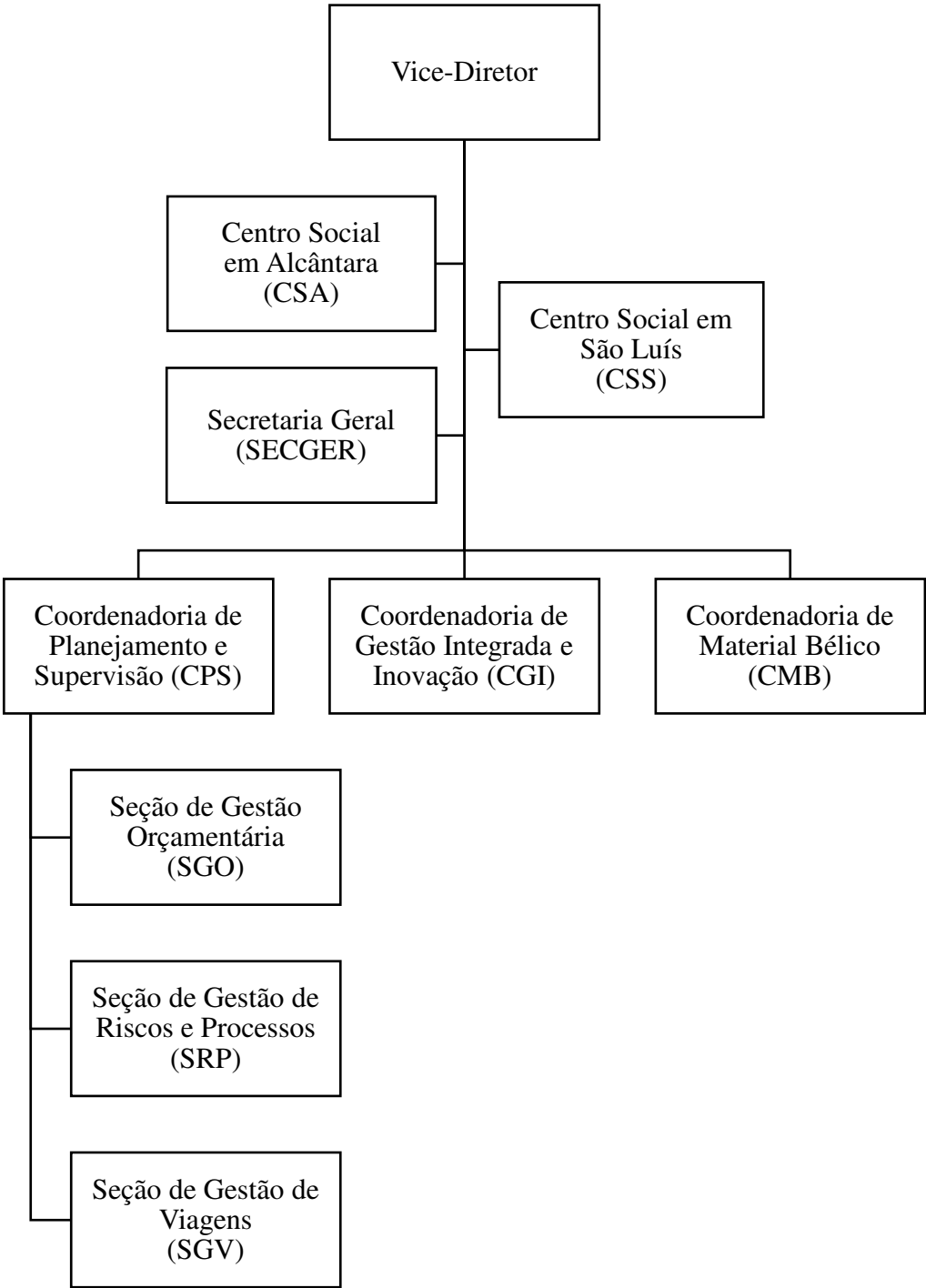


Anexo D - Organograma do Grupo de Saúde de Alcântara (GSAU-AK)

Anexo E - Organograma do Grupo de Segurança e Defesa de Alcântara (GSD-AK)

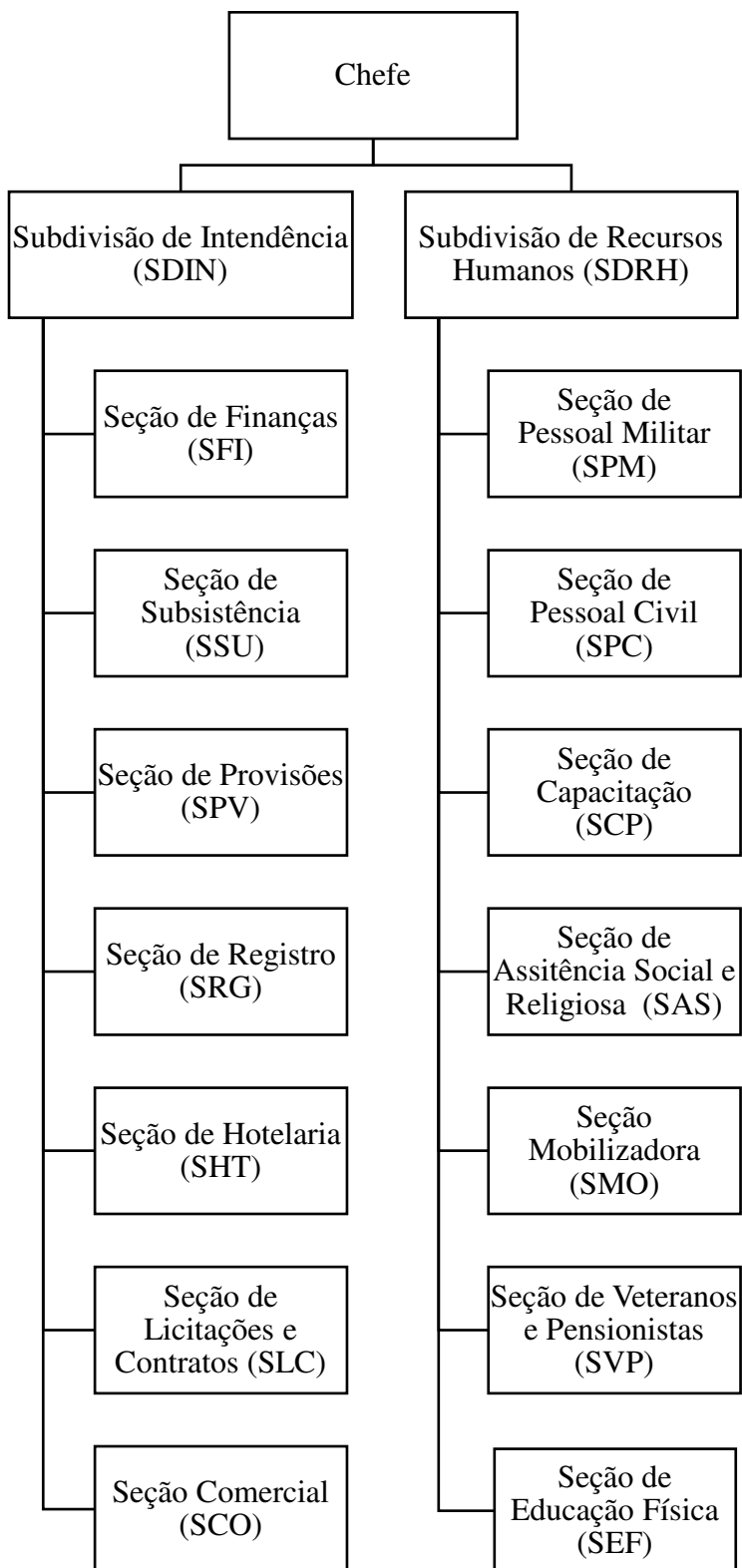


Anexo F - Organograma da Vice-Direção (VDR)

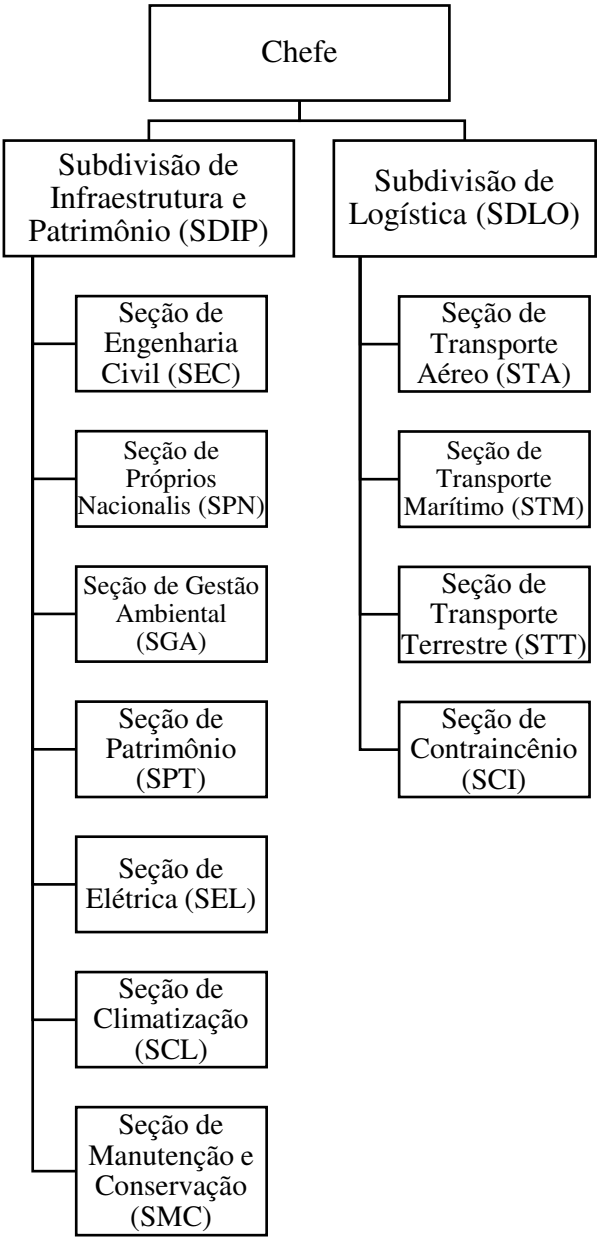


Anexo G - Organograma da Divisão de Operações (DOP)



Anexo H - Organograma da Divisão Administrativa (DAM)

Anexo I - Organograma da Divisão de Apoio e Infraestrutura (DAI)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-832

**CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO BÁSICO DE BUSCA
E SALVAMENTO
(CBBS)**

2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO



ENSINO

ICA 37-832

**CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO BÁSICO DE BUSCA
E SALVAMENTO
(CBBS)**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO

PORTARIA COMPREP Nº 2.243/SPOG-50, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a reedição da ICA 37-832
Currículo Mínimo do Curso Básico de
Busca e Salvamento (CBBS).

O COMANDANTE DE PREPARO, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso I, Artigo 13, do ROCA 20-13 “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria nº 492/GC3, de 21 de abril de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-832 "Currículo Mínimo do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS)", que com esta baixa.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 126/COMPREP, de 14 de julho de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 130, de 24 de julho de 2020.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, devido à necessidade operacional, conforme o Art. 4º, Parágrafo Único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Ten Brig Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA
Comandante de Preparo

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	5
1.1 <u>FINALIDADE</u>	5
1.2 <u>ÂMBITO</u>	5
2 CONCEPÇÃO ESTRUTURAL DO CURSO	6
3 PADRÕES DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE E PERFIL DO ALUNO	8
3.1 <u>PADRÃO DE DESEMPENHO DO CAMPO GERAL E TÉCNICO-ESPECIALIZADO</u> ...	8
3.2 <u>PERFIL DO ALUNO</u>	8
4 FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E DURAÇÃO DO CURSO	9
4.1 <u>FINALIDADE</u>	9
4.2 <u>OBJETIVOS GERAIS</u>	9
4.3 <u>DURAÇÃO DO CURSO</u>	9
5 QUADRO GERAL DO CURSO	10
5.1 <u>DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL</u>	10
6 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	12
7 DISPOSIÇÕES GERAIS	13
8 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS	15
ANEXO A - HISTÓRICO DAS REVISÕES	17

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta Instrução tem por finalidade estabelecer o Currículo Mínimo para o Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS), ministrado pelo Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

1.2 ÂMBITO

Comando de Preparo (COMPREP).

2 CONCEPÇÃO ESTRUTURAL DO CURSO

2.1 O Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS) tem por finalidade propiciar os conhecimentos necessários às equipagens das Unidades de Busca e Salvamento da FAB e elos afins ao Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), de forma que participantes possam colaborar no cumprimento das Ações de Busca e Salvamento, Socorro em Voo e Evacuação Aeromédica.

2.2 O CBBS é ministrado na modalidade de Ensino a Distância (EAD). As instruções pertencem ao campo Técnico-Especializado, na área de Ciências Militares. Baseiam-se no cumprimento do Anexo 12 da Organização Internacional de Aviação Civil (OACI), por parte da Força Aérea Brasileira, no Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento (IAMSAR), no MCA 64-3 “Manual de Coordenação de Busca e Salvamento Aeronáutico” e nos conhecimentos adquiridos pelas Unidades de Busca e Salvamento da FAB, na prestação do serviço de Salvamento Aeronáutico (SAR), com o objetivo primordial de salvar vidas.

2.3 O nível de aprendizagem esperado é o de análise e aplicação no domínio cognitivo e de valorização no domínio afetivo, de modo a garantir que a teoria ministrada possa ser implementada na prática de Exercícios Técnicos, Operacionais e missões reais, de acordo com as necessidades do COMPREP e do COMAE, e incutir a Doutrina SAR nos elos participantes do SISSAR.

2.4 Com isso, buscar-se-á incorporar nos alunos, o espírito SAR, pautado na excelência do cumprimento do serviço de Alerta SAR, 24 horas por dia, e na máxima eficácia durante a realização de missões de Busca e Salvamento.

2.5 O presente curso assume o modelo autoinstrucional, no qual será utilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) um *design* autoexplicativo, que aborda de maneira simples e objetiva as informações pertinentes ao curso, sem interferência de um tutor e sem interação com os demais participantes no AVA. Esse modelo visa garantir a autonomia e independência do aprendiz, que dentro do prazo determinado para conclusão do curso estabelecerá seu próprio roteiro de estudo, imprimindo seu ritmo, adequando-o à sua realidade.

2.6 Dentro da plataforma virtual o aluno contará com o “Fórum de Dúvidas”, no qual um tutor conteudista estará à disposição do aprendiz para sanar eventuais questionamentos referentes ao conteúdo. O tutor terá o prazo de até 48 horas para responder às factíveis dúvidas.

2.7 O aluno disporá também de assistência tecnológica para dirimir dificuldades de acesso, solucionar problemas técnicos da plataforma e/ou sanar dúvidas gerais.

2.8 Tendo em vista as características dos cursos, dentre elas, a autonomia do aluno para trilhar sua própria rotina de estudo, sem acompanhamento de tutoria, podendo ser realizado em horários e locais flexíveis, o aprendiz deverá ter acesso a equipamento computacional e à rede INTRAER.

2.9 Diante do exposto e com o intuito de auxiliar o aluno na construção do seu planejamento de realização do curso, o GITE apresenta algumas sugestões para o cronograma de estudos:

- a) dedicar-se, ao menos, 1 hora por dia para entrar no AVA com intuito de adaptar-se à plataforma, verificar disciplinas disponíveis, atividades pendentes;
- b) seguir a orientação metodológica das disciplinas: ler o material didático disponível em cada módulo, respeitando a ordem determinada no AVA; fazer a leitura do material extra ou complementar; acessar a biblioteca virtual e cumprir com as leituras obrigatórias;
- c) quando houver vídeos referentes às disciplinas, sugerimos que nesse momento o aluno assista-os com o maior nível de atenção e concentração possível, quantas vezes forem necessárias, para uma melhor retenção do conteúdo; e
- d) realizar os exercícios e as atividades avaliativas afetos a cada unidade, logo após o término da leitura do material didático ou fim da disciplina, com intuito de propiciar ao aprendiz uma maior verificação da apropriação do conhecimento adquirido.

2.10 A conclusão do curso poderá ser de acordo com o ritmo e o roteiro de estudo de cada aluno, todavia, o corpo discente deverá ser orientado a não acumular as atividades, tentando seguir o planejamento escolar com dedicação e compromisso, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos para o curso.

3 PADRÕES DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE E PERFIL DO ALUNO

3.1 PADRÃO DE DESEMPENHO DO CAMPO GERAL E TÉCNICO-ESPECIALIZADO

Ao final do CBBS, o aluno deverá ser capaz de:

- a) compreender o funcionamento do SISSAR;
- b) difundir o funcionamento do SISSAR nos diversos setores da sociedade;
- c) desempenhar a função designada como elo no SISSAR; e
- d) valorizar os sentimentos de abnegação, coragem, espírito de corpo e dedicação, persistência e prontidão, valores que definem os elos que trabalham em prol do SISSAR.

3.2 PERFIL DO ALUNO

Os alunos do Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS) apresentam as seguintes características:

- a) ser militar pertencente ou designado para compor o Quadro de Tripulantes de Unidade Aérea ou Aeroterrestre (EAS) que cumpre as Ações de Busca e Salvamento.

4 FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E DURAÇÃO DO CURSO

4.1 FINALIDADE

O Curso Básico de Busca e Salvamento (CBBS) tem por finalidade fornecer aos elos do SISSAR o embasamento teórico para o cumprimento das Ações de Busca e Salvamento, Socorro em Voo e Evacuação Aeromédica junto aos órgãos de coordenação do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico.

4.2 OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos instruídos experiências de aprendizagem que os habilitem a:

- a) compreender o funcionamento do SISSAR de acordo com as padronizações vigentes da FAB;
- b) tornar-se um elo do SISSAR;
- c) demonstrar consciência situacional sobre os valores que regem as ações do SISSAR; e
- d) c) exercer funções como tripulante de uma aeronave em missões de Busca e Salvamento.

4.3 DURAÇÃO DO CURSO

O CBBS terá uma duração de 84 (oitenta e quatro) horas/aula, que deverão ser acessadas na plataforma EAD. A carga horária diária será de duas horas, perfazendo um total de 42 (quarenta e dois) dias letivos, considerando-se para cálculo todos os dias da semana.

5 QUADRO GERAL DO CURSO

CAMPO	ÁREA	DISCIPLINA	CH PARA INSTRUÇÃO	CH PARA AVAL	CARGA HORÁRIA
TÉCNICO-ESPECIALIZADO	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	SISTEMA DE BUSCA E SALVAMENTO	14	2	16
		COORDENAÇÃO DE MISSÕES DE BUSCA E SALVAMENTO	32	2	34
		EXECUÇÃO DAS MISSÕES DE BUSCA E SALVAMENTO	28	6	34
	TOTAL CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO		74	10	84
CARGA HORÁRIA TOTAL			74	10	84

5.1 DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: SISTEMA DE BUSCA E SALVAMENTO		
CH PARA INSTRUÇÃO: 14	CH AVAL: 2	CARGA HORÁRIA TOTAL: 16
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <p>a) identificar a organização do sistema de Busca e Salvamento no contexto histórico e nos documentos legais (Ap); e</p> <p>b) valorizar o serviço de Busca e Salvamento (Va).</p> <p>EMENTA:</p> <p>1) Fundamentos e Organização do Sistema de Busca e Salvamento: histórico SAR; e estrutura SAR.</p>		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: COORDENAÇÃO DAS MISSÕES DE BUSCA E SALVAMENTO		
CH PARA INSTRUÇÃO: 32	CH AVAL: 2	CARGA HORÁRIA TOTAL: 34
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) analisar as etapas de coordenação das missões de Busca e Salvamento (An); e b) compreender as ações de coordenação relacionadas à Evacuação Aeromédica (Cp). EMENTA: 1) Incidente SAR e Etapas da Coordenação SAR: incidente e operação SAR; coordenação SAR; e coordenação de missões de evacuação aeromédica.		

CAMPO: TÉCNICO-ESPECIALIZADO		ÁREA: CIÊNCIAS MILITARES
DISCIPLINA: EXECUÇÃO DAS MISSÕES DE BUSCA E SALVAMENTO		
CH PARA INSTRUÇÃO: 28	CH AVAL: 06	CARGA HORÁRIA TOTAL: 34
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: a) examinar os aspectos relevantes das etapas de Execução das Ações de Busca e Salvamento e Socorro em Voo (An); e b) valorizar o cumprimento das Missões de Busca e Salvamento (Va). EMENTA: 1) Operação SAR: missão de busca; missão de salvamento; busca e salvamento com equipes terrestres; missão de socorro em voo; e peculiaridades da ação de busca e salvamento.		

6 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação para o curso, objeto do presente Currículo Mínimo, serão detalhados no PLANO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS EAD DO COMPREP (MCA 37-249), devendo incidir sobre os campos previstos nos documentos normativos (Elaboração do Plano de Avaliação - ICA 37-520 e Avaliação de Ensino - ICA 37-11): avaliação da instrução, do corpo docente, do currículo, dos meios de avaliação e do corpo discente.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

Para as atividades de complementação da instrução sugere-se o emprego de missões em sede com o conteúdo abordado no curso e a participação em Exercícios Operacionais com cenários simulados, de forma a preparar as equipagens SAR para as missões reais de Busca e Salvamento.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Esta Instrução entra em vigor na data da publicação da Portaria de Aprovação, no Boletim do Comando da Aeronáutica.

8.2 Os casos não previstos deverão ser submetidos à apreciação do Comandante de Preparo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Portaria COMPREP nº 81/COMPREP, de 15 de abril de 2021. Aprova a edição da MCA 37-249, “Plano de Avaliação dos Cursos do COMPREP - Volume 3”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, n. 67, f. 4121, 13 abr. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 1444/DLE, de 24 de julho de 2014. Aprova a 1ª modificação da NSCA 5-1 “Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica” (NSCA 5-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, nº 144, f. 6444, 04 ago. 2014. Republicado por haver saído com incorreção.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENDS nº 194/DE-1, de 20 de junho de 2012. Aprova a edição da Instrução referente à Elaboração do Plano de Avaliação, ICA 37-520. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, n. 121, f. 4407, 26 jun. 2012.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENDS nº 193/DE-1, de 18 de junho de 2012. Aprova a modificação da Instrução referente à “Elaboração e Revisão de Currículos Mínimos” [ICA 37-4]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, n. 119, f. 4250, 22 jun. 2012.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENDS nº 281/DE-1, de 30 de agosto de 2011. Aprova a Instrução referente à Avaliação do Ensino, ICA 37-11. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, n. 168, f. 7059, 1 set. 2011.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 98/DGCEA, de 26 de julho de 2019. Aprova a reedição do MCA 64-3, Manual que disciplina as atividades de Busca e Salvamento aeronáuticas brasileiras. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 144, f. 10839, 15 ago. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA n. 13/DGCEA_SEC, de 19 de janeiro de 2022. Aprova a reedição da NSCA 64-1, Norma de Sistema que disciplina o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico [NSCA 64-1]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 17, 25 jan. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando Geral de Pessoal. Portaria COMGEP n.224/ALE, de 17 de janeiro de 2022. Aprova a reedição da NSCA 160-6 "Evacuação Aeromédica (EVAM) e UTI-Aérea da Aeronáutica". **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 16, 24 jan. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA n. 674/DSAR, de 23 de janeiro de 2023. Aprova a reedição do Plano de Busca e Salvamento Aeronáutico Brasileiro [PCA 64-1]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 30, 13 fev. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA nº 73/DGCEA, de 19 de maio de 2016. Aprova a edição da CIRCEA 64-10, Circular

Normativa que divulga a Carta de Acordo Operacional entre o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico e o Serviço de Busca e Salvamento da Marinha do Brasil. **Boletim Interno do DECEA**, Rio de Janeiro, n. 97, 24 maio 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA n.53/DSAR, de 7 de fevereiro 2022. Aprova a reedição da Circular de Controle do Espaço Aéreo que divulga a Carta de Acordo Operacional entre o Subdepartamento de Operações do DECEA e o Centro Conjunto de Operações Aeroespaciais do COMAE para alocação de recursos SAR [CIRCEA 64-4]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 34, 17 fev. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Operações Aeroespaciais. Instrução Operacional de Emprego n.18001 (IOEMP 18001) - **Procedimentos para transporte inopinado de feridos e enfermos em aeronaves sob controle operacional do COMAE**. Brasília, 15 ago. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Portaria DECEA Nº 41/SDOP, de 23 de julho de 2009. Aprova a edição do Manual do Comando da Aeronáutica que disciplina o emprego do Sistema COSPAS-SARSAT nas Operações de Busca e Salvamento no Brasil [MCA 64-4]. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, nº 149, 12 ago. 2009.

INTERNACIONAL MARITIME ORGANIZATION. **International Aeronautical and Maritime Search and Rescue (IAMSAR)**. London: IMO Publishing, 2019. v. 3.

INTERNACIONAL SATELLITE SYSTEM FOR SEARCH AND RESCUE. **COSPAS-SARSAS.INT**: International Satellite System for Search and Rescue – 406TM Distress Alerting Service. Disponível em: <https://cospas-sarsat.int> . Acesso em 29 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.273, de 10 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 18403, 11 dez. 1984

ANEXO A - HISTÓRICO DAS REVISÕES

DATAS E CONTROLE			
Modificação	Revogação	Revisão	Páginas Modificadas
DIFUSÃO: COMPREP			